

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAGDA LUIZA MASCARELLO

**O BARRACÃO E A RUA**

Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba – PR

CURITIBA  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAGDA LUIZA MASCARELLO

**O BARRACÃO E A RUA**

Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba – PR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sandra Jacqueline Stoll

CURITIBA  
2015

Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mascarello, Magda Luiza

O barracão e a rua. Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba – PR. / Magda Luiza Mascarello. – Curitiba, 2015.

185 f.

Orientadora: Profª Drª Sandra Jacqueline Stoll  
Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná

1. Antropologia – política social – reciclagem.  
2. Catadores de lixo – Curitiba – aspectos sociais. 3. Geografia urbana – lixo – recicláveis. I. Título.

CDD 363.7282



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
RUA GENERAL CARNEIRO, 460 / 6º ANDAR  
CEP 80060-150 - CURITIBA- PR  
Telefone (41) 3360-5272

**127ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE  
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Ao oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e quinze, às quatorze horas, na Sala 613 – 6º andar, Edifício D. Pedro I, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná (SCH/UFPR), foram instalados os trabalhos de arguição da mestrandia **Magda Luiza Mascarello** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: *“O Barracão e a Rua. Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba-PR”*. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFPR), foi constituída pelas seguintes Professoras Doutoras: Sandra Jacqueline Stoll (orientadora), presidente da sessão, Claudia Lee Williams Fonseca (Unifesp) e Ciméa Barbato Bevilaqua (PPGA/UFPR). Dando início à sessão, a presidente passou a palavra à aluna, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidente da sessão passou a palavra a cada uma das Examinadoras, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada uma das arguidoras. A presidente retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou aos presentes e à mestrandia que deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente para discussão de suas avaliações, e decidiu pela APROVAÇÃO..... da aluna. A mestrandia foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidente da sessão fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Mestre em Antropologia Social**. Nada mais havendo a sessão foi encerrada, da qual eu, Paulo Marins Gomes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Curitiba, 8 de dezembro de 2015.

*Paulo Marins Gomes*  
Paulo Marins Gomes

*Sandra Jacqueline Stoll*  
Profa. Dra. Sandra Jacqueline Stoll (Orientadora)

*Claudia Lee Williams Fonseca*  
Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

*Ciméa Barbato Bevilaqua*  
Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua (PPGA/UFPR)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
RUA GENERAL CARNEIRO, 460 / 6º ANDAR  
CEP 80060-150 - CURITIBA- PR  
Telefone (41) 3360-5272

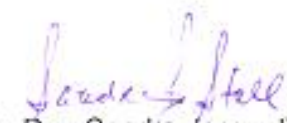
### PARECER DA BANCA EXAMINADORA


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Magda Luiza Mascarello**, intitulada: "*O Barracão e a Rua. Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba-PR*" após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em Antropologia Social**.


Considerações adicionais da Banca Examinadora:

*A banca examinadora destaca a excelência da etnografia, a importância da contribuição teórica e a relevância da dissertação para debates sobre movimentos sociais e políticas públicas. Em razão dessas qualidades recomenda a publicação do trabalho.*

Curitiba, 8 de dezembro de 2015.

  
Prof. Dra. Sandra Jacqueline Stoll  
Orientadora

  
Prof. Dr. Cláudia Lee Williams Fonseca  
1º Examinadora

  
Prof. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua  
2ª Examinadora

*Para Evellyn,  
a mais feliz e agradável surpresa dos últimos anos*

## AGRADECIMENTOS

Foram tantas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram no processo de produção desta dissertação, que fica até difícil mencioná-las. Gostaria que a gratidão que manifesto nestas linhas se estendesse a todas e todos que de alguma maneira participaram deste trabalho, ele mesmo um compósito (conceito que lhe é tão caro), porque constituído por essas muitas e múltiplas relações. Por isso, mesmo assumindo o risco de esquecer alguém, cito aqui algumas pessoas em especial.

Destaco, inicialmente, os catadores do Mutirão sem os quais este trabalho seria impossível. A convivência que temos desde 2008, intensificada durante minha pesquisa de campo nos últimos três anos, é perpassada pela amizade, compromisso político e mútuo aprendizado. Agradeço-lhes a acolhida, a franqueza da interlocução durante a pesquisa e, principalmente, os incontáveis deslocamentos aos quais me desafiaram por meio de suas surpreendentes práticas políticas. Este agradecimento se estende aos catadores da base estadual do Movimento Nacional e aos gestores públicos que igualmente dispuseram seu tempo para a conversa. Do mesmo modo, manifesto minha gratidão aos voluntários/as do Mutirão e educadoras/es do Cefuria que, além de se somarem no protagonismo desta pesquisa, são grandes amigos e colegas de trabalho. Com eles divido os sonhos, as expectativas e os incontáveis desafios e ambiguidades da crítica social. Gratidão que se estende às minhas grandes amigas Neiva e Marlene que contribuíram no árduo trabalho de transcrição das gravações e sempre reservaram um tempo para ouvir meus devaneios e arriscar algum palpite; e à André, o amigo geógrafo que se dedicou com profissionalismo à interpretação das confusas reflexões que resultaram na elaboração dos mapas.

Durante o período do mestrado a vida decidiu caprichar em suas surpresas e, por vezes, parecia não ser possível continuar. Foi quando apareceu a oportunidade de dividir moradia com uma amiga, Ariana, e sua mãe, Dona Áurea, às quais agradeço imensamente. Este tempo de convivência não apenas proporcionou um ambiente agradável para a reflexão e escrita do texto no período final da dissertação, como também me deu o suporte necessário para seguir insistindo, mesmo nos momentos mais difíceis e confusos pelos quais passei.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR que contribuíram para o aprofundamento de minha formação acadêmica, de maneira especial a Ciméa Bevilaqua, Laura Pérez Gil, Lorenzo Macagno, Marcos Silva da Silveira, Miguel Carid Naveira e Paulo Guérios com os/as quais tive a oportunidade de cursar disciplinas. Às professoras Ciméa e Laura, agradeço particularmente pela disponibilidade em participar de minha banca de qualificação e as valiosas contribuições que foram cruciais ao meu trabalho, algumas delas sinalizadas ao longo do texto.

A Capes, por meio de uma bolsa concedida entre os anos 2013 e 2014, teve papel fundamental na garantia das condições tanto para cursar as disciplinas quanto para a realização da pesquisa.

Conviver com as turmas do mestrado em Antropologia que ingressaram no programa nos anos 2013 e 2014 e com os colegas e professores do NAPER (Núcleo de Antropologia da Política, Economia e Relações de Mercado) foi uma grande oportunidade. Com eles pude dividir as vicissitudes do processo de pesquisa e as paixões que a antropologia desperta em quem se arrisca por suas trilhas. Mais especificamente com alguns, experimentamos diferentes modos de conceber mundo(s) perpassando nossos longos e despropositados debates nos bares e cafés dos arredores da universidade (com destaque para os espaços acolhedores oferecidos por Dona Helena e seu Alô e por Helô e Carlos). É a Vitinho, Eddie (Edmar), Ariana, Maestro (Rafael) e Hyago (meu irmãozinho) que agradeço a interlocução mais estreita nas descobertas da pesquisa e as tantas ideias que não teriam amadurecido sem estas prosas criativas. O mesmo vale para as conversas com as professoras Liliana Porto e Martina Ahlert que, embora mais esporádicas, foram igualmente fundamentais na constituição do texto final.

Gostaria ainda de destacar o quanto devo à professora Sandra Jacqueline Stoll que, mesmo em tempos de aposentadoria, aceitou orientar esta pesquisa. A sensibilidade, a postura intelectual e o compromisso ético com que conduziu o processo me permitiram trabalhar com autonomia e me levaram a reconhecer o quanto a antropologia é um empreendimento exigente e por vezes árduo, mas, ao mesmo tempo, tão surpreendente e prazeroso. Conviver com ela durante este período foi para mim muito mais do que uma orientação e marcou profundamente a maneira como hoje me insiro na reflexão antropológica.

Por fim, agradeço à minha família que desde muito cedo me ajudou a reconhecer a beleza e a transcendência da vida, me indicou que nossa existência é feita das coisas pequenas e simples do cotidiano e me levou a descobrir que aprender com os outros é sempre uma grande oportunidade. Mesmo à distância, ela manteve sintonia com este trabalho e seu incentivo e apoio foram fundamentais. Recordo de forma particular à minha mãe que, com apenas a quarta série primária, sempre que podia substituía os brinquedos que pedíamos de presente pelos livros e dicionários que ela gostava de comprar (e dicionário Aurélio, porque “este sim, é dos bons”). Também a ela dedico este trabalho.



El Inventario General del Mundo estaba hecho de chatarra.  
De vidrios rotos, escobas calvas, zapatillas caminadas,  
botellas bebidas, sábanas dormidas, ruedas viajadas,  
velas navegadas, banderas vencidas, cartas leídas,  
palabras olvidadas y aguas llovidas.

Con basura había trabajado Arthur,  
porque toda basura era vida vivida.  
Nada de lo intacto merecía figurar.  
Lo intacto había muerto sin nacer.  
La vida solo latía en lo que tenía cicatrices.

(Eduardo Galeano  
sobre o “louco” Arthur Bispo do Rosário)

## RESUMO

Nos últimos anos os catadores de materiais recicláveis passaram a apresentar-se como um segmento ocupacional que demanda ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas, mobilizando demandas que acionam diversos atores e organizações sociais e estabelecendo-se paulatinamente enquanto sujeitos de direito. Nesse processo, eles vêm buscando uma redefinição da categoria transformando-se de pessoas que vivem do lixo em trabalhadores imprescindíveis para a cidade e agentes ambientais que coletam materiais recicláveis. Por meio de pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2013 e 2015 junto a Associação de Catadores Mutirão em Curitiba – PR, este estudo traz uma reflexão sobre as experiências e práticas políticas dos trabalhadores desta organização e, por meio das singularidades de seu modo de vida, busca apreender o jogo político da catação de matérias recicláveis de Curitiba. A partir da reconstituição da trajetória do Mutirão e no movimento vivido por seus protagonistas, pode-se perceber que ao mesmo tempo em que os catadores *catam* materiais recicláveis também recolhem e tecem relações, conexões e projetos de autonomia que impulsionam e modulam suas práticas e estratégias políticas.

**Palavras-chave:** Catadores de Materiais Recicláveis. Práticas Políticas. Antropologia Urbana.

## ABSTRACT

In the last few years, the collection of recyclable material has become an occupational category which calls for recognition and appreciation by public policies, setting up demands that call to action several actors and social organizations, and gradually establishing itself as a rights-holder category. Within this process, recyclable material collectors have been seeking for a redefinition of the category: people who earn a living from trash become essential for the city and turn into environmental agents who collect recyclable material. Making use of the ethnographic research carried out from 2013 to 2015 along with *Associação de Catadores Mutirão* – a recyclable material collectors association in Curitiba/PR– this study brings about a thought process on the experiences and political practices of the workers in this organization and, through the singularities of their lifestyles, seeks to understand the political context of recyclable material collection in Curitiba. Taking as a starting point the reconstruction of *Mutirão*'s trajectory and the movement experienced by its protagonists, one can notice that while the collectors *collect* recyclable material they also build and interweave relationships, connections and autonomy projects which put forth and devise their political practices and strategies.

**Keywords:** Recyclable Material Collector. Political Practices. Urban Anthropology.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capa da cartilha na qual está registrada a história oficial do Mutirão

FIGURA 2 – Mapa: Localização do Mutirão

FIGURA 3 – Logomarca oficial do Projeto Mutirão

FIGURA 4 – Barracos construídos nos arredores do *Terreno* e o centro vazio a espera do barracão

FIGURA 5 – Emendas entre os barracos

FIGURA 6 – Mapa: Localização do *Barracão*

FIGURA 7 – Carrinhos de tração mecânica

FIGURA 8 – Parque de Recepção de Recicláveis – o *Barracão*

FIGURA 9 – Planta do Barracão

FIGURA 10 – Planilhas e escalas da organização do trabalho expostas no *barracão*

FIGURA 11 – *Cantos* no interior do *barracão*

FIGURA 12 – Material reciclável selecionado e armazenado no *canto* de um dos *antigos*

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Circulação dos catadores no *barracão* / ingressos - egressos

TABELA 2 – Classificação do material reciclável por tipo e valor de mercado

TABELA 3 – Quantidade de material coletado e selecionado pelos *carrinheiros* – 2014

TABELA 4 – Quantidade de material recebido e selecionado pelos *Do Separe* – 2014

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO.....  | 11  |
| 1. Construindo o objeto de pesquisa.....   | 12  |
| 2. Trajetória de pesquisa/negociações.....   | 20  |
| 3. Apresentação dos capítulos.....   | 25  |
| <br>   |     |
| 1. O MUTIRÃO.....  | 27  |
| 1.1. Entrando no Mutirão.....  | 29  |
| 1.2. Luiz, o <i>primeiro</i> .....   | 31  |
| 1.3. “Dai-lhes vós mesmos de comer”.....   | 42  |
| 1.4. Uma história na contramão.....  | 58  |
| <br>   |     |
| 2. O TERRENO.....  | 65  |
| 2.1. <i>Aqui</i> : o lugar do trabalho e da promessa.....                                  | 66  |
| 2.2. Uma paisagem em movimento.....  | 76  |
| 2.3. Os <i>antigos</i> , a promessa e a <i>essência</i> .....                              | 89  |
| 2.4. Rumores de uma nova crise.....  | 94  |
| <br>   |     |
| 3. O BARRACÃO.....   | 100 |
| 3.1. A mudança.....  | 105 |
| 3.2. Cotidiano, Cotidianos.....  | 117 |
| 3.3. Emaranhados Institucionais.....   | 127 |
| 3.4. “Fora IPCC”.....  | 136 |
| <br>   |     |
| 4. CATADORES.....  | 145 |
| 4.1. Acaso são todos catadores?.....   | 148 |
| 4.1.1. Nós, os <i>antigos</i> – vocês, os <i>novos</i> : recriando posições políticas..... | 155 |
| 4.1.2. Fazendo-se <i>novo</i> / Tornando-se <i>antigo</i> : uma relação dinâmica.....      | 164 |
| 4.2. As regras do grupo.....   | 173 |
| <br>   |     |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 178 |
| <br>   |     |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....  | 181 |

## APRESENTAÇÃO

Em uma manhã de terça-feira, a segunda do mês de abril de 2014, encontrei Dona Fátima com seu novo carrinho de tração mecânica transitando pela Avenida São José. Com o olhar atento às lixeiras e às encostas da rua, ela recolhia as sobras do dia que passou, deixadas do lado de fora das farmácias, supermercados, bares e moradias do Bairro Novo, no sul da cidade de Curitiba. Em seu carrinho, caixas de papelão, cacos de vidro, recortes de papel, latinhas de alumínio e garrafas de plásticos se misturavam a uma profusão de embalagens que pareciam disputar espaço com o caixote de frutas, a sacola de roupas e o pacote de pão que recebera de moradores conhecidos. Para que tudo o que *catou*<sup>1</sup> pudesse ser transportado, ela alongava seu carrinho pendurando sacolas do lado de fora e improvisando emendas com barbantes, arames, retalhos de madeira e pedaços de papelão.

Cenas como essa em que *catadores* circulam pelas ruas de Curitiba recolhendo uma diversidade de coisas descartadas pela população com as quais constroem sua vida e se inserem no mercado da reciclagem são comuns e rotineiras nas diversas regiões da cidade<sup>2</sup>. Porém, o carrinho mecânico, os objetos *catados* ou ganhos nas ruas do Bairro Novo, assim como o percurso que Dona Fátima fazia naquela manhã de terça-feira apontam para uma experiência singular. Com ela segui para o Barracão Osternack, onde ela trabalha junto com outros *catadores* do agrupamento Mutirão, um dos Parques de Recepção de Recicláveis criados pela prefeitura municipal de Curitiba nos últimos anos.

Quando entramos na cozinha do barracão vários catadores riam às gargalhadas enquanto tomavam seu café. O motivo de tanta graça era um sonho que Sandra, uma das catadoras, acabara de contar e que estava sendo fragmentariamente repetido, como um refrão feito de jocosidade. Nesse sonho, os catadores solicitaram que eu esboçasse o desenho de uma camiseta para uniformizar o grupo do Mutirão e escrevesse um projeto endereçado a alguma organização de Curitiba a fim de solicitar recursos financeiros para sua confecção. Em resposta, eu lhes havia trazido uma proposta na qual apresentava uma camiseta avaliada por eles como “horrrível”. Segundo relato de Sandra, eu a havia pintado com faixas de três cores: o azul escuro do Mutirão, o verde claro do Programa Eco-cidadão gerido pela prefeitura municipal e o verde escuro dos uniformes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

---

<sup>1</sup> As palavras que estão em itálico correspondem a categorias nativas e serão descritas ao longo da dissertação. As expressões entre aspas, por sua vez, são transcrições literais de narrativas tanto dos interlocutores durante o trabalho de campo quanto da teoria antropológica com a qual aqui dialogo.

<sup>2</sup> Segundo informações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em Curitiba são geradas diariamente duas mil toneladas de lixo, das quais 800 toneladas são materiais passíveis de reciclagem. Destas, os caminhões da coleta seletiva municipal retiram das ruas apenas 10%, ficando a coleta dos outros 90% do lixo reciclável a cargo dos catadores.

Nos seus comentários os *catadores* caçoavam de Sandra por estar preocupada em “botar uniforme em todo mundo” e de si mesmos porque “iam ficar bem lindinhos andando por aí tão coloridos”, bem como do Movimento Nacional de Catadores e da prefeitura municipal, que “bem que iam ficar contentes se eles usassem os uniformes” e de mim, já que não “sei fazer projetos” e pareço “não mais conhecer o Mutirão”.

Esse evento narrado rapidamente enuncia uma miríade de relações cotidianas que compõem o universo da catação de materiais recicláveis em Curitiba no qual está enredada tanto a experiência do Mutirão (um agrupamento de catadores que vivem e trabalham na região sul da cidade) quanto a desta pesquisa. A zombaria em relação ao movimento social, à prefeitura, à pesquisadora e sobre si mesmos vem carregada de tensões e aponta muitas das preocupações em torno das quais giram diversos elementos da vida dos catadores em um contexto no qual se multiplicam os atores sociais envolvidos nas tramas da catação de materiais recicláveis. O fato é que suas formas de constituir agrupamentos e de circular pela cidade, tanto recolhendo as coisas que encontram quanto em busca de moradia, trabalho e alimentação, além de concentrar muito de seus esforços, têm impulsionado a criação de políticas diversas: do Estado, igrejas, instituições de ensino, movimento social e outras entidades.

O intuito desta dissertação é acompanhar a experiência cotidiana dos catadores do Mutirão com atenção específica às suas formas de mobilização e sustentação política em meio à miríade de relações e conexões na qual estão envolvidos. Trata-se de um esforço de apreender dinâmicas do jogo político da catação de materiais recicláveis desde a perspectiva e as práticas dos catadores do Mutirão e as singularidades de seu modo de vida.

## **1. Construindo o objeto de pesquisa**

O cenário da catação de resíduos sólidos urbanos está passando por mudanças significativas em todo o país. Desde 2010, a criação de uma legislação específica por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305) instaurou uma nova relação entre o Estado e as organizações de catadores, segundo a qual os municípios vêm sendo responsabilizados pelo desenvolvimento de programas de inclusão dos catadores de materiais recicláveis nos ciclos da coleta seletiva municipal, seja priorizando a contratação destes trabalhadores para o serviço de limpeza urbana, seja financiando seus empreendimentos cooperativos. A lei também determina que empresas privadas devem compartilhar a responsabilidade sobre a destinação das embalagens descartadas dos produtos que elas põem em circulação no mercado, a chamada logística reversa. A aprovação e implementação desta legislação vêm se dando no escopo de uma série de reivindicações feitas pelos catadores, que passaram a apresentar-se como um segmento que



demanda ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas. Em um estudo no qual busca compreender como vem se dando o processo de implementação dessa política a partir do acompanhamento dos eventos realizados pelo Movimento Nacional de Catadores, especialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, Beatriz Magalhães (2012) afirma estar preocupada com a “valorização do trabalho dos catadores por parte da sociedade brasileira”, concluindo o que segue:

Mencionamos, neste trabalho, alguns fatores que contribuíram para que tal mudança<sup>3</sup> ocorresse: assim, damos destaque à organização dos catadores em associações, cooperativas e no MNCR [*Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis*], como passo importante para a busca do reconhecimento e da valorização do grupo; analisamos, também, alguns aspectos da PNRS [*Política Nacional de Resíduos Sólidos*], por considerarmos que, ao significar uma verdadeira revolução legal no que se refere à destinação dos resíduos e, ao propor, especificamente, a “inclusão” dos catadores, ela pode dar ensejo para mudanças importantes tanto num sentido mais geral das relações da sociedade com o lixo gerado como, potencialmente, nas relações entre os catadores e a sociedade. (MAGALHÃES 2012: 120 – aspas da autora)

A expectativa pela implementação de uma legislação específica sobre a destinação dos resíduos sólidos produzidos pela população urbana que incluísse a atividade dos catadores vinha sendo alimentada de longa data e era objeto de crescentes reivindicações do Movimento Nacional dos Catadores. Pesquisas antropológicas sobre o tema, anteriores ao sancionamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mostram iniciativas diversas implementadas em alguns municípios. Caballero (2008), por exemplo, em sua investigação em uma área de ocupação irregular na chamada Vila dos Papeleiros em Porto Alegre – RS, sinaliza um contexto no qual a prefeitura local com suas políticas de moradia popular desencadeou processos de transformação da vila em um conjunto habitacional, incluindo a implantação de Unidades de Triagem do Lixo, onde grupos de papeleiros/catadores realizam a classificação do material reciclável recolhido por meio da Coleta Seletiva. Essa prática da prefeitura de Porto Alegre, segundo a autora, vinha sendo desenvolvida desde inícios da década de 1990, como parte do processo de recuperação do antigo lixão, política que incluía a arregimentação dos catadores que ali trabalhavam diariamente. Essa iniciativa se potencializou ao longo dos anos com a incorporação do trabalho de grupos de papeleiros/catadores organizados em associações mediante a ação de congregações religiosas da Igreja Católica em outras periferias da cidade<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Trata-se justamente de mudanças referentes a uma maior valorização do trabalho dos catadores.

<sup>4</sup> O tema da parceria da Igreja Católica com a prefeitura municipal de Porto Alegre somando esforços para “organizar catadores” foi trabalhado também por Sosniski (2006), embora essa autora esteja mais preocupada em discutir como se dão as relações entre lixo e corpo no trabalho da catação de materiais recicláveis, como veremos mais adiante. A temática das imbricações Igreja/Estado, além de ser um tema clássico aos estudos dos movimentos sociais urbanos (como por exemplo: SANTOS, C.N, 1981; CARDOSO, 1982a e 1982b; DOIMO, 1986; GOHN, 1997; DURHAM, 1972 e 1984) é fundamental para a compreensão da experiência dos catadores do Mutirão, entre os quais realizei esta pesquisa.

No caso específico de Curitiba<sup>5</sup>, em 2006 foram dados os primeiros passos no sentido da implementação de um programa governamental voltado aos catadores intitulado Eco-cidadão, que tem por objetivo a construção ou aluguel de barracões de triagem dos resíduos sólidos recicláveis recolhidos por meio das políticas de coleta seletiva da prefeitura municipal, os quais deveriam abrigar o trabalho dos catadores.

Em uma pesquisa realizada em 2007 no âmbito das ciências sociais aplicadas, tendo como foco a análise do que a autora chamou de *formas de proteção aos catadores*, Martins (2007:93) aponta um problema: “os catadores como têm uma organização política frágil, não são contemplados nos projetos de leis e na legislação em vigência”. E, nas conclusões do trabalho, propõe como solução:

Para se alcançar as reivindicações dos catadores se faz necessária a luta política através do reconhecimento pelos próprios catadores, de sua atividade, da organização e da pressão exercida através de um movimento social e dos empreendimentos organizados pelos catadores e das parcerias estabelecidas.

[...]

Contudo esse marco regulatório precisa visar a emancipação do catador de material reciclável e não apenas a criação de políticas assistencialistas. Pensar políticas públicas que possibilitem o acesso ao crédito para compra e modernização dos equipamentos para as associações e cooperativas. Possibilitar mecanismos de gestão dos arranjos coletivos, para que esses empreendimentos possam se tornar sustentáveis e promover a inclusão do catador e a promoção da cidadania, através de formação e capacitação continuada. Possibilitar ao catador de materiais recicláveis condições dignas de trabalho e vida. Através da organização e do reconhecimento como catador, poderá lutar pelos direitos que almeja para sua categoria. (MARTINS, 2007:147 e 151)

O processo de sancionamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos foi paulatinamente criando um contexto de transição. Desde os debates e as demandas apresentadas ao Estado pelo Movimento Nacional de Catadores e organizações afins anteriores a 2010, que resultaram na aprovação da nova legislação, até as dinâmicas do período de implementação que seguem na atualidade (2015), há uma série de esforços e iniciativas de setores do Estado, movimentos sociais, igrejas e outras entidades para transformar a condição dos catadores de isolados e autônomos (cf.

---

<sup>5</sup> A primeira etnografia com catadores em Curitiba foi realizada por Marília Carvalho (1990) entre as décadas de 1980 e 1990. Sua preocupação central era apontar especificidades e heterogeneidades desta população e a relação entre lixo, discriminação e pobreza. O que é interessante perceber em sua pesquisa é que nela não se menciona nenhuma organização de apoio aos catadores da cidade. Os agentes públicos, quando aparecem, têm a função de fiscalização daqueles que são vistos como os que atrapalham o trânsito e espalham papel e lixo pela cidade. Outros quatro autores abordam a temática do trabalho dos catadores em Curitiba: Silvia de Freitas (2001), que sob a perspectiva do Serviço Social se dedica à reflexão sobre as relações familiares; Allan Rodrigues Dias (2002), que discute as condições de vida e diferentes modos de tornar-se catador de papel e desenvolver a atividade na cidade, a partir do escopo teórico da Psicologia Social; Ana Carolina Silva Domingues (2012), que se debruçou sobre a reconstituição da história do programa municipal Eco-cidadão e suas imbricações no processo de criação de uma legislação específica que reúne coleta de resíduos sólidos urbanos e catadores de materiais recicláveis em Curitiba; e Francisco Calafate-Faria (2013), que, atento à projeção midiática internacional de Curitiba como uma cidade ecológica, propõe que o olhar para os catadores é uma oportunidade para entender como nesta cidade há uma associação entre desvalorização de materiais e de pessoas, o que chama de “contra fluxo da reciclagem”.

CARVALHO, 1990 e DIAS, 2002) em trabalhadores organizados em grupos cooperativos a partir do englobamento em políticas públicas que, a princípio, eram locais como sugerem os estudos sobre catadores em Porto Alegre (SOSNISKI, 2006 e MARTINS, 2007) e agora existem em âmbito nacional (MAGALHÃES, 2012). Essa transição marca também os estudos antropológicos sobre a temática.

A revisão da literatura antropológica sobre catadores de materiais recicláveis nos permite perceber que etnografias realizadas até o ano de aprovação da legislação recente sobre resíduos sólidos (2010) trazia como preocupação central os estigmas sofridos por aqueles que trabalham com o lixo, a situação limite de pobreza em que vivem estes trabalhadores e (ou) os possíveis efeitos segregadores e disciplinadores das políticas de urbanização e higienização (PONTE, 2006; SOSNINKI, 2006; CABALLERO, 2008). Já no período da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua implementação passaram a ser acrescidas e aprofundadas temáticas relativas ao funcionamento da coleta pública de lixo nas cidades, formas de organização econômica dos catadores, debates sobre questões ambientais e, principalmente, sobre a constituição dos catadores de materiais recicláveis como uma categoria política (SILVA, 2010; SOUZA, 2011; MAGALHÃES, 2012).

A reflexão de Claudia Fonseca (2006) sobre etnografias realizadas junto a grupos populares urbanos a partir da década de 1990 nos dá pistas interessantes para a releitura dos trabalhos antropológicos com catadores de materiais recicláveis. Refletindo sobre a omissão da noção de “classe” que perpassa pesquisas recentes com populações urbanas de baixa renda, a autora alerta para o risco de certas etnografias mais engajadas reduzirem suas reflexões à denúncia política, o que na maioria das vezes tem como consequência a reificação do objeto de investigação, restringindo os pobres à condição de população apática e passiva à espera de emancipação.

Segundo essa autora, há três atitudes comuns à pesquisa-militante junto a grupos populares que dificultam a reflexão antropológica. A primeira é o pressuposto de que a pobreza, referenciada nos últimos tempos pelo termo “exclusão”, diz respeito a algo que não deveria existir, o que por extensão faz do pobre, isto é, do excluído, algo que também não deveria existir. Atitude de desqualificação “da vida dessas pessoas”, que justifica a “negligência com a qual são comumente tratadas” (FONSECA, 2006: 5). Nesse caso, há pouco espaço para que emergja a compreensão de lógicas outras que regem as experiências concretas e particulares dos segmentos que constituem os grupos populares nas especificidades de suas relações de vizinhança, parentesco, trabalho, lazer etc. Outra atitude diretamente articulada a essa é a expectativa que mobiliza o pesquisador-militante de buscar as causas e encontrar as curas da miséria a fim de transformá-la. Nessa perspectiva, segundo a autora, “de uma forma ou de outra produz-se uma imagem caricata do grupo em questão que pouco contribui para a ‘etnografia densa’ da realidade”. Além disso, ressalta a autora, a atitude

missionária de alguém que pretende levar uma verdade libertadora a outrem “abre caminho para programas de intervenção que fazem mais para disciplinar as populações incômodas do que para alterar suas condições objetivas de vida”. (FONSECA, 2006: 22). Caso se defronte com a impossibilidade de remediar a situação do pobre, a terceira posição consiste em assumir papel de denúncia da miséria e das dinâmicas exploratórias do sistema vigente como estímulo à criação e efetivação de políticas públicas.

É nesse sentido apontado por Cláudia Fonseca que a Política Nacional de Resíduos Sólidos é um marco não apenas no contexto nacional da catação de resíduos sólidos urbanos, mas também da produção teórico-antropológica sobre o tema. A comparação de dois trabalhos recentes nos ajuda a compreender as posturas acima mencionadas.

O primeiro deles é a já citada etnografia de Sosniski (2006), realizada na cidade de Porto Alegre – RS em período anterior à nova legislação. Recupero-a aqui como exemplo, porque assim como vários outros pesquisadores, essa autora toma a discussão sobre os significados atribuídos ao lixo como ponto de partida e agente articulador de sua reflexão. Seguindo as práticas dos catadores<sup>6</sup>, a etnógrafa descreve cuidadosamente um mundo onde o lixo é o agente ordenador do espaço e da vida cotidiana das pessoas, o objeto de distinção que torna possível a diferenciação em relação ao outro (não catador), o produtor de estigma, o nexos de relação com o poder público e, em seu argumento central, o que determina certo tipo de atitude dos catadores em relação aos seus corpos e suas concepções de doença:

O corpo é uma memória do trabalho com o lixo. O corpo guarda toda a lembrança do cansaço e do trabalho despendido na triagem desse material. Isso, em parte, pode ser identificado através de suas posturas curvadas e de aparências cansadas.

[...]

O corpo das pessoas que trabalham com o lixo (...) atualiza uma diversa concepção sobre a doença. No entanto, entre esses sujeitos, não é apenas o corpo que está determinando representações sobre doença, mas também a própria representação do lixo. (SOSNISKI, 2006:88 e 91)

Podemos tomar o argumento da sujeição dos corpos dos catadores que se curvam à dureza do trabalho e à contaminação com o lixo – conforme indicado nesta etnografia – como metáfora de certa perspectiva que perpassa diversos trabalhos, segundo a qual a condição de pobreza e exploração dos catadores está diretamente associada a uma imagem de quem convive com um dos elementos mais perversos da sociedade de consumo: suas sobras contaminadoras. Assim, muitas vezes o protagonismo das etnografias é reservado ao próprio lixo e, quando atribuído aos catadores,

---

<sup>6</sup> A autora diferencia *catadores* (aquele que trabalha separando o lixo em sua própria residência) de *carroceiros* (os que coletam com carroça com tração animal) e *recicladores* (os trabalhadores das unidades de reciclagem geridas pela prefeitura municipal, conforme acima citado). A diferenciação proposta pela autora e suas chaves de leitura do fenômeno serão recuperadas de forma detalhada no quarto capítulo. Para a reflexão que proponho nesta introdução, chamarei a todos de catadores.

sua agência consiste na capacidade de purificá-lo, atribuindo-lhe novos significados à medida que o classificam e (re)utilizam para mobiliar residências, compor a dieta alimentar, vestir os corpos cansados ou então, no argumento mais recorrente, voltar ao ciclo do capital como mercadoria/matéria-prima para a indústria da reciclagem. Dessa maneira, se a exploração dos catadores é lida como sua inevitável sujeição a viver com as sobras da sociedade de consumo, a libertação vem de mãos dadas à sua capacidade de transformar os sentidos do lixo atribuídos por esta mesma sociedade.

Diferentemente, nas etnografias realizadas em período simultâneo e imediatamente posterior à aprovação da Política Nacional de Resíduo Sólidos, embora o lixo e seus significados (ou a sociedade capitalista que o produz) continue sendo na maioria dos casos a porta de entrada para os pesquisadores, elemento que os conecta com seu tema de pesquisa, a legislação nacional e seus conteúdos – principalmente as políticas locais de coleta seletiva e as iniciativas de associativismo e cooperativismo dos catadores – assumem papel relevante. Para citar exemplos, temos Silva (2010), preocupada com as relações que as associações de catadores engajadas no movimento da economia solidaria em Santa Maria/RS estabelecem entre si, com o movimento social e com a prefeitura municipal. Da mesma forma, Souza (2011) introduz seu estudo de caso sobre o Lixão de Itaoca na região metropolitana do Rio de Janeiro com uma densa discussão sobre o processo de transformação das legislações ambientais no Brasil e as políticas públicas para a gestão do lixo.

A pesquisa de Magalhães (2012), construída a partir da observação de eventos públicos com catadores na região de Belo Horizonte – MG, é emblemática, uma vez que a própria estrutura do trabalho sinaliza uma transição temática na produção da literatura antropológica. Logo depois de introduzir sua etnografia assumindo o pressuposto do consumo como *modus operandi* do capitalismo e localizar os catadores como uma categoria social que se posiciona entre o descarte do consumidor e a coleta seletiva municipal, a autora estabelece a seguinte ordem de argumentação: 1 – Os catadores de lixo passam a ser catadores de materiais recicláveis e constituem uma categoria política; 2 – As representações cinematográficas sobre os catadores; 3 – Os paradoxos do lugar dos catadores na sociedade brasileira a partir da nova legislação e as representações do papel ecológico assumido pelo trabalho do catador. Para concluir, recoloca as observações e indagações que dão título à etnografia: “Liminaridade e exclusão: estado permanente ou transitório definidor das relações entre catadores e a sociedade brasileira?”.

Como podemos observar, se antes da Política Nacional de Resíduos Sólidos liminaridade e exclusão era algo a ser denunciado, agora a resposta depende em grande medida da avaliação dos processos em curso de articulação política dos catadores e implementação das políticas públicas de exigência legal. Conforme a autora,

Diante do quadro recente marcado pela ascensão da bandeira ambiental, da PNRS [*Política Nacional de Resíduos Sólidos*] e da organização dos catadores em movimentos de reivindicação junto à sociedade e ao poder público, cabe indagar, ainda, se os catadores atingirão, na sociedade brasileira, uma nova e mais elevada posição. (MAGALHÃES, 2012: 118)

Nesses casos, a denúncia da liminaridade e exclusão dos catadores cede lugar à avaliação de políticas que, em caso de cumprimento da nova legislação, guardam certo potencial de emancipação, argumento que compartilham com o movimento social e certos setores do Estado.

Embora situada no contexto instaurado pela nova legislação, tanto do ponto de vista da conjuntura nacional quanto da produção acadêmica, abrir caminhos em meio a leituras que assumem o lixo e uma inevitável condição de pobreza como ponto de partida para se refletir sobre o universo da catação de materiais recicláveis é o desafio ao qual me proponho nesta pesquisa. Afinal, é possível falar alguma coisa relevante sobre os catadores sem dar primazia e centralidade ao lixo? Como pensar os catadores sem simplesmente reduzi-los, como observa Cláudia Fonseca (2006), à condição de “pobres urbanos”?

O contato próximo com os catadores do Mutirão em seu contexto de trabalho antes e durante a pesquisa de campo estimulou certo desconforto com a literatura sobre o tema, em especial por sua pouca dedicação a experiências que sinalizam diferentes possibilidades de interagir entre si e com múltiplos agentes. As especificidades das construções parentais, a memória de tempos e lugares, as múltiplas formas de circular pela cidade e manter as coisas em movimento, as efemeridades na construção dos espaços físicos, as diferentes maneiras de ser catador, a crescente diversidade de agentes que constituem os emaranhados institucionais da catação de resíduos sólidos recicláveis sinalizam modos específicos de vida que não podem ser reduzidos à relação com o lixo urbano ou a determinismos econômicos.

Caracterizando-se como um universo em movimento – conforme pretendo demonstrar – para ser pesquisado o Mutirão exigiu que eu também me colocasse em circulação entre diversos espaços e contextos, tais como o cotidiano de trabalho no barracão, a coleta pelas ruas do bairro, encontros de formação, reuniões com organizações do terceiro setor e agentes públicos, festas, velórios, manifestações públicas de denúncia e reivindicação. Aos poucos iam surgindo novas interrogações que foram me levando a compreender um pouco mais da experiência desses catadores. Entendo “experiência” aqui no sentido que lhe é atribuído por Turner (1986), como processo criativo que comporta em si, etimologicamente, a ideia de risco, perigo e instabilidade (*ex-per-imento*), e que remete a dinâmicas nas quais a vitalidade da vida social é intensificada. Desse modo, como indica o autor, para ser apreendida a vida social exige do pesquisador a disposição de lidar com conflitos e desacordos.

Nesse sentido, o que me proponho nesta dissertação é deslocar o olhar de um problema social para um processo social (FONSECA, 2006 [1995]), assumindo o Mutirão e os catadores que vivem e trabalham nessa organização como *locus* de relação. A diversidade de momentos e contextos entre os quais circulei durante a pesquisa de campo e o contato com tantos atores me levaram a compreender que, de alguma maneira, todos eles (e certamente vários outros que sequer cheguei a conhecer) compõem o Mutirão e os catadores.

Para o empreendimento reflexivo a que me proponho é fundamental o diálogo com o conceito teórico-metodológico de **compósito**, conforme apresentado por Strathern (2006 [1988] e 1996) na formulação de sua crítica a certa noção ocidental de sociedade que permeia e sustenta a teoria das ciências sociais. Em sua crítica, a autora afirma que a busca de representações coletivas coerentes a uma totalidade imaginada, ainda que à custa de simplificações rígidas, resultou no estabelecimento de molduras do pensamento que pressupõem mundos fechados sobre si mesmos, como se uma totalidade fosse tão somente a soma das partes objetificadas e singularizadas. Strathern sugere que, diferente de pensar a partir do pressuposto da existência de todos unitários e coerentes localizados nos indivíduos ou acima deles, devemos atentar para os fluxos das relações sociais.

Nesta proposta tanto as pessoas quanto as coletividades são assumidas como *locus* do diverso e do plural, produzidas pelas relações que estabelecem. Posicionar-se dessa forma permite ao antropólogo ampliar significados e apreender mundos diversos do seu a partir de múltiplos pontos de vista, de modo que o próprio conhecimento produzido torna-se nexos na relação entre diferentes contextos. Conforme afirma a autora, o importante não é “buscar a coerência, mas as relações, movimentos, interconexões que tantas vezes desestabilizam a prática reflexiva da escrita” (STRATHERN, 2014 [1990]: 351).

Na esteira dessas reflexões e com foco específico em modos particulares de fazer política, o estudo de Borges (2003) entre moradores do Recanto das Emas na periferia de Brasília foi também fundamental na construção desta etnografia. Ao definir a noção de **lugar-evento** como recorte empírico que evidencia os principais signos do modo de vida local e assumindo-os como categorias analíticas que colocam em questão conceitos estabelecidos no escopo das ciências sociais - muitas vezes reconhecidos pelo mesmo nome, como é o caso das noções de Invasão, Barraco, Asfalto e Lote, fundamentais em seu trabalho -, a autora propõe uma reorientação da atenção em campo destacando o quanto é importante que o pesquisador desloque o olhar de conceitos dados *a priori* para a apreensão dos significados e relações que são próprias do contexto investigado e, por isso mesmo, múltiplos e diversos por princípio (cf. BORGES, 2003: 12-13). Segundo a autora, não é possível apreender a política sem compreender a vida e o cotidiano dos moradores e a maneira como suas práticas constituem lugares e eventos. A noção metodológica de lugar-evento, portanto,

se refere a lugares e objetos que se manifestam como ações, engendrando relações e disparando movimentos sem os quais não seria possível agir ou se expressar naquele contexto específico. Nessa perspectiva, então, trata-se de apreender continuamente tanto os lugares quanto os eventos fundamentais à vida nativa como atos (relações) que constituem processos sociais. Nesse sentido, “lugares são eventos”, conclui.

Em diálogo com as noções de compósito e lugar-evento, paulatinamente fui percebendo, mediante as relações estabelecidas em campo e das escolhas que fiz, que o universo dos catadores do Mutirão era muito mais amplo e complexo do que aquele que eu conhecia e imaginava quando iniciei a pesquisa. Porém, é importante ressaltar que mesmo consciente de meus esforços de acessar diferentes lugares, eventos e atores, o interesse desta dissertação limita-se à tentativa de compreensão da maneira como os catadores do Mutirão se inserem e circulam pelo emaranhado institucional da catação de materiais recicláveis em Curitiba e nele fazem política a partir das particularidades de seu modo de vida e trabalho.

## **2. Trajetória de pesquisa/negociações**

O sonho de Sandra e as piadas que se seguiram remetem a uma miríade de relações cotidianas que compõem o universo da catação de materiais recicláveis em Curitiba por meio das quais catadores, agentes públicos, movimento social, igrejas, instituições de ensino e organizações diversas se cruzam e movimentam em uma trama de interações, como veremos detalhadamente no decorrer desta dissertação. Da mesma maneira – e é isso que quero salientar nesta seção – as narrativas oníricas do evento descrito enunciam o contexto de investigação que resultou neste trabalho. Os gracejos decorrentes do sonho são também sobre a pesquisadora que “já não sabe fazer os projetos e parece não conhecer mais o Mutirão”.

Como insinua a piada, minha chegada ao Mutirão antecede o período da pesquisa de campo realizada entre os anos 2013 e 2015. Desde meados de 2008, vinha mantendo práticas de intervenção em agrupamentos de catadores a partir de minha participação na ação de setores da Igreja Católica e outras organizações do chamado movimento popular em Curitiba. Assim, mantive presença sistemática no Mutirão, ocupando diversas posições: trabalhei por curto período de tempo na classificação do material coletado pelos catadores; fui integrante da coordenação da ONG formada pelos voluntários católicos que trabalham com os catadores, posição a partir da qual participei dos chamados encontros de formação; atuei na mediação de conflitos e, principalmente, na elaboração de projetos com fim de captação de recursos financeiros. Mais recentemente, somei a essas relações meus interesses pela reflexão antropológica sobre o tema.



Nesse sentido, as posições que fui assumindo durante a pesquisa ou que me foram conferidas em campo não remetem a uma data determinada de chegada ao lugar ou ao encontro inaugural com uma pessoa que serve de guia, como é comum encontrar nas etnografias sobre a temática. Sendo este trabalho mais uma etapa da minha experiência junto ao Mutirão, refletir sobre as relações de pesquisa implica pensar como se deram as negociações que resultaram em deslocamentos e reposicionamentos necessários. Como mencionaram os catadores naquela manhã de terça-feira quando Dona Fátima e eu repetíamos um itinerário que era para ambas rotineiro e que nos conduzia a um mesmo destino – o barracão – foi preciso “parecer que não conhecia mais o Mutirão” para poder compreendê-lo de outra maneira.

As proposições de Fonsesa (2006) sobre etnografias do popular, além de fornecerem uma importante chave para a leitura da literatura antropológica sobre catadores de materiais recicláveis como a que fiz até aqui, contribui para a reflexão sobre minha trajetória militante e acadêmica e permite identificar algumas das possibilidades, dos riscos e limites que lhe são inerentes.

A motivação que me levou ao Mutirão em 2008, como membro de uma organização religiosa alinhada à “opção pelos pobres”, foi a identificação dos catadores como excluídos da sociedade capitalista que “precisavam ser formados para a organização popular e a lutar por seus direitos”. Os objetivos de minha inserção residiam na possibilidade de atuar em favor de uma possível transformação de catadores, os quais do jugo da dominação capitalista poderiam vir a se tornar agentes de superação das dinâmicas de exploração do seu trabalho pela coletivização da coleta e comercialização do material reciclável que *catavam* e, também, do desenvolvimento de estratégias metodológicas e planos sistemáticos de formação.

Minha chegada ao Mutirão naquele momento fazia parte, portanto, de um contexto de fluxo de atores sociais que há muito vinham se deslocando em direção às periferias urbanas com intuito semelhante. Pelo menos nas últimas três décadas, podemos encontrar diversos registros de religiosos, universitários, sindicalistas, entidades do terceiro setor, dentre outros, indo em direção às periferias urbanas, ensaiando estratégias de inserção e intervenção entre as populações empobrecidas. Como salienta Dawsey (2013), refletindo retroativamente sobre sua experiência de pesquisa entre os boias-frias na década de 1980,

na contramão da Ditadura Militar, pessoas das variadas procedências sociais faziam uma caminhada até as camadas populares pra se legitimarem com elas. Na confluência das diferentes visões de mundo, Che Guevara se encontrava com Francisco de Assis – e que se juntava com Paulo Freire. Em um registro freiriano (Cf Freire, 1981), vanguardas intelectuais, religiosas e políticas se viam “comungando” com os “oprimidos” para com eles aprender, ressurgir ou fazer a revolução. (DAWSEY, 2013: 88. *Aspas do autor*)

Em Curitiba, o movimento não era diferente. Mesmo em um período de arrefecimento dessas práticas, como é possível constatar na segunda metade dos anos 2000, antes de mim já haviam chegado ao Mutirão a Igreja Católica, sindicatos, universidades e movimentos sociais.

Nesse primeiro momento junto ao Mutirão fui desafiada pelos catadores a experimentar seu trabalho como condição de produção de legitimidade para poder falar com eles e, principalmente, sobre eles. Foi assim que assumi por um período curto de tempo (aproximadamente, oito meses) a atividade de classificar o material que coletavam – primeiramente de forma voluntária e, em seguida, como trabalho remunerado – dividindo meus esforços entre o curso de Ciências Sociais na universidade e a *catação*. Eu estava motivada pela “comunhão com os oprimidos”, nos termos de Dawsey, enquanto os catadores, invertendo hierarquias, se colocavam na condição de professores, avaliando continuamente meu trabalho e assinalando lacunas que indicavam os limites de uma pretensa empatia que, apesar das melhores e sinceras intenções, parecia reduzi-los à condição de objetos a serem transformados. (FONSECA, 2006).

No entanto, essa curta inserção na atividade da *catação* me conduziu a um deslocamento no contexto da militância em Curitiba uma vez que a experiência realizada acresceu certa legitimidade política à minhas escolhas e ações. Deixei de classificar material reciclável e assumi posições de coordenação da ONG dos ativistas católicos que intervinham diretamente no Mutirão e custeavam financeiramente sua atividade para, logo em seguida, inserir-me em uma rede mais ampla de militância articulada em torno do Centro de Formação Urbano e Rural irmã Araújo, o Cefuria<sup>7</sup>, uma organização do terceiro setor que se dedica a ações voltadas à chamada educação popular<sup>8</sup>. Nesse segundo momento, a militância se tornou minha atividade profissional e a interação com os catadores do Mutirão passou a ser esporádica e muito mais voltada a eventos de formação, gestão política e burocrática e captação de recursos financeiros. Ocupei preferencialmente o lugar de especialista na elaboração e gestão de projetos.

Quando ingressei no mestrado a princípios de 2013 e me propus a construção desta dissertação, eu estava preocupada com as práticas políticas dos catadores e ansiosa por compreender as interações que eles estabelecem entre si e com os demais agentes que constituem o cenário da *catação* em Curitiba, atenta às singularidades de seu modo de vida. Na tentativa de promover certo

---

<sup>7</sup> Sobre a relação entre catadores, ativistas católicos e Cefuria tratarei com detalhes no capítulo 1.

<sup>8</sup> Nesse período, pesquisadores da Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) interessados em processos de educação popular desenvolveram um estudo junto aos educadores vinculados ao Cefuria. As justificativas e conclusões sobre minha inserção na atividade da *catação* são ilustrativas da maneira como ela foi lida e dos reposicionamentos que gerou no universo da militância popular em Curitiba. Segundo os autores, “Neste contexto é preciso compreender atitudes como a inserção da educadora desta entidade no cotidiano de trabalho dos carrinheiros. Tal opção poderia ser classificada, de forma simplista, como uma atitude ‘basista’. Porém, a partir do processo de diálogo e observação, percebeu-se que foi a condição que garantiu credibilidade e confiança para percorrer os caminhos do processo educativo em torno da prática do trabalho e do processo de organização, possibilitando mediações pedagógicas construtoras de novas relações, compreensões e organizações solidárias que visem a conquista da cidadania por parte dos sujeitos envolvidos.” (STRECK & ADAMS, 2014: 83-84)

distanciamento deixei a coordenação da ONG e o trabalho de militância profissional no Cefuria, mantendo, porém, certa oferta de assessoria não oficializada no que diz respeito a angariação de recursos financeiros e, eventualmente, mediação<sup>9</sup> nas relações entre Mutirão e demais instituições.

Contudo, em pouco tempo percebi que para alcançar os objetivos propostos em minha pesquisa era necessário repensar e reavaliar as relações que eu vinha acumulando junto ao Mutirão e outras organizações, visto que de alguma maneira eu continuava sendo partícipe deste universo, em especial, como mediadora (de informações, conflitos, recursos financeiros, relações entre organizações), como se poderá observar mais adiante. Para tanto, foi imprescindível permitir certa guinada teórico-metodológica que passou a orientar minha atenção em campo. Essa guinada foi marcada pelo deslocamento do intuito de denúncia e transformação social, conforme apontado por Claudia Fonseca, para a análise das estratégias, das práticas e dos conceitos que orientam o trabalho e a prática política dos catadores. Tais deslocamentos, frequentemente tensos e incômodos, me levaram a reconhecer e reavaliar reflexivamente os pressupostos subjacentes à própria ideia de política impregnada em minha experiência de militância, e que tantas vezes impunha-se à reflexão com todo seu caráter prescritivo rotulando previamente os fenômenos observados. Como afirma Ortner (2007), talvez uma contribuição diferencial da antropologia seja exatamente assumir o desafio de manter a hipótese de que algo não é imediatamente explicado pela influência das forças que tem o poder de nomear as coisas, uma perspectiva que nos conduz às várias tentativas de ver os sistemas de “baixo para cima” a partir da experiência da pesquisa e que nos permite apreender coisas para além daquilo que já sabemos.

Por outro lado, a proximidade com o campo e minha trajetória social nele permitiram formas variadas de inserção que possibilitaram tanto o acesso a espaços menos públicos como certa desenvoltura para circular entre os diferentes cenários, além de encurtar caminhos nas negociações das entrevistas. Com os voluntários católicos, por exemplo, conversei em suas próprias casas, sempre em ambiente amistoso e colaborativo. De forma semelhante, os catadores do Mutirão facilmente paravam seu trabalho para conversar comigo por longas horas sobre sua vida, ouvindo minhas dúvidas e por vezes ironizando a ingenuidade de minhas perguntas, que pareciam não fazer sentido em um contexto supostamente tão conhecido. Agentes públicos, militantes do Cefuria e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, catadores e funcionários de outras

---

<sup>9</sup> Gilberto Velho foi um dos primeiros antropólogos a chamar atenção à questão da mediação e sua relevância para a compreensão de fenômenos de mobilização política. Além do conceito já estar presente em suas obras clássicas “Individualismo e Cultura” (1981) e “Projeto e Metamorfose” (1994), tornou-se central a múltiplas experiências etnográficas reunidas no livro “Mediação, cultura e política” (2001), organizado por ele e Karina Kushnir. Vale ressaltar também que estudar fenômenos políticos focando no itinerário de pessoas que transitam entre diferentes espaços e se articulam com atores diversos permanece relevante, como tão bem o demonstrou Arlei Damo (2008) em suas reflexões sobre o engajamento de lideranças comunitárias no orçamento participativo de Porto Alegre/RS. Uma reflexão mais aprofundada sobre esses processos e como os concebo nesta etnografia será apresentada no terceiro capítulo.

organizações facilmente aceitaram contribuir com a pesquisa, mesmo aqueles que me eram até então desconhecidos.

Ainda nesse sentido, é importante mencionar que nas entrevistas que realizei com agentes públicos, catadores do Movimento Nacional e demais organizações sempre fui posicionada por meus interlocutores como sendo do Mutirão (e *ser do Mutirão* pode mobilizar significados diversos, como veremos logo mais no primeiro capítulo), portanto, partícipe do campo de tensões e disputas que permeiam o universo da catação em Curitiba. Certamente as informações que me foram repassadas estavam condicionadas a isso. Além disso, é importante mencionar que minha participação nas reuniões públicas com a prefeitura municipal, o movimento social e outras organizações ficou dependente do acompanhamento aos catadores do Mutirão. Compareci apenas àquelas que eles compareceram.

Os dados etnográficos que resultam neste trabalho, portanto, por vezes foram construídos em meio aos conflitos do jogo político da catação que, como veremos mais adiante, é sempre carregado de tensões, no qual eu era continuamente posicionada e acionada, desafiada a tomar posição. Porém, vale destacar também que muitas narrativas espontâneas, desvinculadas da relação entre pesquisadora e pesquisados, puderam ser recolhidas. Foram inúmeras as situações em que se sobrepuseram as relações de amizade e confiança, com enunciações feitas em ambiente privado, revelando informações e reflexões confidenciais apenas a quem tem proximidade com os interlocutores.

Um diálogo com Favret-Saada (1980), em seu estudo sobre bruxaria no Bocage, pode ser interessante para pensar minha experiência de campo. A autora nos mostra que a etnografia é resultado de um sistema de posições, sempre negociadas, que não dependem exclusivamente das escolhas do pesquisador. Em seu trabalho percebemos que, à medida que a pesquisadora se insere no campo, vai descobrindo que não é possível estudar feitiçaria sem fazer parte dela, uma vez que nesse contexto as palavras têm eficácia e “fazem guerra” (FAVRET-SAADA, 1980: 10). Feitiçaria é palavra falada e, quando se fala, não há posição de neutralidade. Qualquer um que se pronuncie sobre o assunto está envolvido nos enredos dos infortúnios, também o antropólogo quando faz perguntas sobre as questões que lhe interessam. Nesse contexto em que as palavras são poder e não conhecimento, quem interpreta o que é dito é sempre a outra pessoa que não o enunciador. Nesse sentido, são os outros, os ouvintes, que atribuem uma posição a quem fala entre as posições possíveis no campo: feiteiro, enfeitado, desenfeitador. Feitiçaria é, então, um sistema de posições.

As evidências empíricas para a etnografia de Favret-Saada eram resultado do processo de mapear e acessar posições e a maneira como elas relatavam umas às outras. Em consequência, se as posições eram definidas pela palavra falada, então o trabalho da antropóloga consistia em recolher

fragmentos de narrativas e, ao descrever a feitiçaria no Bocage, estava ela mesma produzindo uma narrativa e, portanto, sendo posicionada.

Ainda que seja importante considerar a distância entre os contextos e as temáticas da etnografia no Bocage e minha pesquisa, e pensando que se no caso de Favret-Saada as tentativas eram de aproximação, aqui o movimento é diferente e em certa medida exige algum afastamento/reposicionamento, a experiência da autora me leva a perceber o quanto os argumentos que aqui mobilizo são construídos a partir das situações particulares que vivi e das relações que estabeleci em campo e que estas não são resultados tão somente de minhas escolhas, mas também das posições que me conferiram aqueles com os quais me relacionei durante a pesquisa.

### 3. Apresentação dos capítulos

A organização dos capítulos desta dissertação se inspira na noção de lugar-evento no sentido que Borges<sup>10</sup> (2003: 11-12) confere a este conceito. Como vimos acima, trata-se de um recorte empírico de categorias essenciais à vida dos catadores que assume o estatuto de conceito e remete a lugares e objetos que se manifestam como eventos e cujos significados são construídos a partir das interações cotidianas que ordenam suas experiências específicas.

A sequência dos capítulos coloca em perspectiva processos históricos que lançam luz sobre a compreensão de fatos recentes na constituição dos catadores de materiais recicláveis como sujeitos de direitos. Em cada um deles – O Mutirão; O Terreno; O Barracão e *Catadores* –, a pergunta sobre o quê é ou pode ser mobiliza a construção dos argumentos etnográficos, colocando em evidência a possibilidade de definições plurais e relacionais. Assim *Mutirão*, *Terreno*, *Barracão* e *Catadores* são categorias assumidas como atos estreitamente articulados com a ação cotidiana de *catar* – material reciclável, evidentemente, mas também trabalho, comida, moradia, parcerias etc. – e da maneira como estes trabalhadores circulam em seus diversos itinerários de *catação*.

No primeiro capítulo busco apreender diferentes sentidos e conexões que constroem o **Mutirão** – substantivo a partir do qual os catadores se autodenominam e são por outros nomeados – , partindo da maneira como meus interlocutores o classificam, conceituam e articulam nele e por meio dele suas teias de relações. As formas diversas de agrupar os elementos centrais que constituem sua história permitem-nos a reflexão sobre diferentes dinâmicas relacionais que fazem do Mutirão uma organização em movimento, sempre em processo de (re)criação. Tomando como ponto de partida um evento catalisador de interações diversas e assumindo como estratégia descritiva o uso de narrativas, neste capítulo a história é reconstruída sob diferentes perspectivas,

---

<sup>10</sup> Em seu trabalho intitulado “Tempo de Brasília”, Borges (2003) identificou a Invasão, o Barraco, o Lote, o Asfalto e o “Tempo de Brasília” como os principais signos da vida local e fez deles títulos aos capítulos de seu livro.

em um esforço de não pensar os catadores como uma categoria homogênea. A partir de suas narrativas e do evento descrito, eles criam o *tempo do Mutirão*.

Em seguida, articulando tempo/espço, o foco se desloca para o **Terreno**, *locus* de uma situação de crise que constitui o *espço do Mutirão*. A crise tal como me foi narrada, os conflitos dela decorrentes, as maneiras como os catadores se classificam produzindo posições políticas, bem como as efemeridades desse espço cujas paisagens se atualizam na mesma proporção e ritmo em que se movimentam as relações estabelecidas pelos catadores entre si e com os demais agentes que por ali circulam, são a temática do segundo capítulo.

O capítulo 3 trata de outro deslocamento dos catadores. Desta vez para um **Barracão**, assumido nesta etnografia como nexó entre os catadores do Mutirão e as diversas organizações e atores sociais que constituem o emaranhado institucional da catação de materiais recicláveis em Curitiba. A partir da descrição de cenas curtas que trazem informações que recolhi durante o trabalho de campo, este capítulo propõe uma reflexão sobre as interações que constituem o cotidiano do barracão, especialmente aquelas que estão amalgamadas às políticas públicas. São cenas construídas a partir das miudezas do cotidiano que assumem o estatuto de casos representativos que articulam diferentes relações. Neste capítulo meus interlocutores são apresentados como catadores de *parcerias*.

O quarto capítulo traz como conteúdo a discussão da categoria **Catador(es)** e as práticas e estratégias políticas que ela produz no barracão. O deslocamento do Terreno para o Barracão provocou uma série de mudanças na forma como os catadores organizam seu trabalho e, conseqüentemente, em como se classificam e interatuam. Essas transformações incidem sobre o que é ou pode ser, ou ainda, quando se pode ser, um **catador**.

As Considerações Finais trazem uma síntese dos principais signos locais e da maneira como eles são constituídos, articulados e acionados nas especificidades das dinâmicas e práticas políticas dos catadores estudados. Nelas, o ideal de autonomia que perpassa o **Mutirão** é recuperado com destaque e apresentado como o elemento articulador dos movimentos mutuamente constitutivos de coletivização/individualização que continuamente o recria e mantém como uma coletividade, um *grupo de catadores organizados*.

## 1. O MUTIRÃO

As ruas do Sítio Cercado dificilmente permitem o trânsito rápido. Nem mesmo o ônibus do transporte público municipal no qual eu transitava, que curiosamente leva o nome de Ligeirinho, conseguia manter sua velocidade enquanto trafegava pela movimentada Avenida Isaak Ferreira da Cruz, o principal aglomerado comercial do segundo bairro mais populoso de Curitiba, hoje com um número superior aos 115.500<sup>11</sup> habitantes. Naquela tarde fria e úmida do domingo 23 de junho de 2013 eu tinha pressa de chegar ao Mutirão, a organização de catadores de materiais recicláveis que está na fronteira sul do Sítio Cercado, ao lado da linha do trem.

Eram pouco mais de duas horas da tarde quando cruzei o portão que dá acesso ao Mutirão. Não cheguei sozinha. Muitas pessoas entravam e saíam daquele espaço. Outras ainda passavam em frente e olhavam para dentro, procuravam, perguntavam... Queriam saber o que estava acontecendo já que o portão totalmente aberto era novidade, ainda mais para um domingo, único dia da semana em que os catadores desta organização comumente não trabalham no local. À abertura do portão somava-se a singularidade da remoção da placa que proíbe a entrada às pessoas não autorizadas. Naquela tarde o Mutirão estava à espera dos vizinhos, apoiadores, amigos e parceiros: catadores, não catadores e ex-catadores, conhecidos e desconhecidos. O portão totalmente aberto esperava a chegada do corpo de Luiz.

Luiz era um dos catadores que compõem a organização há vários anos, embora ninguém saiba precisar exatamente quantos. Era o caseiro, morava no pátio do Mutirão para cuidar das coisas do projeto até três meses antes de sua morte, quando se mudou para uma casa alugada no bairro vizinho, do *lado de lá* da linha do trem, onde foi assolado pela doença que o levou a óbito. Ele morreu de pneumonia, depois de três dias de internamento em um quarto improvisado do hospital de Emergências 24 Horas no Bairro Sítio Cercado, seguido de uma transferência urgente para o Hospital Cajuru. Apesar desta tentativa, sua morte não pode ser evitada.

Luiz foi velado no refeitório e cozinha comunitária da organização dos catadores. Os voluntários/militantes da ONG que lhes oferecem apoio há vários anos se encarregaram das funções mais burocráticas do funeral: portaram o laudo médico, buscaram seus familiares para assinar os documentos na funerária, negociaram os serviços fúnebres gratuitos, entraram em contato com o padre para presidir os rituais oficiais, conduziram as orações no momento do enterro, providenciaram comida para o velório e ônibus para transporte até o cemitério. Os catadores, por sua vez, prepararam a sala onde foi colocado o corpo e receberam os que ali chegavam para a despedida.

---

<sup>11</sup> Segundo o censo 2010 do IBGE.

Os poucos familiares de Luiz que compareceram ao velório permaneceram no refeitório ao lado do caixão colocado ao centro da sala, enquanto os catadores ficaram na cozinha reunidos ao redor da mesa. Maria, esposa do morto e também catadora do Mutirão, mesmo sendo familiar, permaneceu na cozinha com os demais. O único catador que circulava constantemente entre um espaço e outro era Camargo, que de tempo em tempo fazia uma oração diante do caixão. Depois dos momentos de reza voltava para a cozinha e tomava uma xícara de café junto aos demais. Com ele, circulavam entre um espaço e outro os voluntários/militantes da ONG, também pertencentes ao Projeto Mutirão.

Ainda na noite do falecimento, o padre contatado pelos voluntários chegou para presidir os rituais fúnebres. Em suas orações, entre as fórmulas decoradas estabelecidas no ritual oficial para esses momentos, convidou a todos os presentes – não mais do que trinta pessoas – a apontar características de Luiz ou fatos que consideravam marcantes em sua vida. Apenas dois voluntários da ONG mencionaram alguma coisa, resgatando o lugar de *primeiro* ocupado por Luiz na organização. Os catadores presentes, à distância, permaneceram calados.

No final do ritual, porém, antes mesmo de o padre deixar o local, iniciou-se uma movimentação diferente que chamou a atenção de todos. Alguns catadores saíram da cozinha e estenderam sobre o caixão de Luiz um pedaço de pano azul escuro o qual trazia gravado o desenho que identifica o Mutirão, uma mão estendida sobre a qual se vê uma cruz e três silhuetas de pessoas que, segundo me explicaram em certa ocasião, “é a família do catador sendo recebida por Irmã Paulinne”, a religiosa católica a quem é remetida a responsabilidade pela fundação do Mutirão. É a mão dessa mulher que, motivada pela religião, divide com Luiz o lugar de *primeira*.

Foi assim que os catadores deram início ao que chamaram de “homenagem do grupo pro Luiz”, àquele que “começou tudo isso junto com Irmã Paulinne”. Vários foram chamados para a cozinha e receberam jalecos da mesma cor e com o mesmo desenho do pano estendido sobre o caixão. Na homenagem, os catadores vestidos de azul fizeram memória de inúmeros momentos vividos ao lado de Luiz. Acrescentando gargalhadas às lágrimas, ressaltaram sua teimosia, sua compulsão pelo cigarro, sua bondade, sua presença constante no Mutirão ao longo dos anos. Contavam como cada um foi recebido por ele quando chegou, em diferentes tempos e de maneiras diversas. Durante mais de uma hora lembraram-se de estórias anedóticas e momentos difíceis, individuais e coletivos, que de alguma maneira tiveram a participação do morto. Alguns objetos foram depositados dentro do caixão: um rosário, uma medalhinha de santo e um jaleco azul escuro. Naquele momento de despedida, associando o nome de Luiz ao de Paulinne e entre risos e lágrimas, as narrativas marcavam fundamentalmente o seu lugar de *primeiro*.



## 1.1 Entrando no Mutirão

Escolhi o velório de Luiz como ponto de partida e o portão aberto como uma metáfora que indica o acesso principal ao Mutirão, – uma entrada entre outras possíveis – porque em lugar do relato de um dia qualquer ou de um evento visando à confirmação de determinada ordem ou estrutura social como os rituais foram classicamente pensados na antropologia<sup>12</sup>, o concebo como um evento catalisador de diversas relações e experiências que vão continuamente (re)criando o que é o Mutirão, tema que discutirei neste capítulo.

Os catadores de materiais recicláveis entre e com os quais realizei minha pesquisa de campo comumente afirmam que são, pertencem e trabalham no Mutirão, evocando-o como um ícone na construção de sua autodenominação. É dessa maneira que se apresentam a outras organizações e instituições e, conseqüentemente, como evocam o lugar e a posição que ocupam nas disputas e articulações do universo da catação de resíduos sólidos em Curitiba, incidindo diretamente nas suas formas de fazer política, temática central desta dissertação.

O Mutirão aparece em suas narrativas – e naquelas das outras tantas pessoas que com eles se relacionam – ora como um projeto institucionalizado no formato jurídico de ONG, ora tão somente como um agrupamento de catadores trabalhando de forma associativa. Em alguns momentos, ele é apresentado como um movimento social de base popular com a exibição de sua bandeira e seus símbolos característicos, como aqueles que foram mobilizados durante o velório. Noutros, é nomeado como um dos grupos mais ou menos bem-sucedidos que integram o programa Eco-cidadão da prefeitura municipal, ou ainda como ação (e esta é a palavra utilizada) de um grupo de fiéis católicos que se consideram herdeiros e continuadores do movimento desencadeado pela Teologia da Libertação, que no Brasil teve seu ápice nas décadas de 1970 e 1980 como efeito do que ficou conhecido como “opção preferencial pelos mais pobres”.

Neste capítulo busco apreender os diferentes sentidos e experiências que continuamente criam o Mutirão, partindo da forma como meus interlocutores o classificam, conceitualizam e articulam nele e por meio dele suas teias de relações. Meu argumento é que as maneiras diversas de apresentar o que é o Mutirão – ou ainda, o que eles, como Mutirão, são – evocam diferentes experiências dos catadores reunidos com/por voluntários católicos numa instituição de trabalho associativo a partir da mobilização de discursos religiosos. Além disso, essas narrativas permitem a

---

<sup>12</sup> Segundo Victor Turner (2013[1969]: 69), um dos aspectos mais importantes do ritual é ser “um meio de colocar a serviço da ordem social as próprias forças da desordem”. A escolha de um **evento ritual** como estratégia para se iluminar a dinâmica de uma dada ordem social é, portanto, um recurso clássico da disciplina (além de Turner, vale lembrar, por exemplo, Geertz (2005 [1973] e 1980) – em “Juego profundo: notas sobre la riña de gallos em Bali” ou, ainda, o ritual de cremação que abre seu livro “Negara”).

reflexão sobre dinâmicas relacionais diversas que fazem do Mutirão uma organização em movimento, sempre em processo de criação e recriação.

É nessa direção que apresento neste capítulo o Mutirão como um **lugar-evento** no sentido que Borges (2003) confere a este conceito, ou seja, como um constructo teórico fruto de um trabalho de objetivação, articulado a partir de signos da realidade local. Nesse sentido, o Mutirão é assumido aqui como um ato, ou seja, uma forma específica de ordenamento da experiência cotidiana dos catadores de materiais recicláveis e dos voluntários/militantes católicos que ali estavam enquanto fiz meu trabalho de campo, e também como um conceito que dialoga com a teoria antropológica para a constituição desta etnografia. É no Mutirão que eles continuamente se encontram articulando estratégias, visões de mundo e formas de fazer e compreender a política. Sobre ele refletirei, então, não como uma configuração organizacional específica que se materializa em uma ou duas instituições jurídicas – como ONG e (ou) associação de catadores. Focando em eventos e depoimentos das pessoas que o constituem, discutirei o Mutirão como um **compósito** de experiências, relações e narrativas diversas que fazem dele um contínuo efeito e que permitem que seja uma e várias coisas ao mesmo tempo (STRATHERN, 2006 [1988] e 1996).

Nos capítulos seguintes introduzirei também outros atores que cruzam pelo Mutirão e que vez ou outra passam a constituí-lo a partir das relações que estabelecem com os que nele trabalham, tais como os agentes públicos e militantes do Movimento Nacional de Catadores<sup>13</sup>. Agora, porém, me deterei mais especificamente nos catadores e voluntários/militantes católicos, aqueles que encontram na história do Mutirão um forte argumento de mobilização e sustentação política, conforme enuncia a fala de Sandra (uma das lideranças dos catadores), ao expressar o que estava sentindo quando me comunicou a morte de Luiz: *“Está sendo muito difícil. Não sei como vai ser agora. Pelo menos pra nós mais velhos. Pros novos não, eles não têm história. Mas nós temos história aqui. Com lama e tudo, nós temos história. O Mutirão é nossa história, é nossa força”*.

A articulação de fatos e narrativas sobre a história feita pelos catadores ou mencionada pelos voluntários/militantes católicos são aqui postas em diálogo como em formato de um mosaico de memórias, permitindo a emergência tanto de coincidências quanto de fissuras e contradições. Entendo que esta opção metodológica permite desviar de uma reflexão que busca apoio em balizas que sustentam uma história única e oficializada. Pensar o Mutirão como lócus do múltiplo pode ser relevante para compreender a maneira como os catadores fazem política porque, como salienta

---

<sup>13</sup> O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) foi criado em 2001 durante um congresso realizado em Brasília que reuniu cerca de 1700 catadores. Em sua página eletrônica oficial, o MNCR anuncia como sua missão: “Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (auto-gestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões á céu aberto, nas ruas ou em processo de organização”. (cf. <http://www.mnrcr.org.br>). Em sua constituição, além da equipe de coordenação nacional, cada estado do país tem seus próprios representantes.

Montes (2013:13), a história sempre “explode as fronteiras arbitrárias que separam passado e presente, revelando-se insuspeitada mônada, guardiã de estranhas reservas de significação, sonhos esquecidos ou esperanças não realizadas, fragmentos de aparência irrelevante escondidos no passado, que podem de súbito aflorar no presente para iluminá-lo”.

Foi seguindo essas pistas que escolhi o velório como portão de entrada da etnografia. A centralidade que Luiz assume nesse evento remete metonimicamente às centralidades que constituem a história do Mutirão nas narrativas mobilizadas por meus interlocutores e que apontam para diferentes começos possíveis. São relatos plurais que ora se aproximam, ora se distanciam, mas que por vezes se entrecruzam na produção do que poderíamos assumir como uma história do Mutirão, fragmentária porque resultado de experiências e trajetórias diversas e singulares, mas que mobiliza fatos e pessoas que coincidem. O corpo morto de Luiz no velório articula certa temporalidade do Mutirão, elemento fundamental para pensar o **lugar-evento** que tematizo neste capítulo.

## 1.2 Luiz, o primeiro

Era pouco mais de dezenove horas quando o padre chegou ao velório respondendo ao chamado do voluntário/militante que também havia providenciado o crucifixo grande pendurado no centro da parede sobre o corpo do morto. Apenas chegou, manifestou sua tristeza pela “partida de um catador que admirava tanto e que foi o primeiro que conheceu” dentre os que conformam o Mutirão. Logo convidou os presentes a se aproximarem do caixão para a realização dos ritos fúnebres católicos. Abriu o pequeno livro que portava e em pé iniciou a leitura das fórmulas religiosas ali inscritas. Depois de proclamar dois textos bíblicos com a ajuda deste mesmo voluntário, flexibilizou a formalidade do rito e introduziu um momento que chamou de “memórias do Luiz”. Neste, todos foram convidados a se manifestar recordando características do morto ou fatos de sua vida que consideravam importantes.

O padre mesmo deu início ao ato recordando a “simplicidade com que Luiz retirava o lixo” de sua casa há muitos anos. Seguiu-se um silêncio logo interrompido com a fala de Roberto, voluntário da ONG, que havia se encarregado dos trâmites burocráticos do certame. Ele, um homem de meia-idade, estatura média e robusta, conhecido por muitos por sua desenvoltura oratória, com voz forte anunciou: “O que falar do Luiz? Ele foi o primeiro. Isso é importante pra nós. Desde lá quando Irmã Paulinne começou com o estudo do documento. Ele é o primeiro do Projeto Mutirão”. Em seguida completou com um comentário cômico que provocou gargalhadas dos mais próximos ao morto: “Assim era ele: fanho, negro e sem dentes. Quem conheceu ele, sabe disso. Ele não tinha

dentos. Ele sempre foi muito pobre. Ninguém dava nada pelo Luiz. O Mutirão era tudo o que ele tinha, porque aqui ele é o primeiro”.

Manifestações que conferem a Luiz o lugar de *primeiro* repetem-se inúmeras vezes (antes e depois de sua morte) em eventos cotidianos e comemorações diversas na organização e fora dela e remetem a uma dimensão temporal do Mutirão. Como podemos perceber na enunciação de Roberto e na temporalidade dos verbos por ele utilizados, Luiz *foi* e ao mesmo tempo *é* o primeiro. Estamos, portanto, diante de uma dimensão temporal que não pode ser identificada tão somente em termos cronológicos, mas que precisa ser apreendida a partir de significados sincrônicos que são mobilizados nesta posição inaugural e atualizados cada vez que ela é enunciada. Narrativas semelhantes ouvi na festa que comemorou o aniversário de dez anos da organização quando eu estava iniciando minha pesquisa de campo (janeiro de 2013) ou então no ano seguinte, na assembleia destinada a eleger a nova coordenação da ONG formada até então pelos voluntários católicos (março de 2014).

Em razão desse lugar de primeiro, é comum ver fotos de Luiz estampadas nos poucos materiais de divulgação das ações desta ONG, como, por exemplo, na cartilha lançada na festa dos dez anos da organização amplamente distribuída para a população do bairro. Ali conta-se a história do Projeto Mutirão, apresentam-se os empreendimentos econômicos coletivos a ele vinculados e descrevem-se dicas de formas de reciclagem consideradas as mais corretas. Essa cartilha tem a capa enfeitada com o desenho caricatural de um catador puxando um carrinho, imagem produzida a partir de uma fotografia de Luiz. O mesmo retrato compõe o banner que é carregado para os eventos dos quais a ONG e (ou) os catadores participam, e era também essa imagem que adornava a sala onde aconteceu o velório. Outras fotografias de Luiz estão coladas nas paredes do escritório onde trabalham os catadores ao lado de outro banner de igual tamanho que leva a imagem de Paulinne e de rostos de outros que por ali passaram. Assim, além de Luiz ser o *primeiro*, seu retrato acabou se tornando de alguma maneira a imagem pública do *Mutirão*:



**Figura 1**  
Capa da Cartilha na qual está registrada a história do Mutirão.

Contudo, a afirmação de que Luiz é o primeiro, embora recorrente, possui significados variáveis de acordo com a experiência vivida no Mutirão por quem a enuncia e em que circunstâncias se dá a enunciação. Já em um primeiro momento, conforme mencionei acima, é importante salientar que o Mutirão pode ser duas coisas ao mesmo tempo: a ONG formada por voluntários católicos que tem como nome oficial Projeto Mutirão Profeta Elias composta de oito empreendimentos econômicos coletivos (quatro panificadoras, uma oficina de costura em tecido, um grupo de produção de artesanato de linhas e lãs, um clube de trocas de produtos artesanais diversos, e os catadores de materiais recicláveis) e o agrupamento de catadores, que está em processo de oficialização de sua identidade jurídica como Associação de Catadores Mutirão<sup>14</sup>.

A afirmação de que Luiz é o primeiro articula memórias, trajetórias e relações diferentes entre uns e outros. Não raras vezes, porém, os dois Mutirões se associam e justapõem, como se um fosse o sinônimo do outro e, eventualmente, até são um só. Essa associação sinonímica ou ensamble significacional do nome está diretamente articulada com a história mais oficializada do Projeto Mutirão na qual ambos foram por um período de tempo uma única e mesma iniciativa, como veremos no próximo capítulo.

Apesar das particularidades das experiências concretas de meus interlocutores, de suas trajetórias singulares, evidenciarem reiteradamente que o Mutirão não pode ser apresentado como um grupo uniforme e que se faz necessário perceber os diferentes jeitos como as pessoas o entendem na maneira como constroem as narrativas sobre suas histórias de vida, há elementos comuns que se entrecruzam. Ao lado das duas pessoas sempre narradas como as que inauguraram a organização, Luiz e Paulinne, um importante dado emerge dos fragmentos de experiência registrados em meu caderno de campo: *o começo* do Mutirão se articula com *o começo* do Bairro Novo, o loteamento do Bairro Sítio Cercado hoje com mais de 100 mil habitantes, onde está localizada sua sede.

São inúmeras as narrativas, tanto dos catadores quando dos voluntários católicos, que remetem o começo do Mutirão a um tempo em que “não tinha nada na vila” e as pessoas estavam chegando, ocupando os lotes, construindo as casas, enfim, fazendo do bairro um lugar para viver. É o que fica evidente, por exemplo, na trajetória de Neusa e João, dois catadores que assim me contaram sua inserção no Mutirão:

**Neusa:** Foi assim que chegamos no Mutirão. Nós morávamos em Campina Grande do Sul. Eu era diarista e ele trabalhava lá numa empresa de vigia. Lá perto. Aí ele foi sorteado. E tinha um prazo pra você vir morar e a gente veio lá de Campina Grande do Sul. E a gente veio assim e ficou embaixo de uma lona por uma semana até montar nossa casinha de madeira mesmo.

---

<sup>14</sup> As diferenças entre ambas serão discutidas detalhadamente no segundo capítulo da dissertação.

**João:** Na verdade quando nós viemos pro bairro só tinha o barracão da Cohab [Companhia de Habitação] só. Mais nada. O Bairro Novo era só grama, banhado e água. Valetão só. E nós chegamos no Mutirão assim.

**Neusa:** Tinha bastante vaca, cavalo que vinham comer as nossas roupas no varal. [Risos]

**João:** Aqui não tinha nada. Aqui nós íamos pescar nos buracos que tinha, nos açudes aí.

**Neusa:** Assim, as valetas eram abertas e tinham algumas valetas que tinham olho d'água. A gente encanava elas ali pra você não precisar sair daqui e ir lá onde era o galpão da Cohab. Porque só lá tinha água na torneira.

**Magda:** Era lá que tinha água pra todo mundo que chegava?

**João:** Mas por pouco tempo também, porque começaram a jogar cachorro morto dentro da água daí nós tínhamos que ir lá na linha do trem buscar água pra tomar, pra lavar roupa.

**Magda:** Na linha do trem?

**Neusa:** É, até hoje aquela fonte existe lá. Você nunca foi lá?

**Magda:** Não, nunca ouvi falar.

**Neusa:** Então nós temos que ir lá. Aquele lugar é importante. Lá tinha uma fonte. Ainda tem.

Segundo estudos sociológicos sobre o período, no início da década de 1990 o Bairro Novo passou a ser um dos maiores projetos habitacionais desenvolvidos pela prefeitura de Curitiba, que tinha pressa de conter as crescentes invasões de terrenos em seus arredores, em sua maioria mobilizadas pelo chamado movimento de moradia. Segundo Tonella (2010), o projeto foi assinado por Jaime Lerner, o prefeito da época, em setembro de 1991 e previa a construção imediata de 10 mil moradias para população de baixa renda, conforme o número de famílias cadastradas na Companhia de Habitação (Cohab) que estavam à espera de um terreno. A política consistia no sorteio de lotes para pessoas previamente cadastradas e que, uma vez tendo-o recebido passariam a pagá-lo em pequenas parcelas mensais, respeitando os princípios da racionalidade urbanística estabelecidos por certo saber técnico que definiam as prioridades das políticas urbanas da época<sup>15</sup>. O Bairro Novo foi então dividido em lotes e estes vendidos à população que estava à espera de um lugar para viver.

As formas de chegada ao bairro, porém, não estavam reduzidas à política municipal de distribuição de lotes, mas eram diversificadas e se multiplicavam na mesma medida e velocidade com que se espalhava a notícia de que haviam terrenos disponíveis e com baixo custo na região. Alguns dos meus interlocutores contaram que chegaram ao local “comprando direitos” de outras pessoas, ou seja, aqueles que haviam sido contemplados com a oferta de um lote por parte da Companhia de Habitação vendiam seu direito de estar ali a outra pessoa por um preço acessível. A fala de Perci, um dos voluntários católicos, é ilustrativa dessas dinâmicas:

<sup>15</sup> Sobre a explicitação e efeitos da racionalidade urbanística de Curitiba anteriores e simultâneos à década de 1990, ver Souza, N. R. (2001) em seu trabalho intitulado “Planejamento Urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade”.

De 120 prestação, nós pagamos dez anos aquilo. Quer dizer que eu paguei este terreno aqui duas vezes: paguei uma vez pro cara e a outra que eu paguei o que tinha que pagar pra Cohab. Mas eu precisava de um terreno. Não tinha muito conhecimento da história. Quando eu podia também fazer igual aos outros, entrar ali.

Outros moradores se instalaram nos bairros vizinhos, principalmente nas margens de suas fronteiras, do “lado de lá ou de cá” da linha do trem e do Ribeirão dos Padilhas. É nesses limites entre bairros, ao lado do loteamento, que hoje reside a maioria dos catadores do Mutirão, ou porque conquistaram um lote naquele período, ou então posteriormente alugaram a casa de alguém que o conseguiu (Ver Mapa 1. pg. 36).

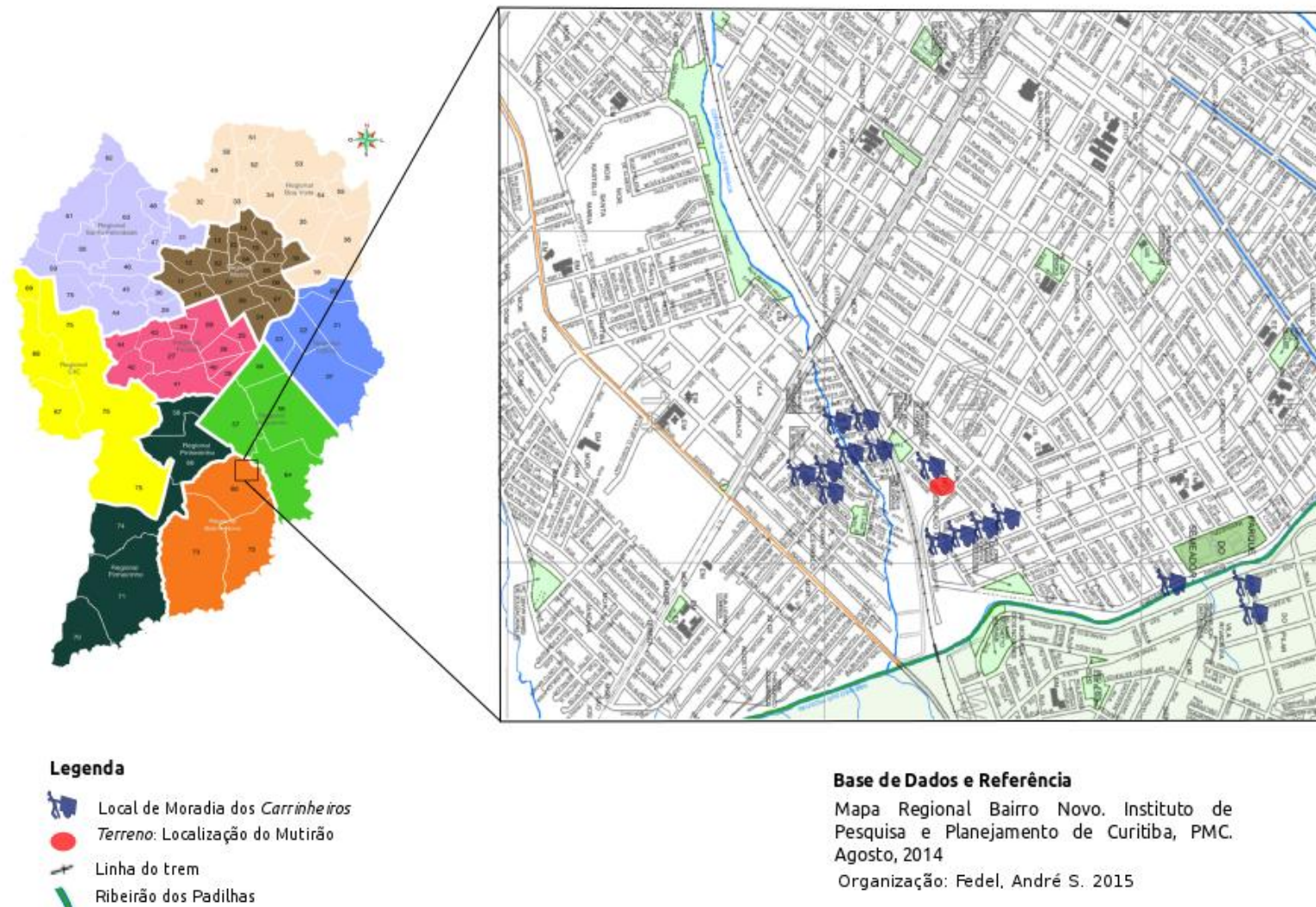
Sandra, a catadora que me comunicou o falecimento de Luiz, contou diversas vezes a história do Mutirão sempre articulando-a a sua própria história. Foi sem dúvida por intermédio dela que acessei muitas das informações com as quais construí esta etnografia. Ela é um dos principais elos de comunicação de um feixe de relações: entre os catadores do Mutirão e outros agentes que de alguma maneira com eles se relacionam, assim como também é ela quem geralmente medeia muitas das relações entre aqueles que trabalham no interior do barracão de reciclagem, ou entre estes e os voluntários/militantes da ONG, assim como com o Movimento Nacional de Catadores e a prefeitura municipal. Trata-se de um lugar de mediação e interlocução que vem sendo construído desde que ela ingressou no Mutirão, por volta de 2004.

Mulher de média estatura, sempre vestida com jaleco e boné que carregam o azul e o desenho do Mutirão, com 41 anos de idade, seu corpo exibe a força especialmente de braços que cotidianamente *puxam carrinho*. Com raras exceções, todas as vezes que cheguei ao terreno ou, posteriormente, ao barracão onde trabalham os catadores do Mutirão<sup>16</sup>, ela estava lá circulando pelos espaços, pronta para receber visitantes, atender telefonemas, falar com a imprensa, responder perguntas, conferir fichas e planilhas, estabelecer contatos com compradores ou doadores de materiais recicláveis e reorganizar as atividades ou mediar conflitos entre os catadores ou destes com outros agentes. Quando não estava no barracão, participava de alguma reunião ou outra atividade vinculada ao trabalho do agrupamento dos catadores. Muitas vezes a ouvi reclamar das tantas interferências às quais está sujeita sua rotina de catação de materiais recicláveis, o que resulta tanto na ampliação de sua jornada de trabalho quanto na situação de pôr em risco a renda familiar.

---

<sup>16</sup> O deslocamento dos catadores do terreno (lugar-evento que discutirei no capítulo 2) para o barracão cedido pela prefeitura municipal ao Mutirão em regime de comodato e a descrição detalhada das estratégias e dinâmicas de trabalho serão temáticas do terceiro e quarto capítulos desta dissertação.

Figura 2 – Mapa 1: Localização do Mutirão<sup>17</sup>



<sup>17</sup> Vale ressaltar que os dados plotados no Mapa 1 correspondem ao local aproximado de moradia de catadores que, em algum momento, trabalharam no *Terreno* do Mutirão. A seguir veremos que o parentesco e a circulação por diferentes tipos de trabalho e locais de moradia trazem como consequência um movimento contínuo de ingressos e egressos na organização, conformando uma de suas principais características. Nesse sentido, apesar da efemeridade dos números, os dados são relevantes porque evidenciam não apenas a localização do Mutirão, como também algumas das relações que o constituem. A mesma ressalva vale para o Mapa 2 que será apresentado no terceiro capítulo desta dissertação.



Comumente Sandra sai de sua casa para *puxar carrinho* ainda de madrugada e percorre itinerários que lhe são familiares, mais ou menos definidos previamente a partir dos contatos e relações acumulados no bairro. Seus pontos de coleta são chamados de pontos fixos e incluem moradias, condomínios e estabelecimentos comerciais que guardam o lixo reciclável para ela. Organizando seu trabalho dessa maneira, todas as manhãs Sandra consegue retornar ao barracão em tempo hábil para abri-lo antes que cheguem os outros catadores. No final do dia permanece depois que os demais já se foram para selecionar e prensar o que coletou no início da manhã.

Em seu trabalho como catadora Sandra conta com a ajuda de seu filho de 18 anos para a coleta no bairro. No período em que ele não está na escola (na qual cursa o ensino médio), também *puxa carrinho*. Para a classificação do material, a contribuição vem de duas filhas, de 19 e 21 anos, que dividem seu tempo entre a ajuda à mãe e o trabalho formal em outras atividades. Vez ou outra, em tempos mais prolongados de ausência das filhas no barracão, Sandra monta uma equipe junto com outros catadores do Mutirão distribuindo-os em sua mesa de triagem, para classificar o material por ela coletado e realizar a prensagem. A renda obtida na comercialização nesse caso é dividida entre eles.

Em uma de nossas muitas conversas, Sandra contou-me o que chamou de “minha história”, dividindo claramente sua narrativa em dois jeitos diferentes de contá-la, articulados por um acontecimento que os divide em um antes, e um depois: a chegada ao bairro e o encontro com Luiz.

Sandra inicia a história de sua vida narrando um drama com voz suave e olhar umedecido pelas lágrimas que vez ou outra apareciam, articulando eventos em uma cronologia pouco precisa com expressões como “sempre foi muito difícil, nós sofremos muito, comecei a patinar, foi um sufoco”. Da chegada a Curitiba aos sete meses de idade, sua narrativa salta imediatamente para a morte do pai pouco depois de completar quinze anos, quando foi obrigada a abandonar os estudos. O evento dramático mistura-se ao sonho de ter uma moradia. Depois de contar sobre a ocupação irregular de terra em uma favela, Sandra narra longamente os tempos de vida nas ruas, quando ela e os irmãos, foram “jogados no mundo” pela mãe que “desencabeçou”. Mediante as relações estabelecidas na rua, em algum momento Sandra recebe a proposta de ir morar com aquele que durante vários anos foi seu esposo e, tendo a possibilidade de levar consigo seu irmão, entende-a como saída da vida nas ruas. A narrativa de sua experiência então assume como tema o nascimento dos filhos e circulação entre diversas casas e bairros da cidade como conteúdo principal, embora passe por eles rapidamente até a chegada ao Bairro Novo, para onde veio realocada por um projeto de habitação popular.

No loteamento, em uma “casinha que não tinha luz, não tinha água, não tinha nada”, grávida de seu quinto filho, foi mordida por um rato e contraiu leptospirose, doença que só não a levou a óbito porque os médicos retiraram o rim enfermo em tempo e a submeteram à hemodiálise.

Enquanto estava no hospital (foram mais de dois meses de internamento), o menino nasceu e foi entregue aos cuidados do esposo e do irmão de Sandra. Este morava no mesmo terreno, também com seus filhos. Quando ela saiu do hospital, seu esposo foi detido por causa de um crime cometido no passado e que lhe era desconhecido.

Nesse itinerário narrativo no qual articula a morte do pai, a vida na rua, a chegada ao Bairro Novo e a doença que quase a levou à morte como eventos basilares de sua trajetória, Sandra acrescenta como a principal consequência do desemprego, seu e de seu irmão, um tempo em que “as crianças estavam passando necessidades”. É nesse momento que ela marca sua primeira ida à rua para *puxar carrinho*, uma nova tentativa de sair do sofrimento. Às madeiras velhas que sobraram da construção de sua casa foram acrescentados dois pneus de bicicleta para fabricar um carrinho com o qual ela e o irmão passaram a coletar material reciclável nas ruas, comercializando-o nos depósitos da região. Enxugando as lágrimas, Sandra conta sua primeira inserção na catação como o dia em que ganhou na rua uma sacola com pães e, ao chegar em casa, fora recebida pelas crianças, seus filhos e sobrinhos: “pareciam um monte de bichinhos ali. Eu acho que foi uma pior fase que passei na minha vida foi isso”, é como ela conclui seu depoimento.

Tendo chegado ao ápice de sua narrativa dramática, minha interlocutora faz uma breve pausa e repete a frase síntese “foi a pior fase que passei na minha vida”. Em seguida, várias mudanças acontecem em sua forma de contar sua experiência e também no encadeamento dos eventos que enuncia. Na cadeira em que está sentada eleva as costas que antes permaneciam levemente inclinadas para frente e para baixo à posição vertical, aumenta o tom da voz, sorri e afirma: “Mas foi daí que eu entrei. Que o Luiz foi lá em casa”. Logo depois de contar como ficou sabendo da existência de um projeto para catadores do bairro por intermédio de uma “mulher da igreja”, e do quanto resistiu em ir conhecê-lo mesmo quando convidada, Sandra descreve seu encontro com Luiz como segue:

**Sandra:** Nem apareci. Também não fui. Falei “Não, eu não vou”. Daí passou uns dias e foi o Luiz. O Luiz e mais dois catadores foram junto com Irmã Paulinne. Daí eu entrei. (...)

**Magda:** Você antes catava e levava pra casa?

**Sandra:** Não, eu catava lá e ia direto pro depósito, vendia lá. Daí eu falei “mas como é que eu vou ficar aqui embaixo? Aqui são onze e com mais eu, doze. Como é que vai ficar? Mas eu tinha me comprometido com Irmã Paulinne e falei: “Vou tentar”. E fui pra lá. Mas não foi fácil. O Luiz me ajudou muito. Nossa! Ele foi o primeiro que encontrei. O Luiz me levava pra rua, alguns lugares... Me deu alguns lugares onde me levava. Me deu até coisas pras crianças comerem, porque eles não tinham o que comer. O Luiz, não tendo nada, ele repartia o que ele não tinha. Ele falava “Não, eu ganhei um pão aqui. Você leva um e eu levo outro. A gente divide”. Então sempre com o jeitinho dele e a Irmã Paulinne conversando com a gente. Sempre...

A partir do momento em que Sandra narra esse encontro com Luiz como o primeiro que encontrou, além de sua postura corporal e entonação na narrativa, muda também o conteúdo de sua enunciação. Ela passa a contar inúmeros momentos cômicos que viveu ao lado do amigo, misturando a sua história e de seus filhos com o que chama de “história minha e do Luiz no Mutirão do Bairro Novo”. As lágrimas são substituídas pelo riso, quando não as gargalhadas que falam de um tempo quando ela aprendeu a catar papel, ainda que antes disso já estivesse envolvida na atividade. Para Sandra, esse encontro dá início a um novo tempo, o tempo do Mutirão: “Foi aí que começou o tempo do Mutirão, entende?”

Experiência semelhante encontramos na narrativa de Estela, que ingressou no agrupamento dos catadores pouco antes de Sandra e, embora tenha saído e retornado inúmeras vezes, permanece sempre próxima, articulada de alguma maneira às dinâmicas que ali se passam.

No entanto, diferente de Sandra, encontrar Estela no terreno do Mutirão sempre foi uma tarefa difícil. Mesmo que continuamente ela se autodenomine – ou seja por outros reconhecida – como uma trabalhadora do Mutirão, sua presença no agrupamento dos catadores não é permanente. Inúmeras vezes a vi assinando a ficha de desistência do trabalho associativo ou, na mesma medida, os documentos de (re)ingresso. Ao longo deste período que venho acompanhando as dinâmicas do Mutirão, diversos foram os motivos que a levaram a sair ou a retornar: conflitos grupais, melhores propostas de trabalho ou decepções em outra organização de catadores, problemas de saúde, tarefas assumidas no Movimento Nacional de Catadores, tensões familiares, intrigas conjugais, baixa renda adquirida com a atividade, discussões com os voluntários católicos etc. Toda vez que Estela deixa o Mutirão espalham-se rumores com críticas e chistes insinuando sua volta. Da mesma maneira, todas as vezes que ela retorna há previsões de que “isso não vai durar por muito tempo”.

Estela coleta e classifica seu material sozinha, somando-se aos demais catadores do agrupamento somente para a prensagem e comercialização. Ela não tem rotina de trabalho nem itinerário demarcados. Quando, como e onde fará sua coleta são elementos que estão condicionados a certa economia de trabalho que precisa ser equilibrada levando em conta diversos fatores: as tantas dores musculares que acumulou em muitos anos dedicando-se à atividade, o material já coletado à espera da classificação ou prensagem, os compromissos com as tarefas coletivas assumidas no barracão, o cuidado ou ajuda aos três filhos jovens que moram com ela (um deles portador de necessidades especiais), a participação nas reuniões ou cursos do Movimento Nacional de Catadores etc.

Comumente ela reclama da ausência dos filhos que dizem sentir vergonha da atividade que a mãe realiza e se negam a contribuir no trabalho da catação. Além disso, estão em desacordo com seu novo casamento com um catador que também está no Mutirão e, segundo ela, deixar de ajudá-la é uma maneira de penalizá-la pela escolha do cônjuge. Em algumas ocasiões, Estela se dedicou à

classificação do material coletado por seu novo esposo. Porém, dada a tensa instabilidade dessa relação e os tantos conflitos que essa gera entre seus filhos, ela acabou optando por manter-se trabalhando sozinha, na efemeridade de seus ritmos e rotinas.

Quando me contou sua história de vida, Estela iniciou a narrativa com um semblante cômico, afirmando que se diverte sempre que tem que falar de si, porque embora tenha sido uma “história de luta é uma história muito bonita”, afirma. Ela é uma mulher de média estatura, cabelos longos e escuros, roupas sempre muito coloridas e enfeitada com as bijuterias que encontra no material que coleta. Esses adornos se misturam aos objetos pendurados cuidadosamente em seu carrinho para que também fique adornado. Aos quase cinquenta anos ela frequentemente é elogiada como uma das mais belas e vaidosas entre as catadoras.

Durante muito tempo de conversa, logo depois de contar sua chegada a Curitiba aos quinze anos, segundo ela “deslumbrada pela mídia” e sonhando em “ser uma pessoa grande por aqui”, Estela atem-se a narrar com detalhes, deslizando para trás e para frente no tempo, os muitos serviços remunerados pelos quais passou, especialmente o trabalho doméstico e a prostituição. Mas o principal conteúdo de sua narrativa articula as histórias de seus vários amores e gravidezes deles consequentes. A cada tentativa não bem-sucedida de encontrar o “amor de sua vida”, Estela partia para outro lugar, outro bairro, em busca de novo trabalho com seus filhos nos braços e, quando isso não lhe era possível, deixava-os aos cuidados de alguém que lhe transmitisse confiança.

Esse ritmo de vida que vinha sendo narrado por minha interlocutora é interrompido quando ela conta sobre seu início na atividade da catação. Dizendo-se aprendiz de um índio que morava no Bairro Parolin próximo ao centro da cidade, depois da morte deste ela decide fazer disso seu sustento e seu trabalho e ingressa em um projeto desenvolvido pela Igreja Católica naquela região. Ali aprende como ser catadora, conhecendo muitas pessoas que são importantes no cenário político da reciclagem em Curitiba – como as atuais lideranças que representam a cidade no Movimento Nacional de Catadores e a promotora do trabalho do Ministério Público Estadual, exemplos que ela mesma menciona –, e participando de diversos cursos e encontros formativos na área. Estela marca este período como um novo começo para sua vida, o momento em que “nasceu o movimento em mim”.

A partir dessa experiência no Bairro Parolin, Estela se inscreve na lista dos possíveis beneficiários dos programas de moradia da Companhia de Habitação e logo é contemplada em um dos projetos de loteamento da região sul da cidade, com a aquisição de um terreno no Alto Boqueirão, ao lado do Bairro Novo, “lado de lá” do Ribeirão dos Padilhas. Construiu sobre este um barraco e alugou um carrinho para coleta de materiais recicláveis no primeiro depósito que encontrou. Sabia catar papel e percebia esta atividade como uma profissão que poderia desenvolver

também em seu novo local de moradia. “E catando na rua assim do bairro, tudo começou de novo”, foi a frase com a qual ela introduziu a enunciação de seu encontro com Luiz:

**Estela:** E neste mesmo tempo também vim para o meu terreno. Eu tinha tempo pra entrar, não podia ficar, né? Eu tinha que ir lá. Aí o que eu fiz: fui nas rádios, pedi telha, pedi um monte de coisa e ganhei, né. E fui... (...) E agora trabalhar? Eu não tinha carrinho, não tinha nada. Aí perguntava pra um que tinha depósito se tinha carrinho. Perguntava. Perguntei. Fui aqui no Osternak procurar carrinho. Aí peguei o carrinho do atravessador e comecei a catar papel. Daí fui indo, fui indo e comprei um carrinho pra mim. Meu terreno era bem grandão, fiz um espaço bem bom lá, comecei catar, vender pro atravessador, fui indo... E na rua encontrei o Luiz. Foi aí que começou de novo.

**Magda:** O Luiz também?

**Estela:** Sim, o Luiz. Só que ele não falava direito. Estava com o crachá e eu via “Projeto Mutirão”, não “Profeta Elias”. (...) E daí era o Luiz também, mas ele não falava direito, daí eu me embananei toda. Daí ele não falava direito mas mostrava “Vai lá, vai lá, vai lá”. Falei “tá bom, eu vou”. Daí nisso foi.

Diferentemente de Sandra, Estela não aprendeu a atividade da catação com Luiz e não foi por ele introduzida no *trabalho organizado*. Nem mesmo foi ajudada por ele em um momento dramático da vida, como apareceu no depoimento anterior. Ainda assim, segundo minha interlocutora, a partir do encontro com Luiz nas ruas do loteamento, “começou tudo de novo”. Depois dessa enunciação, ela passa a contar sua história dentro do Mutirão, especialmente os anos iniciais quando era a representante daquele coletivo no Movimento Nacional de Catadores reivindicando seu lugar como um daqueles que recebeu de Paulinne a incumbência de “fazer o Mutirão crescer”. E sintetiza sua trajetória afirmando “aqui eu fiz história... eu vou ficar na história”.

Essas duas trajetórias de vida que descrevi aqui como casos representativos revelam memórias que atualizam constantemente a articulação entre um bairro em formação, a inserção no Mutirão e o lugar de Luiz e Paulinne como os *primeiros*. Evidentemente tanto Sandra quanto Estela não estão falando do começo do Mutirão como uma organização, seja ela pensada como instituição católica ou associação de catadores, mas de seus próprios *começos* no Mutirão para o trabalho como catadoras. No entanto, é possível perceber como, ao contar suas trajetórias pessoais, enunciam também a história do bairro e da organização.

Essa aproximação entre três histórias – pessoal, bairro e Mutirão – são recorrentes nas narrativas dos catadores entre os quais fiz a pesquisa de campo, de modo que, independente de qual delas é o ponto de partida e o vetor que direciona a narrativa, sempre se chega à imbricação entre os três processos de constituição.

### 1.3 “Dai-lhes vós mesmos de comer”

Narrativas semelhantes às de Sandra e Estela sobre a história do Mutirão foram registradas entre os voluntários católicos. Para todos eles, Luiz e Paulinne são *os primeiros*. Porém, enquanto aquelas falam do Mutirão como algo que passa a integrar suas vidas desde o encontro com Luiz, os voluntários/militantes católicos apontam um convite que lhes fora dirigido pela religiosa como marco de sua inserção no projeto. Estes, porém, consideram a constituição da Paróquia Profeta Elias, única instituição católica presente no Bairro Novo, também como fato integrante desse marco. A gênese da paróquia local, do Mutirão e do Bairro Novo é narrada pelos voluntários católicos como índices de uma mesma experiência.

Da mesma maneira como refleti acima, também nesta seção a intenção não é contar uma história do Mutirão propriamente dita, mas trata-se de um esforço de chamar a atenção para eventos, personagens e relações que são mobilizados em suas narrativas. As enunciações dos voluntários católicos, ainda que esparsas e fragmentadas, são de fundamental importância uma vez que recorrem e ressaltam determinados argumentos que, quando agrupados, permitem identificar como foi sendo construída certa imagem pública da organização.

Vale ressaltar que também aqui o ponto de partida são trajetórias singulares. Além da religiosa e do catador identificados com *o começo*, nas narrativas recolhidas junto aos voluntários católicos há destaque para alguns outros personagens dentre aqueles que “ajudaram a criar” o Projeto Mutirão. Um deles é Perci, que foi o coordenador da organização durante os primeiros dez anos, metade deles transcorridos nos tempos em que esta ainda não estava oficializada como entidade jurídica no formato de ONG. Imigrante mineiro, aos seus 65 anos, Perci conta com detalhes sua chegada ao interior do Paraná em 1964, onde se dedicou ao trabalho na agricultura e administração de fazendas de terceiros, atividades que lhe conferiram experiência em dinâmicas de gestão de organizações ainda que não tivesse oportunidade de dedicar-se aos estudos para formalizar seus conhecimentos. Ali se casou com Cristina que lhe apresentou o trabalho nas pastorais católicas aos quais até hoje se dedica. Com a esposa e suas três filhas migrou no início de 1993 para Curitiba, mais precisamente para o Bairro Novo. Em sua narrativa fica explícito que seu engajamento em atividades sociais da Igreja Católica, iniciado no interior do estado, teve continuidade no novo local de moradia por meio do convite de Paulinne, para que ele integrasse o processo de criação do Mutirão.

João Carlos, outro voluntário católico atuante na organização, chegou a Curitiba ainda criança, aos cinco anos de idade, e constrói toda sua narrativa a partir da experiência urbana vivida na capital. Pouco fala, porém, de sua infância. Ao contar o que chama de “minha história na cidade” remete a narrativa ao período em que vivia entre a Vila São Pedro e a Vila Acordes, no sul da

cidade, e acompanhava seus pais às chamadas comunidades eclesiais de base a partir das quais participava no grupo da Juventude Operária Católica e no Movimento de Moradia. Era um período em que “O Bairro Novo na verdade não existia, era só gramado, só fazenda”. João Carlos marca sua chegada aos arredores do loteamento e o encontro com a religiosa católica como marcos de seu ingresso no Mutirão em 2003, uma década depois de Perci.

Ao contrário deste último, um terceiro interlocutor com o qual aqui estabeleço um diálogo, se detém longamente nos detalhes sobre sua infância e juventude nas periferias de Curitiba. Contando sobre a forma como circulava nestas, Roberto insiste em aproximar sua experiência àquelas enunciadas pelos catadores, mencionando em detalhes sua infância na catação de materiais recicláveis. Órfãos de pai e vítimas de um padrasto violento, Roberto e seus irmãos foram encaminhados pela mãe a um orfanato coordenado por uma congregação religiosa, local onde o menino catador aprendeu os preceitos católicos e uma teologia considerada por ele como libertadora, que o conduziram ao mercado formal de trabalho, à militância política e ao engajamento pastoral desde sua juventude. Quando narra sua chegada ao Bairro Novo em 1994, imediatamente acrescenta: “Aos poucos passei a integrar aqui os trabalhos da paróquia e tal. Daí surgiu esta proposta, no final de 2002, com relação ao Documento 69 dos bispos do Brasil que pedia que a igreja católica verificasse alguma coisa que levasse além do assistencialismo que a paróquia praticava”. Roberto sintetiza essa etapa contando do convite que recebeu de Paulinne, seguido da afirmação “Aí que entra a história de novo”.

Diferente dos depoimentos das catadoras – que registram formas diversas de engajamento no Mutirão a partir do encontro com Luiz – Perci, João Carlos e Roberto organizam a releitura de suas biografias tomando como eixo articulador o encontro com Paulinne e, a partir dele, encadeiam um conjunto de dados, eventos e personagens de maneira semelhante. Apesar de se tratar de trajetórias singulares, as narrativas dos voluntários católicos convergem para um mesmo enfoque, contando uma única história: o engajamento num projeto iniciado pela Igreja Católica local em um loteamento em formação na periferia – o Bairro Novo – com um discurso voltado aos empobrecidos<sup>18</sup>. São trajetórias singulares que de alguma maneira se coletivizam no Mutirão. O vetor de suas narrativas converge para a história institucional, ou seja, para aquilo que Roberto sintetiza ao afirmar “aí entra a história de novo”.

<sup>18</sup> O estudo de Stoll (2003) sobre espiritismo no Brasil é fundamental para a análise da releitura da(s) história(s) do Projeto Mutirão contada(s) pelos ativistas católicos, conforme aqui apresento. A metodologia adotada pela autora na reflexão sobre as construções biográficas de Chico Xavier, um dos mais conhecidos médiuns brasileiros, indica que mais importante do que recriar a história do percurso do espiritismo no Brasil ou do próprio médium é perceber o processo no qual ele vai sendo transformado em uma figura paradigmática mediante a mobilização de narrativas diversas e não lineares que confluem paulatinamente para a produção de uma história oficializada. Também no caso dos militantes católicos, atentar para os detalhes dos depoimentos mostra que, ainda que singulares e diversos, o modo como contam a história tem como eixo um mesmo enfoque político-religioso – o deslocamento da Igreja Católica em direção aos pobres – o que resulta na coletivização dos relatos sobre o Mutirão, cujos eventos e personagens são encadeados na produção de uma história oficial.

Um dos eventos de oficialização da história do Mutirão foi o lançamento da cartilha que mencionei acima. Outro, foi uma homenagem ao Bairro Sítio Cercado feita na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em finais de maio de 2014, em que foram premiadas a associação dos catadores, a ONG dos voluntários católicos e a Paróquia Profeta Elias, todas com o mesmo argumento: o compromisso com a justiça social.

Esse “compromisso” teve por motivação inicial o documento número 69 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançado em comemoração ao seu jubileu de ouro em abril de 2002, o qual traz como título: “Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome”<sup>19</sup>.

Entre os voluntários católicos é essa referência que marca o começo do Mutirão. Os fiéis do bairro, entendendo o conteúdo do documento como uma proposta alternativa de organização da Igreja em um sistema não hierárquico e a partir da pregação de uma consciência libertadora, declaravam sua opção preferencial pelos pobres e assumiam uma posição na luta dos oprimidos por emancipação. Tal bandeira compreendia aliar-se às principais vítimas do mercado capitalista e com elas construir estratégias de justiça social. Dentre as principais vítimas, essa organização religiosa identifica aquele segmento da população que na época era conhecido como catadores de papel, avaliados como os mais pobres entre os pobres.

A história do *começo* desse projeto religioso é, portanto, construída e repetidamente narrada a partir do léxico político-religioso do documento da CNBB que, já em suas primeiras páginas (logo após apresentar o contexto do jubileu que se estava celebrando naquele momento), conclama os cristãos a conhecerem as causas e socorrer as vítimas da miséria e da fome no Brasil e no mundo, remetendo-os ao que chama de uma renovação do “compromisso com a causa da justiça do Reino” e “solidariedade com o povo em seu sofrimento” (CNBB, 2002: 9). Descrevendo o que nomeia como os “Desafios prementes no início do Milênio marcado por temores, tristeza e desalento” e os motivos que produzem o “drama da fome no país”, o documento afirma que essas dinâmicas sociais exigem uma reação dos cristãos comprometidos com as causas do evangelho:

...requer uma definitiva transformação desde a lógica do mercado, hoje mundializado e fora do alcance do controle social ou político, até dos hábitos e motivações pessoais marcados pelo consumismo e ambição de riquezas. (...) O mais triste para a consciência cristã é o fato de que a escandalosa desigualdade acontece, infelizmente, pela falta de testemunho evangélico de vida, criando ofuscamento da consciência, frieza e alienação diante do sofrimento humano e descrédito para o anúncio da Boa Nova. (...) Apresenta-se aqui um impasse de difícil superação, uma vez que as transformações estruturais exigem, para serem

---

<sup>19</sup> Periodicamente a CNBB lança documentos que pautam temáticas sociais e (ou) teológicas para serem estudadas por todas as organizações católicas do Brasil. Muitas destas organizações criam grupos de trabalho e estudo que se reúnem em torno das publicações e propõem iniciativas e atividades a partir delas.



empreendidas com eficácia, alteração nas leis que não pode ser concretizada sem mudança profunda de mentalidade. (CNBB, 2002: 14-15)

Entre suas conclusões, o imperativo evangélico da frase atribuída a Jesus Cristo que dá título a esta seção: “Dai-lhes vós mesmos de comer”. (Mc, 6,37).

Essas proposições do Episcopado Brasileiro encontraram eco em meio aos cristãos do Bairro Novo. Nos depoimentos de meus interlocutores, esse documento aparece como o eixo a partir do qual articulam suas experiências anteriores e posteriores à chegada ao Bairro Novo, justificando sua opção pelo trabalho com os catadores como motivação para a criação do Projeto Mutirão. Se, por um lado, a transformação do que o documento chamava de lógica do mercado mundializado estava fora do alcance e das possibilidades de controle pela Igreja, de outro, se aponta como caminho para a produção de transformações estruturais a mudança de mentalidade. Reunidos com Paulinne para estudar o texto da CNBB, desses encontros surgiu a proposta de criar empreendimentos econômicos, destacando-se dentre eles aquele voltado aos catadores de papel, reconhecidos como as principais vítimas do sistema que produz fome e miséria. João Carlos remete a esse período como segue:

Então houve a apresentação e discussão do documento. O documento estava muito presente naquele momento. Então a gente trabalhava muito com a questão do documento. (...) Daí eu entrei pelo fato da experiência com trabalhos sociais que eu tinha nas comunidades eclesiais de base (...). Então durante este ano eu fui me aproximando e depois Irmã Paulinne me pediu pra assumir o grupo propriamente dito para que eu pudesse trabalhar com eles e aí eu fui entrando num processo mais de identificação.

À medida que Perci foi narrando, ao lado da esposa, sua trajetória de vida a partir de eventos e pessoas que foram criando, simultaneamente, o Mutirão, a Igreja Católica local e o próprio Bairro Novo, pude perceber que os acontecimentos mencionados, embora cronologicamente anteriores ao lançamento do documento da CNBB em 2002, são sempre articulados ao período de seu estudo, conformando uma única história que tem seu início nos primeiros anos da década de 1990.

**Magda:** Como foi que o senhor começou a trabalhar com o Projeto Mutirão?

**Perci:** Quando nós chegamos em 93 aqui neste bairro onde nós mora, eu me lembro bem claro... Que você me fez uma pergunta “Como é que eu entrei pro movimento social, pro Mutirão?” Bom, vamos voltar pra 93 pra poder dar sequência. Quando arrumamos aqui, estava começando o bairro. Estava aglomerando o povo assim que estava chegando “Nós não temos igreja, nós temos que ter um lugar pra rezar”. Isto já tinha um ano que o povo estava vindo aqui no bairro. (...) Mas ali em 93 quando nós estávamos chegando o pessoal todo domingo já se reunia. E gente aqui no bairro era pingado. (...) Ia chegando gente de todo lado, do norte do Paraná, e começamos a articular o pessoal. (...) Então nós se juntava lá, lá no vento e embaixo da cruz. E com isso foi começando a primeira

movimentação da capelinha. Começou a construir, a levantar a capelinha. De motivação. O povo dá cimento, areia, tijolo. Aí já começou a caminhar. (...) E só foi tomar o nome de paróquia em 2004, mas não tinha matriz. Era uma rede de comunidades. E foi quando o frei veio. Lembro que teve uma missa aqui que foi para a instituição da paróquia. Aí já passava a ser Paróquia Profeta Elias. Mas não tinha matriz, era uma rede de comunidades. Aí começou o Mutirão.

Conforme enuncia Perci, os novos moradores que iam chegando começavam a fazer do Bairro Novo seu espaço de vida, articulando as experiências dos lugares de onde eram oriundos, recriando práticas e costumes. Ao narrar a forma como chegaram ao loteamento e como compraram seu direito ao lote, meu interlocutor retoma a tríplice articulação entre bairro, organização católica e Projeto Mutirão.

A afirmação de que o que se tinha no bairro não era uma paróquia mas uma rede de comunidades é uma forma de afirmar que ali não se concretizava a estrutura hierárquica comum às organizações da Igreja Católica, cuja principal característica é a centralidade da sede paroquial ou matriz, instância que geralmente concentra a documentação da instituição, a secretaria para atendimento aos fiéis, as atividades econômicas e as práticas devocionais voltadas ao santo mais cultuado no local, assim como as atividades do maior templo da paróquia com seus respectivos anexos: salas, salões, equipamentos etc. A sede paroquial é, nesses termos, considerada mais importante e tem maior autoridade, status e influência sobre os templos menores e as pessoas que deles participam.

Segundo os voluntários do Projeto Mutirão, no Bairro Novo, embora houvesse uma paróquia instituída sob o nome de seu santo padroeiro, o Profeta Elias, seu modelo de organização era descentralizado e fazia parte de uma rede de comunidades. Essa forma de organização guarda a utopia da horizontalidade, segundo a qual os templos e seus participantes teriam igual força de influência e espaço de participação. A festa do padroeiro da paróquia era realizada em uma praça localizada no centro do loteamento, chamada Praça das Tendas, em memória ao povo da tradição bíblica que fez a travessia da escravidão do Egito para a terra prometida, vivendo tempos intensos de partilha e solidariedade em acampamentos no deserto. A secretaria, que começava armazenar os documentos burocráticos produzidos pela administração dos sacramentos, girava entre todos os poucos templos que compunham a rede de comunidades existentes até então, tendo por intuito atender preferencialmente à população daquela região do loteamento. Cada lugar designado para as orações litúrgicas constituía uma comunidade, ou seja, um agrupamento de pessoas que se juntava para rezar, arrecadar dinheiro para a construção dos templos e desenvolver as tarefas litúrgicas e catequéticas para seu funcionamento.

Narrativas como a de Perci de que a princípio a reunião de cristãos era “no vento e embaixo da cruz” são recorrentes e acompanhadas de anedotas sobre tempos de provisoriedade e

carências em que era preciso escolher entre correr ou rezar na chuva, confeccionar os próprios objetos ou ornamentos litúrgicos, emprestar casas para reuniões ou escolas que a prefeitura municipal estava construindo para a catequese. Tempos em que tudo era precário e inacabado, mas que havia muita mobilização dos moradores para construir o bairro e a paróquia.

Assim como o nome Praça das Tendas, a reiteração do evento bíblico que narra a libertação de um povo eleito por Deus escravizado no Egito mediante a ação revolucionária de Moisés sustentava a rotina de trabalho pastoral dos fiéis e era chave de leitura dos acontecimentos. Em uma ocasião presenciei um diálogo informal entre Cristina, a esposa de Perci, e uma amiga, na qual elas recordavam os tempos em que se iniciavam o bairro, a paróquia e o Mutirão:

**Cristina:** Eu lembro bem uma vez em que nós tava lá em cima na Tecnológica [nome atribuído a uma das partes mais altas do loteamento] arrumando uma mesinha que nós tinha, assim bem simples que dobrava no meio. Ela era nosso altar, onde nós rezava. Tudo era bem simples, bem precário. Tinha chovido e estava muito frio. Nossa, como tava frio aquela manhã! Tinha uma poça de água assim que parecia uma lagoa. A água tava um gelo só, uma pedra de gelo que até andamos em cima dela. Dali a pouco escutamos um estralo. No que olhamos pra traz vimos que tinha rachado aquela poça inteirinha, de um lado ao outro, assim, aberto no meio bem certinho, uma rachadura que terminava bem na frente do altar, da mesinha. Até comentamos, que parecia bem aquela passagem da bíblia que Moisés abriu o mar pra libertar o povo que estava escravo. Como se fosse um sinal, bem certinho partiu a água até a frente do altar, assim.

A rede de comunidades tinha também uma organização diferente das paróquias convencionais que são administradas por conselhos ou diretorias escolhidas pelo padre responsável ou assembleias formais. No Bairro Novo cada comunidade se reunia todos os meses no que chamavam de RUMO: Reunião que Une, Movimenta e Organiza. Os RUMOs foram-me narrados como espaços abertos de discussão e deliberações para os quais todos eram convidados a participar, inclusive os novos moradores católicos – ou potencialmente católicos – que não cessavam de chegar e poderiam ser integrados nesta dinâmica, valorizando-se as experiências religiosas que traziam dos lugares dos quais eram oriundos. Periodicamente as principais lideranças de cada comunidade se juntavam no que chamavam de RUMÃO, uma reunião ampliada para a qual as demandas dos RUMOs eram encaminhadas e no qual se deliberavam as estratégias e ações que seriam desenvolvidas pela paróquia. Cada comunidade chamava-se Comunidade Eclesial de Base (CEB), que juntas formavam as CEBs Bairro Novo da Paróquia Profeta Elias.

Relata-se, com igual insistência, uma série de iniciativas que eram características da responsabilidade social das comunidades e de seu compromisso com a transformação das situações avaliadas como de *injustiça*. Fala-se de um tempo em que havia grandes e numerosos encontros de formação política, isto é, de análise da conjuntura e estudos da doutrina social da Igreja. Nestes,

adentrava-se em certa hermenêutica que proclama o Reinado de Deus como uma tarefa terrena, sinônimo da implantação de uma sociedade liberta, justa e igualitária, que propunha aos cristãos uma opção predileta pelos que são considerados mais pobres e, portanto, principais vítimas das injustiças. O engajamento em questões políticas era tido como parte constitutiva da fé.

Souza (1993) desenvolve um estudo sobre militância católica progressista em Curitiba no início da década de 1990. Embora não possamos afirmar que se trata das mesmas pessoas, uma vez que o autor optou metodologicamente pelo anonimato dos seus interlocutores, é interessante perceber como o binômio dominação *versus* libertação, expresso na simbologia bíblica que dava nome à Praça das Tendas, servia de modelo a partir do qual era produzido o militante e sua agenda política na cidade, como se certa consciência libertadora produzisse determinados sujeitos. Para o autor, a marcha para a libertação era lida naquele contexto como uma forma de se ultrapassar o assistencialismo e alcançar as dimensões estruturais da pobreza que vitimizavam o povo trabalhador sob o jugo da exploração capitalista. Aliar-se aos pobres era, para os militantes católicos dessa vertente, uma forma de se vivenciar as exigências do evangelho e colocar-se na luta pela justiça pela via da organização da pobreza. Povo organizado era sinônimo de povo liberto. O pobre foi sendo paulatinamente construído como oprimido e as práticas religiosas passaram a ser também práticas políticas e vice-versa. O oprimido era visto como vítima do capitalismo, mas passível de libertação pela ação política dos fiéis. Concepção que Silva (2013, p.17) chamou de “ação política de Deus a favor dos oprimidos”, conformadora de um imaginário em que luta social e santidade vinham de mãos dadas.

Essas concepções se aproximam daquelas do Movimento de Luta contra o Desemprego analisado por Doimo (2009) em Vitória, no Espírito Santo, também sustentado por um pertencimento religioso católico que mobilizava recursos bíblicos para justificar estímulos à mobilização social. A autora nos ajuda a pensar como à época a noção de carência foi mobilizadora de ações político-religiosas. Do encontro produzido entre discursos evangélicos e propostas do pensador brasileiro Paulo Freire, tão comum nesse período, emergiram repertórios religiosos que associavam práticas políticas a propostas pedagógicas por meio das quais se pretendia ensinar o povo a se organizar para transformar a realidade considerada injusta.

Otávio Velho (1998) também contribui para a compreensão dessas práticas por meio do binômio cativo (dominação) *versus* libertação, quando reflete sobre o que chamou de Cultura Bíblica, cujos desdobramentos teóricos são fundamentais para entendermos como foi e vai sendo criado o Mutirão. Segundo o autor, a cultura bíblica pode ser compreendida a partir dessas duas expressões centrais que, articuladas entre si, estabelecem uma relação de mútua definição e total interdependência. Cativo (dominação), ao indicar a ausência de liberdade forma com seu polo oposto um binômio indissociável que contribui para a apreensão e interpretação das mais diversas

situações, desde contextos sociopolíticos mais amplos até circunstâncias cotidianas. Segundo o autor, a noção de cativo aparece associada a fenômenos como a expropriação e a dominação e ocupa, muitas vezes, o lugar de sinônimo de capitalismo.

No Bairro Novo, diversas iniciativas foram tomadas naquele período a fim de organizar e educar os pobres e pô-los em marcha pela própria libertação, culminando com a constituição do Projeto Mutirão. Roberto me falou com eloquência sobre uma associação presidida por ele que era formada exclusivamente por moradores do bairro pertencentes à Igreja Católica, apresentada como uma grande contribuição para a criação do Projeto Mutirão:

**Roberto:** Quando fui convidado pela Irmã Paulinne já aceitei de cara e até porque naquele tempo a gente já tinha um grupo que representava as pastorais sociais, nós tínhamos uma associação de moradores da qual eu fui presidente aqui no bairro. Então nós já desenvolvíamos alguns trabalhos na área social.

**Magda:** Era uma associação de moradores que representava todo o Bairro Novo?

**Roberto:** Não. Tinha uma outra associação de moradores. Mas assim, que efetivamente não tinha um trabalho voltado para a comunidade. Pelo menos a gente não percebia isso. Daí nós criamos uma associação principalmente para representar os moradores que eram ligados à Igreja Católica. Então nossa atuação era principalmente nas comunidades ligadas à Paróquia Profeta Elias.

Conforme indica Roberto, quando Paulinne chegou ao Bairro Novo para trabalhar na paróquia que estava sendo formada já havia engajamento de alguns cristãos católicos com “trabalhos na área social”. Além das ações desenvolvidas pela rede de comunidades, também o movimento de moradia, que havia liderado as principais invasões de terrenos para habitação de famílias pobres nos arredores do novo loteamento, tinha entre seus integrantes vários militantes cristãos católicos que igualmente foram beneficiados pelas políticas de distribuição de lotes na região. É sobre isso que nos informa João Carlos quando fala sobre como conheceu a religiosa e foi por ela convidado a compor a equipe que estava estudando o já mencionado documento da CNBB:

**João Carlos:** A Vila Acordes que foi minha, meu berço político propriamente dito, onde eu entrei nas comunidades eclesiais de base. Onde meus pais entraram nas comunidades eclesiais de base e ali foi onde eu tive meus grandes mestres, incluindo ali pessoas que se dedicavam na luta pela abertura do Xapinhal<sup>20</sup>. Foi uma luta nossa, eu participei desse processo.

**Magda:** Você estava na ocupação do Xapinhal?

**João Carlos:** Eu estava na luta do Xapinhal. Eu trabalhava até uma e vinte da manhã e depois eu ia pra montar ronda. Eu montei ronda até às sete ou oito da

<sup>20</sup> Segundo Bega (1999, p.43), “o movimento Xapinhal nasce pela ação de um grupo de associações de moradores assessorados pelas Comunidades Eclesiais de Base que resolveram somar esforços em uma luta comum pela terra. Abrange as associações de moradores dos bairros do Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e adjacências, onde está concentrado o maior movimento reivindicatório da cidade e onde também estão os maiores focos de conflitos em torno da posse da terra. A partir dos anos 90 a administração municipal reforça seus investimentos na área com construção, no atual bairro Sítio Cercado (área de atuação do Xapinhal), de uma grande área de loteamentos populares viabilizados através da COHAB-CT, denominado Bairro Novo”.

manhã lá no Xapinhal. Eu estava na invasão do Jardim Natal também. Ali não estive tão ativo no trabalho. (...) Bairro Novo na verdade não existia, era só gramado. Era só fazenda. A gente vinha buscar esterco de vaca pra poder fazer lavoura lá naqueles lados da Vila Acordes. (...) Só em 2003 eu vim pra este local e pela característica que a gente tinha de trabalho lá eu fui convidado a conhecer o Projeto Mutirão. Lá na sua origem. Na origem do Projeto Mutirão.

A presença de Paulinne na paróquia e sua liderança no que estava sendo chamado de pastoral social conjugou-se com a conclamação da CNBB para o mutirão nacional contra a miséria e a fome. A religiosa montou uma equipe com pessoas que já tinham alguma inserção em atividades ou organizações sociorreligiosas para desenvolver um estudo sistemático do documento da CNBB e pensar em formas de criar ações concretas no Bairro Novo. Ela ofereceu a Perci contrato de trabalho com a função de contribuir na organização das atividades entre os moradores da localidade. Perci, que estava desempregado na época, tinha pouca qualificação profissional e uma idade que, segundo ele, dificultava sua reinserção no mercado de trabalho, aceitou a proposta e passou a dedicar-se inteiramente ao mutirão de estudo, participando inclusive de eventos ou reflexões semelhantes sobre o tema desenvolvidas por outras instituições na cidade.

No início de 2003 ele compareceu a um simpósio sobre a campanha nacional da CNBB, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, onde conheceu o trabalho desenvolvido pelo Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo (Cefuria)<sup>21</sup> – voltado à organização e assessoramento a empreendimentos econômicos coletivos nas periferias da capital paranaense e região metropolitana, aos quais chamavam de economia solidária<sup>22</sup>. Na mesma ocasião ouviu sobre um trabalho que estava sendo iniciado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) por meio da realização de encontros com catadores de papel a fim de ajudá-los a organizar alguma forma coletiva de trabalho. Entusiasmado com esse projeto, Perci retornou às reuniões de estudo do documento da CNBB com proposta semelhante à da CUT tendo em vista que no Bairro Novo o número de catadores vinha aumentando proporcionalmente ao adensamento populacional do loteamento. A sugestão encontrou apoio de toda a equipe, uma vez que se consideravam os

---

<sup>21</sup> A relação entre o Projeto Mutirão e o Cefuria se dá principalmente no que tange às atividades desenvolvidas a partir da proposta da economia solidária, que consiste na organização de coletivos de geração de trabalho e renda reconhecidos como espaços propícios para a *formação política*. Com a aproximação do Cefuria às organizações de catadores da região metropolitana de Curitiba a partir de 2006, começou a ser desenvolvida uma série de atividades conjuntas entre as duas organizações desencadeando um processo de constituição de uma cooperativa de reciclagem (COOPERSOL), conforme será discutido no capítulo 3. Para mais informações sobre as ações e estratégias do Cefuria e sua relação com certa proposta política católica, ver Souza, A. I. (2006); Trigo (2007) e Streck & Adams (2014).

<sup>22</sup> A economia solidária tem sua emergência no Brasil a partir dos anos 1980. É um fenômeno que vem crescendo rapidamente tanto em número de participantes nos empreendimentos econômicos e organizações da sociedade civil quanto em iniciativas do Estado e estudos acadêmicos que se dedicam à sua avaliação. Além de multiplicar importantes iniciativas econômicas, a economia solidária muitas vezes é pensada como uma proposta política com pretensões de superação do modelo capitalista de produção e tem na Igreja Católica uma das principais aliadas. Embora não seja o objetivo de discussão da dissertação, vale salientar que o Projeto Mutirão está localizado também dentro dessas dinâmicas. Sobre a relação entre economia solidária e as significações e propostas políticas católicas já discuti em outros trabalhos. (MASCARELLO, 2012a; 2012b; 2013 e 2014)

catadores de papel *os mais pobres entre os pobres*. Perci passou a dedicar-se intensamente a esse trabalho percorrendo as ruas do loteamento e apresentando a proposta a estes trabalhadores. Quando narra sua trajetória, muito embora articule o início do Projeto Mutirão à sua chegada ao Bairro Novo na década anterior, marca aqui um novo começo:

Até aí eu só ia na igreja. Nós íamos na igreja mas nós não tínhamos nenhum momento de articulação, assim, social. Era só ir lá rezar. Rezava, fazia as celebrações, comungava, fazia as reuniões e depois vinha pra casa e ficava só nisso. Nisso ficava toda minha vida de comunidade. Não tinha nada que comprometesse uma coisa de transformação. (...) Aí depois disso eu comecei. Eu encontrava um carrinheiro, digamos, um catador com carrinho na rua e começava a conversar com ele e tal. “Eu sou aqui da paróquia, nós estamos querendo fazer um trabalho aqui de fazer uma associação”. Aí mostrava a ideia pra eles. Uns aprovavam a ideia. Aí batia no outro “Ah não, isso aí não dá em nada”. Tem até hoje um catador que está ali, bem na esquina do sinaleiro (que dizia) “não vai funcionar uma cooperativa”. Aquilo foi o que mais me marcou, ele disse “Não vou nisso não rapaz, o que vocês estão querendo é ganhar dinheiro nas nossas costas”. (...) Nós convidava todo mundo. A Irmã apoiando. A paróquia apoiando.

Quando manifestavam interesse em aderir à proposta, os catadores tinham registrados seus nomes, idade e endereço em planilhas improvisadas para facilitar contatos posteriores. A partir delas, eles foram sendo convidados para reuniões nas quais eram motivados a falar sobre seu trabalho na catação e informados sobre os passos necessários para a organização de uma associação em torno de sua atividade produtiva. A rotatividade de catadores nas reuniões, seu descrédito em relação a esse tipo de iniciativa e a desconfiança de alguns de que poderiam ser roubados ou enganados pelos ativistas cristãos foram as principais dificuldades iniciais apontadas pelos meus interlocutores ligados à ONG.

Por sua vez, os catadores com quem conversei, embora não sejam exatamente desse período, descreveram outros problemas. Por um lado, apontam que havia uma indisposição de trabalharem uns com os outros já que precisavam negociar uma série de relações que lhes cerceava a liberdade e autonomia que o *trabalho por conta* lhes proporcionava e, não raramente, já se conheciam em suas circulações pela rua do loteamento acumulando conflitos, desentendimentos e disputas. Por outro, mencionam certa dificuldade em romper com os depósitos particulares com os quais comercializavam o produto da catação e mantinham relações de fidelidade pautadas em acordos difíceis de romper, principalmente o reconhecimento de favores recebidos, como o pagamento de dívidas com aluguéis e empréstimos de dinheiro.

Conforme me foi relatado pelos catadores, *trabalhar por conta* consistia em coletar o material nas ruas do bairro e vender o que fora recolhido nos pequenos depósitos da região. Ali o material era selecionado, prensado e comercializado com outras empresas de maior porte, os aparistas. Quando o catador não tinha seu próprio carrinho, podia alugá-lo no depósito e pagá-lo

com o material que coletava, como apontaram os relatos de Sandra e Estela acima citados. O mesmo acontecia em casos de necessidade de moradia, quando pequenos quartos ou barracos eram disponibilizados no interior dos depósitos que assumiam característica de cortiços. Nesses casos, a periodicidade de pagamento pela quantidade e qualidade de material coletado era idêntica ao fluxo da coleta, ou seja, para coletas diárias pagamentos também diários, de modo que necessidades mais imediatas ligadas à sobrevivência (como alimentação, por exemplo) poderiam ser supridas pelos catadores, ainda que a quantidade de dinheiro recebida fosse pequena. Segundo informações de alguns catadores, esses valores variavam, em 2005, entre R\$ 30,00 e R\$ 70,00 ao dia. No entanto, aqueles que dependiam da moradia e do carrinho dos donos dos depósitos comumente se mantinham por meio de relações de dependência, tutela e, não poucas vezes, endividamento.

Os ativistas católicos qualificavam tal relação entre catadores e depósitos como de dominação e opressão, análogas ao trabalho escravo, e seus projetos apontavam a possibilidade de retirá-los dessa dinâmica. É importante destacar que a proposta de coletivização do trabalho incidia basicamente sobre o processo de comercialização, uma vez que entendia-se que era necessário armazenar o material selecionado, dado que o aumento de volume de produção implicaria melhor resultado na comercialização. Isso porque uma oferta maior e mais qualificada de produtos tornaria possível estabelecer acordos comerciais com aparistas de porte médio os quais comumente oferecem maior valor de mercado, além de aumentar a possibilidade de barganha de preços<sup>23</sup>. Esse era um dos argumentos principais que sustentava – e ainda hoje sustenta – o esforço por criar estratégias e formas de trabalho coletivo entre os catadores. Ainda que a coleta permaneça sendo uma atividade individualizada, vender coletivamente é entendido pelos agentes envolvidos na catação de materiais recicláveis de Curitiba (Estado, ONGs, Movimentos Sociais, Igrejas, Catadores...) como sinônimo de libertação da dependência aos depósitos e provável aumento de renda. Os ativistas católicos, ainda que assumindo em relação aos catadores certa tutela semelhante àquela dos depósitos particulares, se comprometeram com a cessão de carrinhos para a coleta, organização de um local para armazenamento do material reciclável e fornecimento de alimentação aos trabalhadores. A *libertação* deles seria resultado de um processo no qual os catadores

---

<sup>23</sup> A descrição atenta de Allan Dias (2002) sobre o ciclo de comercialização do material reciclável em Curitiba, no período imediatamente anterior, nos ajuda a compreender as trajetórias possíveis deste produto no mercado local, às quais o autor chama de *efeito cascata*: “função de cada integrante do ciclo: aparistas, pequenos aparistas, depósitos de papel, catadores e os pontos de geração de aparas que, para efeito de representação, chamaremos ‘convertedores’. Dos aparistas podemos afirmar: são empresas que dispõem de materiais com elevado grau de classificação e adequadamente embalados (fardos com grande volume de material [classificado] prensado). Em termos de captação, além de possuírem frotas de caminhões para transporte e pessoal para manipulação do material, adquirem material de outros aparistas de menor porte e de depósitos de papel, assim como dos grandes pontos comerciais (convertedores). Deste modo, grandes aparistas adquirem de forma indireta o resultado do trabalho de milhares de catadores de papel, seguindo o ‘efeito cascata’ no qual cada aparista compra papel de dezenas de pequenos aparistas e depósitos de papel. Os pequenos aparistas compram de pontos comerciais, depósitos de papel e catadores. Os donos de depósitos compram dos catadores.” (DIAS, 2002:15-16)



emergiriam como gerenciadores de sua atividade, comercializando as coisas que catavam e classificavam, sem a intermediação dos depósitos e, se possível, dos aparistas. Dessa maneira, foi sendo paulatinamente construída entre os voluntários católicos do Mutirão certa ideia de autonomia.

A partir dessa descrição podemos perceber que entre o modo de vida dos catadores e a proposta dos ativistas católicos abria-se um problema de difícil resolução. Estes apontavam o trabalho coletivo como alternativa política de libertação, articulada à ideia de autonomia econômica dos trabalhadores em relação aos depósitos, enquanto os catadores dependiam dos ganhos diários da coleta para a sobrevivência cotidiana, conforme depoimento de Sandra, no qual narra sua dificuldade em inserir-se em um novo sistema de trabalho, como segue:

Daí foi onde nós começamos. Meu irmão fez um carrinho de madeira com rodas de bicicleta e nós começamos a catar papel. Aí um dia uma mulher que eu conhecia falou pra mim “Por que você não vai lá? Tem um projeto ali chamado Projeto Mutirão. Vai lá”. E eu fui. Quando eu cheguei lá que vi aquele monte de regra, monte de coisa... Que a Irmã Paulinne era bem rígida assim. Falei “Eu vou ficar nesse lugar? De jeito nenhum”. Voltei pra casa. Depois de uma semana... E ainda quando falaram “Não, você tem que... você vai receber uma vez por semana”, eu falei, “Não é pra mim, como vou receber uma vez por semana? Eu saio de manhã cedo com o carrinho. Eu e meu irmão. Olha quantas crianças são. O que nós traz é pra dar de comer pra eles pro dia. Como que eu vou esperar uma semana?”. Nem apareci.

A rotatividade dos catadores nas reuniões é indicativa desse impasse: muitos deles compareciam, ouviam a proposta dos fiéis, mas não voltavam aos encontros posteriores tardando o processo de constituição do que os ativistas católicos chamavam de “organização dos catadores de papel”.

Foi somente depois de aproximadamente um ano que se conseguiu estabelecer uma lista de providências necessárias para tornar possível o trabalho coletivo dos catadores: providenciar um lugar para onde pudessem levar, selecionar e armazenar o lixo que recolhiam nas ruas da região; fornecer carrinhos para a coleta; obter uma balança para controle da quantidade do material coletado a ser comercializado; arregimentar alguém que contribuísse na gestão e nos trâmites de comercialização do lixo recolhido e na organização do trabalho coletivo dos catadores; e, por fim, o item considerado mais importante depois da disponibilização do espaço, distribuir uma cesta básica no primeiro dia de trabalho para que os catadores pudessem acumular o material coletado, bem como promover sua classificação.

Dessa maneira, organizar o trabalho dos catadores mostrava-se mais complexo e dispendioso do que a princípio se imaginara. Era preciso muito mais do que boa vontade para a organização dos pobres. Mais uma vez foi a religiosa católica quem assumiu o protagonismo buscando os recursos necessários. Paralelamente às reuniões com os catadores, multiplicaram-se os

pedidos por doações de comida, roupas e equipamentos junto às CEBs locais, de modo que de uma ou outra maneira todas as comunidades acabaram envolvidas no projeto. Foi assim que se conseguiu os equipamentos usados: máquinas de costura, fornos elétricos, cilindros para produção de pães, linhas, agulhas.

Interessado na mobilização que ali estava acontecendo, o Cefuria, por sua vez, ofereceu-se para a realização de alguns projetos de organização de coletivos de trabalho dentro dos princípios da chamada Economia Solidária. Dessa relação surgiu uma panificadora comunitária, uma oficina de costura e um clube de trocas. Todos passaram a integrar a mobilização católica no mutirão para superação da miséria e da fome. Os catadores de papel, que foram o foco inicial da instituição, demoraram um pouco mais a se estabelecer, pois sua organização demonstrou-se demasiado onerosa para ser provida apenas com a contribuição dos católicos locais.

Paulinne deixou o Bairro Novo em 2007 depois de um conflito com o padre responsável pela paróquia e voltou para a Áustria, seu país de origem, onde passou a tratar-se de um câncer que a levou à morte aos 74 anos em março de 2013. Pude conhecê-la em princípios de 2009 quando retornou ao Bairro Novo para visitar os catadores. Nessa ocasião quase não conversamos, tão somente participamos do evento que recebeu o nome de “recepção do Mutirão para Irmã Paulinne”. Porém, pude familiarizar-me com ela a partir dos incontáveis relatos que ouvi desde que cheguei ao Mutirão em 2008. Ela foi-me descrita como uma mulher de grande carisma, como se pode observar nesta enunciação de Neusa que esteve no Mutirão como catadora nos “tempos do documento” e que hoje continua participando do Clube de Trocas, “[Paulinne] era uma pessoa maravilhosa, uma pessoa que assim, nossa... de uma sensibilidade de ser humano que hoje você quase não encontra”. Diz-se que ela era “como uma enviada, alguém que falava em nome de Deus”, como mencionado na narrativa de Divonsir, também catador que ingressou no Mutirão nesse período e que ainda hoje ali permanece. Segundo ele, a religiosa “era enviada por Deus, não foi por outra coisa que ela entrou na minha vida”.

Paulinne, embora vista como um ser humano sensível conforme afirmou Neusa, era também uma mulher rígida, como assegura Sandra, ou ainda alguém que falava em nome de Deus, tal como sugere Divonsir. A isso soma-se outra característica importante, tida como decisiva para o início da organização dos catadores, conforme me foi relatado por Perci. Fazendo referência ao período em que foi contratado para efetivar as propostas do grupo de estudo do documento da CNBB e a decorrente opção pelos catadores, Perci afirmou: “ela tinha uma fonte de dinheiro, não sei de onde que vinha”.

Paulinne mobilizava e mediava uma rede de doadores que permaneceram sempre anônimos, tanto para os ativistas católicos quanto para os catadores que aos poucos iam se somando à proposta. Com o dinheiro arrecadado foi alugada uma casa nos limites do loteamento, ao lado da

linha do trem, que recebeu o nome de Casa de Apoio. Esta contava com cozinha, refeitório, banheiros, dois quartos, que foram transformados em sala de reuniões e em escritório. Havia outra pequena casa no mesmo terreno que foi destinada à moradia de um casal que assumiu a responsabilidade pelo cuidado, pela limpeza e manutenção do espaço. Havia ainda no terreno um pátio grande onde foi improvisada a construção de um galpão de madeira, no qual foi instalada uma mesa estreita e comprida ao redor da qual os catadores se posicionavam em pé para fazer a classificação do lixo que coletavam na rua, armazenando-o no galpão<sup>24</sup>. Também foi comprada uma balança manual para o controle da produção e da quantidade de material comercializado a cada semana. Com a contribuição de R\$ 1.000,00 de cada uma das seis comunidades que compunham a Paróquia Profeta Elias naquele momento, no formato de empréstimo, foram confeccionados dez carrinhos para a coleta. Estes tinham uma forma retangular, feitos com finas barras de ferro rodeadas por uma entretela de arame galvanizado, cada um deles sustentado por dois pneus de motocicleta. Na frente do retângulo uma haste de ferro de maior espessura, pela qual o carrinho era puxado via tração humana. Em cada carrinho havia uma placa com a inscrição “Mutirão Paróquia Profeta Elias” indicando que no Bairro Novo a rede de comunidades assumia sua opção pelos pobres e havia se engajado no grande mutirão promovido pela CNBB.

Dadas as condições elementares para se iniciar o trabalho com os catadores de papel, essas foram complementadas pela contratação dos caseiros que vieram morar no local arrendado e de dois ativistas que se somaram a Perci nos primeiros anos do trabalho. Os alimentos para a composição das cestas básicas e manutenção da cozinha da Casa de Apoio eram conseguidos mediante doações de membros das comunidades católicas.

As relações de Paulinne garantiram a mobilização dos católicos locais, a organização e manutenção de um lugar de trabalho coletivo e a contratação de ativistas que reuniam saberes tanto técnicos quanto religiosos para contribuir na *organização* dos catadores de papel. Era dela a mão que, sob o legado da cruz cristã católica, recebia os catadores que iam chegando, conforme sugere o símbolo que posteriormente foi institucionalizado como ícone oficial da organização:



**Figura 3**  
Logomarca oficial do Projeto Mutirão.

<sup>24</sup> Os procedimentos de trabalho dos catadores, incluindo os sistemas de classificação das coisas que coletam, serão apresentados nos capítulos posteriores.

No início de 2013 os voluntários católicos organizaram um importante evento que chamaram de “Festa dos 10 anos do Mutirão”, o qual reuniu muitas das pessoas que estiveram envolvidas nos processos de sua constituição. Na ocasião houve o lançamento da cartilha “Reciclando nosso bairro”, que eu mesma ajudei escrever, contando a história do Mutirão. A cartilha vinha no escopo do compromisso de contrapartida de divulgação da logomarca de uma empresa estatal que havia financiado a aquisição de novos equipamentos para a cozinha comunitária dos catadores. A partir dessa comemoração e da primeira sistematização escrita da organização, consolida-se entre aqueles que de alguma maneira se relacionam com o Mutirão uma versão oficial do *começo* que remete a 2003 o seu ano de fundação, data que coincide com o aluguel da casa de apoio e a reunião dos primeiros catadores para o trabalho coletivo. Desde então, estava oficializada sua história, fixada em uma publicação e disponível para a consulta. Durante o trabalho de campo, inúmeras vezes, vi essa cartilha ser exibida a quem se interessava por saber o que é o Mutirão.

Perci diz que iniciaram as atividades com cinco trabalhadores, Roberto menciona que foram dez os que inauguraram os carrinhos. Independente da precisão quanto ao número, é curioso que na narrativa desses meus interlocutores sobre o *começo*, o nome de Luiz não aparece. Quando insisti em perguntar sobre ele, motivada pelas tantas vezes que ouvi a enunciação entre os catadores de que ele fora o *primeiro*, fui surpreendida com afirmações rápidas de que “não, neste tempo ele ainda não estava”. Como então Luiz pode ser reiterada e consensualmente o *primeiro* se ele não estava no *começo*?

Na apresentação do velório que dá início a este capítulo, temos uma manifestação de Roberto que descreve, em uma imagem estereotipada, quem era Luiz no Mutirão. Convidado a falar sobre o morto, Roberto afirma:

Assim era ele: fanho, negro e sem dentes. Quem conheceu ele sabe disso. Ele não tinha dentes. Ele sempre foi muito pobre. Ninguém dava nada pelo Luiz. O Mutirão era tudo o que ele tinha, porque aqui ele é o *primeiro*.

Essa fala que coaduna estereótipo corporal, pobreza e Mutirão, se aproxima da narrativa de João Carlos, que em uma conversa posterior ao velório, descreveu cuidadosamente como era a metodologia de trabalho que ele adotava e desenvolvia no Mutirão nos anos em que lá trabalhara contratado pela religiosa, que consistia em “entender como funcionava a pessoa, desenhar este espelho e apresentar para ela mesma”. Assim descreve o que chama de “espelho que desenhou de Luiz”:

O Luiz, se fosse falar assim de grupo, você olhava pra ele e dizia ‘Não, esse cara não serve pra nada’. Mas era ele que mantinha, era ele que mantinha aquela... aquele brilho dentro do grupo, aquela humildade dentro do grupo, que mantinha o

grupo com aquela simplicidade que tinha. Então o Luiz tinha essa figura de unir. Mesmo desrespeitando muito as regras, mesmo... Ele estava ali e ele tinha a função dentro do grupo. Então ele era amado, ele era respeitado e ele não fazia nada. Mas ele estava sempre ali. Enfim, o Luiz era o Luiz.

Como podemos perceber, a certa imagem de um corpo – fanho, negro e sem dentes –, ela mesma metáfora de alguém que “sempre foi muito pobre”, somam-se outras características que fazem com que “Luiz seja o Luiz, a pessoa amada e respeitada”, ainda que desacatando as regras e sem fazer por merecê-lo, para atualizar aqui a narrativa de meu interlocutor. Segundo ele, Luiz era portador de uma “humildade que mantinha o grupo com aquela simplicidade. Esta era sua função”. São essas as imagens de Luiz que se conjugam à narrativa principal sobre a origem do Mutirão e permitem que ele seja o *primeiro* sem necessariamente haver estado no *começo*.

Dito de outra maneira, as afirmações de que Luiz é o *primeiro*, assim como ocorre nas narrativas de Sandra e Estela que apresentei acima, também aqui não remetem a um tempo cronológico ou a uma data inaugural como às vezes parece sugerir, mas sim a uma construção emblemática da proposta da igreja católica no Bairro Novo, constituída sobre a metáfora de um pobre genérico que precisa ser ajudado e liberto do jugo da exploração do capital, por meio da luta por direitos sociais. É nessa contínua construção do pobre como o oprimido a ser liberto que Luiz assume, ao lado de Paulinne, o lugar de *primeiro*. Juntos, a religiosa católica e o pobre formam certa visão de mundo como uma imagem em movimento. É a caridade cristã que deslizando e ultrapassando os limites do assistencialismo pretende alcançar a dimensão estrutural da pobreza e fazer do pobre alguém, uma pessoa de fato, conforme sugeria o documento da CNBB. Nesse sentido, embora Luiz não tenha estado na mobilização dos ativistas católicos desde o *começo*, sua imagem marcada pelo corpo pobre, simples e humilde, vitimizado pelo capitalismo, se apresentava como ícone daqueles que poderiam ser resgatados por meio de uma evangelização libertadora, cujo projeto apontava para a organização da pobreza em nome da luta pela justiça social, compreendida também como justiça evangélica.

O ato inaugural do Projeto Mutirão, portanto, não é um ano de estreia ou uma data precisa, mas um encontro entre certa compreensão da miséria humana mediada pela fé e a imagem desta pobreza corporificada nas condições de vida dos catadores de papel que transitavam pelas ruas do Bairro Novo. Uma inauguração que não está presa a um tempo cronológico, mas que amalgama outros começos possíveis, tantos quantos são os novos encontros destas duas dimensões que vão se dando ao longo dos processos desencadeados no Mutirão e que fazem dele um conjunto aberto de relações recriáveis a cada nova circunstância, como veremos nos próximos capítulos.

## 1.4 Uma história na contramão

Se a descrição etnográfica que apresentei até aqui remete o *começo* do Mutirão a um encontro entre fiéis católicos – que dão sentido às suas ações a partir dos referenciais do binômio bíblico cativo *versus* libertação – e a experiência de vida e trabalho de catadores de materiais recicláveis no Bairro Novo – discursivamente assumidos pelos religiosos como pobres oprimidos que precisam ser organizado para pôr-se em marcha para a liberdade –, outros elementos encontrados em minha pesquisa de campo apontam para direções diferentes que ampliam e complexificam o que é ou pode ser o Mutirão, conforme discutirei nesta seção a partir da história contada por Camargo (outro catador da organização). Trata-se de uma narrativa que vem na contramão dos fatos oficializados e, ainda que mantendo alguns dos elementos fundamentais acima mencionados, como os nomes fundacionais de Luiz e Paulinne, articula-os de maneira diversa.

Ao narrar sua biografia, Camargo a recompõe a partir do nascimento em uma aldeia indígena em São Gerônimo da Serra, no norte do Paraná, lugar que teve de abandonar ainda na infância junto com o pai e 25 irmãos, depois de um ataque por eles sofrido que levou a óbito alguns parentes. As margens de um rio no meio do mato, dentro de uma fazenda onde permaneceram trabalhando como empregados, é o cenário escolhido para o encadeamento de memórias que insinuam uma história de bravura. Ele se enuncia como um homem que não tinha medo de nada, domador de animais violentos e controlador de bichos peçonhentos. “Eu montava em tudo que é bicho, montava em bicho pagão”, me disse em certo momento. “Nem de escorpião eu tinha medo. Pnhava a mão em cima dele e ali mesmo ele ficava estremeado. E cobra então, pegava pelo pescoço e levava onde eu queria. Nunca nada me picou”, acrescentou em outra ocasião.

Camargo conta que chegou a Curitiba quando tinha 29 anos, com três filhos pequenos de seu primeiro casamento e deparou-se com uma cidade que parecia assustar, mas que se mostrava como uma alternativa para arriscar a sorte já que “no norte estavam muito estragadas as coisas”. Hoje aos 62 anos, as periferias de Curitiba e seu entorno metropolitano lhe são bem familiares, pois por elas tem circulado em busca de moradia, deslocado pelas dinâmicas de (não)trabalho e (ou) na tentativa de solucionar suas várias uniões ou desuniões conjugais. Buscando em suas lembranças os deslocamentos que fez, com certo cuidado na organização da narrativa, Camargo articula lugares (Vila São Pedro, Vila Independência, proximidades do aeroporto em São José dos Pinhais, Cidade Industrial – CIC, Parolin, Ferrovia, Bairro Novo), experiências de trabalho (Hisdralit, curtume de couro, outra empresa que não recorda o nome, empresa de águas, jardineiro de um banco privado) e suas relações parentais (ali casei de novo; neste coloquei meu cunhado pra trabalhar comigo; nasceu meu filho; a mulher foi embora).

Contudo, assim como acontece com diversos catadores do Mutirão e alguns outros moradores do Bairro Novo, o norte é para Camargo mais que um lugar e pode ser assumido como uma categoria que opera como ponto gravitacional da memória (DAWSEY, 2013). “Eu vim do norte” é afirmação recorrente também para quem chegou à cidade oriundo de outras regiões do estado ou país.

Construindo sua narrativa em torno desse eixo gravitacional, meu interlocutor manifesta com insistência seu desejo de um dia retornar ao norte, dono de suas lembranças e sua saudade. Segundo ele, é o único motivo que o faria deixar de ser catador de materiais recicláveis, já que esta ocupação lhe permitiu a autonomia que desejava e que explicita quando conta como aderiu à atividade: “Eu falei: eu não vou trabalhar com patrão mais, vou largar mão de trabalhar com esse negócio de patrão. Vou fazer qualquer coisa na vida, mas sem depender de patrão. Eu quero um negócio que eu me vire na vida”.

Em seu cotidiano de vida e trabalho, podemos perceber o *Norte* misturando-se à cidade. Homem alto e de corpo franzino, sempre está vestido de calça social e cinto de couro, como o “povo lá do interior”, conforme afirma. Indumentária que se soma à camiseta azul do Mutirão e o característico chapéu que cobre seus cabelos pretos, lisos e um tanto longos, que contrastam com a barba curta e grisalha. No espaço onde classifica o material que coleta em mais de 100 pontos fixos que tem mapeados no bairro, o rádio sempre ligado toca as canções de um sertanejo antigo cujas letras ele bem conhece, entoando-as junto ao equipamento. Enquanto Estela coleciona adornos e bijuterias como vimos acima, Camargo recolhe e recebe dos demais catadores discos de vinil e CDs de duplas sertanejas. É a “música lá do Norte”, como costuma comentar.

Desde a morte de Luiz, é ele quem reside nas instalações do Mutirão para “cuidar das coisas do projeto”, uma mudança que coincidiu com sua separação conjugal (ele estivera casado nos últimos anos com outra catadora da organização). Ali ele cria soltos pelo terreno perus, patos, galinhas e, em gaiolas, muitos pássaros, prática que gera conflitos diversos, principalmente com os voluntários católicos. Ali também prepara os chás e ervas medicinais que receita a quem o procura e que reserva para seu próprio consumo. Segundo me informou em certa ocasião, os chás são os responsáveis por manter sua saúde e a força necessária para continuar *puxando carrinho*. De fato, quando chegaram os carrinhos de tração mecânica fornecidos pela prefeitura, como veremos adiante em detalhes, Camargo se negou a utilizá-los, mantendo-se com o carrinho manual que, quando cheio do material reciclável que coleta, é sempre exibido aos demais.

Sua força, seus chás, suas técnicas de criar animais e controlar possíveis perigos e sua destreza corporal são narrados como aprendizados que “trouxe do Norte” e que guardam em si algo de sacralidade, herança de seus pais e de sua infância indígena. Ao me contar sobre sua força física e a importância dela na atividade da catação, ele sintetiza:

Tudo isso aí que a gente faz, puxar o carrinho desse jeito, vem da parte de Deus, e eu aprendi lá no Norte. Porque todas as orações que a gente faz, a gente faz pelo nome de Deus, Jeová, Jesus, Abraão, Isaack, Jacó, Elias. Como diz o causo, a gente conhece a bíblia de capa a capa. Que eu passei a bíblia cinco vezes de capa a capa. Então a gente conhece todos os milagres, de Moisés até Jesus Cristo a gente conhece e sabe todas as gerações que teve. De todas as gerações, de cada representante das gerações a gente conhece. Então a gente sabe desta história. Que nem diz o causo, do começo do mundo, do começo de Deus até Abraão foi 50 gerações. De Abraão até Davi foi mais 50 gerações. De Davi até Jesus foi mais 50. E daí vem todas essas gerações, vem lá do começo. (...) E os remédios também, que a gente aproveita, a gente faz os remédios pras pessoas e a gente faz o remédio pra gente também. Então conforme a gente faz pras pessoas a gente deixa algum reservado pra gente ir tomando. E daí é onde a gente continua sempre com aquela força. (...) Você vê eu aí, eu tenho um corpo leviano. Não tem dor em lugar nenhum.

Durante o velório de Luiz, assim como o padre, Camargo também pronunciou suas orações. Em vários momentos daquela madrugada úmida e triste, ele posicionou-se em frente ao corpo do morto, estendeu suas mãos para o alto e cantou uma fórmula que invocava Moisés, o personagem bíblico que guiou o povo desde o cativeiro no Egito até a terra da liberdade que lhes foi prometida por Deus. Nós que estávamos na sala acompanhando o ato fúnebre nos assustamos quando a voz surgiu forte pela primeira vez interrompendo repentinamente o silêncio da madrugada, mas em seguida nos acostumamos com as orações que se repetiam a cada intervalo. Camargo pedia a Deus que, assim como Moisés tinha “aberto o mar Vermelho de ponta a ponta”, a partir e por meio de suas palavras ali pronunciadas fossem abertas para Luiz as portas do céu. Momentos em que a comoção misturava-se com certo temor.

Passados alguns dias da morte de Luiz, quando Camargo me contava sua história e os detalhes de seu ingresso no Mutirão, pedi a meu interlocutor se poderia cantar novamente as palavras entoadas durante o velório para que eu pudesse gravá-las. Ele então fez um rápido e reflexivo silêncio, pôs-se em pé, tirou o chapéu e movendo seus braços lentamente para um lado e outro começou a cantar com voz firme:

Segunda-feira santa, estava senhora estava  
 Com seu filho no ventre, bendita sejais  
 Bendita sejais, senhora da dor  
 Rodeada de anjos/ Coroa de flor  
 Terça-feira santa, estava senhora estava  
 Com seu filho nascido/ bendita sejais  
 Bendita sejais, senhora da dor  
 Rodeada de anjos/ coroa de flor  
 Quarta-feira santa, estava senhora estava  
 Com seu filho doente/ bendita sejais  
 Bendita sejais, senhora da dor



Rodeada de anjos/ coroa de flor  
 Quinta-feira santa, estava senhora estava  
 Com seu filho nas últimas/ bendita sejais  
 Bendita sejais senhora da dor/  
 rodeada de anjos/ coroa de flor  
 Sexta-feira santa estava senhora estava  
 Com o seu filho morto, bendita sejais  
 Bendita sejais senhora da dor  
 Rodeada de anjos/ coroa de flor  
 Sábado de aleluia, estava senhora estava  
 Com seu filho no sepulcro, bendita sejais  
 Bendita sejais, senhora da dor  
 Rodeada de anjos/ coroa de flor

A fim de não interromper sua performance, esperei que a canção terminasse para dizer que não era a mesma que fora cantada durante o velório conforme minhas expectativas. Ele então me respondeu: “Aquele a gente canta prá defunto, mas as duas é a mesma coisa”. Percebi então que meu interlocutor acabara de associar o ícone da vitória da caminhada da libertação – um mar aberto ao meio para que o povo em marcha chegasse à terra prometida sob a liderança revolucionária de Moisés, – à imagem da paixão e do sofrimento de Cristo e sua mãe, cantada como a senhora da dor. À passagem da libertação Camargo justapõe um drama que vai se fazendo no dia a dia mantendo certo ar de sacralidade que envolve os enredos bíblicos, mas tensionando a linearidade e vetorização do curso da história na direção apontada pela contraposição religiosa-política dos elementos enunciados no binômio bíblico cativo-libertação.

O diálogo teórico com alguns autores que se dedicaram à reflexão das imbricações entre religião católica e política nos ajuda a compreender esse tensionamento. Em um estudo sobre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), uma iniciativa que se aproxima dos valores e das visões de mundo que são mobilizadas na constituição dos significados que se entrecruzam no Mutirão, Oliveira (2103: 72) sintetiza a proposta católica de libertação daqueles que são marginalizados pelo capitalismo: “A ‘opção pelos pobres’ pregada pela Teologia da Libertação, via o oprimido como principal agente de sua própria libertação, tendo a participação destes nos movimentos em defesa de seus direitos como um foco fundamental para a conscientização dos grupos”. No entanto, a autora observa que algumas vezes, ao fazer da vítima demasiado vítima, organizações católicas se autoatribuem a tarefa de conscientização daqueles que são considerados excluídos, cedendo ao risco de produzir uma imagem estereotipada de um pobre passivo e politicamente ingênuo.

É importante salientar que a autora está se referindo a processos desencadeados nas décadas de 1970 e 1980 na constituição do movimento indígena no nordeste brasileiro. Diversos autores que estudaram as mobilizações sociais assessoradas pela Igreja Católica a partir de sua adesão à Teologia da Libertação, indicam como nos períodos posteriores à redemocratização do

país se produziram dinâmicas diferentes, com o arrefecimento da interferência da igreja nos movimentos sociais.

Silva (2013), por exemplo, chama esse período de declínio das utopias. Segundo ele, ademais do controle interno sofrido pela própria igreja na década de 1990, o momento de refluxo pode ter acontecido “pelo fato de que a teologia da libertação nunca tenha mesmo elaborado ou ajudado a elaborar um projeto de tomada do poder. Ou se tomou, com a chegada de Frei Betto ao Palácio da Alvorada, como assessor do presidente Lula eleito pelo Partido dos Trabalhadores, não fez a sonhada revolução” (SILVA, 2013: 242). Refletindo, por sua vez, sobre o movimento transnacional de pessoas, ideias e coisas entre Brasil e organizações religiosas não católicas holandesas, Rickli (2010) acrescenta ao cenário as dinâmicas produzidas pelos processos de financiamento de projetos chamados de desenvolvimento desde a Holanda para o Brasil. Nessas parcerias de financiamento, repertórios religiosos são amalgamados a discursos seculares como direitos humanos, transformações políticas e justa distribuição de renda, por exemplo.

Apesar da diferença entre os contextos etnográficos e as questões que mobilizam minha pesquisa e os trabalhos citados, um diálogo com eles ajuda a compreender o processo de criação do Mutirão na passagem da década de 1990 para os anos 2000 como a imbricação entre estes elementos: memória do sonho da revolução dos pobres anunciada nas décadas de 1970 e 1980; declínio das utopias diante das decepções dos anos 1990; a pedagogia freireana da educação libertária aos oprimidos; e uma multiplicação de propostas de execução de projetos de financiamento à organização da pobreza.

Mesmo com o refluxo da teologia da libertação e as decepções com um governo de esquerda que ascendia ao poder mas não fazia a sonhada revolução, entre os católicos que chegavam para viver no Bairro Novo o ideário de que o projeto de Deus se constituiria a partir da opção preferencial pelos pobres e estes, uma vez organizados, construiriam uma sociedade utópica liberta das mazelas, desigualdades e injustiças sociais, foi paulatinamente dando corpo a uma organização social cujo foco era a arremetida de catadores de materiais recicláveis. A Paróquia Profeta Elias, sob a liderança de Paulinne, encampa um projeto teológico que os colocava no lugar de oprimidos, lhes conferindo a responsabilidade de libertação.

Nesse sentido, ao aproximar sinonimicamente libertação e drama, Camargo denuncia a ilusão do caminho unidirecional de uma pretensa aproximação libertadora que parece camuflar a verdadeira fratura que insiste em aprisioná-los na imagem do empobrecido e marginalizado, no mundo do “lado de lá” delineado pela linha simbólica que separa Nós e Eles. Na justaposição entre o mar que é aberto de ponta a ponta para a passagem de um povo liberto pelo enviado de Deus, e o filho (e aqui trata-se do próprio Deus cristão) que sofre e morre diante de sua mãe, ele tensiona o sonho de quem procura em sua pobreza como catador de materiais recicláveis – “o mais pobre entre

os pobres” – a força capaz de mudar o mundo, como uma recusa da máscara que lhe é imposta, ainda que com a mais revolucionária das intenções. Sua reação, de alguma maneira, denuncia a romantização da pobreza pautada por uma vanguarda político-religiosa que cria, ao mesmo tempo, o oprimido e o liberto. O canto de libertação no ato fúnebre é canto fúnebre em contexto de pretensa libertação. A dupla oração de Camargo e suas articulações também compõem o Mutirão, que agora não é apenas encontro entre uma opção político-religiosa e o pobre genérico feito oprimido, mas também um desencontro entre eles. Em seu canto, ele inverte o vetor da libertação e tensiona o que é o Mutirão, reivindicando seu protagonismo e propondo outra leitura da história.

Camargo várias vezes falou-me a respeito de acontecimentos do Mutirão, sempre encadeando os fatos do passado de maneira bem diferente daquela que costuma ser lembrada por outros catadores ou voluntários da organização. Apesar da veracidade de suas afirmações, o importante aqui é perceber como, embora recriando e reorganizando os eventos fundantes do Mutirão e mantendo Luiz e Paulinne na posição inaugural, Camargo os faz ser os *primeiros* de outra história.

Sua narrativa sobre a história do Mutirão inicia com o primeiro dia que ele *pega no carrinho* e começa a trabalhar com sua esposa na coleta de materiais recicláveis. Ela já havia iniciado a atividade anteriormente e ele, depois de um período de desemprego, do insucesso na procura de trabalho contratado e com o intuito de “não ter mais patrão”, adere ao carrinho ao verificar os valores monetários que eram pagos na comercialização do material coletado pela esposa, considerados por ele como interessantes. Certo dia, o casal passou por frente de uma casa com o carrinho cheio de material e ali foram parados por Luiz que queria propor uma conversa e sugerir o trabalho coletivo.

Segundo Camargo, Luiz era o único catador que morava na casa destinada ao projeto da Igreja e estava cansado de ficar sozinho. Quando entraram no pátio, avistaram também Paulinne que lhes veio ao encontro. Ela então lhes perguntou: “Dá dinheiro este negócio aí?”, ao que eles responderam informando os valores que conseguiam arrecadar todas as semanas, despertando o interesse na religiosa. Ela então lhes explicou que estava ali com Luiz porque queria ajudá-lo, mas não entendia nada da catação. Até então, apenas trocava o material reciclável por ele coletado por cestas básicas.

Camargo conta cuidadosamente a maneira como informou a Luiz e Paulinne sobre o funcionamento do mercado da reciclagem e quais as melhores formas de integrar-se nele e propôs uma troca: Paulinne e Luiz lhes dariam um carrinho de ferro para substituir o de madeira com o qual trabalhavam e disponibilizariam algum espaço no interior do terreno para armazenamento do que coletavam e eles, em contrapartida, os ensinariam a trabalhar com a coleta e triagem de recicláveis.

Imediatamente a religiosa conseguiu os carrinhos, dezesseis no primeiro momento, e Camargo se responsabilizou por trazer mais catadores da rua para o *trabalho organizado*. Saiu convidando seus amigos junto com Perci e em pouco tempo o grupo estava formado, chegando a trinta e cinco catadores. Era preciso então escolher um nome:

**Magda:** Assim que se formou o Projeto Mutirão?

**Camargo:** Daí que formou o Mutirão. Daí eles falaram pra gente, pra nós escolher um nome. Um escolhia um... o outro... Nós primeiro ponemos Profeta Elias. Não colocamos Mutirão nenhum, colocamos só Profeta Elias. Mas daí Irmã Paulinne falou: "Mas Profeta Elias? A igreja lá em cima vai ser Profeta Elias. Já está tudo marcado pra ser Profeta Elias". Até na placa da cruz lá eles tinham marcado este nome. "Daí vai ficar Profeta Elias lá e Profeta Elias aqui? Daí não vai dar certo, não vai funcionar. Que jeito é mais ou menos que vocês querem?". Daí nós falamos pra ela "Oh, pode ponhar Mutirão, e pode ponhar Profeta Elias também se quiser. Mutirão Profeta Elias. Projeto Mutirão Profeta Elias". Daí ela falou "Oh, eu vou pensar no assunto de vocês, mas eu acho que é isso mesmo que eu vou fazer. Porque daí não entra só Profeta Elias, porque dois Profeta Elias não dá certo". Daí que ficou Projeto Mutirão Profeta Elias.

Como podemos perceber, a narrativa de Camargo produz uma inversão no encadeamento dos fatos articulados na construção da história oficial do Mutirão, tanto a que foi contada pelos militantes católicos quanto aquela recordada pelas duas catadoras mencionadas no início deste capítulo. A diferença entre as narrativas das catadoras e dos voluntários católicos se dá na forma de contar, uma vez que, enquanto estes produzem enunciados mais racionalizados e genéricos que reúnem personagens fundacionais e dispõem fatos convergentes a certa imagem "para fora" a partir da qual se pretende dar visibilidade a uma igreja dos pobres, aquelas contam um Mutirão que participa de suas biografias a partir de um eixo narrativo que é inseparável de suas próprias vidas. No entanto, entre uns e outras, o que temos é o Mutirão como encontro de Luiz e Paulinne, aqueles que são considerados os *primeiros*.

A narrativa de Camargo nos coloca diante de outra história. Em contraposição ao pobre genérico que precisa ser educado e liberto para assumir seu papel revolucionário, meu interlocutor e sua esposa são apresentados como aqueles que criaram as condições para que a religiosa e Luiz agenciassem um agrupamento de catadores com a finalidade de garantir-lhes autonomia e rentabilidade na atividade. Dessa forma, ainda que Luiz e Paulinne permaneçam sendo os *primeiros*, Camargo e sua esposa também o são, uma vez que protagonizam o ato fundacional e o processo de nomeação da organização. É nesse sentido que o Mutirão pode ser considerado, simultaneamente, encontro e desencontro entre a política da Igreja e certo pobre genérico, o que faz dele uma organização tensa, criado e recriado continuamente por relações em conflito, como veremos nos próximos capítulos.

## 2. O TERRENO

Quando Sandra me ligou para informar da morte de Luiz, lhe perguntei: “Onde ele será velado? Naquela salinha mortuária onde foi o velório de sua mãe?”. Ela me contestou com certa surpresa: “Como onde será o velório? Aqui. Aqui onde era o seu lugar”. Em seguida comunicou que os voluntários da ONG já haviam providenciado tudo o que era preciso e que os catadores estavam “arrumando o lugar do Luiz”.

Conforme evocam as afirmações de Sandra, além de Luiz ser o *primeiro*, como vimos até aqui discutindo, ele também tinha um *lugar*. Isso sugere que Luiz não apenas articula uma noção de tempo que o conecta com diferentes começos possíveis, mas também vincula um significado particular de espaço.

O velório aconteceu conforme me fora informado, no local que é chamado pelos catadores de cozinha do projeto, uma edificação de aproximadamente 60m<sup>2</sup>, retangular, dividida entre um refeitório que ocupa a maior parte da área, uma cozinha um pouco menor e uma pequena sala em anexo, o escritório. Neste são guardados alguns papéis, o telefone, fotografias e, em especial, ali são armazenadas temporariamente as doações recebidas de vizinhos, amigos e outras instituições da cidade, em sua maioria roupas velhas, alimentos e brinquedos para as crianças. A edificação foi construída em 2012, com recursos financeiros angariados entre organizações católicas locais e internacionais a partir de projetos encaminhados pelos voluntários católicos, e equipada com recursos financeiros doados por uma empresa estatal brasileira engajada em propostas do governo federal que visam financiar iniciativas cooperativas de geração de trabalho e renda.

A edificação está localizada num terreno de 2.081 m<sup>2</sup> cedido pela prefeitura municipal ao Projeto Mutirão em regime de contrato de comodato desde setembro de 2005, condicionado ao trabalho com catadores de materiais recicláveis. Localizado em uma esquina, o terreno limita a um lado com uma das comunidades católicas da Paróquia Profeta Elias e aos fundos com a Casa de Apoio, que fora alugada no *começo*. Esse limite é marcado por uma cerca de tela de arame, enquanto os demais são delineados por um muro de pouco mais de um metro de altura. A cozinha do projeto e o muro são as únicas construções de alvenaria sobre o terreno.

O muro está entrecortado por dois portões grandes feitos de chapa de zinco galvanizado, cada um deles dando acesso a uma das ruas que contornam os outros dois de seus limites. Um dos portões é a abertura por onde circulam diariamente os catadores que vêm trabalhar no local e tem uma inscrição feita com spray preto por um dos vizinhos que está continuamente em conflito com eles. A inscrição acusa: “Projeto dos Ratos”. Esse portão manteve-se fechado durante o velório. A outra abertura está próxima à construção de alvenaria, é o acesso secundário para os catadores do Mutirão e principal para os visitantes. Este permaneceu completamente aberto.

Há muitas outras construções sobre o terreno identificado como o espaço do Luiz. Estas, porém, diferentemente das fixas e bem definidas edificações em alvenaria, feitas a partir da mediação dos voluntários e dos recursos financeiros de doadores católicos e estatais, têm um caráter efêmero e produzem novas paisagens na mesma proporção e ritmo em que se movimentam as relações estabelecidas pelos catadores entre si e com os demais agentes que por ali circulam. São paisagens que se configuram em divisões e hierarquizações do espaço que mais ou menos se estabilizam em determinado momento e se desestabilizam em outro, em processos de contínua construção desde que os catadores se mudaram para o terreno em finais de 2008, como coroamento de um momento de crise pelo qual passou o Projeto Mutirão.

A crise tal como me foi narrada e as efemeridades da paisagem e das relações que criam este espaço conformam a temática que desenvolvo neste capítulo.

## **2.1 *Aqui*: o lugar do trabalho e da promessa**

Segundo depoimentos que recolhi durante o trabalho de campo, nos anos que se seguiram ao primeiro aluguel da Casa de Apoio os ativistas católicos liderados por Paulinne, juntamente com os catadores que iam se somando às atividades, foram desenvolvendo metodologias de trabalho e inventando jeitos de fazer a coleta, triagem e comercialização do material reciclável recolhido no bairro, assim como de divulgação e articulação com outras instituições da cidade e manutenção financeira da atividade.

Na Casa de Apoio instalaram provisoriamente uma creche onde os catadores deixavam os filhos aos cuidados do casal contratado. Uma equipe de voluntários preparava a alimentação oferecendo diariamente café da manhã, almoço e lanche da tarde. As doações de roupas e equipamentos usados aumentavam e eram disponibilizadas em bazares comunitários. A comercialização desses produtos a baixo custo para a população local permitia arrecadar parte do dinheiro utilizado na manutenção dessas atividades. Comumente recebiam visitas de organizações da cidade, escolas do bairro, secretarias municipais e universidades que se aproximavam para conhecer aquele grupo de catadores. Políticos conhecidos – muitas vezes ocupando cargos importantes – e emissoras locais de televisão e rádio compareciam, divulgando a iniciativa católica como uma proposta exitosa, quando não, exemplar. Movimentos sociais e organizações populares se aproximavam propondo atividades conjuntas.

Em pouco tempo o trabalho na Casa de Apoio já estava sendo desenvolvido com equipamentos e maquinários específicos para utilização na coleta, triagem e enfardamento de materiais recicláveis. Uma prensa hidráulica substituiu a caixa de sucata de geladeira no enfardamento do papelão. À balança manual foi acrescido um equipamento eletrônico de maior

capacidade. Planilhas para registro das quantidades dos diferentes tipos de material reciclável coletado por catador e o total a ser comercializado pelo grupo foram elaboradas. Um dos militantes contratados desenvolveu um programa de computador de fácil operação baseado no uso de imagens e fotografias das embalagens recolhidas e capacitou uma catadora para sua utilização de modo que as planilhas criadas para o controle da quantidade de material coletado e do valor a ser pago a cada catador foram submetidas à sistematização e ao cálculo automático e inequívoco da máquina.

Paulatina e cotidianamente foi sendo desenvolvido um processo de profissionalização da catação de materiais recicláveis no Bairro Novo. Uma dinâmica que é sempre narrada pelos catadores como tempos de esforço, sofrimento e superação (quando não, transformação) que se deu em um espaço definido e localizado: a Casa de Apoio e, em seguida, uma extensão metonímica para o *terreno* vizinho, como veremos ainda nesta seção. Este processo de profissionalização do trabalho deu-se articulado à construção de uma nova imagem de si como uma categoria social – catador de materiais recicláveis – contrapondo-se às representações estereotipadas sobre eles que por vezes fazem do lixo metonímia de sua condição social, como sinaliza o depoimento de Sandra:

Só sei que foi aonde nós começamos a ficar espertos. Sei que uma vez que dava diferença [de peso] no plástico, no PET, dava diferença. Primeiro nós pesávamos dava uma coisa. Enfardava dava outra. Ficamos tempo pensando “mas o que é que nós estamos fazendo de errado? Não estamos ponhando a grama e está dando errado”. Nós levamos um par de tempo pra descobrir que era o ar. Então quando ele ia pra prensa o ar saia e dava menos. Mas nós aprendemos isso apanhando, né. Então foi através deles [os ativistas católicos] que a gente foi... Foi mudando, foi crescendo, foi vendo realmente nossa importância, né. Porque não sei se é porque os outros falam... falam tanto que você não presta, que você é lixeiro, que você não vai, que você acaba acreditando, né. E daí lá [no terreno] não... assim... lá a gente aprendeu. Eu vejo hoje quando eu falo assim “as nossas raízes estão lá embaixo” é porque tudo que a gente custou aprender foi lá. Na pancada, apanhando, se virando. Foi lá. Não tem outro lugar. Por isso que eu falei pra vc aquele dia lá. Lá é nossa história. Nossa história é lá. Tudo que a gente começou. Não adianta mudar as coisas agora. Lá atrás a gente aprendeu.

A lembrança transcrita remete à importância da atuação dos ativistas católicos naquele período. Paralelamente à obtenção de equipamentos e maquinários e criação de sistemas de rotinas de controle da produção foram promovidas campanhas de conscientização nas escolas, igrejas e secretarias da prefeitura sobre a importância do trabalho do catador por meio das quais foram se espalhando discursos que definiam a catação do lixo reciclável do bairro como um trabalho digno e honesto, além de mobilizar o discurso da crise ambiental que pauta a reciclagem como uma questão moral<sup>25</sup>. Assim, os catadores paulatinamente foram deixando de ser *lixeiros* para tornarem-se *catadores de papel* e, logo mais, *de materiais recicláveis*.

<sup>25</sup> Leite Lopes (2003: 45), ao refletir sobre os processos de invenção, consolidação e avanço na temática ambiental do que ele chama de *ambientalização da política*, sugere: “a ambientalização como processo de interiorização de

Trabalhar em um mesmo local, comercializar coletivamente o material que coletam e classificam individualmente, dispor de infraestrutura mínima de trabalho, desenvolver certa disciplina de comportamento dos trabalhadores, controlar a atividade, apresentar-se como sujeitos que desenvolvem um trabalho importante para a cidade (serviço de limpeza urbana) e estar ligados a determinadas pessoas e organizações que oferecem apoio aos catadores e medeiam doações e articulações com outras instituições e pessoas públicas ou privadas fazia com que os integrantes do Projeto Mutirão fossem gradativamente sendo vistos, mencionados e divulgados como membros de um dos primeiros grupos de catadores organizados de Curitiba<sup>26</sup>.

Nesse mesmo período, a Paróquia Profeta Elias passou por transformações importantes. Com o rápido adensamento populacional do bairro veio também o aumento no número de fiéis que compareciam às atividades litúrgicas e catequéticas e, com eles, a necessidades de criar novas comunidades para integrar a rede que passou rapidamente de seis para onze comunidades. Para atendê-las, uma congregação de sacerdotes católicos que visitava a paróquia desde um bairro vizinho instalou-se definitivamente no Bairro Novo. De igual maneira os templos que já existiam foram sendo ampliados a partir doações e eventos de arrecadação de dinheiro promovido pelos adeptos, multiplicando-se assim as festas dos santos padroeiros, bingos, rifas e produção e comercialização de alimentos.

As entrevistas com os voluntários católicos sugerem que essas festas, além da arrecadação de dinheiro, serviam para as comunidades mostrarem perante as demais sua organização e união, marcando identidades diferentes estreitamente relacionadas com o nome do santo padroeiro. Cada comunidade diferenciava-se das demais por possuir seu templo em construção, suas lideranças, suas comemorações, sua especialidade culinária e, principalmente, o seu santo. Em festas da rede de comunidades cada uma delas levava uma bandeira de uma cor específica, confeccionada em tecido, na qual estavam impressos a imagem e o nome do santo padroeiro. Esses símbolos de identidade

---

comportamentos e práticas se dá através da educação ambiental<sup>7</sup>, uma atividade explicitamente escolar ou para escolar, mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa. A educação ambiental acaba fornecendo códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos, tais como uso da água nos procedimentos de higiene corporal, sobre a lavagem de pratos e de roupa, sobre a correta disposição do lixo. Junto com uma série de informações sobre o mundo natural, as cadeias ecológicas, e sobre as ameaças à natureza, à paisagem, à saúde humana e à qualidade de vida urbana, há uma ênfase numa normatização de condutas na vida cotidiana. Isso aparenta os ‘manuais de etiqueta’ que surgiram no Renascimento europeu, analisados por Norbert Elias (1990) e seu papel no controle das emoções e na estilização da conduta, fazendo naturalizarem-se e interiorizarem-se certos comportamentos.”

<sup>26</sup> Há narrativas diversas sobre os *primeiros grupos de catadores organizados* em Curitiba. Entre os mais citados estão: Mutirão, Araucária, Colombo, Vila das Torres, Parolin e Novo Amanhecer (CIC). Os dois últimos também criados a partir de iniciativas da Igreja Católica. Por volta de 2004 diversas entidades de Curitiba criaram a primeira cooperativa da cidade – Catamare – que tinha como objetivo reunir todos os grupos de catadores existentes para a comercialização coletiva com o intuito de entregar o material por eles coletado e acondicionado diretamente às indústrias de reciclagem, alcançando maior valor de mercado. Diversas ações foram realizadas neste sentido mas, em pouco tempo, houve uma série de conflitos entre estas instituições que inviabilizou a proposta. Hoje a Catamare é tão somente mais um dos *grupos de catadores organizados* que fazem parte do programa Eco-cidadão levado a cabo pela prefeitura municipal, com o diferencial de que carrega em si uma lembrança que repõe constantemente os conflitos não resolvidos. Entretanto, como veremos a seguir, a *busca pela comercialização na indústria* continua.



eram postos em lugar de destaque e, ao seu lado, também estava a bandeira dos militantes católicos, que ia gradativamente se consolidando sob a designação Projeto Mutirão. Nesse período foi produzida em ferro uma miniatura do carrinho utilizado pelos catadores, que era introduzida como símbolo sagrado nas celebrações litúrgicas mais importantes, sinal da efetivação da opção preferencial pelos pobres. A bandeira do Projeto Mutirão, com sua característica cor azul escura, também carregava o desenho que a identificava. No lugar da imagem do santo comum às outras bandeiras, aqui a estampa era a mão da religiosa recebendo os pobres. Nesses eventos de celebração coletiva, o *grupo organizado dos catadores* era apresentado no modo subjuntivo, como se fosse mais uma entre as comunidades organizadas da Paróquia Profeta Elias.

O Mutirão surgiu assim... Porque a campanha dizia “Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome”. Era para todas as paróquias se reunirem em um grande Mutirão. Então por isso nosso trabalho ficou com o nome Mutirão. Mutirão Paróquia Profeta Elias. Era o mutirão nosso, nesta campanha toda. Nós fomos um mutirão dentro deste projeto. Que eu sei é isso, ninguém escolheu um nome. (Perci)

Foi assim até princípios de 2006 quando se instaurou uma série de desentendimentos na paróquia, narrados como uma disputa entre Paulinne e o padre que havia chegado para coordenar a rede de comunidades e envolvendo também os militantes católicos que trabalhavam no Projeto Mutirão. Conforme enunciação dos militantes que estavam na organização naquele período, a mobilização de recursos financeiros foi o elemento disparador do desentendimento.

Além da manutenção do trabalho dos catadores e contratação dos ativistas católicos, Paulinne conseguira uma grande soma monetária que seria utilizada na construção do templo para uma das comunidades, aquela que tinha como padroeiro São Tiago. Essa era a comunidade da qual a religiosa participava mais diretamente, compondo sua equipe de lideranças junto com alguns dos apoiadores do Mutirão.

Segundo eles, o desentendimento com o padre se deu em decorrência de uma solicitação da diocese<sup>27</sup> sugerindo a criação de uma sede paroquial na rede de comunidades no Bairro Novo. Para tanto, fazia-se necessário a definição de um local apropriado para a construção de um templo central, que responderia religiosa, financeira, burocrática e politicamente pelos demais. Como a paróquia já era conhecida pelo nome Profeta Elias, o templo a ser construído lhe seria homônimo. Havendo recursos financeiros já disponíveis para a construção em área pertencente à comunidade São Tiago, o padre passou a defender a proposta de que fosse ali instalada a sede paroquial. Na disputa pelos recursos financeiros, iniciou-se uma briga de santos, a partir da qual o Profeta Elias foi ocupando o lugar de São Tiago:

---

<sup>27</sup> Diocese é a instituição que na hierarquia da Igreja Católica é superior à paróquia e está sob liderança do bispo, um padre que coordena os demais membros do clero de sua região

**Cristina:** E daí tem muita gente... a gente escuta até hoje, falam “Ah, ele não tirou o São Tiago prá por o Profeta Elias, ele simplesmente enxotou”. O São Tiago teve que sair da igreja. Ele queria que levasse o São Tiago pro salão. Nessa época foi muita briga mesmo. Tem gente que tem essa mágoa até hoje.

**Magda:** O São Tiago que a senhora diz é a imagem do santo?

**Perci:** É a imagem do santo sim.

**Cristina:** Tinha que passar ele pros fundos da igreja.

**Perci:** Acho que ele ficou uns tempos lá ainda, não é? Quando criaram a...

**Cristina:** Quando fizeram a imagem do Profeta Elias ele já teve que sair. Ele ficava ali, no lugar do Profeta Elias. Mas em seguida que fizeram aquela imagem ali nós tivemos que tirar ele da igreja.

Alguns ativistas do Mutirão interpretaram o problema de outra forma: a solicitação da diocese representaria uma hierarquização obrigatória das comunidades, o que contrariava seu ideal de horizontalidade constitutivo da noção de rede. Desse ponto de vista o desentendimento consistia em uma disputa de teologias e modelos organizacionais.

No entrecruzamento das diferentes maneiras como o conflito é lembrado pelos ativistas católicos do Projeto Mutirão, ele é narrado como uma disputa simultânea de modelos organizacionais, recursos econômicos, teologias e santos. De um lado estavam a religiosa, o ideal da rede de comunidades, a opção pela justiça social e São Tiago. De outro lado, o padre, a sede paroquial, a opção por uma igreja centralizada e hierárquica e o Profeta Elias.

Os fiéis foram envolvendo-se no desentendimento e assumindo posicionamentos. Uma série de rumores se espalhou pelas comunidades e, aqueles que acusavam a religiosa falavam também negativamente do Projeto Mutirão, resultando no afastamento de muitos que voluntariamente contribuíram na iniciativa:

Porque criou um mal-estar muito grande entre nós que tínhamos uma remuneração mas trabalhávamos de forma integral no projeto e aqueles que eram voluntários mas trabalhavam a partir de sua condição e disponibilidade de tempo. Ou seja, ia lá uma hora, duas horas... Nós não, a gente estava disponível a semana toda caminhando lá com os catadores, com a padaria, com a costura, porque era de ambos trabalhos. Mas mesmo fazendo todas estas explicações o Projeto Mutirão sofreu bastante, tanto até que depois disso nunca mais nós conseguimos o trabalho voluntário assim. Aí com a saída delas [Paulinne e as demais religiosas que moravam com ela] a gente deixa de ser funcionário mas continua sendo voluntário. Claro, daí cada um foi tocar a sua vida profissional de novo e continuamos destinando tempo voluntário pra o trabalho. (Roberto)

Os depoimentos coincidem na informação de que à medida que o conflito se acirrou e o padre foi impondo suas decisões com o endosso da diocese, Paulinne, que já conhecia um diagnóstico de câncer e iniciava o tratamento da doença, junto com as demais religiosas de sua congregação que moravam no Bairro Novo, decidiu ir embora.

Concomitantemente a essas disputas acontecia na Casa de Apoio uma movimentação com o intuito de conseguir um lugar próprio para o trabalho com os catadores. Contatos vinham sendo

feitos entre o Mutirão e a prefeitura municipal de Curitiba. Os colaboradores que ofereciam doações por vezes solicitavam documentação da organização que por não estar institucionalizada dependia da representatividade jurídica da paróquia ou da congregação religiosa à qual pertencia Paulinne. À medida que o conflito se intensificou foi aumentando o controle do empréstimo da documentação e do nome jurídico da paróquia para atender às necessidades do Mutirão.

Com a sinalização da concessão de um terreno em regime de comodato pela prefeitura municipal de Curitiba para se construir um barracão para os catadores, o Projeto Mutirão iniciou um movimento em direção à institucionalização da organização.

A dinâmica de criação de uma pessoa jurídica foi acelerada pelo conhecimento por parte dos militantes católicos de um decreto nacional<sup>28</sup> por meio do qual a Presidência da República determinava que todo o material reciclável gerado por órgãos públicos deveria obrigatoriamente ser destinado às associações e cooperativas de catadores formalmente constituídas. Desse modo, ainda que a paróquia e a congregação religiosa então respondessem no âmbito institucional pela organização dos catadores, as especificidades do comodato proposto pela prefeitura e a legislação nacional portavam a exigência de constituição de uma pessoa jurídica que tivesse nos catadores de materiais recicláveis os principais destinatários de suas ações. Informa Roberto sobre esse tema:

A partir da necessidade de ter um espaço próprio onde não precisasse pagar aluguel nós fomos atrás disso. No município, pra nós entrarmos com o pedido tínhamos que ter uma pessoa jurídica. Nós tínhamos a paróquia, mas que não tinha esta finalidade de atender catadores. E nós tínhamos também o grupo de pessoas que pediam pra empresas e tal, faziam pedidos e tal... e muitos pediam documentação, ou seja, pediam CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica], estatuto e tal e nós percebemos que se nós déssemos conta de ter uma documentação isso ia nos ajudar bastante, tanto no pedido do terreno quanto no recebimento de doações. E aí nós partimos para esta institucionalização, para esta formalização da entidade. Até porque nós tínhamos lá quem trabalhava. Já tinha um grupo que trabalhava com corte e costura, um outro grupo que trabalhava com padaria, todos estes serviços ligados à congregação. E nós pensamos em construir uma entidade pra facilitar isso, pra receber doações e também que a gente pudesse apresentar como uma entidade que representasse todos estes grupos de trabalho. Todos os grupos. E daí começamos a juntar o grupo dos catadores, grupos de costura, grupo das padarias e com eles começamos a construir um projeto, um projeto social.

A organização composta por militantes católicos e catadores, junto aos demais grupos de produção coletiva que surgiram no *começo*, transformou-se então em uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, no formato de ONG, sob a denominação Projeto Mutirão Paróquia Profeta Elias. Como é possível observar, a nova entidade carregava em sua nomenclatura as fontes que lhe deram origem, conforme descrito no capítulo anterior. Processo que tornou necessário tanto desenvolver

<sup>28</sup> Decreto nº 5.940 que havia sido instituído em outubro de 1996.

uma série de estratégias de organização e controle do trabalho dos catadores do Mutirão, como levar os ativistas católicos a se profissionalizarem<sup>29</sup>.

Contudo, com o acirramento do desentendimento, assim como o São Tiago foi deslocado para os fundos da igreja para ceder seu lugar a outro santo, também o nome da instituição sofreu transformações. Conhecida como uma organização criada por Paulinne e mantida com recursos por ela angariados, a ONG passou a ser alvo das tentativas de controle do padre que, segundo meus interlocutores, solicitava ser seu presidente, uma vez que esta carregava o nome do santo da paróquia que estava sob sua jurisdição. Ao receber a resposta negativa, o padre exigiu que a designação “paróquia” fosse removida do nome da ONG que estava sendo criada. A partir de então, esta passou a ser identificada oficialmente como Projeto Mutirão Profeta Elias.

O nome permaneceu inalterado até o momento em que realizei minha pesquisa e é simplificado na enunciação dos voluntários, catadores e outros agentes quando a ele se referem simplesmente como ONG, ou Projeto Mutirão, ou ainda, apenas Mutirão, este coincidindo com a forma como na maioria das vezes é chamado o agrupamento dos catadores, não raramente se sobrepondo ou se confundindo com ele.

Para além da mudança no nome, duas consequências do conflito produziram maior impacto sobre o Projeto Mutirão. A primeira foi saída de Paulinne do Bairro Novo. Ademais de se perder a pessoa em torno da qual os fiéis se mobilizavam, a religiosa levou consigo as articulações pessoais que resultavam nos recursos financeiros que mantinham a instituição, especialmente o trabalho dos catadores. Com a sua saída acabou o fluxo de dinheiro necessário à remuneração dos militantes contratados que se dedicavam à organização da atividade dos catadores, assim como para pagar o aluguel, os serviços de luz, água e telefone, adquirir e fazer a manutenção dos poucos

---

<sup>29</sup> A profissionalização de ações interventivas da Igreja Católica em cenários de pobreza é recorrente no Brasil desde a década de 1970 e diversos autores se dedicaram a compreendê-la. Carlos Nelson dos Santos (1981) foi um dos pioneiros a etnografar processos de enfrentamento/institucionalização de parcerias entre movimentos populares (agenciados pela Igreja Católica) e órgãos do Estado. Nesse sentido, é importante salientar que o processo político que vem sendo construído com/pelo Mutirão, apesar das singularidades que apresenta, participa e se articula a um contexto mais amplo e diverso de produção das políticas públicas voltadas aos segmentos populares. Leilah Landim (1993), embora esteja preocupada com a invenção dos chamados Centros de Educação Popular que antecedem as Campanhas Nacionais de Mobilização Contra a Fome e a Miséria – inauguradas pelo sociólogo Herbert de Souza no início dos anos 1990 – nas quais se inserem as dinâmicas da criação do Projeto Mutirão, mostra como as divergências entre as datas de fundação legal e as de fato de tais Centros apontam para processos de progressiva autonomização destes em relação à Igreja Católica. Junto a isso, está a incorporação, pelos ativistas, de repertórios políticos seculares que se somam aos fundamentos religiosos dos organismos eclesiais. Segundo a autora, “as ‘ONGs de assessoria e apoio’ tem sido, entre outras coisas, especialistas da ‘transformação’. Não apenas das ‘transformações sociais’ – a promoção dos quais é sua justificativa –, mas também de suas próprias transformações institucionais e de posições ocupadas na cena social brasileira que fazem com que, há quase três décadas, elas venham se adaptando a sucessivas conjunturas político-sociais, aumentando em número e desenvolvendo a sua institucionalidade, no processo concomitante de autonomização. (LANDIM, 1993:172).

equipamentos que havia e, acima de tudo, para a construção do barracão no recém-conquistado *terreno*, mencionado pelos catadores como o sonho do Mutirão.

A outra consequência articula o conflito religioso com as dinâmicas do Estado por meio de iniciativas de investimento legal e financeiro nos catadores, o que desencadeou o processo de profissionalização dos militantes católicos e a transformação do Mutirão de um projeto da igreja em entidade jurídica autônoma, como vimos acima.

Sobre esse período, meus interlocutores contam que antes de partir a religiosa chamou os militantes católicos mais próximos e lhes fez uma proposta: ela deixaria certa quantidade em dinheiro a ser repassada a cada um dos catadores que pertenciam ao Projeto Mutirão e o suficiente para o pagamento de todas as dívidas contraídas vinculadas ao seu trabalho de modo que a partir daquele momento estariam encerradas as ações da ONG desenvolvidas com este agrupamento, permanecendo sob sua responsabilidade apenas os demais coletivos de trabalho (costura, clube de trocas/artesanato e panificação). A oferta não foi aceita e os militantes decidiram continuar com os catadores e assumiram manter o trabalho como voluntários. Diante dessa decisão, a religiosa deixou dinheiro para mais seis meses de pagamento do aluguel da Casa de Apoio e demais despesas, exceto as contratações, adiando a decisão do encerramento da atividade. Foi até o *terreno* recém-cedido pela prefeitura municipal e, acompanhada dos voluntários e dois dos catadores, enterrou medalhinhas com a imagem de uma santa, pedindo proteção aos céus para os meses seguintes. Feito isso, partiu.

Conforme me foi narrado, os meses que se seguiram foram de grande crise no Projeto Mutirão. Segundo Roberto, “houve uma substituição de aporte financeiro, porque Irmã Paulinne era uma facilitadora, ela tinha uma confiança grande dos paroquianos. Ela atraía ajuda. De fora do Brasil também havia ajuda fácil”. O dinheiro deixado por ela foi se esgotando rapidamente e os novos contatos que se tentou estabelecer para angariar recursos financeiros junto aos fiéis da paróquia não foram bem-sucedidos.

Com a diminuição de benesses e a impossibilidade de alguém que estivesse continuamente junto aos catadores contribuindo na organização e mediação de sua atividade, multiplicaram-se os desentendimentos entre eles e as desistências tornaram-se constantes. A paróquia, por meio de suas comunidades, permaneceu contribuindo mensalmente com R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), valor insuficiente para cobrir os custos de funcionamento da organização que naquele momento alcançavam a cifra de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais. De modo que em meados de 2008 novamente pautou-se a possibilidade de encerrar as atividades com os catadores.

Foi nesse período que cheguei ao Projeto Mutirão. Com experiência prévia em ações chamadas de educação popular desenvolvidas a partir de iniciativas da Igreja Católica e vinculada a uma congregação religiosa que tem simpatia declarada pela teologia da libertação, fui recebida

pelos voluntários do Projeto Mutirão e por alguns catadores como alguém com possibilidade de apontar uma saída para a crise que estava instaurada. Após a primeira decepção que veio com a constatação de que eu não tinha uma rede de relações capaz de arrecadar dinheiro na escala necessária, fui reconhecida como alguém que ao menos possuía capacidade técnica para a elaboração de projetos visando à captação de recursos e, ao mesmo tempo, um conhecimento religioso que permitia fácil engajamento à opção preferencial pelos mais pobres e na luta por justiça social sobre a qual estava fundado o Projeto Mutirão. Elementos que permitiram minha inserção e permanência, embora não tenha incidido sobre a resolução dos problemas financeiros. Sem encontrar saídas, novamente foi deliberado entre os voluntários o encerramento das atividades dos catadores.

A reunião que aprovou a decisão foi um encontro marcado por repetidos cálculos financeiros que confirmavam a crise, gerando tensão e tristeza entre os poucos voluntários que ainda se mantinham na organização. Parecia ser o fim do Mutirão e alguém precisava assumir o anúncio da notícia aos catadores. Aquele que estava na coordenação da ONG desde que ela fora institucionalizada e eu fomos os indicados para a tarefa.

Quando chegamos para a conversa com os catadores, Sandra foi a primeira pessoa que encontramos e lhe adiantamos a temática da reunião. Como resposta, ela nos contou que antes de partir Paulinne havia dito a alguns deles que não importava como, nem onde, mas eles deveriam carregar consigo o Mutirão. E acrescentou:

Para vocês isso aqui é só um projeto de igreja. Se não somos nós, vão ser outros por aí. Mas pra nós não. Pra nós o Mutirão é a nossa vida. Fizemos uma promessa e vamos manter a nossa palavra. O Mutirão é nosso lugar.

Depois ela perguntou sobre o espaço que havia sido cedido pela prefeitura, recordou o momento que esteve plantando no *terreno* vazio as medalhinhas da santa e insistiu que não falássemos nada com os demais catadores, permitindo que ela mesma lhes transmitisse a mensagem.

Poucos dias depois, quando retornamos para retomar a conversa, o *terreno* já não estava vazio. Os catadores estavam construindo sobre ele vários pequenos barracos com retalhos de madeiras, telhas e plásticos recolhidos nas ruas do bairro. O material reciclável que haviam coletado já o tinham transferido para lá e faltava pouco para que a Casa de Apoio pudesse ser devolvida aos seus proprietários. O Projeto Mutirão já tinha novo lugar.

Para o *terreno* cedido pela Prefeitura foram levadas a prensa hidráulica, as balanças e as mesas de madeira sobre as quais é feita a seleção do material coletado. Levaram também os fogões, à lenha e à gás, e umas poucas cadeiras, assim como o computador no qual estava gravado o

programa de controle da produção, as pastas onde ficavam as planilhas por ele geradas, os poucos documentos e o álbum de fotografias.

Uma das maiores preocupações dos catadores era onde e como guardar alguns objetos deixados pela religiosa: uma imagem de Santa Maria e um tecido sobre o qual há uma pintura pouco convencional da Santa Ceia, que inclui entre seus personagens mulheres, crianças e cachorros. Esses objetos, Sandra os levou temporariamente para sua casa. Outra preocupação era com Luiz que tinha assumido a função de caseiro desde que não fora mais possível manter as contratações, e que agora não tinha um lugar para morar. Provisoriamente também ele foi para a casa de Sandra, já que, de alguma maneira, também fora deixado por Paulinne.

Os catadores com os quais conversei não falam sobre o conflito entre a religiosa e o padre. Mencionam esse momento de falência econômica como consequência da doença de Paulinne e localizam ali a promessa feita a ela: nunca deixar o Mutirão acabar. Como um refrão, essa promessa é repetida cotidianamente e aprendida pelos demais catadores que sequer viveram esse período do Mutirão. Sandra recorda o tempo de transição:

Então foi bem ruim aquele momento em que eles falaram pra nós. A gente foi pego pra dois lados ruins. Uma que nós não sabíamos que Irmã Paulinne estava doente e o outro de saber que o Mutirão ia acabar. E depois vinha aquela promessa que a gente fez pra ela de nunca deixar o Mutirão acabar. “Não importa se vocês estão aqui”, ela falou, “não importa onde vocês estiverem. Mas vocês levem o Projeto Mutirão. É um compromisso que vocês vão fazer comigo”. Um dia ela falou pra mim e pro Luiz: “Vocês são o pilar daqui”. (...) Então, eu acho que eu não viveria sem o Projeto Mutirão, não viveria. Foi o que acabou acontecendo com o Luiz. Ele saiu daqui e não aguentou.

Os voluntários concentravam suas preocupações em manter um lugar de trabalho para os catadores, de modo a evitar que eles retornassem às antigas relações que estabeleciam com os depósitos de materiais recicláveis particulares da região. Roberto, ao mencionar esse período, descreve-o como a transformação de um terreno vazio em um local de trabalho:

Os catadores viram naquele espaço um novo local de trabalho. Mas não tinha estrutura nenhuma de construção. Era um terreno vazio. Então o que é que eles fizeram? Eles desmancharam aquilo que eles haviam construído, pegaram aqueles pedaços de madeira, pedaços de telha e foram construindo no novo terreno um espaço de trabalho. Bastante precário também. Aí com a ajuda de algumas comunidades nós fomos melhorando este espaço. Ficamos um tempo sem a cozinha porque não tinha local para fazer alimentos e nada. Eles ficaram um tempo à base de pão e mortadela e garrafa de café. Não tínhamos como construir, mas nós colocamos como prioridade.

Na passagem dos catadores da Casa de Apoio para o *terreno*, os voluntários da ONG conseguiram alguns recursos financeiros com os quais foram comprados madeiras, pregos e telhas. No feriado de Natal e passagem entre anos 2008 e 2009, voluntários e catadores fizeram uma

construção retangular em madeira dividida em cinco partes nesta ordem: casa do Luiz, onde foram colocados fogão, cama, pia e geladeira; escritório, onde ficou instalado o computador e guardados os objetos deixados pela religiosa; cozinha com fogão e geladeira; refeitório com mesas longas de madeira e umas poucas cadeiras; e dois pequenos banheiros. Somente depois de três anos foi realizada a construção de alvenaria onde aconteceu o velório de Luiz.

O conflito mencionado e a crise financeira resultaram em alguns deslocamentos importantes no Projeto Mutirão, que sintetizo aqui: juntamente com a imagem do santo que sai de dentro da igreja para a sacristia, a rede de comunidades cede lugar à paróquia constituída nos moldes tradicionais e cria um arrefecimento na utopia da horizontalidade da rede formada por comunidades comprometidas com a chamada justiça social; o Projeto Mutirão deixa de portar o substantivo “paróquia” em seu nome e se institucionaliza como pessoa jurídica no formato de ONG; o Mutirão foi paulatinamente deixando de ser apenas um projeto de Igreja, nas palavras de Sandra, para ser assumido como a *vida* para alguns catadores que decidiram permanecer apesar da crise; os militantes católicos contratados passaram a ser voluntários e muitos dos que antes eram voluntários afastaram-se do trabalho; finalmente, a Casa de Apoio cedeu espaço a um *terreno* vazio cedido pela Prefeitura de Curitiba, transformado em *lugar de trabalho* para os agora voluntários e *lugar da promessa*, para vários catadores.

## 2.2 Uma paisagem em movimento

Meus interlocutores narram a chegada no *terreno* cedido pela Prefeitura como um novo começo, em que ONG e agrupamento dos catadores passaram a ser duas dimensões diferentes que se entrecruzam, convergem e por vezes confundem: o Mutirão em certa medida permanece sendo um projeto de igreja levado a cabo pelos voluntários católicos e institucionalizado como pessoa jurídica a partir de uma motivação religiosa e, por outro lado, evoca o cumprimento da promessa feita pelos catadores à religiosa.

Nesse recomeço, os catadores assumem a organização do próprio trabalho diminuindo significativamente a intervenção dos voluntários católicos, embora a paróquia tenha ampliado sua contribuição financeira e se responsabilizado pelos valores necessários ao pagamento dos serviços de água, luz e telefone. No *terreno* desencadearam-se dinâmicas relacionais que resultaram em certa transformação da relação de tutela por parte dos voluntários católicos no que os catadores passaram a chamar de *parceria*<sup>30</sup>. Para discutir essas mudanças nas interações, retomo aqui a descrição do

---

<sup>30</sup> Sobre os processos de construção de *parcerias* e o lugar que esta, como categoria êmica, ocupa entre os catadores, bem como as relações que a partir e por meio dela são mobilizadas, será o tema do próximo capítulo.



evento que assumi nestes capítulos iniciais como catalisador de diferentes dinâmicas relacionais: o velório de Luiz.

Conforme a descrição iniciada no capítulo anterior, durante o velório houve um momento em que o morto foi homenageado pelos catadores. Para preparar o ato, Sandra chamou à cozinha várias das pessoas presentes e distribuiu jalecos com o desenho e a cor da bandeira do projeto. Segundo ela, os jalecos eram para os catadores do Mutirão.

Os critérios para distribuição, no entanto, não estavam relacionados unicamente à condição de ser catador do agrupamento, uma vez que alguns que ali trabalhavam não o receberam, enquanto outros que sequer pertenceram à organização em algum momento portavam o uniforme. De maneira semelhante, muitos que já não eram catadores foram incluídos e estavam devidamente identificados para a homenagem, enquanto outros que haviam pertencido à organização não participaram da caracterização. Uma hipótese plausível seria pensar que não havia jalecos para todos. Entretanto, foram confeccionadas vinte e cinco peças e distribuídas somente vinte e duas. Dentre as que sobraram, uma foi depositada no caixão e as outras duas permaneceram sobre a mesa do escritório.

Percebi que a distribuição não era aleatória. Todos os presentes que mantinham relação de parentesco com Sandra e Luiz ficaram com o uniforme. Também o receberam alguns outros que haviam trabalhado na Casa de Apoio antes da mudança para o *terreno* e uns poucos apoiadores católicos. Todos foram classificados como *os antigos*, conforme me explicou um dos catadores: “Não tem pra todo mundo, então só os *antigos* vão vestir o jaleco”.

Os uniformizados se reuniram em torno do caixão e, sendo novamente convidados a falar alguma coisa sobre a vida ou característica do morto, contaram histórias e descreveram Luiz, misturando choros e gargalhadas. A homenagem se estendeu por quase uma hora. Para terminar, repetiram três vezes a frase escrita em um banner pendurado na parede que levava a foto do morto, refrão do hino do Movimento Nacional de Catadores: “Caminhar é resistir e se unir é reciclar”. O banner estava ao lado de outro cartaz grande com a imagem de Paulinne.

Como vimos, poucos anos depois da criação do Projeto Mutirão a religiosa voltou para seu país de origem deixando-o aos cuidados dos voluntários católicos e de alguns catadores, aqueles que ali trabalhavam naquele momento e que se autodenominam ou são por outros classificados como *antigos*. Assim como os objetos doados por Paulinne são tratados com muito cuidado não podendo ser deslocados tão facilmente do lugar onde estão postos, também os *antigos* muitas vezes parecem ser quase que inamovíveis, como veremos mais adiante ainda nesta seção.

O que vi quando cheguei ao Mutirão eram poucos catadores no *terreno* (não mais do que oito) liderados por Sandra que, ao lado de Luiz, estava sempre portando jaleco e boné azuis. Ambos dos *antigos*. Paulatinamente esses poucos catadores foram juntando nas ruas do bairro o material necessário para transformar o espaço vazio em seu ambiente de trabalho.

Os primeiros barracos foram edificados contra o muro às margens do *terreno*, de modo que o centro ficasse disponível para a construção do barracão quando para isso se angariassem os recursos necessários. A construção do barracão passou a ser a reivindicação principal aos visitantes, quase sempre vistos como possíveis doadores. “Então a gente queria que o governo, o ministério público desse uma ajuda pra nós, ao menos pro barracão aqui, porque você vê, o barracão aqui dia que chove molha tudo os material aqui, não tem condição de a gente guardar os material, porque é muito material”, foi o pedido de um catador na gravação feita ao documentário intitulado *Papel Moeda*<sup>31</sup>, uma entre as várias reportagens realizadas no local. Apelos como esse eram continuamente repetidos a diferentes pessoas e instituições que se aproximavam para apreciar a iniciativa, desde os mais conhecidos até aqueles que ali chegavam pela primeira vez. O *grupo organizado dos catadores* precisava de um barracão e o centro vazio do *terreno* sinalizava não apenas uma disposição específica do espaço ou o aproveitamento estratégico da divisória como parede para os barracos, mas também o desejo de que o tempo de espera não fosse longo demais.



**Figura 4**

Imagem retirada do documentário *Papel Moeda* que mostra os barracos construídos nos arredores do terreno e o centro vazio à espera do barracão. Nos fundos, a construção de madeira onde era a casa de Luiz, única moradia do terreno.

Contra o muro que cercava o *terreno*, cada catador – sozinho ou junto a seu pequeno grupo de parentes, compadres ou amigos – possuía um barraco, nomeado como o seu *canto*. Cada *canto* tinha um tamanho, altura e forma de acordo com a matéria-prima disponível para sua confecção e a força, o interesse, a dedicação e rede de relações de quem o construiu. No interior e na frente de cada *canto* a disposição do espaço, a colocação da mesa de triagem, a dispersão dos sacos onde eram acondicionados cada tipo de material selecionado, as emendas de fios em instalações elétricas

<sup>31</sup> Documentário “Papel Moeda”, produzido por Dhiego Kozievitch e Bronson Almeida, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8mkqEQbXvtc>.

improvisadas que permitiam a luminosidade e sonoridade do ambiente por meio das tantas lâmpadas, televisores e rádios sempre em funcionamento, ficavam a cargo daqueles que ali dentro trabalhavam.

O ensemble de mais uma tábua, um pilar, um pedaço de lona, de papelão ou de lata para fechar melhor a parede, ampliar um pouco o *canto* ou engendrar um lugarzinho onde deixar depositado o papel, davam àquele espaço uma imagem de quebra-cabeça que não termina de ser montado jamais. O material ali utilizado pouco se diferenciava daquele armazenado aos montes do lado de fora esperando pela classificação ou, se já classificado, guardado para a pesagem e a venda. Muitas vezes pude presenciar reclamações e descontentamentos porque partes das paredes e divisórias dos barracos foram jogadas, contabilizadas e misturadas nos contêineres de sucata comercializados com os aparistas, como evoca este diálogo entre dois catadores:

- Cadê aquela chapa de zinco que tava aqui em cima da lona?
- Vi uma dentro do container, lá onde jogamos aqueles bagulhos, as painéis, os ferro lá. Será que era aquela?
- Ah, não! Mas aquela não era bagulho. Tô guardando pra fazer o puxadinho ali do lado pra deixar as coisas. Tem mais de dois meses que tô guardando. Não viram?
- Agora já foi pesada. Foi teu piá [filho] que jogou ela.
- Vou pegar. É pro puxadinho.
- Ih, rapaz, tá bem embaixo. E agora já tá pesada. Use essa lona aí pro barraco.
- A lona é fraca, rasga muito. Eu queria aquele zinco.
- Agora já era. Se pesou, pesou. Não adianta ficar nervoso. Os caras vão vir aí buscar hoje à tarde.

Nesse jogo em que uma profusão de objetos iam e vinham, sempre novas peças apareciam e, entre encaixes e desencaixes, condensavam-se nos *cantos* a precariedade, a criatividade e as incontáveis possibilidades dos improvisos. As paredes por vezes pintadas com restos de tinta encontrados cá e lá ou adornadas com objetos e inscrições mostravam os amores desejados, a saudade do *norte* que fora deixado quando vieram para a cidade ou dos amigos que ficaram no outro bairro onde moraram, o nome da parentela, a acusação camuflada do colega de trabalho, a imagem de uma santa e o milagre desejado, a piada obscena, o quadro da desconhecida bonita, o ramalhete de flores velhas, o cálculo aproximado dos quilos de papelão ali acumulados. Exibições da diversidade de prioridades e preferências estéticas que também compunham o ambiente.

Olhar com atenção os *cantos* permitiu-me ainda apreender outra diversidade, a das estratégias na disposição das tarefas da jornada de trabalho, uma vez que era dentro deles que os catadores permaneciam a maior parte de seu tempo, classificando os objetos coletados nas ruas do bairro. Em cada espaço destes existia pelo menos uma mesa feita de madeira sobre a qual era depositado o material trazido das ruas para que fosse classificado nas mais de vinte categorizações exigidas pelos aparistas com os quais os catadores comercializavam. Em torno das mesas muitos

sacos pequenos e, contra as paredes, outros de maiores proporções onde eram depositadas as embalagens de acordo com a composição, a cor, a textura e o tamanho. Entre uns e outros, grandes tambores de plástico ou de lata completavam o cenário e tinham a mesma função, exceto um deles, colocado à saída do barraco, onde era depositado aquilo que não respondia a nenhuma classificação. Esse era o lixo propriamente dito ou, como o denominam os catadores, o *rejeito*.

Cada *canto* tinha outros *cantinhos* onde ficavam guardados objetos especiais que exigiam mais do que a rápida classificação solicitada pelos aparistas: o fio de luz a ser descascado para a retirada do cobre, o celular a ser testado, o computador a ser montado, o pé do sapato à espera de seu par, a geladeira a ser comercializada ou trocada com quem demonstrar interesse, a ferramenta que poderia servir para alguma coisa, a lona para arrumar o barraco, o carregador para um celular a ser encontrado, o brinquedo e as roupas para as crianças, os chuveiros velhos para o aparista que oferece maior valor, as latinhas de alumínio guardadas para garantir a compra do gás de cozinha quando necessário, o disco de vinil que seria somado à coleção de Camargo, o cosmético para Estela e o CD gospel para Maria... Um *cantinho* onde objetos entravam e saíam à medida que circulavam entre os catadores e seus *cantos* estabelecendo elos e classificações<sup>32</sup>.

A descrição de alguns dos barracos que foram construídos pelos poucos catadores que mudaram para o *terreno* nos tempos de crise e as experiências cotidianas neles vividas elucidam as imbricações entre formas individuais e coletivas de trabalhar no Mutirão, em dinâmicas interacionais que continuamente produzem um *grupo de catadores organizados*.

O *canto* de Luiz, por exemplo, era de tamanho médio se comparado aos demais e possuía uma extensão para os fundos onde depositava móveis velhos que ganhava ou encontrava nas ruas de modo que não ficassem tão à vista dos demais. Luiz saía para a coleta no início de todas as manhãs, exceto domingos, e seguia o itinerário desenhado por seus pontos fixos somando aos achados nas lixeiras e ruas aquilo que era guardado para ele pelos moradores e comerciantes do bairro até que seu carrinho ficasse totalmente cheio, incluindo os alargamentos improvisados com cabos de vassouras, papelão, lonas e latas que estendiam as paredes do carrinho para cima, ampliando sua capacidade de carga. Como passava nas mesmas moradias ao menos uma vez por semana (muitas delas de fiéis da paróquia) e mantinha essa prática há vários anos, não poucas vezes ganhava móveis, equipamentos e roupas velhas que trocava ou comercializava antes mesmo de voltar ao *terreno* com outros catadores que encontrava em seus recorridos. Transações comerciais que o fazia demorar-se na rua, de modo que trabalhava em seu *canto* apenas após o meio do dia. Ali esvaziava seu carrinho em grandes sacos e os classificava.

---

<sup>32</sup> Nos próximos capítulos apresentarei uma descrição mais detalhada dos processos de classificação do material reciclável (capítulo 3) e das relações que são mediadas/produzidas pelos objetos que circulam entre os catadores do Mutirão, bem como os efeitos produzidos nessas transações (capítulo 4). Nesta seção o que interessa é a percepção de como os *cantos* são constituídos somando-se na criação do *terreno*, lugar-evento aqui tematizado.

Luiz aproveitava tudo o que podia, por isso a classificação também era demorada e comumente acumulava muito trabalho por fazer ainda que contasse com a ajuda de sua esposa, que vez ou outra também saía com o carrinho para a coleta. Em seu caso, porém, em itinerários nada definidos. No final do dia Luiz retomava seu carrinho, agora vazio, e seguia para outro circuito de catação. Diversas vezes enquanto estava classificando o material, ele recebia telefonemas de alguém de seus pontos fixos que lhe oferecia um objeto em particular, de modo que abandonava temporariamente a seleção para buscá-lo. Uma rotina de trabalho que fazia com que ele fosse poucas vezes encontrado em seu *canto* e este, por sua vez, fosse sempre mais cheio de coisas não classificadas que os demais, o que rendia a Luiz muitas advertências por parte dos outros catadores.

Seu Téo também era pouco encontrado em seu *canto*, um dos menores do *terreno*. Este, porém, quase sempre contava com pouquíssimas coisas esparramadas pelo chão ou dispostas em sacos e a única pequena extensão feita na parte da frente do barraco era destinada ao armazenamento do papelão que, quando em quantidade suficiente, era compactado em fardos de tamanho mais ou menos padronizados nos quais Téo escrevia seu nome, pesava-os, registrava os quilos em uma planilha por ele assinada e os depositava em um espaço coletivo para isto designado. Assim todos sabiam que, embora estivessem junto ao material classificado e prensado pelos demais catadores, aqueles fardos lhe pertenciam.

Diferentemente de Luiz, Téo não tinha pontos fixos e das ruas recolhia somente plásticos e papelão. Os demais resíduos de papel (caixinhas, revistas, cadernos etc.) eram ignorados porque, segundo ele, só davam trabalho e bagunçavam seu *canto*. Téo realizava a coleta uma única vez ao dia, todas as manhãs, e quando voltava ao *terreno*, rapidamente classificava os poucos tipos de material que recolhia, de modo que ao meio-dia podia voltar para sua casa no bairro vizinho e retornar ao trabalho somente na manhã seguinte. Permanecia ali toda a jornada apenas em dias considerados de “trabalho coletivo”, quando os catadores se reuniam para pesar e enfardar todo o material que queriam comercializar de modo que, ao chamarem os compradores da vez, tudo estivesse acondicionado e calculado para a venda. Os mutirões aconteciam apenas uma vez ao mês. Coletando dessa maneira, Téo tinha poucos objetos diferentes da classificação costumeira para vender, doar ou trocar, de forma que sua dinâmica de trabalho possuía menos interrupções do que a de Luiz.

Ao lado do canto onde Téo trabalhava estava localizado o barraco de Sandra, um dos maiores entre os *cantos* do terreno. Ele fora duplicado de tamanho quando seu irmão e cunhada vieram trabalhar com ela na catação compartilhando o mesmo espaço. Depois de um tempo, porém, estes construíram seu próprio *canto* em outra parte do terreno e Sandra ocupou o ambiente que havia ficado disponível.

No *canto* de Sandra havia gente trabalhando o dia todo, tanto ela quanto seu esposo e filhos. Nele havia também bastante espaço para guardar diferentes tipos de objetos. Como vimos no capítulo anterior, Sandra saía para a coleta entre seus pontos fixos ainda de madrugada e, quando retornava ao *terreno*, passava o restante do dia na classificação desse material e daquele que continuava chegando mediante as coletas feitas por seu esposo e seu filho, de modo que durante todo o dia havia carrinhos para esvaziar e grande quantidade de coisas para classificar, enfardar, avaliar e trocar com os demais, ou eventualmente doar. Seu *canto* era cenário de frequente movimentação de catadores e compradores que chegavam interessados em suas coisas.

Como mencionei acima, quando cheguei ao Mutirão, o *canto* de Sandra estava sendo ampliado e, pouco tempo depois, o espaço foi ocupado com fardos de papelão dispostos em pilhas, guardados de modo que quando comercializados somassem uma quantia suficiente para o pagamento da tarifa de água de sua casa, que estava atrasada há vários meses e cujo fornecimento do serviço havia sido suspenso. Tendo comercializado e feito o pagamento almejado, a estocagem seguiu com outros tipos de materiais que ficavam armazenados por um período de três ou quatro meses como uma forma de poupança, sendo os valores resultantes das vendas destinados a organizar festas, comprar algum eletrodoméstico ambicionado, fazer empréstimos eventuais a familiares e (ou) outros catadores ou permitir uma semana sem trabalhar.

Esse conjunto de experiências recortadas entre outras semelhantes e aqui apresentadas como casos representativos, permite perceber que nos *cantos*, além da produção de fardos de materiais que alimentam a indústria de reciclagem, também se estabelecem unidades de produção, as quais estão estreitamente articuladas às dinâmicas parentais. Assim, enquanto Téo trabalhava sozinho dentro e fora do *terreno*, ou seja, na coleta e na classificação do material, Luiz desenvolvia a atividade com a esposa no que remetia à classificação, apesar de ambos coletarem de forma individual. Sandra, por sua vez, embora também coletasse sozinha – assim como seu esposo, filho e, por algum tempo, seu irmão e cunhada –, ao retornar ao *terreno* compunha uma unidade de produção mais ampla, complexa e de alguma maneira variável, junto aos familiares que ali trabalhavam.

A partir das experiências desencadeadas nos *cantos* vemos, então, que entre os catadores do Mutirão a coleta do material reciclável e as relações estabelecidas nas ruas durante os itinerários mais ou menos demarcados previamente se davam de forma individual, enquanto a classificação e acondicionamento do material respeitavam dinâmicas mais grupais. A dimensão coletiva do trabalho de *catadores organizados* se produz na etapa de pesagem, armazenamento e, sobretudo, na comercialização do que recolhem. Portanto, aquilo que era coletado por um catador individual com seu carrinho vai assumindo caráter de trabalho coletivo ao ser classificado por uma unidade de produção – na maioria das vezes de parentesco – nos barracos do *terreno*. O material é pesado e os

quilos de cada tipo de material ficam registrados em planilhas que coincidem com os *cantos* e seus ocupantes. A produção é então armazenada em depósitos coletivos perto das prensas ou no centro do terreno, em fardos devidamente identificados com o nome de quem os compactou ou em contêineres, quando se trata de materiais que não são de fácil compactação. Somente então se agenda com algum comprador a venda da produção, de maneira geral uma vez ao mês.

Pago pelo aparista o valor correspondente à venda coletiva, ocorre o processo oposto, a individualização dos pagamentos. O dinheiro precisa ser dividido entre as unidades de produção conforme as planilhas de registro e, dentro dos *cantos*, a distribuição da renda segue os critérios acordados, saindo cada catador com valor correspondente a sua produção individual. Esse jogo entre coletivização/individualização não poucas vezes vinha carregado de tensões, tanto entre os catadores quanto em relação à proposta sustentada pelos militantes católicos, cujo ideal de trabalho associativo por vezes parecia não se sustentar. Uma conversa que tive em certa ocasião com um catador exemplifica essa tensão:

- Vixe, a semana que vem é a pesagem!
- Me disse um catador com semblante preocupado, ao que indaguei:
- Isso não é bom? Não é sinal que logo vão vender o material?
- Por isso. Já começa os rolos.
- Rolos?
- É, as confusão.
- Que tipo de confusão? De ter muito trabalho?
- Não. Isso também. Mas não. Aí, com os pesos, as anotação, os dinheiros.
- Dá muita confusão com isso?
- Ih, nem fale! Dá confusão lá na balança e depois aqui dentro com meus piás. Só rolo.
- Mas por que você vende junto com os outros se é tão difícil? Não dá pra vender por conta?
- Não é que é difícil, é que sempre dá rolo, entende? Tem gente muito rolera. E nós somos uma associação e temos que vender como associação. Eles pagam melhor também. O caboclo que quiser vender sozinho não precisa ficar aqui. Já mandamos uns embora por isso aí. Se não quer ser associação que fique na sua casa.

Como indica o diálogo descrito, embora carregados de tensões estes processos de coletivização/individualização<sup>33</sup> não se apresentam aqui como contrapostos, mas estão o tempo todo em uma espécie de relação dinâmica na qual se constituem um para o outro e, juntos, criam o *terreno*. Isso nos leva a perceber que o *grupo de catadores organizados* se constitui continuamente a partir do movimento centrífugo de caminhar todos os dias individualmente juntando material reciclável e, ao mesmo tempo, do movimento centrípeto de juntar-se em seus *cantos* para classificar em pequenos coletivos de trabalho o que coletaram. Movimentos que se repetem em uma escala diferente nos processos de comercialização, quando cada unidade de produção converge para a

<sup>33</sup>Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Laura Pérez Gil pela importante contribuição ao sinalizar este duplo movimento.

pesagem, prensagem e armazenamento do material no centro do *terreno* e depois, inversamente, diverge novamente na distribuição dos valores monetários que compõem a renda de cada catador.

Em pouco tempo, aos barracos trazidos da Casa de Apoio, outros *cantos* foram somados à medida que novos catadores chegavam para trabalhar no Mutirão, que alcançou o seu ápice com cerca de cinquenta catadores. Cada novo ingressante construía seu próprio *canto* nos espaços disponíveis, com a única restrição de não ocupar o centro do *terreno*. Negociava-se com quem já estava instalado a utilização da mesma parede, da madeira desocupada ou do fio para amarrar as peças. Outros podiam ocupar o *canto* deixado vazio pelo catador que foi embora e se este porventura retornasse, faria um novo barraco. Muitos, aliás, já chegavam trazendo no carrinho o material para a construção. Outros, retornavam uma semana, duas, um mês após feito o primeiro contato, quando tivessem encontrado nas ruas as peças necessárias à produção de seu *canto*. Em ocasiões específicas, e não por isso menos recorrentes, as construções dos barracos eram feitas por quem já estava há mais tempo no Mutirão, especialmente em casos de ingresso de catadores amigos que compartilhavam as caminhadas pelas ruas, parentes, doentes mentais ou então de idade avançada.

Muitos ingressaram e saíram inúmeras vezes, de acordo com a dinâmica do trânsito entre outros empregos temporários e a catação de materiais recicláveis. Para a maioria, a catação se apresenta como uma alternativa sempre em aberto. Um catador assim sintetiza seu itinerário em mais de dez anos no Mutirão:

Entrei e fiquei três anos. Depois saí uns seis meses pra trabalhar de carregar caminhão de cimento, madeira, essas coisas. Voltei. Depois quando saíram aquelas casinhas da Cohab [Companhia de Habitação] ali perto da favela fui trabalhar de ajudante de pedreiro e também morei lá por perto. Fazer massa, amarrar ferro, essas coisas, sabe? Como o cara não pagava direito, deixei o aluguel lá e voltei de novo. [risos] Fiz meu barraco, fiquei um tempo. Daí me juntei com uma catadora aí e a gente juntou os barracos. Depois se separamos e derrubamos tudo. Mas fiquei. Ela me deu a madeira e o material dela e eu fiquei. Depois saí de novo pra fazer uns serviços aí. Até que tava bom, mas daí eu quis voltar. Depois os caras me convidaram pra ir lá pra outra associação. Catador também. Só que lá fiquei só um mês. Vendi meu material e voltei. Agora ainda estou aqui. Vamos ver até quando. Tô assim pra lá e pra cá desde que eu comecei com eles aí, lá atrás.

Alguns quando chegavam (ou voltavam) preferiam trabalhar junto com outro que já estava ali, dividindo o mesmo *canto* e as atividades de ir coletar na rua e (ou) permanecer no *terreno* para classificar o material coletado. O primeiro era o *carrinheiro*, o segundo só estava ajudando, mas ambos se diziam *catadores*. Com frequência aquele que chegava era um filho, irmã(o), mãe, cunhada(o) etc., do *carrinheiro*, arregimentado principalmente quando o material acumulava ou era preciso “arrumar a bagunça”, e “acabava ficando por aí”, como ouvi diversas vezes. Eram comuns



os conflitos entre eles, sendo a construção de um novo barraco necessária quando a desavença acabava em ruptura dos acordos de trabalho. De forma semelhante, era recorrente que dois catadores que trabalhassem individualmente em *cantos* vizinhos se juntassem para experimentar o trabalho em dupla, derrubando a parede que fazia fronteira entre os barracos e criando um grande *canto*.

Assim, tanto a precariedade do material utilizado nas construções quanto as diferentes dinâmicas das relações entre os catadores faziam do *terreno* uma paisagem móvel. Seguir os sinais deixados nas emendas das paredes ou os fios coloridos dos arranjos da rede elétrica que perpassam os barracos permitiria desenhar mapas dessas relações. (cf. DAWSEY, 2013).



**Figura 5**

Imagem retirada do documentário *Papel Moeda* que mostra as emendas entre os barracos, continuamente sendo (re)feitas e misturando-se ao material acumulado no centro do terreno

A arquitetura dos *cantos* se assemelha àquela de suas casas e coisas, todas em contínuo processo de criação. Quando estive na casa de Divonsir, por exemplo, ele me falava de um barzinho de madeira que acabara de comprar de outra catadora. Segundo ele, “o barzinho estava acabado. Mas acabado mesmo. Feio, quebrado. Não servia para nada”. E então me conta como inseriu esse objeto no ciclo do inacabamento:

**Divonsir:** Daí arrumei uns pregos pra juntar estas partes [sinaliza com a mão as laterais do móvel], comprei verniz e achei esses copos aí numas coisas que pego lá no condomínio da São José [nome da avenida principal do Bairro Novo]. Um deles tá meio rachado, mas isso nada a ver, né. As crianças procuraram na internet fotos de uns barzinhos de gente grã fina e fomos arrumando ele. Lá na Derosso [uma rua do bairro] também tem uma loja que vende essas coisas e sempre que nós passava lá na frente ficava só de olho. Está quase pronto, mas faltam umas coisinhas ainda. Aqui quero por um ganchinho. Estou procurando. Você por acaso não tem um ganchinho lá na tua casa?

**Magda:** Que tipo de ganchinho?

**Divonsir:** Assim oh [fazendo com o dedo o formato de um gancho] pra pendurar caneca de Chopp. E faltam as bebidas também, né. [Gargalhadas] Se não tem gancho uma garrafinha já serve.

A casa de Estela, feita de paredes e coisas (des)emendadas, é um signo de como as relações no *terreno* e suas moradias replicam mutuamente a lógica da efemeridade. Além das incontáveis fissuras e encaixes salientes nas divisórias que delimitam os cinco cômodos de sua habitação, demonstrando o quanto elas foram quebradas e remendadas, as paredes são portadoras de uma abundância de enfeites coloridos (flores, pedaços de papel, adornos em cerâmica, restos de tinta, tecido...) colados, pendurados, encaixados ou tão somente encostados, dispostos de forma mais ou menos planejada constituindo uma verdadeira bricolage (LEVI-STRAUSS, 2009 [1989]). São objetos em movimento que dão mobilidade aos espaços. Apontando para as cores e os cacos que estão por todos os lados, Estela me contava em detalhes a história de cada um dos muitos móveis que tem em casa. Nosso diálogo em torno de um armário que estava em sua cozinha é ilustrativo:

**Estela:** Este aqui estava jogado lá em cima no bairro. Sabe lá no Alto Boqueirão? Lá estava, na beira da rua. Era bem feio. Quase morri de dor nas costas aquele dia, mas trouxe pra casa.

**Magda:** Trouxe no carrinho?

**Estela:** Ah, trouxe sim, eu não ia deixar, né. A gente sempre precisa de alguma coisa. Pra guardar as coisas que vai achando, né, ficar arrumadinho.

**Magda:** As coisas que vai achando na rua?

**Estela:** É. Na rua, no material. Ou que ganha também. Porque a gente ganha. Daí um dia achei esta tinta azul e pinteí. Depois esta outra e fiz mais uns detalhes aqui no canto. Adoro pintar. Daí a dona Kika [catadora] me deu esses desenhinhos de borboleta e de flor e eu coleí aí em cima. Isso aqui [apontando uns retalhos coloridos] achei no material, coleí em cima com cola quente e passei verniz envelhecido. Esse verde aqui é porque a tinta azul não deu pra tudo, mas até que ficou bom, né? Um pouquinho de brilho nos lados e pronto. Viu que bonitinha que ficou? Combinou com aquele pano que pendurei ali atrás na parede. Gostei. Só que ainda não está pronta.

**Magda:** Não? O que ainda falta fazer?

**Estela:** Ah, sei lá né. Mas não está pronto. Se eu achar mais alguma coisa interessante arrumo ali. Ou tiro né, às vezes eu tiro também, porque pode ser que eu ache ou ganhe alguma coisa que não combine mais com a outra. Depende.

No *terreno*, ademais das construções feitas pelos voluntários da ONG – primeiramente em madeira e, em seguida, de alvenaria – o único lugar fixo construído pelos catadores foi uma cobertura de Eternit onde foram alocadas a prensa hidráulica e a balança, espaço que também serve de garagem para o caminhão adquirido com recursos financeiros enviados por Paulinne um ano depois de sua última visita ao Mutirão, quando já havia deixado o Bairro Novo. Ali também funcionava um pequeno escritório que tinha por principal função abrigar as fotos do Mutirão, a imagem da santa e o quadro também presenteados por ela, assim como planilhas de papel que vez

ou outra eram preenchidas com alguns dados pessoais dos que chegavam para trabalhar e aquelas completadas todos os meses com a quantidade de quilos pesados por unidade de produção.

Assim, em um espaço onde *cantos* e catadores continuamente circulam à medida que deslocam as infinitas coisas coletadas nas ruas sob a designação de material reciclável, havia objetos e pessoas que permaneciam estáveis. De um lado, a imagem da santa, a pintura do evento bíblico da ceia sagrada, a prensa hidráulica, a balança eletrônica e o caminhão. De outro, alguns catadores, os pilares que Paulinne deixou plantado no *terreno da promessa* e que fazem daquele espaço concreto *o lugar do Luiz*, tanto durante sua vida quanto agora depois de sua morte.

Observando os conflitos entre os catadores percebi que em meio ao movimento dos ingressos e saídas do Mutirão e das constantes reconfigurações do espaço, assim como os objetos especiais, também os catadores classificados como *antigos* assumem posições e status relativamente fixos, que lhes confere, perante os *novos*, legitimidade e autoridade. Os *antigos* coordenam os trabalhos, interferem na organização dos espaços e sua a tendência a permanecer no Mutirão é maior. Foram eles que durante o velório vestiram o jaleco azul.

É importante salientar que, apesar da menção à categoria *antigos* ser recorrente, a classificação de quais catadores eram assim denominados não era rígida, apresentando certa flexibilidade de acordo com o tempo de permanência ininterrupta no Mutirão e a relação de parentesco mantidas com dois catadores, Sandra e Luiz<sup>34</sup>. Sandra justifica a posição de *antiga* como segue:

Eu e o Luiz nunca saímos de lá do Mutirão, desde que nós entramos. Todos saíram e voltaram, saíram e voltaram. Eu e o Luiz sempre ficamos.

Assim, uma de suas filhas que naquele momento trabalhava na catação havia apenas três anos era considerada dos *antigos*, bem como seu esposo que chegou ao Mutirão tempos depois de sua criação. O mesmo critério de classificação – o parentesco – vale para os três irmãos dela com

---

<sup>34</sup>Para a análise dessas relações entre os catadores do Mutirão, sigo aqui as pistas de Matei Candea (2010). Preocupado em compreender os processos de construção identitária entre os habitantes da Córsega (Ilha localizada no continente europeu, região administrativa da França), o autor se insere no debate em contraposição à corrente teórica das ciências sociais que situa, de um lado, a imposição estatal de categorias estáveis que nomeiam os habitantes e, de outro, a instabilidade das práticas das pessoas locais que movimentam e, por vezes implodem esta categorização. No caso específico de sua pesquisa, o foco estava na relação que os habitantes locais estabelecem entre si, com os imigrantes e com os habitantes da França, corsos e não-corsos. Em uma etnografia densa, Candea critica a tendência das ciências sociais à oposição entre discursos essencialistas opressivos de um lado e práticas locais antiessencialistas de outro, ou seja, entre as categorias e seus usos contextuais, como se uma forma anulasse, inviabilizasse ou fosse mais legítima em termos analíticos do que a outra. Para o autor, diferentemente, trata-se de apreender o entrelaçamento entre duas formas heterogêneas: de um lado categorias estáveis e, de outro uma multiplicidade de conexões que configuram experiências concretas das quais estas categorias retiram os elementos que, inclusive, contribuem para sua estabilização. **Categorias** e **conexões** são consideradas pelo autor duas formas distintas mas mutuamente constitutivas. O potencial analítico, afirma Candea, está justamente em “explorar o entre jogo paradoxal entre uma categorização clara e um conjunto potencialmente aberto de conexões”. (cf.CANDEA, 2010: 95-118). Agradeço à Profª. Ciméa Bevilaqua a ressalva em relação a essa questão.

seus respectivos cônjuges, embora uma de suas irmãs não trabalhasse mais na coleta de materiais recicláveis.

Outros catadores, ainda que estivessem na organização desde sua fundação, oscilavam entre as duas classificações e quando mencionados como sendo dos *novos*, o argumento utilizado era que eles saíram e retornaram diversas vezes ao Mutirão. O mesmo aconteceu com um irmão e cunhada de Sandra. Estes, porém, continuaram sendo considerados dos *antigos*. O caso de Luiz e sua esposa é semelhante. Esta, apesar de ter chegado há menos de cinco anos, era considerada dos *antigos*. Conforme indicam estes dados rapidamente apresentados, portanto, ser *antigo* ou *novo* não remete apenas ao tempo ou permanência na organização, mas a um contexto relacional, destacando-se especialmente as redes de parentesco.

Conforme pude perceber, ser considerado dos *antigos* ou dos *novos* produzia efeitos diversos nas dinâmicas cotidianas, a começar por quem podia ser escolhido para assumir funções de liderança. Esse status era considerado legítimo tão somente a quem pertencia aos *antigos*. Assim, Sandra tornou-se coordenadora e seu irmão o tesoureiro responsável pela venda do material coletado e distribuição do valor recebido entre os demais catadores. Sua cunhada controlava a balança e registrava as quantidades dos diferentes tipos de material pesados por cada um dos catadores e uma das filhas preenchia as fichas quando um novo catador ingressava no Mutirão.

Um dos momentos em que essa classificação ficava mais evidente era nos conflitos. Assim, quando um catador desrespeitava regras formuladas pelo grupo – por exemplo, não ingerir bebidas alcoólicas no *terreno* ou não roubar os companheiros –, o problema comumente era logo solucionado por meio da expulsão ou saída voluntária do transgressor. No entanto, quando os conflitos estavam enredados ao parentesco sua resolução dependia da classificação do catador no momento do conflito. Cito dois exemplos relacionados à família de Sandra que terminaram de maneira diversa.

Em certa ocasião fui chamada ao Mutirão porque “as coisas estavam pegando fogo”. Ao chegar, todos os familiares de Sandra (oito catadores) me esperavam dentro de seu *canto*. Definindo-se como *nós*, os *antigos* reclamavam de outros catadores que, ao ampliar seu barraco para receber os filhos que chegaram para ajudar no desempenho da atividade, haviam danificado o *canto* de Luiz. Quando pedi que chamassem esses outros catadores (quatro no total), percebi que eram todos de uma mesma família. Eles também chegaram mobilizando a justificativa de que eram dos *antigos* e sabiam o que estavam fazendo, contra-argumentando que o problema era o amplo espaço que Sandra e sua família ocupavam no *terreno*. Depois de um tenso debate, da troca de gritos e calúnias, ambas as famílias voltaram para seus *cantos* e permaneceram no Mutirão.

Diferentes foram as consequências de outro conflito envolvendo a família de Sandra e outra catadora classificada entre os *novos*. Esta também reclamava do espaço pequeno de seu *canto*,

já que haviam chegado dois de seus filhos, sua irmã, um irmão e a nora para trabalhar com ela, e eles não tinham espaço para deslocar as paredes de seu barraco, nem mesmo possuíam o material necessário para a construção em outro lugar do terreno. Também aqui presenciei um momento de grande tensão e, apesar de meus esforços de conciliação, os *antigos* hostilizaram de tal forma a família dos *novos* que estes acabaram se retirando do Mutirão. Um detalhe interessante foi uma terceira catadora envolvida no tumulto, que sempre havia sido considerada *antiga*, mas como no momento da briga estava namorando um irmão daquela que iniciou a desavença com Sandra, foi englobada entre os *novos* e também precisou deixar o Mutirão.

Essas relações que articulam parentesco, espaço e certa noção de tempo – afinal os *antigos* estavam no projeto no tempo da religiosa – são disparadoras das dinâmicas no Mutirão, um *grupo organizado de catadores de materiais recicláveis* que entre 2008 e meados de 2013, a partir de novas dinâmicas de trabalho criaram o *terreno* (cedido pela Prefeitura de Curitiba) como lócus de uma paisagem móvel, um lugar inventado na experiência cotidiana.

### 2.3 Os *antigos*, a promessa e a *essência*

Além das disputas entre *antigos* e *novos*, havia um tensionamento constante entre os *antigos* que remetia à inserção ou não o Mutirão em uma cooperativa de catadores que vinha sendo criada em Curitiba, a Catamare. As narrativas que recolhi durante o trabalho de campo mostram que se de um lado esse desentendimento se vinculava às diferentes interpretações que iam se constituindo em torno da promessa feita à religiosa, de outro, o que estava em questão era o envolvimento nas tramas políticas da catação de materiais recicláveis que vinham sendo tecidas na cidade de Curitiba, reunindo outras instituições e os poucos *grupos de catadores organizados* que existiam. Um parêntesis faz-se necessário para a explicitação desse contexto.

No período em que foi criado o Mutirão (início dos anos 2000), em outros bairros da periferia de Curitiba e arredores metropolitanos surgiram iniciativas semelhantes. Nas entrevistas que realizei ouvi nome de pessoas, instituições e lugares que se entrecruzam na conformação do que é narrado como o início da luta dos catadores no Paraná. Os *antigos* recordam a Associação de Catadores Novo Amanhecer, fundada pela Igreja Católica entre os bairros Fazendinha e Cidade Industrial (CIC); outro grupo que surgiu no Parolin, que depois se subdividiu em três diferentes associações; nas cidades vizinhas de Araucária e Colombo houve incentivo nesse sentido das respectivas prefeituras; e, principalmente, do grupo Lixo e Vida na Vila das Torres, que ainda hoje é considerado um dos bairros com maior número de catadores.

Data da mesma época a criação do Fórum Lixo e Cidadania, espaço de discussão e articulação entre as diferentes organizações, que acabou dando lugar a uma secretaria executiva, o

Instituto<sup>35</sup> que lhe é homônimo. Às articulações do Fórum e seu Instituto outras organizações se somavam: Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual, representação estadual do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Central única dos Trabalhadores (CUT), Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo (Cefuria), algumas organizações religiosas (como o Projeto Mutirão) e prefeituras municipais de Curitiba e cidades da região metropolitana, em um período que me foi narrado como o tempo em que “estavam todas as forças juntas”.

As “forças” se reuniam no Fórum e estavam “juntas” em torno da Associação Lixo e Vida construindo uma proposta de constituição de uma rede dos *grupos de catadores organizados* a fim de criar estratégias de captação de recursos privados e estatais com o intuito principal de proporcionar o beneficiamento e a comercialização coletiva do material coletado pelos catadores viabilizando transações econômicas diretamente com as indústrias de reciclagem, rompendo definitivamente os vínculos com os depósitos particulares de materiais recicláveis que, como vimos anteriormente, eram (e são) considerados como agentes de exploração do trabalho dos catadores. A narrativa de Carlos (catador) nos ajuda a compreender esse momento de ideias e esperanças:

O ideal da constituição do Lixo e Vida vai além de ser apenas uma associação de catadores, uma cooperativa. Porque ali a gente está discutindo o trabalho em rede. Ali a gente conta com o Mutirão, já conta com o Novo Amanhecer, já conta com algumas outras organizações de catadores com as quais a gente já se relaciona, com catadores da região metropolitana. Aí já nasce esse desejo de construir rede. Neste processo de discussão a prefeitura acena com o projeto de organização dos catadores e passa a fazer encontro com catadores da cidade inteira. (...) A partir daí, depois de um tempo fomos procurados por pessoas da prefeitura para começar a discutir o que seria supostamente o ideal para começar a organização do Movimento. Daí nasceu um grupo de trabalho, pessoas da prefeitura através da secretaria do meio ambiente, técnicos do Instituto Lixo e Cidadania, Cefuria, nós catadores pra construir uma proposta conjunta. (...) Por tudo o que rolou, houve uma série de rompimentos e a prefeitura implanta o projeto do jeito dela e a associação Lixo e Vida que, por conta desse movimento, do fórum, se transforma em uma cooperativa que é a Catamare. A Catamare nasce exatamente nesta perspectiva de ser a cabeça da rede pra Curitiba e região metropolitana. Que é esse o nome da Catamare: Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana. A ideia era que a Catamare viesse a ser uma cooperativa de segundo grau agregando outras cooperativas e associações de catadores.

---

<sup>35</sup> Segundo a página eletrônica do Ministério Público do Paraná, “o Fórum Lixo e Cidadania foi instituído oficialmente em 30 de abril de 2001, sob coordenação do Ministério Público do Trabalho, com três objetivos principais: a retirada das crianças do trabalho no lixo, garantindo vagas nas escolas, atividades de complementação escolar e bolsa para as famílias; a ampliação de renda para as famílias que vivem do lixo, com capacidade de apoio às organizações de catadores dos lixões e das ruas, buscando a sua participação como parceiros prioritários em programas de coleta seletiva nas cidades; e a erradicação dos ‘lixões’, bem como a recuperação das áreas degradadas pelo lixo. (<http://www.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3342>, acesso em 06/08/2015). Desde sua instituição, o Fórum Lixo e Cidadania mantém encontros mensais nos quais se reúnem representantes do Ministério Público do Estado, prefeituras municipais, associações de catadores de materiais recicláveis e mais de 100 entidades, entre instituições de ensino, ONGs, movimentos sociais e outras organizações públicas e privadas.

Carlos trabalhou durante vários anos no Mutirão e ali sua classificação oscila entre ser ou não dos *antigos* devido às tantas vezes que ingressou e saiu do grupo. Sua transitoriedade e intermitência nos trabalhos do *terreno* se devem à participação no Movimento Nacional de Catadores, primeiramente como representante do Mutirão e, em seguida, assumindo funções remuneradas, administrativas ou de mobilização. Em um encontro recente do Movimento Nacional de Catadores realizado na região litorânea do Estado, diante de mais de 200 catadores, Carlos assim se apresentou:

**Carlos:** Antes de eu explicar porque viemos aqui quero perguntar: Tem alguém do Mutirão aqui?

Oito catadores do Mutirão que estavam presente levantaram a mão e gritaram:

– Nós, nós somos do Mutirão.

**Carlos acrescentou:** Eu nasci no Mutirão. Ali é minha base política. Não estou mais lá, mas ali é minha base, meu berço, meus primeiros passos. Peço uma salva de palmas ao Mutirão.

*Todos aplaudem. Os catadores do Mutirão manifestam surpresa.*

Ainda que hoje Carlos anuncie publicamente que o Mutirão é sua base e que ele pertence a esse grupo, a medida que ele foi se profissionalizando na militância junto ao Movimento Nacional reduziu o tempo, a disposição e a necessidade de dedicar-se à catação de materiais recicláveis. Por isso para a maioria dos catadores do Mutirão, Carlos já não pertence à organização. Os *antigos* não o incluem e acusam-no de tê-los abandonado. Os *novos* não o conhecem.

O depoimento de Carlos nos permite perceber que a mesma estratégia que ia criando o trabalho organizado no Mutirão (e possivelmente nos outros grupos de catadores que estavam se formando à época) – a combinação entre um sistema individualizado de coleta e triagem do material e a comercialização coletiva – estava sendo replicada em um âmbito mais amplo, uma vez que o passo seguinte seria reunir associações em uma cooperativa para se comercializar diretamente com as indústrias de reciclagem. Tratava-se de uma mesma dinâmica que redefinia a dimensão do que significava “organizar o movimento”.

É importante aqui acenar para a maneira como os catadores do Mutirão experimentaram esse processo e como ele incidiu na conformação das dinâmicas relacionais que compunham e criavam o *terreno*. Nesse contexto, a promessa feita pelos *antigos* à religiosa assume grande relevância.

Todos os *antigos* com os quais conversei remetem ao período de saída de Paulinne como “tempos de grande esforço para manter a *essência do Mutirão*”. No entanto, enquanto para uns preservar tal *essência* consistia em permanecer trabalhando juntos sem misturar-se aos demais, a

fim de formar uma família – a família Mutirão<sup>36</sup> –, para outros significava ampliar espaços, relações e crescer em visibilidade e status diante das demais organizações da cidade, destacando-se a *organização do Movimento*. Assim, para não colocar a *essência* do Mutirão em risco, aqueles tendiam a recusar qualquer proposta de aliança, além de não se afastar do *terreno* e controlar quem ingressava no grupo. Os demais, por sua vez, entendiam que lutar pelo projeto compreendia integrar o Movimento Nacional de Catadores, o que exigia deslocar-se para outros espaços e, se fosse necessário, ausentar-se por longos períodos de tempo do Mutirão para circular entre as diferentes organizações. Os catadores que defendiam esta última posição eram os que mais oscilavam entre as classificações *antigos e novos*.

É o caso de Carlos que, saindo do Mutirão foi se engajando na constituição da Catamare, deslizando entre as classificações que geriam as relações no *terreno* complexificando-as e tencionando ainda mais as dinâmicas de trabalho, principalmente por despertar questões sobre o que significa ser um *grupo de catadores organizados*. Essa tensão entre dois grupos permeia o processo que pretendo descrever, visto que a constituição de uma associação de catadores formalizada como pessoa jurídica, tornou-se condição para se integrar a cooperativa que estava sendo criada com apoio das diversas instituições acima mencionadas.

Muitas iniciativas não bem-sucedidas foram recordadas. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Mutirão na formalização da associação encontrava-se na expressividade do lugar ocupado pelo parentesco que, como já mencionado, se fortalecia à medida que era exercido como meio de controle sobre o ingresso de novos catadores e associado a funções de coordenação, consideradas importantes para não se perder sua *essência*. A essa prática se interpunha outro empecilho: a intensa rotatividade dos catadores fazia com que o grupo dos associados não se estabilizasse, uma dinâmica intensificada por aqueles que circulavam entre o trabalho na catação e atividades de militância remunerada em outras organizações, especialmente o Instituto Lixo e Cidadania, o Movimento Nacional de Catadores e a própria Catamare. Como sabemos, é uma exigência legal para o registro de uma instituição jurídica que entre as pessoas que conformam a equipe de coordenação não haja vínculo de parentesco e que se conte com um número definido de associados. Além disso, somam-se as exigências de documentos como licenças ambientais, do corpo de bombeiros e de vigilância sanitária, de difícil obtenção em ambientes onde se acumulam

---

<sup>36</sup> Ao falar sobre o momento do conflito entre a religiosa e o padre, Sandra compara o Mutirão à sua casa: “A gente falava que pra eles era um projeto de igreja aquilo lá mas que pra nós nunca foi um projeto de igreja aquilo lá. Pra nós foi o caminho que a gente encontrou pra manter os filhos, manter as contas, manter a casa. É você crescer como pessoa, né. Então pra nós é a nossa vida. É a mesma coisa que chegar lá na tua casa e falar assim ‘Ah, agora eu vou derrubar tudo e vou...’. É uma sensação muito ruim. Não, não tem... não tem como deixar acabar. Não tem. Nós ia ficar junto de qualquer jeito.”



objetos destinados ao descarte. O Mutirão, até o momento em que realizei a pesquisa de campo, não tinha ainda terminado a tramitação dessa documentação.

Diferente de Carlos que foi se tornando militante profissional e é acusado de abandono de suas bases, Estela, embora tenha passado um longo período na Catamare já que ali ocupou a posição de primeira presidente da cooperativa, nunca se desligou do Mutirão e, assim que findou seu mandato, retornou a este. Seu depoimento sobre o período é emblemático. A citação é longa, mas necessária:

**Estela:** Eu acreditava no Projeto Mutirão e a gente começou a lutar no Projeto Mutirão e mudou muita coisa. Tinha a irmã [Paulinne]. Ela chamava nós embaixo das árvores e falava muitas coisas... ela falou uma coisa assim ó: “Estela você, vocês vão continuar o Projeto Mutirão e vão cuidar do Projeto Mutirão.” Então ela nos fez prometer que não íamos deixar o Projeto Mutirão morrer. O sonho dela... a construção do Projeto Mutirão e que nós crescêssemos como pessoa dentro do Projeto Mutirão. E eu cresci como pessoa dentro do Projeto Mutirão.

**Magda:** E foi por isso que você deixou a Catamare e voltou pro Mutirão?

**Estela:** Porque daí eu achava assim que eu estava deixando o Projeto Mutirão e isso é uma promessa que eu fiz pra ela, que eu não ia deixar morrer, né? E eu era uma liderança dentro do Projeto Mutirão pelo fato de eu falar, de eu sair, de eu conhecer pessoas, e todas as pessoas me conheciam já, ia muita gente visitante lá e via o Projeto Mutirão e tentava ajudar.

**Magda:** Você em algum momento se arrependeu dessa escolha?

**Estela:** Eu me arrependi de uma coisa só... talvez assim de não lutar mais ainda, porque eu desisti. Sabe, de não ter lutado um pouquinho mais. Disso eu me arrependi. De repente, largar tudo como eu fiz. Disso eu me arrependi. Deveria ter lidado de outra maneira e não saído. É que eu era muito bocuda. Até hoje eu sou, eu falo demais. Eu deveria me controlar um pouquinho mais e ficar com o grupo. E eu me descontroléi dentro dessa luta e eu vendo as coisas acontecer, querendo que o grupo fosse junto e o grupo não... se fechava. Aquele desespero, sabe. Porque tudo o que está acontecendo sabe... é nossa luta lá atrás ... e a gente sabia que ia acontecer. (...)

**Magda:** Então foi por isso que você voltou?

**Estela:** Olha, a minha história... quando eu voltei para o Projeto Mutirão eu vi assim o Projeto Mutirão perder toda a essência do que a gente construiu, que era a essência da irmã Paulinne. Eu vi tudo se perder. E quando eu vi tudo se perder eu desanimei. Sabe?

**Magda:** Tudo o quê? O que você chama de “a essência”?

**Estela:** Era o companheirismo, um pensar no outro, não pensar em si, mas pensar no outro. Então, a gente viveu e aprendeu isso, a não pensar só em você. Mas pensar no seu companheiro que está ali do seu lado te ajudando, que é catador, que você sabe as dificuldades, e isso um pouco perdeu... Ficou um egoísmo, quem pode mais pra si... e isso perdeu. Quando perdeu, eu e o Seu Carlos tentamos recuperar, mas era tarde, porque a gente vivia mais em reunião, a gente se afastou um pouco. (...) e isso me levou a uma depressão.

**Magda:** Foi aí que você adoeceu?

**Estela:** Apesar que eu tinha a Catamare que estava com as portas abertas, tinha outras associações, mas era longe... Eu não queria, eu queria ali... Que ali era perto de minha casa, onde eu comecei e eu não aceitava trabalhar em outra associação.

**Magda:** Você tentou?

**Estela:** Tentei... mas não consegui.

**Magda:** E por que voltou?

**Estela:** Tudo o que eu fiz valeu a pena e eu sei que eu faço parte dessa história. Isso que é mais gostoso. Não precisa ninguém saber, mas basta você saber... Então

eu sou da primeira história. De lá de baixo até aqui. Então eu sou aquela que começou a luta dos catadores, começou o primeiro barracão... até hoje! Então, pra mim... uma coisa que ninguém vai tirar de mim e eu cumpri minha missão. Eu fiz história. Eu faço parte, ninguém vai me tirar. E o Projeto Mutirão eu escolhi como minha história, minha vida e é aqui que eu estou. E é aqui que eu vou ficar!

Quando Estela deixou a presidência da Catamare e decidiu voltar a trabalhar no *terreno* e Carlos, por sua vez, optou por deixar o Mutirão e dedicar-se definitivamente à militância, os *antigos* consolidaram a escolha de não cumprir os compromissos de aliança. Deixaram de participar das reuniões do fórum, dedicando-se exclusivamente à constituição do *terreno* como o lugar do Mutirão. Muitas vezes ouvi comentários desaprovando as ações da Catamare e do Instituto Lixo e Cidadania, especialmente referindo-se a catadores como oportunistas pelo fato de se dedicarem muito a viagens e reuniões em detrimento de suas origens como trabalhadores da catação, não dependendo mais desta atividade para sobreviver.

Nas constantes visitas realizadas por membros de outras organizações da cidade (Cefuria, prefeitura, Movimento Nacional de Catadores e Instituto Lixo e Cidadania), os que chegavam eram hostilizados, as reuniões boicotadas e as conversas transformadas em piadas que zombavam das tentativas de parceria. O Mutirão apresentava sua bandeira, sua história, seu lugar e o apoio de uma ONG que angariava os recursos necessários à manutenção da atividade, e isso era considerado suficiente para manter certa independência e autonomia, assegurando a preservação da *essência* do Mutirão conforme fora prometido.

No entanto, o conflito entre aderir ou não às outras organizações, especialmente ao Movimento Nacional de Catadores, assim como a tensão que contrapõe *antigos* (e mais ou menos *antigos*) e *novos* ou a que condensa o encontro e desencontro entre uma política da Igreja e a de instituições diversas agregadas em torno de uma representação genérica da pobreza, articulam o que é ou pode ser o Mutirão e, do mesmo modo, o *terreno*.

## 2.4 Rumores de uma nova crise

Durante o velório de Luiz circulou entre várias das pessoas presentes uma série de rumores sobre as causas e o contexto de seu falecimento. Luiz morreu aos cinquenta e seis anos de idade, de pneumonia, depois de um internamento um tanto conturbado no Centro de Emergências 24 Horas do Bairro Sítio Cercado.

Os catadores repetiam continuamente a forma como o encontraram em sua casa depois de três dias que ele já não aparecia no *terreno*, sequer para selecionar a grande quantidade de material reciclável que tinha coletado dias antes. Segundo eles, no primeiro dia ninguém se preocupou com sua ausência. No dia seguinte, alguém perguntou à sua esposa por que ele não estava trabalhando.

Maria, a esposa de Luiz, é diagnosticada como esquizofrênica, razão pela qual suas informações não são assumidas pelos demais como relevantes ou verdadeiras. Na ocasião ela afirmou que Luiz era preguiçoso e não queria mais trabalhar para poder ficar em casa dormindo, o que chamou a atenção de alguns dos catadores. No terceiro dia, mais uma vez Luiz não apareceu e seu carrinho permaneceu vazio. Foram então até sua casa e o encontraram “jogado na cama feito um bicho, nem conseguia abrir os olhos”. Contam que Luiz não reconheceu alguns dos catadores que ali estavam, mesmo os *antigos*, e que apenas pediu um cigarro. Quando acenderam o cigarro e o puseram em sua boca, “ele não tinha nem força pra puxar”.

Chamaram o serviço de emergências médicas para levá-lo ao hospital, mas não obtiveram bons resultados uma vez que foram informados que o encaminhamento precisa ser feito por um familiar do enfermo, o que não era o caso. Tentaram explicar o lugar que Luiz ocupava no Mutirão justificando que eles são sua família, as pessoas que sempre o cuidam, bem como a sua esposa e filho de sete anos, mas foi em vão. Telefonaram então para um voluntário da ONG que, mesmo estando ausente e distante do Bairro Novo, conseguiu com outra pessoa ligada às comunidades católicas o veículo que o levou até o hospital para o internamento de emergência.

A essas informações somavam outras sobre a consulta médica ocorrida uma semana antes do internamento quando ele fora levado ao centro de atendimento hospitalar por outro catador dos *antigos* que o encontrou “quase desmaiando, caindo na rua em cima do carrinho, tossindo tanto que parecia jogar o pulmão pra fora”. Nessa ocasião, o profissional que o atendeu apenas prescreveu alguma medicação disponível gratuitamente no próprio hospital e o liberou para retornar à casa e ao trabalho.

Nessa descrição em que fatos diferentes são reunidos em uma única cadeia de sentido o que interessa é a maneira como por meio dos rumores que percorreram todo o velório a imagem de Luiz vai sendo paulatinamente construída como *vítima*.

O relato dos fatos que tiveram como resultado a morte de Luiz, no início do velório se restringiam ao que descrevi até agora. No entanto, à medida que as horas avançavam e a madrugada ia chegando, narrativas de eventos anteriores foram se somando e, rumor a rumor, à imagem de vítima era acrescentado o elogio à resistência de uma pessoa que viveu toda a vida enfrentando as adversidades inerentes à atividade da catação e, apesar da dureza do trabalho, nunca desistiu.

Lembraram que algumas semanas antes, quando houve uma grande chuva que se estendeu ao longo de vários dias, justamente nos últimos do mês quando o material coletado precisa ser enfardado e acondicionado para a comercialização que resultará na renda de cada catador, a chuva inundou o *terreno* e os barracos e o trabalho precisou ser realizado “dentro do barro, com água até os joelhos”. Na ocasião tais condições de trabalho foram fotografadas e as imagens em formato digital eram exibidas para uns e outros, destacando-se aquelas que continham o rosto do morto.

Assim, à imagem de Luiz como *vítima* se associavam também outros rostos, em igual condição. Ao *Ele/Luiz*, ia se somando gradativa e metonimicamente o *Nós/todos* os catadores do Mutirão, conforme evidencia um dos relatos de Sandra, posterior ao velório:

Porque lá a gente estava na água e no barro, né. E a vez que o Luiz ficou doente mesmo lá nós tínhamos trabalhado o dia inteiro na chuva, dentro da água. Você lembra que eu te mostrei as fotos, né? Nós trabalhamos o dia inteiro na água e o outro dia o Luiz já ficou de cama. Talvez se nós ficássemos ainda lá... E quando a gente vai lá que nós tiramos aquelas fotos que a gente fez o vídeo que a gente foi, foi pela condição com que nós estava trabalhando lá no sol, na chuva, sem cobertura, sem nada.

É nesse sentido que este *nós* é articulado à história do *terreno*, ou seja, a um grupo de *catadores organizados* que vem resistindo às péssimas condições de vida e trabalho às quais são submetidos. Nos rumores veiculados vítima e herói se misturavam e confundiam. Ao narrarem o enredo da morte, os catadores investiam Luiz de imagens que o transformaram em um signo emblemático da *condição de catador de materiais recicláveis*: meio vítima e meio herói. Expressando seu posicionamento simbólico frente aos demais, fizeram circular entre eles a imagem do catador constituída da ambiguidade de ser vítima da injustiça social e, ao mesmo tempo, protagonista da própria resistência.

Nesse sentido, e de forma semelhante à capa da cartilha que oficializa a história do Mutirão apresentada no capítulo anterior, aqui a imagem de Luiz foi reconstruída como síntese do *ser catador*. No entanto, enquanto a figura pública da história oficializada associa o catador à profissionalização de sua atividade – uma vez que ele aparece uniformizado, equipado com um carrinho, limpo e sorridente –, nos rumores do velório a ênfase é dada à singularidade de sua vida pessoal que é, ao mesmo tempo, manifestação das condições de precariedade de vida e trabalho que são comuns a todos os demais. São, portanto, duas as imagens-síntese produzidas: a da cartilha que recria Luiz como um personagem que encarna a imagem pública do catador e aquela que emerge das falas de seus colegas de trabalho que ao articular signos de vitimização/heroísmo produzem uma imagem *para dentro*, com Luiz figurando como espelho da condição de todos.

Outro conjunto de acontecimentos que foram sendo associados à morte de Luiz, ainda que com um pouco mais de precaução e maior discricção nos comentários que circularam durante o velório, diziam respeito ao momento em que ele deixou sua moradia improvisada no *terreno* para viver em uma casa alugada no bairro vizinho. Nestes, eram mencionadas as exigências da vigilância sanitária que não permitem que o morador permaneça em lugares onde é armazenado o material reciclável recolhido pelos catadores. Além disso, em espaços como é o *terreno* do Mutirão, é preciso manter certo visual de ordem e higiene para evitar conflitos com a fiscalização estatal e Luiz era visto como alguém que, por suas práticas, não contribuía muito para isso. Seu costume de levar

para dentro da pequena e precária moradia que lhe era cedida muitos móveis e roupas velhas que encontrava ou ganhava durante seus trajetos pelas ruas do loteamento criava uma aparência nos arredores de sua casa que em nada correspondia à imagem desejada pela fiscalização das secretarias da prefeitura municipal e que tantas vezes coincide com as expectativas de doadores, vizinhos e apoiadores, entre eles os voluntários da ONG e demais fiéis da paróquia. A isso somava-se o apreço que sua esposa tinha pelos animais domésticos, abrigando sempre mais um em sua casa que já continha gatos, cachorros e galinhas que procriavam multiplicando-se a cada período. A paisagem criada por Luiz, portanto, não coincidia com aquela exigida pelos demais. Ela era motivação para inúmeros conflitos, entre eles, aquele desencadeado com o vizinho que deixou registrada a inscrição no portão: “Projeto dos ratos”.

Repetidas vezes havia discussões e acusações em torno da moradia de Luiz e de suas práticas, em que eram mobilizados argumentos que associavam beleza, higiene, saúde e organização. Com o passar do tempo, os conflitos foram se acumulando e não havendo acordo ou sinais de adaptação do catador aos padrões que lhe eram exigidos, ele foi convidado a se retirar do *terreno* e passou a uma moradia alugada no bairro vizinho, região onde residem vários dos catadores do Mutirão. Tal fato avaliado como um ato costumeiro sofreu um deslocamento depois da morte de Luiz, uma vez que o acontecimento e os rumores que o acompanharam produziram uma inversão na interpretação das relações de causa-efeito que o levaram à morte. De um lado, em nome da saúde ele saiu da casa em que morava, onde podia ser de alguma maneira cuidado pelos demais catadores que trabalhavam no *terreno*. De outro, a doença e a morte reiteravam esta mesma exigência sanitária entre suas possíveis causas. Roberto e Sandra descrevem esses sentimentos e associações de causa e efeito:

Então a morte dele me abalou bastante porque eu vejo assim que a gente cobrava muito do Luiz e dali não tinha como tirar nada mais. O Luiz era aquilo. Naquele processo de manter um visual bonito nós forçamos o Luiz a sair do Projeto. Talvez se ele não tivesse saído a gente teria monitorado melhor as coisas. E eu me coloquei naquela condição de quem tinha pego muito no pé do Luiz e o Luiz saiu por uma questão de higiene, uma questão sanitária, uma questão de relaxo, mas ele era aquilo. (Roberto)

Que até uma vez eu falei “Se você quer arrumar dois caixões você tire eu e o Luiz do Mutirão”. Depois acabou sendo o que aconteceu com o Luiz. O Luiz saiu de lá e... Não saiu do serviço, mas quando ele saiu de lá eu já esperava que ia acontecer o que aconteceu. E hoje eu vejo o meu lado a mesma coisa que se um dia eu me afastar do Mutirão não sei o que seria, mas eu não ficaria fora. (Sandra)

Como indicam os depoimentos, já durante o velório as causas da morte de Luiz eram narradas articulando a notícia pública do diagnóstico médico que informava a pneumonia, a criação de certa imagem de vítima/herói à qual os demais catadores se associavam e, de forma não tão

explícita, a saída dele de seu local de moradia no *terreno* como resposta às exigências dos padrões sanitários instituídos nos órgãos do Estado e difundidos pelo senso comum.

Nesse sentido, para além da perda de uma pessoa querida por muitos dos presentes, o falecimento instaurou novamente um contexto de crise no Mutirão. A morte do *primeiro* não pôde ser evitada ao mesmo tempo em que não foi mera fatalidade. Alguns dos voluntários e apoiadores pautavam a dúvida: teria o projeto fracassado? A luta por justiça social teria sido inútil? Aqueles que se colocam em defesa dos catadores, não contribuem de alguma maneira para a manutenção de certa estrutura que dita sua condição precária? E se Luiz não tivesse ficado no Mutirão tantos anos, teria sido diferente o seu fim? Ou, ao contrário, se ele não tivesse saído?

Os *antigos*, por sua vez, foram encontrando na morte as disposições para dar continuidade ao processo de consolidação do Mutirão. Luiz havia resistido até o final, leal à promessa e mantendo a *essência*, e eles deveriam fazer o mesmo. Muitos daqueles que haviam deixado a organização começaram a voltar porque era necessário “estar todo mundo junto de novo”, conforme me informou uma catadora que retornara recentemente.

Nos dias que se seguiram lembranças de eventos vividos ao lado de Luiz se multiplicavam e o acontecimento era lido como resultado de forças superiores que agora “queriam construir um Mutirão lá em cima”. Afinal, se Paulinne e Luiz morreram, dizia-se, “devem agora estar juntos recomeçando o Mutirão em algum lugar”. Listas de nomes dos catadores *antigos* e apoiadores que estavam desde o *começo* foram sendo elaboradas e viraram conteúdo de piadas e brincadeiras que insinuavam uma ordem para as próximas mortes. Estava sendo criada certa escatologia do Mutirão.

- Ei, você, toma cuidado aí, que você chegou antes de mim. [risos]
- Eu? Sai fora rapaz. Sai pra lá barraqueiro.[risos] Sou novo ainda. Você véio que veio antes.
- Mas eu saí aquela vez. Voltei agora. Tem que começar contar de depois que voltei, né? E daí tem muita gente na frente.
- Que saiu o quê. Nada a ver. Pode botar seu nome antes do meu na lista aí.
- Quem vai é o caboclo lá do canto que era amigo do Negão [apelido de Luiz]. Tavam sempre junto. Vão beber junto lá em cima agora, no outro Mutirão.  
[Gargalhadas]

Falecimentos anteriores e posteriores de catadores que estavam ou em algum momento estiveram no Mutirão foram incluídos na lista: a esposa de um dos *antigos*, aquele que foi motorista do caminhão, o catador maluco expulso há anos, aquela que trabalhou na Casa de Apoio e que sequer participou da mudança para *terreno* e o catador *novo* que foi assassinado na praça e nem chegou a conhecer Luiz. Todos agora fazendo parte deste Mutirão que transcendo o *terreno*.

Perguntas e afirmações que foram circulando em rumores durante e depois do velório resultaram em um novo deslocamento do Mutirão, etapa finalmente concretizada por intermédio de

uma parceria com a prefeitura municipal, depois de mais de dez anos recusando propostas dos agentes públicos, tema que discutirei no próximo capítulo. De forma semelhante como aconteceu quando a religiosa deixou Curitiba, a partir da morte de Luiz iniciou-se para o Projeto Mutirão um novo tempo em um novo espaço.

### 3. O BARRACÃO

A inauguração do barracão aconteceu no dia 24 de março de 2014, oito meses depois de um acordo assumido entre os catadores, voluntários católicos e gestores públicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba. A construção está localizada a aproximadamente cinco quarteirões do *terreno*, seguindo o traçado da linha ferroviária, nos limites entre o loteamento e o bairro vizinho que lhe confere o nome (ver Mapa 2 pg. 101). É o Barracão Osternack para onde mudaram-se os catadores com o compromisso de criar ali um novo grupo de *catadores organizados* enquanto a prefeitura constrói no *terreno* o barracão do Mutirão.

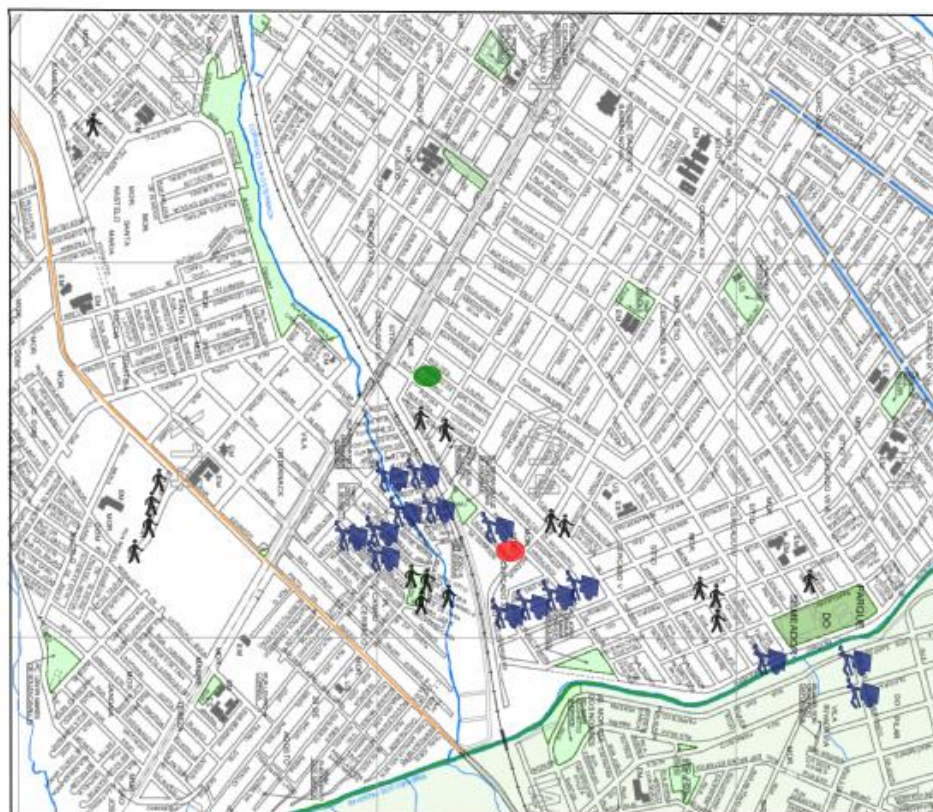
O ato inaugural – que reuniu os catadores e voluntários do Mutirão, prefeito, padre, fiéis católicos, moradores do bairro, vereadores, agentes públicos da Secretaria do Meio Ambiente e da Fundação de Assistência Social e ONGs diversas – não teve microfones nem palcos, porque os catadores não permitiram que fossem instalados. Depois de preparar o espaço para a ocasião, eles queriam que os presentes caminhassem pelo barracão, vissem o material ali acumulado, sentissem o cheiro e ouvissem o ruído das prensas em funcionamento. Para tanto, enquanto alguns recebiam os visitantes, outros permaneciam trabalhando como de costume. Misturavam-se ali ares de um dia especial com a encenação de uma dinâmica rotineira, sinalizados pela mudança de cor – do azul para o verde, a cor dos jalecos que se juntavam às botas e luvas que portavam os catadores: o uniforme da prefeitura.

Posicionada à porta, com voz forte para que fosse ouvida por quem estava dentro e fora do barracão e por entre as palmas que vez ou outra a interrompiam, Sandra, representando o Mutirão, fez o pronunciamento oficial em nome de todos os catadores:







Eu queria em nome de todos agradecer os equipamentos que agora tá vindo. Que venha logo a esteira pra gente aumentar o grupo. Que o nosso trabalho se espalhe nos outros barracão porque hoje a gente vê que no Projeto Mutirão a gente consegue fazer um trabalho coletivo. Porque todo dia 15 o grupo todo se junta pra este trabalho coletivo e ele vai pro caixa da associação pra algumas emergências que a gente tem. Então que esta ideia vá pros outros barracão e eles comecem a construir um capital de giro. Que eles comecem a ver a importância disso (...). Então duas coisas eu queria falar que estão falando aqui todo mundo. Dois pedidos que a gente queria. Um sobre o nosso barracão lá que a gente queria que fosse construído, porque lá a gente tem uma história que a gente deixou lá. A gente tem uma história muito importante pra nossa vida, e lá a gente cresceu muito. Então tudo hoje o que a gente conquistou a gente aprendeu lá. E outro pedido que a gente queria é que todos os nossos filhos sofrem preconceito nas escolas, que viesse a ser feito um trabalho nas escolas pra acabar com este bullying e este preconceito. Então isso a gente sente na pele. Então quando é com a gente não dói tanto, mas quando é com os filhos daí já é complicado. Então é isso.



Figura 6 – Mapa 2: Localização do Barracão



**Legenda**

-  Local de Moradia dos *Carrinheiros*
-  Terreno: Localização do Mutirão
-  Linha do Trem
-  Ribeirão dos Padilhas
-  Barracão: Mutirão
-  Local de Moradia trabalhadores *SEPARE*

**Base de Dados e Referência**

Mapa Regional Bairro Novo. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba, PMC. Agosto, 2014

Organização: Fedel, André S. 2015

A fala de Sandra se somou a outros dois discursos. O primeiro foi o do padre que recordou a ajuda dispensada pela paróquia desde 2002 para construir o Projeto Mutirão e manifestou o que chamou de “santo orgulho” deste trabalho. Leu o trecho da Bíblia que motivou os voluntários católicos no *começo* – “Dai-lhes vós mesmos de comer” – e ao narrar o evento bíblico da multiplicação dos pães, aproximou-o ao trabalho dos catadores que, segundo ele, “multiplicam as sobras, produzindo 75 toneladas por mês com o que foi jogado fora”. Para concluir seu pronunciamento, soprou sobre todos os catadores e anunciou a motivação político-religiosa que perpassa o trabalho da ONG: “Assim, com muita humildade eu quero soprar sobre vocês, para que o espírito de Deus, que é um vento, possa trazer dignidade, resgatar dignidade, o amor próprio. Então é isso que importa, é a vida e a liberdade. Foi para a liberdade que Cristo nos libertou. E a gente tem uma dívida de sociedade com vocês, uma dívida social”.

O prefeito Gustavo Fruet também se pronunciou destacando os muitos “problemas e desafios que tem essa linda cidade que completou 321 anos”, com especial enfoque ao “problema da habitação” a às demandas e estratégias de controle da política de distribuição de casas populares, salientando que muitos catadores têm sido beneficiados e outros ainda o serão. Assim como o padre, insistiu nos elogios ao trabalho realizado no barracão:

Prá mim só vale ser prefeito se for isso, eu sempre repito, me desculpe quem tem dinheiro que eu não tenho nada contra, mas quem tem muito dinheiro não precisa ter prefeito. (...) A minha prioridade é o povo, são vocês. E como disse o padre, é a busca da dignidade e esse trabalho de vocês tem um valor muito grande. Vocês fazem um trabalho a favor da cidade e do meio ambiente. Esses dias vocês viram que parou o sistema de limpeza por dois dias. Mas a cidade não entrou no caos. Por quê? Porque há uma cultura de coleta, de transferência, de separação do lixo, de destinação adequada. Vocês fazem um trabalho ambiental. Imaginem se vocês não fizessem este trabalho aonde que estes resíduos seriam hoje levados em Curitiba? Então muito obrigada a cada um de vocês.

Embora não tenha pretensão de desenvolver uma análise comparativa entre as declarações públicas da inauguração, elas são importantes para evidenciar alguns dos diferentes atores e organizações que participam da criação do Barracão Osternack, material e discursivamente, lugar-evento que tematizo neste capítulo. As falas acima sinalizam um contexto de confluência entre a política de Igreja local, voltada ao *resgate e libertação* daqueles com os quais se acredita que a sociedade *está em dívida*, e a efetivação de políticas públicas, em especial aquelas voltadas à assistência social, moradia e gestão de resíduos sólidos urbanos, como manifestou o prefeito<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> A socióloga Maria da Glória Gohn (2004 [1997]), ao fazer um mapeamento das principais pesquisas sobre movimentos sociais urbanos no Brasil, apresenta uma síntese dos processos políticos que relacionam Igreja e Estado desde a década de 1970. Segundo a autora, se nos anos 70 os movimentos sociais vinculados às práticas da Igreja Católica e organizados em torno do ideal de comunidade insistiam em um distanciamento tanto em relação ao Estado autoritário quanto a práticas avaliadas como populistas e clientelistas, os anos 80 foram permeados por iniciativas de profissionalização de militantes religiosos que passaram a criar e (ou) integrar organizações do terceiro setor e, por

Ainda que mantenham a especificidade da posição social de quem os profere, é interessante perceber como ambas as citações amalgamam ideias de opção preferencial pelos mais pobres, resgate da dignidade dos catadores e dívida social para com eles. Além disso, padre e prefeito se juntam na produção de um discurso que articula valores morais em torno do reaproveitamento do lixo urbano e das chamadas questões ambientais.<sup>38</sup>

O pronunciamento da representante dos catadores, por sua vez, ainda que reitere o discurso da dignidade também manifestado pelo padre e pelo prefeito, ao introduzir a questão do preconceito sinaliza outras dimensões da vida dos catadores. Sandra nos leva de volta ao *terreno*, o lugar onde dignidade se associa a “ter história”. O centro vazio à espera do barracão do Mutirão e as memórias e relações que ele mobiliza complexificam as condições de construção de uma parceria com a prefeitura, bem como a relação com outros que foram chegando para integrar um novo *grupo de catadores organizados*. Inúmeros encontros e desencontros se produziram ao longo da criação do lugar-evento que aqui é foco de reflexão.

Neste capítulo, além de constatar a existência dessas parcerias que vinculam Igreja, ONG, prefeitura municipal, catadores do Mutirão e outras organizações, tomo-as como objeto e reflexão com o intuito de compreender como elas são continuamente produzidas e que tipos de relações mobilizam.

Nesse sentido, além de outros conteúdos mobilizados na enunciação de Sandra acima transcrita, é relevante observar como ela os articula em uma única cadeia de sentido: aumentar o grupo, espalhar um modelo de organização, capital de giro, nosso barracão lá (no *terreno*), preconceito sofrido pelos filhos. Vale ressaltar que esses conteúdos conformam um discurso público sobre si mesmos uma vez que ela o profere em nome de todos os catadores.

Meu argumento é que o Barracão Osternack é um importante nexos que conecta o Mutirão com as demais instituições que compõem o emaranhado institucional (VIANA, 2010) da catação de materiais recicláveis em Curitiba, numa dinâmica diversa da que vimos até agora. O processo de

---

meio delas, dedicar-se ao assessoramento dos movimentos sociais. Com a ascensão de partidos de esquerda ao poder público municipal – principalmente o Partido dos Trabalhadores – no final desta década, tais assessores/militantes se tornaram dirigentes de órgãos públicos, e o Estado deixa de ser um adversário do movimento para se tornar seu interlocutor. Nos anos 90 com o crescimento da economia informal e o fortalecimento e multiplicação das ONGs, as ações coletivas deslocaram o eixo das reivindicações centradas em questão da infraestrutura urbana para a adesão a campanhas relativas à sobrevivência física dos indivíduos (como a campanha contra a fome e a miséria), desencadeando uma série de *políticas de parceria* em que o poder público assume o papel, em grande medida, de repassador de recursos. A síntese proposta por Gohn é relevante porque a experiência do Mutirão, ainda que com suas especificidades, se articula em grande medida com este cenário.

<sup>38</sup>Beatriz Magalhães, ao refletir nas imbricações entre relações sociais e ambientais a partir de uma etnografia de eventos do Movimento Nacional de Catadores (especialmente em Belo Horizonte – MG), da legislação ambiental e da produção cinematográfica sobre a catação de resíduos sólidos urbanos mostra que neste universo, apesar da **reciclagem** muitas vezes ser pensada, narrada e simbolizada como o contraponto do **consumo** (identificado pela autora como o “motor da ordem social vigente”), os dois fenômenos sociais se retroalimentam, remetendo o catador e a atividade que exerce à uma posição ambígua diante da sociedade: “De um lado, o fenômeno é ‘o reverso do consumo’. De outro, o processo de reciclagem pode ser percebido como uma panacéia para os problemas causados pelo excesso de produção e consumo de resíduos”. (MAGALHÃES, 2012:15).

deslocamento dos catadores do Mutirão para esse novo espaço de trabalho implicou a construção de diferentes interações, uma vez que é neste e por meio deste que os catadores, ao mesmo tempo em que estão sujeitos a tais políticas, interagem com elas compondo-as e (re)criando-as, conforme pretendo desenvolver a seguir.

Ao propor a noção de emaranhados institucionais em seu estudo sobre os mecanismos burocráticos que constituem, materializam e mantêm parcerias transnacionais de combate à pobreza entre uma entidade religiosa de Londres e três pequenas organizações brasileiras em Olinda e Recife, mais de que uma definição precisa do conceito, Viana (2010) enfoca uma perspectiva metodológica que pode ser aproximada das noções de lugar-evento (BORGES, 2003) e compósito (STRATHERN, 2006 [1988] e 1996), mencionadas nos capítulos anteriores. Para Viana, as relações de parceria constituem o próprio objeto de estudo e, por isso, são justamente elas que precisam ser entendidas e explicadas a partir do interior de organizações que se conectam entre si, o que implica seguir o movimento de relações que se encadeiam para conformá-las. “Organizações existem sempre em relação”, afirma a autora (2010:93). Logo, para entender como se dão as alianças faz-se necessário atentar aos modos de produção das ligações concretas entre uma organização e outra e levar em conta as diferentes visões, perspectivas e modos de pensar de cada uma delas e como estes são mobilizados dependendo do tipo específico de conexão com outros atores.

Porém, ao invés de focar preferencialmente em procedimentos burocráticos acionados para constituir os canais que mantêm o emaranhado institucional conectado e operante, como o fez Viana, meu olhar esteve direcionado para a circulação das pessoas que produzem essas conexões. Como mencionado no capítulo anterior, o termo *parceria* é uma categoria utilizada pelos catadores do Mutirão e, muitas vezes, prescinde da formalização burocrática-documental.

Com essa perspectiva, aproximamos a noção de emaranhados institucionais proposta por Viana (2010) à ideia de mediação, conforme propõe Duarte (2001: 129): “relação, conexão, vínculo. (...) comunicação entre diferentes planos e atores da vida social”. Gilberto Velho (2001), ao destacar a relevância teórica e metodológica dos processos de mediação, já chamara a atenção para as dinâmicas de deslocamentos e múltiplas interações que estes articulam. No entanto, é Duarte quem sinaliza o perigo de se reduzir a mediação a conexões possíveis entre dois mundos pensados como separados entre si. Sua proposta consiste em se atentar para a capilaridade da mediação que não apenas une, mas também e principalmente compõe, mediante os vínculos criados, os dois ou mais mundos – no caso deste capítulo, as organizações que se articulam.

Seguindo essas pistas, as organizações que conformam o emaranhado institucional da catação de resíduos sólidos em Curitiba são assumidas aqui como compósitos (STRATHERN, 2006 [1988] e 1996), considerando que em grande medida estas se constituem a partir das parcerias que

estabelecem, ou seja, dos movimentos e das relações que possibilitam e criam tais parcerias e dos efeitos que estas produzem.

Vale advertir que esse emaranhado institucional é complexo e formado por muitos e diferentes atores e organizações em movimento, conforme veremos a seguir. Minhas informações a respeito se restringem ao que pude apreender a partir das entrevistas realizadas com representantes das diferentes agências institucionais envolvidas ou mencionadas durante a pesquisa de campo e a presença no Mutirão. Farei aqui o exercício de compreender como tal emaranhado opera no nível da experiência da vida cotidiana dos catadores do Mutirão.

Para isso, como estratégia metodológica lanço mão da construção de cenas curtas que presenciei durante a pesquisa, tomadas como ponto de partida para descrever e analisar as interações que constituem o barracão, especialmente aquelas que estão amalgamadas às políticas públicas. São cenas construídas a partir das miudezas do cotidiano que assumem nesta discussão o estatuto de casos representativos que articulam diferentes relações. Não se trata de cenas-típicas, já que cada experiência é única e pode ter efeitos imprevistos, ainda que as dinâmicas que as constituem se repitam com alguma regularidade. Do mesmo modo, insisto que o barracão não é tomado como palco, no sentido de cenário onde as práticas acontecem. Ao contrário, entendo-o como sendo continuamente (re)construído a partir dessas (e de outras) cenas, ele próprio como compósito de relações e, por isso mesmo, um ato (Borges, 2003).

As interações dos catadores entre si mediante as mudanças observadas serão descritas no próximo capítulo. Aqui me deterei nas relações que eles estabelecem com a coleta seletiva municipal, o programa Eco-cidadão, o Ministério Público Estadual, o Movimento Nacional de Catadores e as organizações não governamentais que se dedicam ao *apoio* aos catadores de materiais recicláveis em Curitiba. A maneira como interagem com a Igreja Católica local, a ONG Projeto Mutirão e o Cefuria, embora retomadas aqui, já foram tematizadas nos capítulos anteriores.

### 3.1 A Mudança

No *terreno*, com seus carrinhos carregados de sacos e tambores grandes e vazios, dois dos *antigos* conversam tentando traçar as estratégias do traslado para o Barracão Osternack. Um deles se apoia no carrinho, seca o suor do rosto com a ponta do jaleco azul com o qual está vestido, acende o cigarro e inicia o diálogo com o outro catador que está sentado sobre um fardo de papelão, ao lado da prensa:

– Temos que se agilizar. Eu não vou ficar lá em cima [no barracão] muito tempo não. Por mim a gente nem ia.

- Por quê? Muito perto de casa e a muié fica curiando<sup>39</sup>? [gargalhadas]  
 Ou tá com medo desse técnico aí que vão botar lá dentro?  
 – Nada. O técnico nós joga ele na prensa e já damos um jeito. [gargalhada seguida de um breve silêncio]  
 Então, já tem que chamar gente pra botar lá dentro. Todo mundo tem que cuidar disso aí.  
 – Hoje, me encontrei com o véio Antônio na rua, lá no bairro. Sabe aquele que ficou aqui um tempo? Disse pra ele ir lá trabalhar. Ele falou que depois passa pra ver.  
 – A Estela também ligou perguntando disso aí.  
 – Será que vem?  
 – Não sei, mas eu disse pra ela trazer o piá dela também.  
 – E os filhos, os parentes, da Nega aí? Será que vai dar problema?  
 – Eles saíram meio brabos aquela vez, né? Sei lá. Só se for aquela lá de baixo. Ela não tinha nada a ver com a confusão.  
 – Vou lá?  
 – Não, deixa que amanhã eu cato pra lá e vejo ela. Tem também aquele véio meio maluco da kombi. É lá perto.  
 – Ah, mas ele não vai querer largar de catar com a Kombi pra vim aqui, né. Não gosto daquele véio. Ele é meio barraqueiro<sup>40</sup>.  
 – Então deixa pra lá. Mas se eu ver ele eu falo com ele também.

(Caderno Pessoal de Campo, agosto de 2013)

Na semana seguinte à morte de Luiz, no mesmo local onde havia sido o velório, aconteceu a reunião entre gestores públicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, os voluntários católicos e catadores para discutir uma proposta de *parceria* que deu origem ao Barracão Osternack. O encontro foi convocado e organizado por um dos militantes católicos que atualmente trabalha como assessor de um parlamentar pertencente ao Partido dos Trabalhadores, componente da bancada de apoio à atual gestão municipal. Segundo aquele militante, o contexto político era propício e a proposta trazida pelos representantes da prefeitura, confiável. Os gestores públicos ofereceram um Parque de Recepção de Recicláveis<sup>41</sup> já construído que seria equipado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), localizado há poucas quadras do *terreno*. Trata-se de um dentre os vinte e cinco empreendimentos semelhantes que estão previstos no programa gerido por aquela secretaria, chamado Eco-cidadão<sup>42</sup>. Os catadores, por sua vez, defendiam o estabelecimento da referida *parceria* por meio da instalação de um barracão no *terreno* do Mutirão, alegando que a construção de um parque de reciclagem tão perto do local onde

<sup>39</sup>Curiando: olhando, controlando.

<sup>40</sup>Barraqueiro: aquele que faz barraco, briguento, conflituoso.

<sup>41</sup>Segundo a secretaria, os parques são “locais dotados de infraestrutura física, administrativa e gerencial para a recepção, classificação e venda do material coletado pelos catadores organizados em cooperativa”.

<sup>42</sup>Para a história de constituição deste programa municipal e suas imbricações no processo de criação de uma legislação específica que reúne coleta de resíduos sólidos urbanos e catadores de materiais recicláveis em Curitiba, ver Domingues (2012). Na retomada histórica do programa, a autora indica que “em 2007 criou-se o Projeto Reciclagem Inclusão Total visando melhorar a condição socioambiental do catador. (...) Em 2009 o projeto passou a ser nominado Eco-cidadão – Reciclagem e inclusão total. (...) e em outubro de 2010 Curitiba apresentou a versão definitiva de seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no qual consta que, além de apoio à criação e às organizações de catadores, estas devem ser incluídas na coleta seletiva. (Domingues, 2012:63).

há tantos anos eles estão trabalhando constituía um equívoco da prefeitura. Na negociação, com a mediação do voluntário católico que havia organizado a reunião, acordou-se uma troca: os catadores do Mutirão ocupariam temporariamente o Parque, integrando e criando um novo grupo de catadores ao qual *ensinariam a serem organizados*. Nesse ínterim a prefeitura construiria no *terreno* o barracão do Mutirão.

Os gestores públicos manifestavam certa pressa e queriam que os catadores fizessem a mudança o mais rápido possível, alegando que outros barracões do programa em diferentes periferias de Curitiba vinham sendo roubados e depredados por vândalos. Para os catadores, porém, algumas coisas precisavam ser esclarecidas: os apoiadores católicos poderiam comparecer e interferir no novo espaço? Os catadores teriam autonomia na organização e gestão de seu trabalho? Em caso afirmativo, qual seria a função do técnico que a prefeitura colocaria para trabalhar no barracão? Poderiam equipar e utilizar a cozinha? Venderiam o material selecionado da maneira e para quem quisessem, mantendo seus acordos de comercialização com os atuais aparistas compradores? Quem assumiria os custos de funcionamento do *barracão*? A ONG permaneceria mantendo financeiramente o *terreno*? Seus filhos adolescentes poderiam continuar contribuindo na classificação do material reciclável ainda que não fossem associados?

Uma vez esclarecidas e negociadas essas questões, os catadores aceitaram a proposta tendo em vista a possibilidade de finalmente virem a ter o seu barracão no *terreno*. Derrubaram os *cantos* que circulavam o muro e retiraram o material reciclável ali armazenado. Afinal, uma vez que estava sendo financiada pelo BNDES a prefeitura dispunha de recursos para construção e, como o *terreno* é de propriedade municipal e já cedido em comodato ao Mutirão, parecia não haver impedimento algum na concretização dos compromissos assumidos com os gestores públicos. O acordo estava firmado e os termos de obrigação mútua definidos. Produzira-se uma nova *parceria*.

A princípio foram dez os catadores que se transferiram para o novo barracão, permanecendo no *terreno* do Mutirão dois dos *antigos* que, segundo eles, ficaram ali para cuidar do lugar uma vez que a concessão estava condicionada à ocupação para o trabalho de catadores de materiais recicláveis. Diferente da mudança que descrevi no capítulo anterior para a qual foi preciso providenciar a matéria-prima de seus *cantos*, agora os catadores receberam um barracão construído em alvenaria, com amplo espaço dividido por estáveis paredes, contendo cozinha, refeitório, escritório, banheiros além de um salão dividido em duas metades também muradas. Segundo a planta elaborada pela prefeitura, uma das metades seria ocupada por mesas de triagem e a esteira mecânica em torno da qual trabalhariam os catadores na classificação do material coletado; a outra metade seria destinada à prensa hidráulica e ao armazenamento do material selecionado e enfardado. Nos fundos havia uma garagem com muitas tomadas elétricas para recarregar a bateria

dos carrinhos, que agora deixavam de ser puxados via tração humana, sendo movimentados mecanicamente.



**Figura 7**

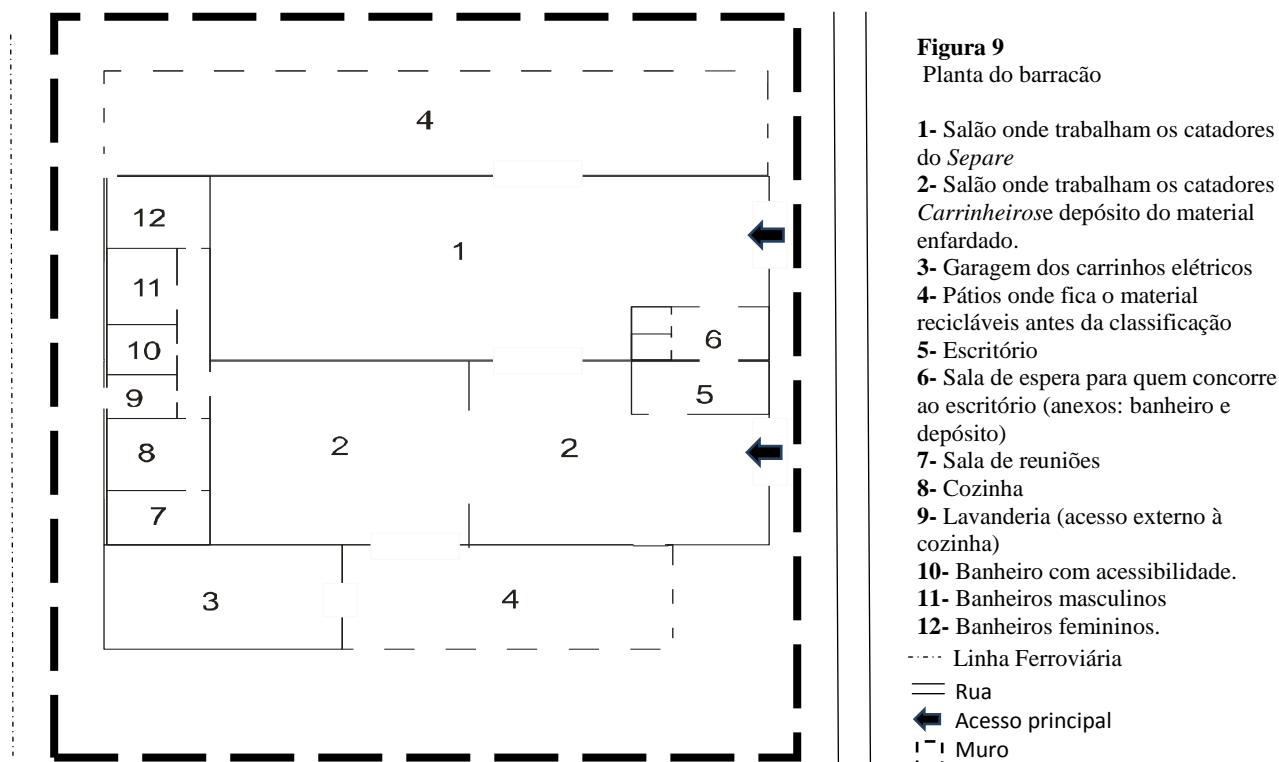
Carrinhos de tração mecânica.



**Figura 8**

Parque de Recepção de Recicláveis, o *barracão* ocupado pelos catadores do Mutirão





Embora os equipamentos (prensa hidráulica, balança, carrinhos elétricos e esteira mecânica) ainda não estivessem instalados no parque, os catadores levaram seus sacos e sacolas com material selecionado no *terreno* em seus carrinhos manuais e para lá começaram a *puxar material*. Buscaram também a prensa e o caminhão, a imagem da santa e dois banners – um com a foto de Luiz e o outro com a imagem da religiosa – que penduraram na parede, à entrada do *barracão*. Esses objetos e a história que eles condensam eram continuamente exibidos aos gestores públicos e demais visitantes como indicativo de que naquele local quem estava trabalhando era *O Mutirão*, nome que paulatinamente se sobrepõe, mistura e, por vezes, se confunde com o Barracão Osternack.

O técnico contratado para contribuir na organização dos catadores na gestão do *barracão* e elaboração dos relatórios de prestação de contas à prefeitura demorou algum tempo para assumir as funções e, quando as assumiu, a princípio foi recebido com receio e hostilidade, como revela o diálogo da cena acima:

- Ou tá com medo desse técnico aí que vão botar lá dentro?
- Nada. O técnico nós joga ele na prensa e já damos um jeito.

Em pouco tempo, porém, o técnico foi englobado na história narrada pelos *antigos* e na reivindicação do barracão prometido para o *terreno*. Fotografado junto aos catadores, sua imagem

foi agregada àquelas que estão nas paredes do escritório, ao lado dos banners de Luiz e Paulinne. Quando nomeado, passou de técnico do Osterneck a técnico do Mutirão. Segundo alguns dos *antigos*, em um dos momentos de conflito com ele, chamaram-no para uma reunião em que leram uma das cartas enviadas por Paulinne pouco antes de sua morte, na qual está escrito “o que é” o Mutirão e “como devem seguir com ele” aqueles que fizeram a promessa. Não tive acesso à carta, mas pude perceber que desde que me foi narrado esse evento a relação hostil entre catadores e técnico foi atenuada, ainda que em certos momentos alguns conflitos continuem a emergir. Portanto, ao lado da ONG católica e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o técnico também se tornou um dos *parceiros*.

Como indica a cena descrita na abertura desta seção, os catadores começaram a mobilizar sua rede de contatos com o intuito de formar o novo *grupo organizado*, conforme o compromisso assumido com a Prefeitura. Aqueles que migraram para o barracão foram convidando outros catadores da cidade que conheciam. Vários deles já haviam participado do Mutirão, mas por causa de desentendimentos ou por terem encontrado trabalho e (ou) moradia em outro bairro desistiram de participar do Mutirão. Convidados a integrar o novo projeto, diversos deles voltaram trazendo consigo algum familiar, o que gerou um rápido aumento no número de ocupantes do *barracão*, fato que visivelmente agradou os gestores públicos. É comum ver os números que indicam a quantidade de catadores arregimentados sendo salientados e fichas cadastrais exibidas como prova de uma política bem-sucedida, tanto pelos representantes da prefeitura e ONG quanto pelos próprios catadores. Ser numericamente significativo é tido como sinal de força e organização.

Além desses, alguns dos recém-chegados aos bairros vizinhos favorecidos pelas políticas de moradia se ofereceram para ali trabalhar ou foram encaminhados pelos Centros de Assistência Social da região. Mais uma vez fica visível a imbricação entre dinâmicas de ocupação da região e aquelas de institucionalização do Mutirão. O relato de Adriana, uma catadora recém-chegada ao *barracão*, nos ajuda a apreendê-la:

Ah, eu vim, acho que a Sandra já estava até careca de tanto me ver aqui. Eu cheguei pra morar no Bairro Novo acho que o dia 24 [março de 2014]. Não, dia 4 de fevereiro e depois comecei a trabalhar aqui no Mutirão em março. Dia 24 de março me parece, se eu não me engano. Mas o mês de fevereiro inteiro eu vim aqui pra perturbar a Sandra. “Ah, mas não tem, está lotado”. Mas aí eu falei “Mas eu preciso, eu quero trabalhar”. Daí ela falou assim “Volta outra hora”. Ela falava assim “Volta tal dia” e no dia seguinte eu já estava aqui de novo. Ela falou “mas você quer trabalhar?”. Eu falei “Eu quero, depois não sei como vai ser ali no condomínio, se vai ter pagar alguma coisa ou o quê”. (...) Daí eu consegui no dia 24, de nós [ela e esposo] de trabalhar aqui.

No processo de colocar catadores no *barracão*, vários critérios de ingresso se misturavam. O primeiro era a preferência pelos conhecidos. Em seguida vinham seus familiares, ou pessoas por

eles indicadas. Para parentes e amigos sempre havia possibilidade de conseguir uma vaga de trabalho, compartilhando a mesma mesa de triagem ou eventualmente disponibilizando um carrinho para a coleta.

Para aqueles que chegavam por encaminhamento da assistência social, a inclusão no *barracão* era mais lenta e criteriosa. Vários deles eram conhecidos de quando haviam integrado o Mutirão em outros momentos, mas não eram bem-vindos e passaram a constituir uma interminável fila de espera que também servia como argumento para justificar a necessidade e urgência na construção de outro barracão no *terreno*. Afinal, no *Barracão* Osternack não havia lugar suficiente para todos.

Catadores oriundos de diferentes bairros de Curitiba que manifestavam o desejo de trabalhar ali precisavam um tempo maior para que uma vaga fosse aberta, como mostra o relato de Adriana<sup>43</sup>. Contudo, ao contar com uma moradia e uma vez tendo ingressado no *barracão*, também esses inseriram familiares na dinâmica de trabalho. O caso de Adriana é representativo nesse sentido, pois, além de seu esposo que veio trabalhar junto com ela, em pouco tempo também sua mãe deixou o posto de catadora em um depósito no bairro onde antes residiam (Vila das Torres) e veio para o Mutirão. Mais recentemente, duas filhas com seus esposos que nunca haviam trabalhado na catação vieram dividir espaço em seu apartamento e compor sua unidade de produção. Adriana conta:

**Adriana:** E depois minha mãe ligava “Dri, está tudo bem aí?”. Eu falei “Está”. Só que eu não falava pra ela o jeito que estava, senão ela ia ficar preocupada. E ela veio também por causa que o neném ficou doente. Ele não tava acostumado ficar longe dela, porque ela cuidava do meu piázinho de três anos. E depois eu falei assim “Mãe, a senhora vai ter que vim aqui porque o neném não está bem”. Era dez horas da noite e minha filha e meu genro foram buscar a minha mãe no terminal. O piá estava queimando de febre. Depois ela chegou e pegou ele no colo, ele não estava nem dormindo direito. Daí ela pegou e ele foi melhorando, ela foi conversando com ele. E depois não foi embora mais.

**Magda:** Veio pra cá e continuou aqui? Morando na sua casa?

**Adriana:** E agora ela tá aqui. Trabalhando aqui também. Minha filha e meu genro também ficaram aqui agora.

**Magda:** Morando ou trabalhando?

**Adriana:** As duas coisas. Moram lá em casa e vão vim aqui pro Mutirão também. A semana que vem eu acho.

**Magda:** E sua mãe ainda tem a casinha dela lá?

**Adriana:** Tem. Tem a casa dela lá e está pra cá. Ela olha lá. Não é todos os finais de semana que ela vai não. Só que ela liga pra lá quando eles estão precisando, ou eles ligam pra cá. Daí ela até vai e fica uns tempos lá. Mas agora ela está sossegada.

**Magda:** Eles quem?

**Adriana:** Meus irmãos. Os parentes que a gente têm e que ficaram lá.

<sup>43</sup>Exceção eram os catadores conhecidos que vêm de bairros por onde circularam (ou circulam) os demais que estão no barracão, comumente em busca de moradia e trabalho, conforme vimos no capítulo anterior.

Além de garantir melhor renda com um número maior de pessoas de uma mesma moradia trabalhando e rateando o resultado da comercialização dos materiais selecionados, conforme descrevi no capítulo anterior, trabalhar em família permite solucionar diferentes questões da vida cotidiana, como o acesso a uma maior quantidade de alimentos por meio das cestas básicas distribuídas pelos equipamentos de assistência social do município e organizações católicas ou contar com o parente que cuide dos filhos em horário de trabalho, por exemplo.

A construção de um barracão identificado com uma placa que anunciava a *parceria* com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e o rápido aumento no número de catadores que circulavam pelos arredores desfilando nas ruas da região com os carrinhos de tração mecânica chamaram a atenção dos moradores dos bairros vizinhos. Além disso, o serviço municipal de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos passou a descarregar cargas diárias de material reciclável, de modo que muitos que nunca haviam trabalhado como catadores e que não queriam ou não podiam fazer a coleta nas ruas passaram a ver nesta atividade uma possibilidade de remuneração. De forma que, além dos conhecidos ou dos que experimentaram a catação de materiais recicláveis em outras regiões da cidade, também pessoas sem experiência foram integradas ao trabalho no *barracão* e passaram a ser contabilizadas como *catadores organizados*.

O caso de Ana é emblemático para compreendermos essa dinâmica. Ela, uma mulher jovem que há pouco havia ingressado no mercado de trabalho como auxiliar de produção em uma empresa de aparas de papel, depois de um período de desemprego chegou ao escritório do *barracão* onde alguns catadores e eu estávamos conferindo as fichas cadastrais dos novos integrantes do Mutirão. Junto com uma amiga, trazia seu currículo em mãos a partir do qual solicitou ser contratada. Os catadores ficaram surpresos, pois pela primeira vez em mais de dez anos, alguém chegava para pedir uma vaga apresentando currículo. Depois de uma rápida explicação sobre o trabalho associativo, o apelo de Ana foi aceito e a atividade da catação e triagem de materiais recicláveis lhe foi ensinada. Em pouco tempo, Ana trouxe outras pessoas para dentro do *barracão* conforme me contou:

**Magda:** Você mora no Osternack [trata-se aqui do Bairro Osternack, região que, por estar muito próxima ao barracão, lhe conferiu o nome]?

**Ana:** É, ali é pequeno onde eu moro, ali no Ganchinho. Então, é todo final de semana uma morte, uma briga, uma mulher que mata marido. Todo final de semana. Tanto que alguns tempos atrás eu estava sem emprego, meu marido trabalha por conta, então não é sempre que tem serviço. As contas foram chegando, o armário limpo, minha filha pedindo as coisas. Eu entrei em desespero, pensei “Não, eu vou voltar pra lá”. Porque eu morava nos fundos da casa da minha mãe e nunca me faltava nada, ela não deixava. Eu falei “Não, eu vou voltar, eu quero voltar. Mas aí não tinha como trocar de casa, porque eu já tinha vindo pra cá e aqui é da minha mãe. Então não tem como eu trocar. Ela falou “Não, você vai ficar. Você aguenta até você comprar sua casa”. Assim não tem aluguel, né. Foi então

que eu saí pra procurar serviço aquele dia. E eu não tinha conseguido nada. Fui no centro, fui ali em cima. Pensei “Ah, eu vou passar aqui”. Porque eu já tinha vindo aqui uns cinco meses atrás e o rapaz ficou de me ligar e não tinha ligado. Aí eu falei “Vamos passar, vamos tentar”. Aquela menina que estava comigo, “vamos tentar?” Daí passamos aqui e graças a Deus deu certo. Estou aqui ainda. Ela nem veio, eu sabia que ela não ia vim, porque é bem nojentinha, sabe. E daí agora está eu, tá meu tio, tá minha vó, tá minha prima e vai entrar mais minha tia.

**Magda:** Todos trabalham aqui?

**Ana:** Tudo aqui.

**Magda:** Então você foi a primeira que veio?

**Ana:** Eu que carreguei tudo.

**Magda:** Como assim?

**Ana:** Então, eu vim aqui pedir pra minha tia. Lembra que eu falei que também tinha uma tia que estava precisando? Ela também estava desempregada e precisava de alguma coisa pra trabalhar. Eu falei “tem eu e minha tia”. Daí começamos. Daí minha avó falou assim “Ah, eu preciso arrumar, eu preciso ir também porque não dá pra ficar em casa sozinha, estou ficando doente, estou depressiva. Vê se vocês conseguem arrumar uma vaguinha pra mim?”. Conseguimos pra ela também. Está ali, faceira. E daí veio minha prima, ela veio aqui pedir. Ela que veio. E daí meu tio, ele está cumprindo aviso agora. Essa semana termina o aviso dele. Daí ele também se desesperou porque ele também tem uma menininha de três meses. E ele também está aqui com a gente. Daí agora a esposa dele também quer entrar. Daí assim que abrir uma vaguinha vão encaixar ela também. E o povo todo quer vim. Daqui a pouco a família toda tá aí. [Risos]. Aqui tudo é meio parente, todo mundo é parente. É filho, irmão, é tia... Tudo junto.

Como indica a narrativa de Ana, embora a catação de materiais recicláveis muitas vezes apareça como saída para uma situação de crise, os motivos de inserção nesta atividade não podem ser reduzidos a determinismos econômicos. O trabalho no barracão muitas vezes é assumido como complemento de renda, mas também como socialidade que permite a alguns sair de certo isolamento. A avó de Ana, por exemplo, solicita acompanhá-la no trabalho porque não quer ficar sozinha: “Ah, eu preciso arrumar, eu preciso ir também porque não dá pra ficar em casa sozinha, estou ficando doente, estou depressiva. Vê se vocês conseguem arrumar uma vaguinha pra mim?”.

Como vimos acima, a catação é uma atividade que se exerce em família. Prática que antecede a ida para o *barracão*, mas que se revelou importante nesse novo contexto na medida em que facilitou sua rápida ocupação fortalecendo a construção de certa imagem de organização ante os gestores públicos. Por outro lado, a contínua chegada de novos integrantes e, com eles, de seus familiares, tornou os enredos parentais mais complexos e produziu efeitos na forma como os catadores se classificam e se relacionam, temática que aprofundarei no próximo capítulo.

O projeto financiado pelo BNDES que facilita a implementação de Parques de Recepção de Recicláveis como este que estamos discutindo aqui, foi elaborado a partir de dados de uma pesquisa realizada em 1999 pelo Departamento de Limpeza Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente que indicavam um número aproximado de cinco mil catadores na cidade. Há controvérsias em torno de dados estatísticos como este, frequentemente acusados de estarem subestimados. Durante a pesquisa de campo, muitas vezes ouvi organizações que trabalham com

catadores anunciarem que o número de trabalhadores da catação ultrapassa a cifra dos quinze mil somente em Curitiba. Essas instituições, por sua vez, recebem acusações de superestimar os dados. Mais de uma vez a prefeitura de Curitiba foi notificada pela Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual com Termos de Ajuste de Conduta<sup>44</sup>, por meio dos quais exigia o mapeamento e a contagem dos catadores na cidade, tarefa ainda não concluída.

Pelo que pude perceber, a imprecisão estatística é efeito, em grande medida, da dificuldade de definição do público alvo da política. Afinal, se a denominação Catadores de Materiais Recicláveis remete àqueles que fazem a coleta na rua com seus carrinhos, então os que permanecem no barracão fazendo a triagem do material – seja este trazido pelos catadores ou pelo caminhão da coleta seletiva municipal – não poderiam ser considerados como tal. Por outro lado, se estes igualmente sobrevivem da renda gerada a partir dos resíduos sólidos recicláveis descartados pelos moradores da cidade, por que não integrariam essa categoria? Vale lembrar que muitos dos que antes coletavam na rua, agora trabalham apenas com o material que é trazido ao *barracão*. O debate classificatório é contínuo e intenso entre as organizações que se entrecruzam nos emaranhados institucionais da catação em Curitiba.

Outro fator a se considerar é que a circulação dos catadores por diferentes tipos de trabalho e locais de moradia dificulta a contagem. Se recuperarmos o depoimento de Adriana acima transcrito, perceberemos que sua mãe passa algum tempo na casa da filha, período em que trabalha no Mutirão, mas mantém em sua moradia estabelecida em outro bairro, onde se dedica à triagem de matérias recicláveis num depósito particular. Durante a pesquisa de campo a vi algumas vezes (re)ingressando no Mutirão.

De forma semelhante muitas foram as pessoas que chegaram para trabalhar (parentes ou não) e não se adaptaram à atividade. Outros ficaram pouco tempo, até conseguirem um trabalho avaliado como melhor, principalmente depois de decepções com o baixo rendimento financeiro que a catação gera. Há ainda aqueles que vieram morar com seus parentes e que, por diferentes motivos, não permaneceram muito tempo. A isso somam-se as dinâmicas relacionais entre catadores, conforme descrito no capítulo anterior, que por vezes resultam em evasão. A tabela 1 quantifica os catadores que estavam ou passaram pelo *barracão* durante alguns dos meses em que realizei a

---

<sup>44</sup>A Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual tem sido atuante na fiscalização da relação entre prefeituras municipais e catadores de materiais recicláveis desde finais da década de 1990 e ações de autuação dos municípios do Estado são recorrentes, especialmente na capital paranaense e seus entornos metropolitanos. Algumas cidades já realizaram o mapeamento, contando inclusive com financiamento do governo federal que tem intensificado suas políticas na área, como veremos em seguida. Curitiba, no entanto, mesmo gerindo recursos financeiros nacionais (como aqueles disponibilizados pelo BNDES) ainda busca uma metodologia que dê conta de formular estatísticas mais precisas.

pesquisa de campo, o que nos ajuda a perceber essa circulação, principalmente se observarmos o número de ingressos e egressos em cada mês<sup>45</sup>:

**Tabela 1 – Circulação dos catadores no barracão/ ingressos-egressos**

| Mês/2014  | Carrinheiros <sup>46</sup> | <i>Do Separe</i> <sup>47</sup> | TOTAL | Ingressos | Egressos |
|-----------|----------------------------|--------------------------------|-------|-----------|----------|
| Janeiro   | 10                         | 31                             | 41    | 9         | 9        |
| Fevereiro | 10                         | 31                             | 41    | –         | 2        |
| Março     | 10                         | 29                             | 39    | 2         | 2        |
| Abril     | 10                         | 29                             | 39    | 6         | 2        |
| Maiο      | 13                         | 30                             | 43    | 11        | 3        |
| Junho     | 17                         | 34                             | 51    | 16        | 8        |

Gregori (2000) em sua etnografia com meninos nas ruas de São Paulo lança luz sobre o fenômeno da circulação observado entre os catadores do Mutirão. Para a autora, a maneira como os meninos que vivem nas ruas da cidade se deslocam entre espaços e instituições diversas constitui uma das singularidades de sua experiência, cuja explicação não pode ser reduzida à fluidez da estrutura familiar ou à situação financeira precária e instável. Segundo Gregori, é mediante tais deslocamentos que os meninos “se viram”, ou seja, sobrevivem e se protegem, prática que permite uma comunicação constante com a cidade e seus vários personagens. Nesse sentido, os meninos também “se viram” pela incorporação de representações sociais que são por eles mimetizadas e teatralizadas, alterando as imagens que produzem de si de acordo com os interlocutores ou contextos de interação.

Os meninos circulam continuamente entre a casa dos familiares e a rua. Por meio da circulação constroem territorialidades formando circuitos a partir de pontos demarcados: a lanchonete onde ganham o café da manhã, a esquina na qual buscam proteção de outros meninos ou cola para cheirar, a praça onde encontram os conhecidos, assim como as regiões onde há maior controle policial. Deslocam-se continuamente entre uma praça/rua e outra, e delas por entre as instituições de apoio ao “menor” de acordo com os estímulos relacionais que aparecem, passíveis de

<sup>45</sup> Vale ressaltar que os dados aqui apresentados não correspondem aos registros dos relatórios mensais produzidos pelo técnico que trabalhava no *barracão*, porque estes se referem somente ao número de catadores ingressos ou egressos formalmente, contabilizados ao final de cada mês no momento de produção dos documentos. Meu intuito foi registrar essas dinâmicas durante o período descrito contabilizando cada uma das entradas e saídas de catadores, independentemente do tempo de duração. Algumas permanências não se estenderam para além do primeiro dia.

<sup>46</sup> *Carrinheiros*: aqueles que coletam o material nas ruas com seus carrinhos.

<sup>47</sup> *Do Separe*: aqueles que se dedicam apenas à seleção do material no interior do barracão. Sua denominação está relacionada aos caminhões da coleta seletiva municipal que tem inscritos nas carrocerias a palavra “Se-pa-re”, expressão utilizada também nas campanhas de incentivo à separação do lixo eventualmente realizadas pela prefeitura municipal.

compreensão somente a partir do contexto espacial e temporal em que vivem. No ir-e-vir cotidiano os meninos nas ruas de São Paulo criam rotinas de vida em que a circulação é o padrão recorrente.

Para Gregori (2000:158), essa circulação dos meninos inscrita nas relações que estabelecem com as instituições, a casa da família e a rua produz uma dinâmica que os aprisiona em um conjunto de interações que, ao mesmo tempo em que criam uma “ilusão de liberdade”, os determina como meros objetos das intervenções públicas.

Embora com uma perspectiva semelhante, Claudia Fonseca (2006[1995]) em seu estudo sobre estruturas de parentesco entre famílias de baixa renda na cidade de Porto Alegre chegou a conclusões bem diferentes. Ao observar práticas familiares em um bairro da periferia, a etnógrafa se surpreende com a centralidade que é conferida às crianças na convivência cotidiana dos moradores, tanto nas dinâmicas que regem a vida no bairro, quanto na maneira como principalmente as mulheres regram suas atividades. É pela circulação de crianças, observa a autora, que se mantêm redes de solidariedade e de conflitos entre grupos de parentesco e vizinhança.

As crianças circulam por entre as redes consanguíneas nas quais cada membro do casal está envolvido. Tais redes exigem continuamente a cada cônjuge manifestações de solidariedade que muitas vezes resultam no rompimento dos laços conjugais, já que neste universo os valores dominantes priorizam os laços de sangue. Além disso, a instabilidade e desvalorização das profissões masculinas aliadas à exigência dos valores compartilhados que delegam ao pai a responsabilidade pela sustentação dos filhos produzem constantes deslocamentos dos genitores, tanto em busca de trabalho em outros lugares quanto no abandono definitivo da família.

Observando esse contexto, a autora constata que é comum ver crianças morando temporariamente com suas tias e avós, com o pretexto de acessar melhores condições de vida, continuar estudando, fazer companhia a alguém etc. O mesmo pode acontecer com a vizinha não aparentada com a qual se divide o mesmo pátio de moradia e (ou) que recebeu a criança como afilhada ao estabelecer com os pais relações de compadrio. Em todos os casos, tendo em vista a predominância dos laços de sangue, independente do pretexto que fez a criança sair da casa dos pais, ela tende a retornar para lá em algum momento, ou então passa toda sua infância e adolescência circulando entre um lar e outro. Em sua etnografia são apresentados casos em que uma pessoa se diz “filha de muitas mães”, evidenciando como a unidade doméstica comumente se expande ao incluir parentes, vizinhos e amigos. Crianças são dadas e requeridas porque “a responsabilidade de educação e apadrinhamento não se restringe aos pais, mas estende-se a outros membros da parentela e, eventualmente, a agências do Estado”. (FONSECA, 2006 [1995]: 98).

Assim como no estudo de Gregori, na tese defendida por Fonseca esse fenômeno não pode ser explicado unicamente pela constatação das condições econômicas precárias na qual vivem tais famílias. A autora, porém, aponta que é preciso compreender as diferentes dinâmicas por meio das



quais a circulação de crianças une gerações sucessivas, se contrapõe à lógica masculina de se afastar do grupo familiar, liga os pais adotivos em rotinas de troca com a vizinhança e com os pais consanguíneos e amplia os enredos de parentesco. Neste caso, ao circularem as crianças protagonizam relações.

Em diálogo com estas etnografias, no caso do Mutirão percebemos que a transitoriedade dos catadores entre diferentes trabalhos e locais de moradia, os constantes (des)englobamentos parentais que em boa medida regem os conflitos e os improvisos que caracterizam os *cantos* onde selecionam o material reciclável no *terreno*, conforme descrevi no capítulo anterior, se apresentam com maior densidade na forma como ocupam o *barracão*. Os (re)ingressos e (re)egressos a esse local de trabalho, ao mesmo tempo em que incentivam a criação de redes de solidariedade e ampliam os enredos de parentesco, são disparadores de diversos conflitos que por sua vez intensificam as práticas de circulação, tema que discutirei no próximo capítulo. Por enquanto é importante assinalar que, assim como nos casos acima citados descritos por Gregori e Fonseca, também aqui a circulação vai se configurando como um modo de vida.

### 3.3. Cotidiano, cotidianos

#### **Cena 1:**

Durante a última semana do mês de junho de 2014 acompanhei Adriano, um catador dos *antigos*, na coleta que cotidianamente ele faz na região enquanto *puxa carrinho*. Era pouco menos de nove horas da manhã de quarta-feira e estávamos voltando da coleta feita pelas ruas do Alto Boqueirão, vizinho ao Bairro Novo. Caminhávamos desde as cinco e meia e, definitivamente, não era um dia bom de material. Nosso carrinho estava pela metade porque até então havíamos encontrado poucas coisas que valiam a pena serem juntadas. Ao atravessarmos a pequena ponte sobre o Ribeirão dos Padilhas, que marca o limite entre os dois bairros, a caminhada foi interrompida:

- Olha lá, olha lá. Se ferraram! Disse-me Adriano apontando para o caminhão da coleta seletiva do município, rindo às gargalhadas.
- O filé já foi, sobrou só osso puro. Se ferraram! Mais do que nós, hein. Se ferraram!

#### **Cena 2:**

No mesmo dia, aproximadamente três horas depois, estávamos no barracão classificando e avaliando o que havíamos recolhido. Como de costume, um caminhão da coleta seletiva municipal chega para descarregar material destinado à seleção pelos catadores do Mutirão. Visivelmente irritado, Adriano inicia uma discussão com os homens que trabalham com o caminhão:

- Hei, só esse tantinho aí? Não deu nem meia tonelada! Assim não dá. Assim não dá. Onde é que foi parar esse material?
- É o que tem amigo. Juntamos o que tem. A rua tava ruim.
- Mas nós vive disso, rapaz. Assim não dá. E quem tirou o lacre?
- Tiramos ali fora, na calçada porque vocês demoraram pra abrir o portão. Não embaça. É o que tem aí. Se quiser liga pra balança. Os caras lá registraram o peso. Tá ó, no papel. Assina aí.

Adriano chama outros catadores que se reúnem em torno do caminhão e acrescenta:

- Vamos ligar pra prefeitura. Se é pra trabalhar tem que vim material. Tem gente metendo a mão nesse material aí. Só pode.
- Descarrega aí rapaziada. Nós temos que ir pra segunda viagem. – Disse o motorista do caminhão aos catadores.
- Vamos pegar, mas se continuar assim nós fecha as portas do barracão. Nós fecha a rua lá embaixo. Da próxima vez a carga vai de volta.

A partir da parceria estabelecida com a prefeitura, outra mudança instituída para o funcionamento do *barracão* foi a participação dos caminhões do *Separe* (veículos da coleta seletiva municipal). Estes levam para os barracões vinculados ao Programa Eco-cidadão parte do material recolhido pela Cavo (empresa contratada pelo Departamento de Limpeza Pública da Secretaria do Meio Ambiente) para que seja triado, prensado e comercializado pelos catadores. Como sinalizei acima, a chegada desse material se fez acompanhar da instituição de outro tipo de trabalhador que passa a integrar o cotidiano do *barracão*, aquele que se dedica exclusivamente à seleção do chamado material da prefeitura. Estes se diferenciam dos catadores que vieram do *terreno* que, além de vez ou outra trabalham com o material que chega com os caminhões, ainda dedicam boa parte de seu tempo à coleta nos bairros com seus carrinhos, que agora em sua maioria são movimentados mecanicamente. Essas inovações provocaram mudança nas dinâmicas de interação entre os catadores, bem como com os voluntários católicos e outras organizações. Nesse contexto foram se redefinindo e produzindo diferentes práticas, disputas de status e hierarquizações classificatórias. Uma nova divisão do trabalho foi introduzida no barracão com o surgimento de uma categoria inédita de trabalhadores: aos *carrinheiros* – aqueles que não apenas trazem o material da rua, como também promovem sua classificação – somaram-se os do *Separe* – aqueles que tão somente trabalham na triagem e acondicionamento do que chega com os caminhões da coleta seletiva. Esta divisão do trabalho resulta em rotinas que, embora independentes, mantêm a realização de atividades coletivas: especialmente limpeza e ordenamento do *barracão*, preparativos para a comercialização do material e participação em reuniões com outras organizações da cidade. O cotidiano de trabalho dos *carrinheiros* e do *Separe*, suas diferenças e pontos de interconexão compõem a temática desta seção.

Conforme aponta a cena de abertura, o dia de trabalho dos *carrinheiros* começa ainda na madrugada porque é preciso pôr-se a caminhar antes da chegada de outros atores sociais que também se dedicam à coleta de material reciclável. Durante a semana que acompanhei Adriano em seu trabalho de *puxar carrinho* saímos todos os dias por volta das seis horas e, como ele não tem pontos fixos, a cada manhã seguimos itinerários diferentes que, embora mais ou menos estabelecidos com antecedência de acordo com a experiência prévia de outros tantos dias de catação acumulados por ele, eram de alguma maneira (re)direcionados pelas coisas que íamos encontrando nas lixeiras das casas, em lotes baldios ou jogados nas ruas, bem como pelas pessoas que avistávamos pelo caminho. Uma descrição pormenorizada dessa semana ajuda a compreender como trabalha um *carrinheiro*.

Segunda-feira permanecemos no barracão porque *não é dia bom de rua*. Conforme me foi explicado, muitos catadores trabalham no domingo à noite recolhendo principalmente as embalagens de bebidas que são consumidas em maior quantidade aos finais de semana, de modo que pouco sobra para o dia seguinte e, quando sobra, são sempre coisas de baixa qualidade e pouco valor de mercado. Nesse dia, sem muita pressa, ficamos no barracão selecionando material, pois tudo o que é trazido precisa ser classificado segundo as exigências dos compradores contatados naquele mês. Normalmente são entre 20 e 25 tipos diferentes de materiais, separados de acordo com a cor, textura e composição, organizados em quatro grandes grupos: papel, plástico, vidro e sucata. Cada um desses grupos tem compradores específicos e se dividem em diferentes subclassificações. Quanto mais pormenorizada a triagem, maior o valor de venda de cada quilograma do material específico.

A triagem do material e o preço de cada tipo oferecido pelo comprador de alguma maneira marcam o ritmo e os trajetos dos *carrinheiros* e a relação entre estes e os do *Separe*. Por isso, é importante deter-se na descrição da classificação. Abro aqui um parêntese.

O grupo do papel subdivide-se em quatro (papel branco, colorido ou terceira, papelão e tetra park). Para aumentar o valor de venda, há também a possibilidade de se reservar jornal para as oficinas mecânicas que vez ou outra o requisitam. Neste caso é necessário dobrá-lo, amarrá-lo em feixes e mantê-lo fora da umidade e longe de substâncias que eventualmente possam sujá-lo, o que demanda muito mais trabalho e cuidado. Com o vidro o processo é semelhante. Se as peças estão inteiras têm valor diferenciado da venda de cacos. Neste caso a dificuldade está em manter peças tão frágeis inteiras em um ambiente onde há uma profusão de coisas o tempo todo em movimento.

O grupo do plástico é formado pelos materiais que mais são coletados pelos *carrinheiros*, tanto por causa do melhor valor de comercialização quanto porque é o que se encontra em grande quantidade. É neste grupo que ocorre a maior variação na classificação exigida por um ou outro comprador. Assim, por exemplo, se em um mês as garrafas PET de cor verde e marrom podem ser

classificadas em um mesmo subgrupo junto com suas tampas, no seguinte precisam ser separadas em fardos diferentes e destampadas. Se hoje as embalagens plásticas de azeite de cozinha (PET azeite) são classificadas no mesmo grupo das garrafas transparentes de refrigerante (PET branco), no mês seguinte elas podem ser consideradas de tipos diversos e ter preços diferenciados.

As características da separação que misturam cor, textura e matéria-prima da embalagem com as oscilações de valores de mercado incidem no tempo de trabalho dispensado à triagem e fazem com que o processo de aprendizado da seleção do material não cesse jamais. Afinal, todos os meses é preciso reaprender a classificação exigida pelo comprador da vez e equacionar o valor oferecido pelo tipo de material e o tempo/esforço de trabalho necessário à seleção. É o resultado dessa equação que define para quem se venderá o que foi coletado no mês.

Salvo essas variações (que são muito comuns), em linhas gerais o plástico se subdivide em doze tipos de materiais (PET branco, PET verde, PET azeite, PEAD branco ou leitoso, PEAD colorido, PP mineral, PP margarina, PP copinho, plástico cristal ou transparente, sacolinha, PVC, plástico duro). No caso da sucata, retirados os fios de cobre e os objetos que são de alumínio e têm o melhor preço de mercado, as demais coisas seguem misturadas para a venda.

A tabela 2 apresenta as diferenças de preço de cada tipo de material selecionado pelos catadores. Os valores correspondem ao mês de maio de 2014:

**Tabela 2 – Classificação do material reciclável por tipo e valor de mercado**

| <i>Tipo de material</i>         | <i>Valor/<br/>kg R\$</i> | <i>Tipo de material</i>                        | <i>Valor/KgR\$</i> |
|---------------------------------|--------------------------|--|--------------------|
| <b>PLÁSTICO</b>                 |                          | <b>PAPEL</b>                                   |                    |
| PET Branco                      | 1,60                     | Papelão  | 0,41               |
| PET Colorido                    | 1,60                     | Papel Branco                                   | 0,42               |
| PET Azeite                      | 0,40                     | Papel Colorido                                 | 0,17               |
| PEAD Colorido                   | 1,05                     | Embalagens Tetra Park<br>(Embalagens de leite) | 0,17               |
| PEAD Branco                     | 1,25                     |  |                    |
| PS Colorido                     | 0,60                     |  |                    |
| PP margarina                    | 0,60                     |  |                    |
| PP copinho                      | 1,10                     |  |                    |
| PP Mineral                      | 1,10                     |  |                    |
| Sacolinha                       | 0,65                     |  |                    |
| Plástico cristal – Transparente | 1,25                     |  |                    |
| PVC                             | 0,40                     |  |                    |
| Plástico duro – cadeira         | 1,00                     |  |                    |

Detive-me um pouco na explicitação dos tipos de materiais e seus valores, pois os modos de classificação conferem ritmo ao trabalho dos *carrinheiros*. Em primeiro lugar porque o maior tempo de trabalho é dedicado à classificação do que juntam e, segundo, porque nem tudo o que

pode ser reciclável é recolhido por eles. Como aparece na cena descrita, eles recolhem somente o bom material – o *filé* – aquele que exigirá menor tempo de trabalho na classificação e apresente maior valor de mercado. Nas caminhadas pelas ruas a sacola plástica deixada pelos moradores nas lixeiras são abertas retirando-se delas somente o que interessa. É por isso que muitas vezes os catadores são acusados pelos moradores de “rasga-sacos”, como indica um diálogo tenso que presenciei certa vez entre um catador e uma moradora do bairro:

**Moradora:** “Ei, carrinheiro, seu rasga-saco, deixe meu lixo aí. Ninguém autorizou você de pegar isso aí”.

Gritou irritada a certa distância a moradora que olhava para rua através da porta semi-aberta de sua casa.

**Respondeu o catador:** Se é seu, porque botou ele aqui na rua. Jogou, já era. É de quem quiser.

**Moradora:** Já falei, oh rasga-saco. Deixa isso aí. Vocês rasgam as sacolas e depois os cachorros bagunçam tudo. Isso é uma porquice.

**Catador:** Ah tá! Agora os porcos que sujaram a cidade somos nós? Se vocês separassem as coisas direito nós não ia rasgar os sacos. Se nós é os porcos vocês é os burros.

Foi assim, abrindo sacos, que Adriano e eu realizamos a coleta na terça-feira. Sem nos distanciar muito, nosso itinerário reduziu-se às ruas do Bairro Novo ziguezagueando nos arredores do *barracão*. Era dia em que o serviço da prefeitura coletava o lixo orgânico e, como a população não faz a seleção conforme é requisitada, muito material reciclável vai para a rua. De fato, em pouco mais de duas horas de trabalho o nosso carrinho estava carregado. A única preocupação que assolava meu acompanhante era chegar antes do caminhão de coleta. Com os olhos sempre fixos nas lixeiras, delas retirávamos apenas o material que tem maior valor de mercado, abrindo e fechando as sacolinhas e fazendo uma pré-seleção. Nada de lixo orgânico veio para o carrinho e pouco papel foi transportado.

Mesmo reduzindo a catação a plásticos e sucatas, foram tantas as coisas encontradas que Adriano precisou alongar o carrinho com escoras feitas de cabos de vassoura, pendurar mais um e outro saco nas laterais, inventar uma parede com o papelão. Assim como os barracos do *terreno*, o carrinho nunca terminava de ser constituído, sempre lhe era possível acrescentar uma emenda. Cordas, pedaços de madeira, fios e arames eram enroscados nas paredes do carrinho e carregados para os improvisos.

O dia seguinte, ao contrário, foi *ruim de material*. Prevendo isso, pela manhã saímos mais cedo e caminhamos até o bairro vizinho, o Alto Boqueirão. Nele precisávamos andar rápido. Era *dia de correria*, como me disse Adriano, porque além de ser mais longe estávamos competindo com outros catadores que também juntavam um material que parecia escasso. Andamos muitas quadras sem encontrar absolutamente nada, ou então, apenas papel colorido e embalagens de leite (tetra park) o que me foi dito que “nem vale a pena recolher”. Os olhos atentos buscavam as coisas e os

passos seguiam a direção dos olhares. Adriano lamentava a *correria*, saudoso de um tempo em que o material era abundante e poucos se interessavam por ele:

Depois que começaram com esse negócio de meio ambiente aí, todo mundo quer meter a mão no material do catador. Antes quando ninguém sabia que dava dinheiro era sossegado fazer três quatro cargas por dia. Hoje a gente faz uma e num pau brabo.

Antes de nós já haviam passado por ali pequenos caminhões de depósitos particulares que recolheram o que lhes interessava. Pudemos vê-los carregados saindo do bairro. Junto conosco haviam catadores que trabalhavam de maneiras diversas: um estava em bicicleta e só recolhia latinhas de alumínio, outro corria com sacolas grandes cheias de garrafas de refrigerante (PET), outros ainda circulavam com carrinhos manuais e portavam uma variedade maior de objetos e nós que estávamos com o carrinho mecânico e juntávamos um material reciclável mais ou menos selecionado. Somente enchemos o carrinho porque nesse bairro Adriano tem alguns *pontos fixos*, as casas e os estabelecimentos comerciais que guardam coisas, tanto material reciclável quanto outros objetos, como a cama, o colchão e os pacotes de bolachas que lhe foram entregues por uma moradora. “A gente ganha um monte de coisa na rua. Por isso que vale a pena. As pessoas conhecem e guardam. Passo aqui toda a semana”, comentou. Alguns catadores do Mutirão moram nesse bairro e realizam a coleta entre seus vizinhos, por isso tivemos o cuidado de não repetir os mesmos percursos para não atravessar seus *pontos*. “Aquela rua é do Clécio e a Estela cata lá pra baixo”, disse-me Adriano em outro momento.

Nesse sentido, embora as coisas que vão sendo encontradas apontem a direção por onde é conveniente seguir caminhando, os trajetos de cada catador apresentam certas regularidades. É comum ouvi-los falar sobre suas caminhadas como um ato de *fazer a rua*. Nesse dia Adriano e eu *fizemos* o Alto Boqueirão, embora não o tenhamos feito sozinhos.

No retorno ao Bairro Novo, um achado: escorados contra o muro de uma casa seis sacos grandes cheios de garrafas PET. Adriano comemorava como quem encontrara um tesouro. Ria, comentava, tocava o material, sentia sua textura e examinava as cores. “Só tem PET branco” – comenta enquanto aperta e faz estralar as garrafas – “Só filé padrão FIFA”. O dia de trabalho foi salvo pelo bom material encontrado, já que garrafas PET são de fácil triagem e têm um dos valores de venda mais alto. Podíamos retornar ao *barracão*. No caminho de volta Adriano narrava histórias de outros dias e outras coisas interessantes que encontrou ou ganhou na rua.

Na quinta-feira tínhamos endereço certo. Saímos de casa mais tarde e nos dirigimos diretamente à lixeira de um edifício residencial que fica sobre uma loja de materiais de construção, com a qual fez um acordo por intermédio de seu proprietário: todas as semanas Adriano troca a limpeza da lixeira pelo papelão ali descartado. O trabalho é difícil e malcheiroso, mas a quantidade

e qualidade do material coletado valem o esforço. De fato, recebemos tanto papelão que quase encheu o carrinho, restando espaço apenas para carregar as caixas de fruta e verduras dispensadas pela fruteira vizinha à loja – produto que Adriano também *cata* todas as quintas-feiras.

Sexta-feira a coleta foi com o caminhão do Mutirão nos Mercadões da Família<sup>48</sup> da região. Papelão e plástico transparente que depois de pesado foi contabilizado para o que chamam de caixa do grupo e faz parte do capital de giro anunciado por Sandra na inauguração. No sábado, ainda que considerado *bom de rua*, o trabalho se reduziu à triagem do material trazido, completando a tarefa à qual sua esposa e cunhada se dedicaram durante toda a semana, enquanto nós percorríamos as ruas na coleta. A elas nos somávamos quando de volta ao *barracão*.

Em uma semana de trabalho foi possível perceber que caminhar pelos bairros como quem está em busca de tesouros é uma importante característica da atividade dos *carriheiros*. A maneira como demarcam territorialidades circulando por pontos mais ou menos demarcados produz formas distintas de ocupar e transitar pelo espaço urbano através das quais recriam a própria cidade. Afinal, são eles que *fazem as ruas* por onde circulam como se seus passos enunciassessem os lugares (CERTEAU, 1990)<sup>49</sup>. Mesmo quando guiados pela casualidade das coisas que encontram, seu caminhar não é aleatório e depende das relações que estabelecem com outros catadores, a política pública da coleta seletiva, o comércio local, o mercado da reciclagem, os moradores da região e as coisas que são descartadas pela população. *Fazem as ruas* enquanto tecem relações e vice-versa. É neste sentido que cada dia da semana tem seu ritmo e seu trajeto marcado, entre outras coisas, pela sazonalidade do descarte do material. Não é o mesmo coletar no domingo ou na segunda-feira, no inverno ou no verão, nas ruas do Bairro Novo ou do Alto Boqueirão.

A rotina de trabalho do *Separe*, ao contrário, se passa exclusivamente no interior do *barracão*. Esses catadores chegam todos os dias por volta das nove horas da manhã e aguardam a vinda do primeiro caminhão do dia. Como indica a cena 2, são os caminhões da coleta seletiva municipal que trazem até o *barracão* o material reciclável recolhido em diferentes bairros da cidade. Cada caminhão, logo depois de percorrer as regiões sob sua responsabilidade, passa por uma balança controlada pelo Departamento de Limpeza Pública, onde a carga é contabilizada e lacrada, e seguem para o local de destino do lixo do dia. O material pode ser levado até os barracões

---

<sup>48</sup>Os Mercadões da Família são supermercados que oferecem alimentos subsidiados pela prefeitura municipal às famílias de baixa renda, devidamente cadastradas, a um custo inferior ao valor de mercado. O material reciclável descartado por eles é recolhido por grupos *de catadores organizados*.

<sup>49</sup>Para Certeau, “O ato de caminhar no sistema urbano é como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem como efeito uma tríplice função enunciativa: é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, ‘contratos’ pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é ‘alocução’, ‘coloca o outro em face’ do locutor e põe em jogo contrato entre colocutores). O ato de caminhar parece, portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação”. (CERTEAU, 2007 [1990]:177)

de catadores ligados ao programa Eco-cidadão ou outros locais que de alguma maneira estão conectados com a Secretaria do Meio Ambiente, o que veremos na próxima seção.

Os catadores do *Separe*, portanto, têm o ritmo de trabalho regulado pela coleta do caminhão, o que por vezes implica longas esperas que variam segundo a distância entre o bairro de coleta do material e o *Barracão* do Mutirão. Há semanas em que a primeira carga chega somente após o meio-dia. Por outro lado, há dias em que o *barracão* recebe vários caminhões com boa carga, acumulando material em grande quantidade para ser classificado e acondicionado. Nesses dias, o ritmo de trabalho precisa ser intensificado, os intervalos ficam suspensos e o horário de término do expediente, prolongado, resultando em jornadas de trabalho superiores às 12 horas diárias.

Na chegada do caminhão, o laque é retirado pelos catadores e o peso da carga conferido e registrado. As coisas trazidas são jogadas dentro de sacos enormes (os bags) e estes arrastados para perto da esteira mecânica onde o material será classificado.

Na esteira a triagem é feita por grandes equipes. Afinal, todos os que trabalham no *barracão*, exceto os *carrinheiros*, formam o grupo da esteira. Se, como vimos na tabela 1, a tendência no número de *carrinheiros* é permanecer estável, é possível aventar que a maior rotatividade de trabalhadores acontece entre os do *Separe*. Quando alguém chega pedindo trabalho no *barracão*, é na esteira que se dão o aprendizado da atividade e a inclusão no Mutirão. Durante minha pesquisa de campo, mesmo tendo mantido presença diária no *barracão* durante quase seis meses e acompanhado o trabalho específico na esteira por uma semana, não consegui aprender o nome de todos os que ali estavam. Além da rotatividade de catadores com a chegada contínua de pessoas diferentes, o ritmo de trabalho ditado pelo equipamento limita as possibilidades de conversas mais estendidas.

Em número sempre superior a vinte pessoas (já vi mais de quarenta trabalhando ali) os catadores se posicionam de ambos os lados da esteira, que mede em torno de seis metros de comprimento, um metro de largura e um de altura. Uma das pontas do equipamento é chamada de *boca*<sup>50</sup> porque é por onde ele é alimentado, isto é, na *boca* ficam dois catadores que têm a função de buscar os bags cheios do material trazido pelo caminhão e jogá-los sobre a esteira de forma que fique o mais esparramado possível para que os outros catadores possam retirar separadamente cada tipo de material que ali circula antes que este chegue na outra ponta do equipamento, *os fundos*.

Os catadores posicionados nas laterais têm pendurados à sua frente vários pequenos sacos e, atrás de si, galões vazios. Cada trabalhador é responsável por retirar da esteira dois ou três tipos

---

<sup>50</sup> A *boca* da esteira é continuamente associada à *boca de fumo* onde acontece o tráfico e o consumo de drogas nos bairros onde os catadores vivem. Uma frase-piada que provoca muito riso entre os trabalhadores do *barracão* é: “Nós passa o dia inteiro na boca puxando bag e trabalhando pro (I)PCC”.



de material que, paulatinamente se tornam a especialidade de cada um. Assim, Zenilda é especialista em PS copinho e papel colorido, enquanto Sônia é veloz na classificação do PET e do PP margarina, mesmo que diga não entender nada de PVC. Essa forma de organização gera especialização do trabalho e ao mesmo tempo é produtora de desestabilização cada vez que um catador desiste do grupo, vai *puxar carrinho* ou falta ao trabalho. Nos fundos do equipamento outros dois catadores passam o dia agachados apoiando nas paredes da esteira sacos de lixo que rapidamente se enchem com o material que passa por todos os demais sem ser recolhido. Este material volta para a esteira para a (re)triagem a fim de evitar que algo de valor se perca e, depois da segunda volta, os resíduos são puxados para fora para serem recolhidos pelo caminhão da coleta de lixo orgânico da prefeitura, sendo então levado para o aterro sanitário. A este, como vimos no capítulo anterior, chama-se de *rejeito*.

Embaixo do equipamento estão dispostas caixas de papelão que ficam à espera de objetos que podem ser aproveitados para outra função (roupas, calçados, revistas, cosméticos, alimentos, eletrônicos, brinquedos etc.). Como o ritmo de trabalho é ditado pela esteira e esta não permite intervalos individuais, o exame da condição e aproveitabilidade dos achados é deixado para o fim do expediente. Os objetos são avaliados, consertados, guardados ou trocados. Ainda há outros catadores da equipe que ficam fora da esteira circulando pelo barracão carregando os sacos e galões, que quando cheios de cada tipo específico de material que foi classificado, são organizados para a pesagem no final do dia.

A frequência dos caminhões da coleta seletiva no barracão também apresenta certa instabilidade. Durante os meses que passei no Mutirão (entre fevereiro e julho de 2014), houve dias em que chegaram quatro caminhões com cargas superiores a uma tonelada e outros momentos em que receberam apenas um caminhão em um intervalo de três dias. Os dados contabilizados nos relatórios produzidos pelo técnico da prefeitura evidenciam as diferenças na quantidade mensal de material que ingressa no *barracão* para o *Separé*<sup>51</sup>: 35 toneladas em janeiro, 59 em fevereiro, 28 em março, 8 em abril e 42,5 em maio.

Por volta das dezessete horas cessa o trabalho de seleção e o que eventualmente não pôde ser triado é deixado para o dia seguinte, exceto quando há acúmulo de material sem classificação. Todos contribuem ao final na organização do espaço e cuidadosamente pesam e anotam os quilos de cada tipo de material selecionado no dia. Em seguida, assinam uma planilha que confirma sua presença na jornada. Pouco mais de dezoito horas, os trabalhadores do *Separé* estão deixando o *barracão*.

---

<sup>51</sup>Os números foram arredondados porque mais do que as quantidades exatas de material reciclável recebido da coleta seletiva municipal pelos catadores o que interessa para este trabalho é a diferença entre elas a cada mês.

Uma vez classificado, o material do *Separe* é somado ao material dos *carrinheiros* para ser prensado em fardos, que pesam em torno de 150kg, os quais são armazenados para a comercialização que acontece uma vez ao mês. Da venda do material resulta a renda de cada catador. No caso dos *carrinheiros*, o valor monetário a ser recebido depende da quantidade de material por eles coletado e classificado a cada mês. Para os do *Separe*, embora a renda seja mensal, o cálculo é diário (resultado da soma do valor dos materiais selecionados no dia dividido equitativamente entre todos aqueles que cumpriram a jornada de trabalho nas diferentes funções). Da soma dos dias trabalhados chega-se à renda mensal. Sendo assim, a variação na quantidade do material que ingressa e é classificado no *barracão* incide sobre a variação de renda<sup>52</sup>.

Para terminar esta seção, é importante retornar à cena 2, fundamental para compreendermos um aspecto da relação entre *carrinheiros* e os trabalhadores do *Separe* que vai além da comercialização coletiva ou das diferenças nos cotidianos de trabalho. Na cena as duas rotinas, embora independentes, se articulam para conformar o contexto da catação de resíduos sólidos em Curitiba relacionado ao programa Eco-cidadão.

Nela vemos Adriano – que é *carrinheiro* – discutindo com os funcionários da empresa responsável pela coleta seletiva do município por causa do pouco material reciclável que eles estão trazendo ao *barracão* para o trabalho de seus companheiros do *Separe*. Certamente ele tem consciência da importância que a grande quantidade e boa qualidade do material têm para seus colegas e, como uma liderança do *barracão*, sua reclamação é legitimada pelos demais. No entanto, quando olhei a ficha em que estava registrada a proveniência da coleta do caminhão em questão percebi que se tratava do Bairro Alto Boqueirão, o mesmo local onde há poucas horas havíamos disputado embalagens com os veículos de depósitos particulares, com outros diferentes tipos de catadores e com o próprio caminhão da coleta seletiva municipal, que agora era recebido por Adriano, caminhão esse, aliás, que tinha sido objeto de zombaria de meu acompanhante. Com ele disputamos a ordem de chegada às coisas descartadas – tínhamos que chegar primeiro – e também a qualidade das coisas, de forma que tendo coletado o *filé*, deixamos para aquele apenas *osso puro*<sup>53</sup>, como comentou Adriano com jocosidade.

Não acho que o evento manifeste má intenção ou simulação de Adriano, mas acredito que revela uma das complexidades do contexto da catação em Curitiba, no qual *carrinheiros* e os do *Separe* podem ser concorrentes e cooperantes, sem que uma relação exclua a outra.

---

<sup>52</sup> Os processos de composição de renda serão tema do próximo capítulo.

<sup>53</sup> Essas categorias nativas que utilizam metáforas que refletem comida e qualidade do material reciclável – *filé* e *osso puro* – também são interessantes, principalmente se levarmos em conta que boa parte dos esforços dos catadores confluem para sua subsistência, em especial alimentação e moradia.

### 3.4. Emaranhados institucionais

Dia de reunião no *barracão* recém-ocupado (setembro de 2013). Os catadores estão sentados em círculo junto com um voluntário da ONG, uma educadora popular do Cefuria e eu. Em um computador registro no relatório as temáticas que estão sendo pautadas: escalas do trabalho que precisa ser realizado para o ordenamento do *barracão*; disputas internas entre os catadores pelo material que está chegando com os caminhões da coleta seletiva municipal; limpeza dos banheiros; envio de catadores indesejados por parte do Centro de Referência em Assistência Social do bairro; visita de estudantes da universidade.

A educadora popular e o voluntário começam a discutir e a reunião paulatinamente vai ficando tensa. Eles discordam dos encaminhamentos a serem dados num projeto do governo federal que oferece boa quantidade de dinheiro para investimento nos *grupos de catadores organizados*. O voluntário – aquele que é assessor parlamentar de um vereador favorável à atual gestão municipal – insiste que o Mutirão deveria fortalecer a parceria com a prefeitura. A educadora do Cefuria, por sua vez, acredita que seria melhor unirem-se às propostas do Movimento Nacional de Catadores a partir de sua base de representação no Paraná. Para ela, é preciso fortalecer a crítica às ações propostas e desencadeadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, enquanto aquele defendia a ideia de que o importante era apoiar a política pública municipal. Ambos aumentam o tom da voz, mobilizam argumentos, tentam convencer um ao outro e aos catadores que participam da reunião. Estes últimos se mostram entediados com a discussão. Entram e saem da sala, perguntam a que horas vai terminar, bocejam. Um dos catadores que está em pé com seu *tablet* fotografa os dois que estão em debate. Exibe as fotos entre os demais. Muitos se envolvem na avaliação das imagens. Há risos, muitos risos. “*Olha o jeito dele!*”, “*Olha a cara dela*”. Comentam, zombam com aparente descaso. O voluntário visivelmente irritado pede silêncio. A educadora popular reclama do que chama de “indiferença dos catadores”. Eu, de minha parte, já não sei como seguir os registros no relatório. A reunião termina e não há consenso.

A cena introduz a descrição mais pormenorizada do que aqui estou chamando de emaranhados institucionais (Viana, 2010) da catação de resíduos sólidos em Curitiba nos quais o Mutirão está enredado. Como se constitui este emaranhado? Que movimentos suscita? Quais organizações o integram e de que maneira se relacionam entre si? Como os catadores do Mutirão as compõem e (ou) interagem com elas?

O objeto da polêmica travada na cena descrita acima é o Cataforte, programa lançado pelo Governo Federal em 2007 que disponibiliza investimentos financeiros a organizações de catadores do país via concorrência por meio de editais públicos e que em meados de 2013 alcançava sua terceira edição intitulada “Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias”. Como o próprio nome

indica, o programa retoma em nível nacional o ideário de constituir redes de organizações de catadores (sejam elas associações ou cooperativas) com o intuito de reposicionar o trabalho da catação no mercado da reciclagem e agregar valor ao seu produto.

Nessa edição do programa, porém, há insistência para que tais redes de associações ou cooperativas adquiram as condições necessárias para “prestar serviços de coleta seletiva para as prefeituras municipais, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis”, conforme anúncio da Secretaria Geral da União<sup>54</sup>. Para isso os organismos federais disponibilizaram um montante de R\$ 200 milhões que deveria ser distribuído entre organizações de catadores de todo o país, mediante concorrência via edital público de chamamento, desde que estas respondessem ao critério de constituição de redes, formalizadas ou em processo de formalização.

Como podemos perceber, a proposta do programa Cataforte lançado pelo Governo Federal replica iniciativas similares que estavam sendo desenvolvidas no âmbito local em Curitiba e fortalece a expectativa de que o beneficiamento e a comercialização coletiva do material reciclável venha a incidir no aumento de valor de venda e consequente melhoria de renda para os trabalhadores do setor. Trata-se, portanto, de fomentar os processos de coletivização – os movimentos centrípetos – conforme discuti anteriormente.

Tal expectativa replica o intento da Catamare no plano estadual e, em âmbito mais localizado, do próprio Mutirão. Como vimos no primeiro capítulo, o projeto de reunir os catadores no Mutirão fazendo-os um *grupo organizado* (princípios dos anos 2000) foi mobilizado no intuito de melhorar as condições de trabalho configuradas nas relações estabelecidas entre catadores e depósitos particulares pela reunião de uma maior quantidade de material reciclável a ser comercializado com aparistas de grande porte e com isso aumentar o poder de barganha de preço de venda e, consequentemente, a renda dos trabalhadores. Objetivo semelhante gerou a Catamare (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana), organização criada em meados dos 2000 com a finalidade de articular associações de catadores de Curitiba e região metropolitana em uma rede de comercialização de modo a garantir-lhes condições de realizar transações de compra e venda diretamente com a indústria de reciclagem, como vimos no depoimento de Carlos (catador) registrado no capítulo anterior. A Catamare, porém, em pouco tempo também transformou-se em mais um coletivo de catadores que opera em nível local por meio da coleta e classificação do material reciclável e, juntamente com o Mutirão e diversos outros

---

<sup>54</sup>O programa Cataforte reúne vários ministérios federais e empresas públicas: Secretaria-Geral, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil. (<http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/pro-catador/cataforte>, acesso em 26/02/2015).

agrupamentos de catadores da cidade, foi englobada pelo programa municipal Eco-Cidadão que desde 2007 visa arremeter catadores de materiais recicláveis para o trabalho associativo.

Essas dinâmicas explicitam a propensão a multiplicar iniciativas que tendem para a concentração organizacional como alternativa econômica: promove-se o açambarcamento de agrupamentos menores de catadores por organizações maiores, por meio do incentivo à organização de cooperativas e redes, tendo em vista que quanto maior e mais concentrada a catação de materiais recicláveis, maior o poder de barganha diante do mercado comprador. Como veremos nesta seção, essas dinâmicas e críticas que elas desencadeiam constituem e movimentam os emaranhados da catação de materiais recicláveis em Curitiba.

Inserida nesse cenário, a recente edição do programa do governo federal mencionado acima – o Cataforte – trouxe como novidade a exigência de inserção formal das associações e cooperativas de catadores na coleta seletiva municipal e no mercado da logística reversa. Isso se deu no contexto de transição instaurado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)<sup>55</sup>, a partir de uma nova legislação que em 2010 constituiu direitos inéditos aos catadores.

Segundo a Procuradora Estadual do Trabalho no Paraná, em apresentação pública a respeito da nova legislação no Fórum Estadual Lixo e Cidadania, essas mudanças na lei são produto da luta dos catadores por direitos<sup>56</sup>, “medida afirmativa de política pública destinada a enfrentar a discriminação estrutural que sofre o grupo social vulnerável de catadores”. Assim foram sintetizados seus objetivos:

- Proteção à saúde pública e da qualidade ambiental;
- Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- Reciclagem e incentivo;
- Gestão integrada de resíduos sólidos;
- Cooperação técnica e financeira – financiamento de cooperativas de catadores;
- Previsão de contratação prioritária de catadores para serviços de limpeza urbana.

<sup>55</sup> Em agosto de 2010 foi aprovada a Lei nº 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e introduz o conceito de *responsabilidade compartilhada* entre produtores, consumidores e recicladores dos resíduos, determinando responsabilidades também ao poder público, especialmente no que se refere às preocupações ambientais e inclusão social de catadores. (cf. MAGALHÃES, 2012; DOMINGUES, 2014). Para as prefeituras a lei trazia a obrigatoriedade do fechamento dos lixões até 2014 e a prioridade na contratação de organizações de catadores para o serviço de coleta seletiva do município. Às empresas privadas a novidade recai sobre sua responsabilidade de tirar de circulação as embalagens dos produtos que põem no mercado descartadas pelos consumidores.

<sup>56</sup> Machado-Borges (2010) realizou um estudo com mulheres catadoras de materiais recicláveis na cidade de Belo Horizonte – MG, preocupada justamente com a passagem de um período de trabalho individualizado de coleta e comercialização nas ruas da cidade para o que chama de processo de mobilização política dos catadores. A autora localiza o início das ações que resultaram na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no final da década de 1980, período de mudança para o regime democrático do país e elaboração da nova Constituição. A autora mostra como desde então o movimento dos catadores tem feito pressões ao Estado no sentido de elaborar leis específicas sobre a destinação dos resíduos sólidos recicláveis com a participação dos catadores de materiais recicláveis; processo que incidiu sobre a criação da recente Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para uma descrição um pouco mais detalhada deste processo de constituição legal, ver (CABALLERO, 2008)

A cena da discussão entre o voluntário e a educadora popular acima descrita, está situada nesse contexto que tem como propulsor a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em função da qual foram postas em questão as relações entre o Mutirão, o Cefuria, a representatividade local do Movimento Nacional de Catadores<sup>57</sup> e a prefeitura municipal (em especial a Secretaria do Meio Ambiente e Fundação da Assistência Social), conforme será elucidado mais adiante.

Vale ressaltar que esse período – tido como “de transição” – se caracteriza pela proliferação de instituições envolvidas no emaranhado institucional aqui tematizado. Como vimos até aqui, o emaranhado institucional da catação em Curitiba está composto fundamentalmente por três grupos de instituições entrelaçadas, cada um com seus próprios compromissos, lideranças, engenharias institucionais, saberes estabilizados e caminhos de financiamento. Dois dos grupos que o conformam já foram apresentados. O primeiro deles reúne Mutirão, ONG católica, Cefuria e alguns outros *grupos de catadores organizados* de Curitiba e região metropolitana. O outro é formado pelos atores que participam do programa Eco-cidadão por meio das secretarias e órgãos municipais em torno dele arrematados<sup>58</sup> e, no momento em que realizei minha pesquisa de campo, também o Instituto Pró-cidadania de Curitiba (IPCC) – instituição ligada à Fundação de Assistência Social do município que, entre outras coisas, tem a função de operacionalizar e gerenciar os parques de recepção de recicláveis e as associações ou agrupamentos de catadores que ocupam esses barracões<sup>59</sup>.

Um terceiro grupo é constituído pela Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual que teve papel fundamental na criação do Fórum Lixo e Cidadania em 2001 e do Instituto que lhe é homônimo, fundado dois anos depois com a finalidade de gerenciar e executar as deliberações do fórum. O Instituto Lixo e Cidadania é uma organização do terceiro setor que se dedicou em grande medida à criação da Catamare e à viabilização de recursos financeiros para a contratação de lideranças de catadores, além da contratação de uma equipe técnica especializada na constituição jurídica de associações e cooperativas que oferece apoio contábil, financeiro e administrativo a essas organizações, contribuindo dessa forma para a consolidação e o fortalecimento do Movimento dos Catadores no Paraná. O Ministério Público e o Movimento dos

---

<sup>57</sup> O Movimento Nacional de Catadores conta em sua estrutura organizacional com a chamada “coordenação estadual”, ou seja, alguns catadores de cada estado fazem a mediação entre a “Comissão Nacional” e as “bases”. Por “bases” entende-se agrupamentos/associações de catadores como o Mutirão e a Catamare, por exemplo. Neste capítulo, sempre que a referência for aos “catadores do Movimento” trata-se daqueles que ocupam este espaço de mediação.

<sup>58</sup> Os órgãos da prefeitura municipal envolvidos no Programa Eco-cidadão são: Fundação da Assistência Social, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Empresa de Urbanização de Curitiba S/A (URBS/Diretran), Procuradoria Geral do município. E as secretarias: do meio ambiente, governo, saúde, educação, urbanismo, abastecimento, comunicação social e defesa social

<sup>59</sup> Além da construção ou aluguel e equipagem dos Parques de Recepção de Recicláveis, o IPCC juntamente com a prefeitura são responsáveis pelo pagamento dos serviços (água, luz, segurança e telefone) e fornecimento de equipamentos de proteção individual e dos insumos (fritão, sacaria, pallets) necessários ao funcionamento do barracão. É ainda essa instituição que contrata e coordena a equipe de técnicos que diariamente acompanha cada um dos barracões.

Catadores dividiam no momento da pesquisa a liderança do Fórum Estadual no que chamam de coordenação colegiada, por meio da qual articulam diversos grupos de catadores, organizações públicas e empresas privadas. Mediante as transformações recentes na Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre elas a inclusão de responsabilidades legais dos municípios que precisam desenvolver programas de inclusão dos catadores na coleta seletiva municipal, bem como das empresas privadas que passam a dividir responsabilidade quanto à destinação das embalagens descartadas dos produtos que põem em circulação no mercado – a logística reversa<sup>60</sup> –, o número de participantes no Fórum vem paulatinamente aumentando e, conseqüentemente, também as alianças, os conflitos e as disputas<sup>61</sup>.

Cenas como a do debate acima descrito vêm se repetindo com frequência nas reuniões em que participam voluntários, militantes, gestores públicos, empresários e catadores, nas quais suas relações são continuamente (re)negociadas, movimentando o emaranhado institucional. As organizações que compõem cada um dos grupos que descrevi são formadas por pessoas que frequentam continuamente mais de uma delas, ocupando nelas diferentes posições e respondendo a funções diversas, como é o caso do voluntário católico que, simultaneamente, compõe o Mutirão e a assembleia legislativa do município. Assim como no processo da recente *parceria* entre Mutirão e prefeitura, concretizada a partir do duplo pertencimento do voluntário católico, sempre que catadores e não catadores circulam tanto por entre as organizações de um mesmo grupo quanto entre os diferentes grupos, se estabelecem canais que funcionam como extensões organizacionais que se conectam entre si e produzem *parcerias*. Nessa perspectiva, na medida em que acontecem esses deslocamentos também as disputas são reposicionadas, de modo que *parcerias* e conflitos são ao mesmo tempo efeitos e propulsores da circulação e mediação (VIANA, 2010).

Sendo assim, podemos aferir que da mesma maneira como os *cantos do terreno* e o carrinho do catador a qualquer momento podem ser alongados ou diminuídos, certa efemeridade caracteriza os emaranhados institucionais, de modo que novas alianças e rupturas sempre podem ocorrer nos processos de circulação das pessoas entre as organizações. Não se trata, no entanto, de compromissos firmados aleatoriamente. Assim como o parentesco de alguma maneira rege o movimento dos barracos e, por sua vez, a avaliação das coisas que se cata ou ganha alimenta

---

<sup>60</sup> Em entrevista à revista National Geographic (Edição 165–A, p.21), o economista Ricardo Abramovay (USP) afirma que o ponto crucial da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a chamada responsabilidade compartilhada: “Ela sinaliza que estamos todos incumbidos de dar destinação correta ao lixo produzido: as prefeituras, os governos estaduais e federal, as empresas e o próprio consumidor. É importante delimitar em que consiste o compromisso de cada um; sobretudo, saber quem paga a conta. Para o consumidor, a responsabilidade compartilhada exige que ele separe o seu lixo, preparando-o para a reciclagem, sob pena de multa. A lei prevê também o conceito de responsabilidade estendida. Com ela, o produtor ou o importador (denominados poluidores-pagadores) terão de responder pelo envio apropriado dos rejeitos do que venderam ao consumidor final, incluindo a estruturação da logística reversa – o recolhimento e a devida reciclagem desses produtos pós-consumo -, para que tenham destinação mais adequada que não os aterros.”

<sup>61</sup> Várias empresas privadas têm agregado investimentos técnicos e financeiros em algumas associações e cooperativas de catadores para justificar o cumprimento da lei.

possíveis prolongamentos físicos do carrinho, as possibilidades de atuação abertas nas *parcerias* obedecem a certas regras que definem as diversas formas como as pessoas circulam entre as organizações e as leituras convergentes ou divergentes das forças políticas que constituem cada um destes três grupos que assumem aqui o estatuto de *locus* institucional do emaranhado da catação em Curitiba. Alianças e rupturas, nesse sentido, são sempre possíveis, mas não obrigatórias e nem mesmo necessariamente previsíveis.

Na cena acima apresentada, o voluntário da ONG sustentava que a melhor alternativa consistia em fortalecer a *parceria* com a prefeitura, o que implicava, além de ocupar o *barracão* e criar um novo *grupo de catadores organizados*, que o Mutirão passasse a integrar o Intereco, cooperativa sob formato de rede de comercialização que estava sendo formada no interior do Programa Eco-cidadão, por meio da arregimentação de associações de catadores. O objetivo do Intereco é criar condições para se pleitear recursos federais por meio do Cataforte. Alguns catadores do Mutirão, desde que instituída a *parceria* com a Prefeitura, passaram a concorrer mensalmente às reuniões deste programa e haviam, inclusive, assumido posições na equipe que iria compor a coordenação da nova cooperativa.

Com opinião divergente, a educadora popular acreditava ser melhor opção fortalecer o Movimento de Catadores mediante a adesão à Rede Cataparaná. Essa cooperativa fora criada na cidade metropolitana de Pinhais em abril de 2012, com o objetivo de reunir em uma única rede de comercialização diversas associações de catadores de todo o Estado do Paraná, contando com participação assídua daqueles que compõem a coordenação estadual do Movimento. As associações ou os agrupamentos de catadores a ela conectados fariam a primeira triagem do material reciclável e a cooperativa central procederá a seu beneficiamento e à comercialização. A Rede Cataparaná, criada com o apoio do grupo de organizações que gravita em torno do Fórum e do Instituto Lixo e Cidadania, é uma iniciativa decorrente da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que contou com investimento financeiro de trinta empresas privadas que integram o Sindicato das Indústrias de Bebidas<sup>62</sup>.

A informação levada pelos catadores do Mutirão à reunião que disparou o debate relatado mencionava que representantes da Cataparaná e do Movimento de Catadores haviam visitado o barracão naquela semana e insistido na efetivação da *parceria*. Eles também queriam acessar o recurso federal, concorrendo com o Intereco, pleiteando, para tanto, a adesão dos agrupamentos de catadores e o acesso ao material reciclável por eles triado a fim de agregar a quantidade necessária às transações comerciais de grande porte. Portanto, ambas as cooperativas instituídas como redes de comercialização concorrem entre si, constituindo nódulos de relações no emaranhado institucional

---

<sup>62</sup>[www.pinhais.pr.gov.br/News7content4792.shtml](http://www.pinhais.pr.gov.br/News7content4792.shtml), acesso em 06/08/2015.



da catação na cidade, uma vez que funcionam, ao mesmo tempo, como produto e mediadoras de interações institucionais

Vejamos com mais detalhes os termos do conflito:

Integrante do programa Eco-cidadão e constituindo um de seus principais objetivos, o Intereco foi proposto pelo Instituto Pró-cidadania de Curitiba, ONG contratada para gerir a política municipal, que também concentra sob sua responsabilidade a Usina de Valorização de Recicláveis (UVR)<sup>63</sup> e a Unidade de Beneficiamento do PET (UPET), na qual este tipo específico de material é triturado, agregando valor de mercado. Os produtos gerados pela usina e pela unidade de beneficiamento são comercializados pelo Instituto, mas a destinação dos recursos não é reservada na sua totalidade aos catadores. Segundo os gestores públicos, o excedente do valor de venda é revertido às políticas de assistência social, uma vez que os catadores que trabalham nessas duas organizações não estão em regime cooperativo, possuem renda fixa determinada pela entidade gestora.

Tal forma de gestão é um dos principais pontos de crítica do Movimento dos Catadores do Paraná. Acusando os órgãos acima de ferir os direitos dos catadores, alegava-se que estes últimos deveriam receber a totalidade dos resíduos sólidos recicláveis recolhidos pelo serviço de limpeza urbana do município, assim como gerir os equipamentos e programas públicos conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>64</sup>. Argumento que os catadores do Movimento com o apoio fiscalizador do Ministério Público Estadual sustentavam no intuito de convencer outras associações de catadores, como o Mutirão, por exemplo, a destinarem o material reciclável por elas coletado e triado à Rede Cataparaná – a *cooperativa do movimento* como é chamada –, gerida exclusivamente por catadores.

<sup>63</sup>Conforme informações que apreendi nas reuniões do Programa Eco-cidadão e do Fórum Lixo e Cidadania, o material reciclável recolhido pelo serviço de coleta seletiva era dividido em três partes desiguais: certa quantidade é entregue aos Parques de Recepção de Recicláveis onde trabalham os catadores; o maior número de caminhões do Separe segue para a UVR; e o restante é destinado a depósitos particulares credenciados no Departamento de Limpeza Pública.

<sup>64</sup>Entre as muitas acusações feitas à prefeitura municipal e ao IPCC no que concerne à destinação do material reciclável recolhido por meio da coleta seletiva municipal está uma nota de repúdio lançado pelo fórum Lixo e Cidadania em julho de 2013 que acusa: “O IPCC, uma ONG vinculada à Fundação de Assistência Social de Curitiba recebe o material reciclável recolhido pelos caminhões do Lixo que não é lixo. Depois leva o material para ser triado na Usina de Tratamento de Campo Magro (onde não tem catadores trabalhando) e depois VENDEM o material para DEPÓSITOS IRREGULARES (sem CNPJ, sem Alvará da Prefeitura, sem Licenciamento Ambiental, com exploração do trabalho de adultos, crianças e idosos). Dizem que os recursos são revertidos para seus programas sociais, como distribuição de cobertores, cestas básicas, etc. Não fosse suficiente, o IPCC foi escolhido para fazer a gestão do projeto Eco-cidadão, que tem por objetivo promover a organização dos catadores para a melhoria de suas condições de trabalho e renda. Além disso o IPCC retirou dos catadores a gestão da UPET – Unidade de beneficiamento do PET, doada pelo Banco do Brasil aos catadores, os quais não são só alijados da gestão, como também não ficam com os resultados do beneficiamento. Ou seja, os catadores catam PET, vendem para o IPCC que depois beneficia este PET na UPET e o IPCC fica com os lucros. Bonito, não?”. Ao final da nota, a conclusão “OS CATADORES NÃO QUEREM ESMOLA. OS CATADORES QUEREM VALORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO, RECEBER PELO TRABALHO PRESTADO E FAZER A GESTÃO COMPARTILHADA DA COLETA SELETIVA. O FORUM LIXO E CIDADANIA DO PARANÁ, que apoia catadores desde 2001, REPUDIA VEEMENTEMENTE a exploração dos catadores e EXIGE que o IPCC deixe de receber material reciclável bem como de gerenciar o programa Eco-cidadão e que vá cuidar de cumprir com suas finalidades estatutárias.” (As letras maiúsculas seguem a formatação original do documento)

Na cena de abertura, como vimos, os catadores do Mutirão não se posicionaram. Passados alguns dias daquela reunião, vendo vários deles reunidos tomando café e conversando sobre o programa Cataforte no meio do pátio, perguntei por que não opinaram sobre o assunto naquela ocasião, ao que me responderam apresentando uma série de estratégias que estavam sendo pensadas por eles e que implicavam reposicionar-se na discussão e no emaranhado institucional. Recrio aqui parte das conversas:

- Estranhei que vocês não disseram nada. Achei que puxaram o assunto lá na reunião porque queriam decidir – iniciei o diálogo.
- Tava muito chata aquela conversa. Nada a ver.
- Como assim “nada a ver”? Não foram vocês que disseram que tinha que conversar sobre isso? Que tinha que dar uma resposta pro pessoal do movimento? – Insisti.
- Sim, foi pra isso que marcamos a reunião.
- Então?
- Mais é que nós queremos entrar com a nossa cooperativa.
- Como assim?
- A Coopersol. Nós não queremos nem com IPCC nem com o movimento. Queremos a nossa. Não é melhor?
- Sei lá, mas eu acho que não está formalizada ainda. Não tem os documentos.
- Isso aí a gente faz. Dá um jeito. A sede não é lá no terreno? Então... Lá é nosso, ninguém põe a mão. É nós que temos história lá. Se precisar nós volta pra lá e pronto.
- Mas lá não construíram o barracão ainda.
- E daí? Se sempre trabalhamos no barro não vai ser agora que vamos dar pra trás.
- E vai dar tempo de fazer os documentos?
- Se não der sei lá, porque o que eles querem é ficar com o nosso material. É só isso aí que eles querem. Nosso material.
- E também porque agora a gente é um montão, né? – Acrescentou outra catadora que até então só ouvia, e concluiu:
- Você pensa que isso não interessa pra eles? Agora nós têm força e eles precisam dizer isso aí pro governo, senão o dinheiro não vem.

Um catador correu até o escritório e pegou uma máquina fotográfica com a qual tirou uma foto e comentou:

- Essa vai pro facebook. É o Mutirão reerguendo a Coopersol<sup>65</sup>.

Todos riem e se dispersam para continuar trabalhando.

As instituições mencionadas conformam o emaranhado com/no qual os catadores do Mutirão passaram a dialogar e interagir desde que ocuparam o novo imóvel, seja por meio de enfrentamentos ou de *parcerias*, podendo inclusive assumir relações de cooperação em determinados níveis do emaranhado e de disputas em outro, como é o caso do programa Eco-

---

<sup>65</sup> A COOPERSOL – Cooperativa Solidária de Reciclagem do Paraná – foi fundada com o apoio do Cefuria, da ONG Projeto Mutirão e outras organizações católicas, e tem por sede o *terreno do Mutirão*. Esta, porém, não está totalmente formalizada.

cidadão neste contexto específico do Cataforte: somam-se forças na ocupação do *barracão* e relativiza-se o compromisso assumido na *parceria* no que remete à viabilização do Intereco.

Como vimos, a constituição de um *grupo de catadores organizados* envolve em alguma medida a utilização de um espaço coletivo que frequentemente só se torna viável mediante a intervenção e (ou) o apoio de terceiros, como observado na trajetória do Mutirão – a princípio este dependeu da tutela da ONG e da paróquia católica no caso do *terreno*, depois receberam o apoio da prefeitura municipal e seus parceiros no *barracão*. No entanto, como indica a cena acima, os catadores mantêm um ideal de autarquia e veem na criação e formalização de sua própria cooperativa de comercialização, junto àquelas associações de catadores que são consideradas suas *parceiras*, o caminho para viabilizar a desejada autonomia em relação às demais instituições do emaranhado.

Mais do que os desdobramentos das opções realizadas pelo Mutirão no contexto do Cataforte, o que interessa na descrição deste emaranhado institucional são os elementos que nos permitem apreendê-lo a partir das interações concretas que criam o *barracão* como um nexo entre os catadores do Mutirão e demais instituições e, simultaneamente, como um *locus* de *parcerias* e disputas características do contexto de transição instaurado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ao longo da pesquisa de campo, notei que diferentes atores sociais passaram a integrar diariamente o *barracão*, seja nas inúmeras reuniões promovidas pelas diversas instituições<sup>66</sup> às quais os catadores são convidados a participar no intuito de conseguir sua adesão às políticas propostas, seja em razão das incontáveis visitas que recebem ou dos comentários e planos estratégicos que sobre elas mobilizam. Apenas para citar alguns exemplos: se na inauguração do *barracão* os catadores reuniram o padre e o prefeito da cidade, agora é a Empresa Coca-Cola que se apresenta com a mesma proposta do Movimento de Catadores; o Ministério Público às vezes é entendido, devido a seu apoio à Rede Cataparaná, como quem pode explorar os catadores pela compra dos materiais que classificam da mesma maneira que a tão criticada Usina de PET, mas, em outras ocasiões, seu apoio é considerado necessário e desejado para o enfrentamento aos descontentamentos em relação à política pública do município; em um único dia, a prefeitura municipal por meio da Secretaria do Meio Ambiente e seu principal colaborador – o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba – podem ser avaliados como o pior dos atravessadores e a mais eficiente das *parcerias*. A cada atualização das relações, os (possíveis) *parceiros* são classificados e hierarquizados de forma diferente.

---

<sup>66</sup> Cada um destes três grupos – Forum, Eco-cidadão e Coopersol - realiza no mínimo uma reunião mensal. O Mutirão, desde que ocupou o barracão, sempre que consegue participa de todas elas.

Alianças, críticas e acusações criam e recriam tensionamentos por meio dos quais são mobilizadas relações marcadas por conflitos em torno de status, recursos financeiros, material reciclável e os catadores. São disputas que se complexificam à medida que mais organizações se inserem no emaranhado – como é o caso das empresas privadas, entidades do terceiro setor ou dos próprios equipamentos do Governo Federal, que agora financiam tanto a iniciativa municipal quanto o Movimento dos Catadores. Ou ainda quando outras organizações são criadas a partir das próprias dinâmicas do emaranhado institucional – aqui me refiro especialmente às cooperativas: Intereco, Cataparaná e Coopersol.

### 3.5 “Fora IPCC”

**Cena 1:** 05 de junho de 2014. Na Procuradoria do Trabalho do Ministério Público Estadual, reunião do Fórum Lixo e Cidadania. Estamos todos sentados, pouco menos de 100 pessoas. Cada um levanta discretamente o braço e se apresenta, dizendo o nome e o grupo, empresa ou instituição a que pertence.

- Fulano – Fundação Banco do Brasil.
- Cicrano – Assessor do deputado tal.
- Fulano – Associação de catadores X...

Todos são ouvidos com atenção. De repente a rotina da apresentação é interrompida:

- Fulano – Sanepar.

Alguns catadores vão, cochicham, riem...

Segue a apresentação dos presentes até que chega a vez de Manuel, um catador conhecido, que costuma circular entre as organizações do emaranhado institucional. Ele fica em pé, joga sobre as costas a bandeira do Movimento Nacional de Catadores e diz:

- Sou Manuel lá do Boqueirão. E quero dizer pra vocês que se não fosse os catador, esta cidade aqui, toda famosinha, seria inicológica.

Todos riem. Manuel também ri, e repete:

- É isso aí, seria tudo inicológico.

**Cena 2:** Na mesma tarde, na prefeitura municipal, reunião de catadores de diversas associações com o prefeito.

Os catadores estendem três bandeiras verdes do Movimento sobre a mesa longa ao redor da qual estão posicionados e conversam com o prefeito que está acompanhado pelo secretário do Meio

Ambiente e pelo vereador líder da câmara de vereadores, aquele que é assessorado pelo voluntário católico. Todos querem falar. Sandra, presidente do Mutirão, levanta o braço e pede a palavra. Não consegue espaço para pronunciar-se na primeira tentativa. Insiste, levanta o braço e novamente pede a palavra.

Chega sua vez. Tira de uma pasta planilhas de controle de seu barracão e mostrando-as, pergunta ao prefeito:

– Então, o senhor lembra aquele dia lá na inauguração que a gente falou que tava produzindo setenta e cinco toneladas por mês?

– Claro – responde o prefeito – Vocês tinham até capital de giro. Um modelo de organização que temos que espalhar no Eco-cidadão.

– Então, hoje não produzimos mais. Não chega a trinta toneladas por mês e nem capital de giro nós temos. Não tem material. Se antes a gente recebia dois, três caminhão por dia, hoje não vai nem isso na semana. E tem mais gente no barracão e uma fila querendo entrar. Adianta encher o barracão de gente se não tem com o quê trabalhar? No Pantanal tem catador com necessidade. Não tem nem luz no barracão deles. No Jandaia a prensa nem foi instalada ainda. O senhor quer que os catador passem fome? Nós exigimos que melhore. Senão nós fecha ali. Os que são do Mutirão podem voltar pro terreno, e os outros? Vão pra rua? Tem que ir material pros barracão.

Ambas as reuniões aconteceram no contexto de uma manifestação pública que reuniu catadores pertencentes aos três grupos de organizações que conformam o emaranhado institucional<sup>67</sup>. Era 05 de junho de 2014, considerado o Dia Mundial do Meio Ambiente, escolhido também como o Dia do Catador. Nesse dia no Mutirão fecharam o *barracão*, alugaram um ônibus e seguiram para o Centro Cívico, onde está localizada a prefeitura da cidade. “Vamos para a guerra?”, era a pergunta que movimentava os catadores naquela manhã. A reclamação principal consistia na falta de material reciclável para o trabalho. A frequência dos caminhões do Separe destinados aos barracões vinha diminuindo, enquanto o número de catadores que ingressavam nos parques, inversamente, aumentava. Três caminhões com pouco mais de uma tonelada de material reciclável cada passou a ser a média semanal recebida pelo Mutirão. Catadores de outros barracões que integram o programa Eco-cidadão tinham a mesma queixa. Tais reclamações foram temática central nas reuniões tanto do Fórum Lixo e Cidadania quanto do Programa Eco-cidadão. Nesse período descontentamentos, conflitos e tensões se haviam acumulado.

Os gestores públicos e funcionários do Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC) mobilizavam argumentos que remetiam à sazonalidade do consumo, marcada pela redução da quantidade de material reciclável descartado pela população da cidade nos meses do inverno. Os catadores e demais organizações, no entanto, acusavam-nos de desviarem o lixo, afirmando que se a

<sup>67</sup> Os grupos que se articulam em torno das três cooperativas: Intereco, Coopersol e Rede Catapananá.

Política Nacional de Resíduos Sólidos legisla que as associações e cooperativas de catadores têm prioridade sobre o que é recolhido pela coleta seletiva, o material reciclável destinado à Usina de Valorização de Recicláveis e aos depósitos particulares constituía uma ilegalidade que põe em relevo certa incompetência da gestão municipal.

Enquanto a pergunta que mobilizava os catadores na manifestação era “Vamos para a guerra?”, a arma utilizada para o ataque era a frase gritada ao microfone de cima do caminhão e repetida pelos catadores reunidos: “Fora IPCC! Fora IPCC!”. Aos gritos repetiam frases que responsabilizavam a instituição contratada pela prefeitura para gerir o programa Eco-cidadão pela má condição de vida dos catadores. “Os catadores de Curitiba estão passando fome”, “Coleta seletiva sem catador é lixo”, “É a raposa cuidando do galinheiro”, foram as frases mais gritadas. As camisetas amarelas com a logomarca da Rede Cataparaná foram distribuídas e vestidas por todos que se juntavam à enorme bandeira do Movimento Nacional carregada pela rua, posicionando politicamente os atores da manifestação. Para além de uma luta por direitos como fora formalmente anunciada, o que se podia perceber era a visibilização dos conflitos e das alianças que caracterizam o emaranhado institucional da catação em Curitiba. Afinal, estar contra o Instituto Pró-Cidadania era expresso emblematicamente como sinônimo de *vestir a camisa* da Cataparaná. “Hoje somos todos *parceiros* na luta por nossos direitos. Chega de exploração, de ganharem dinheiro nas nossas costas”, foi a frase que introduziu o discurso de uma catadora do Movimento Nacional dos Catadores.

A descrição pormenorizada das duas cenas inaugurais da seção, ambas protagonizadas por catadores, tem como intuito introduzir questões que emergem da discussão anterior na qual busquei apresentar o emaranhado institucional da catação de materiais recicláveis em Curitiba a partir das interações que nele se dão. Afinal, como os catadores do Mutirão o experimentam? E ainda, estando nele inseridos e seguindo a pergunta que guia esta pesquisa, como fazem política nesse contexto?

Como vimos na cena 1, o ato de apresentar-se individualmente e, ao mesmo tempo, nomear o grupo ou organização a que se pertence ou que se representa é prática recorrente nas diferentes reuniões mobilizadas pelos três grupos de organizações. A apresentação ocupa boa parte do tempo de encontros permeados por falas e intervenções emotivas e jocosas por meio das quais se manifestam queixas e conflitos. Nesses encontros o ritual da apresentação envolve troca de acusações, visto que pessoas e organizações presentes disputam reputações, posicionamentos e possíveis alianças no emaranhado institucional. As vaias, os comentários e risos que se deram em decorrência à nomeação da Sanepar na reunião do fórum, por exemplo, surgiram como denúncia e desaprovação da proposta da empresa de implantar em diversas cidades do Paraná – incluindo a capital e seu entorno metropolitano – um sistema de incineração do lixo, tentativa freada pela ação do Ministério Público Estadual logo da deliberação do Fórum Lixo e Cidadania. Da mesma

maneira, os risos daqueles que presidiam a reunião – a coordenação colegiada do fórum – sinalizavam sua aliança com os demais catadores que se manifestaram nas vaias, como indica um dos comentários dos catadores do Mutirão, que registrei ao finalizar o encontro: “Bem que a doutora gostou quando mangamos da Sanepar. Você viu a risadinha dela?”. Durante a manifestação a Sanepar era classificada ao lado do Instituto Pró-Cidadania, isto é, como mais uma organização querendo “pôr a mão no material do catador”, como me foi cochichado em meio às vaias. Algumas vezes o grito “Fora IPCC” era atravessado por outro, “Deus recicla. O diabo incinera”.

Ao acompanhar os catadores do Mutirão em várias destas reuniões pude perceber que a reputação de um catador e, conseqüentemente de seu grupo, é construída de uma determinada maneira entre os demais catadores e grupos e, de outra, perante os gestores públicos e técnicos de organizações não governamentais.

Nas relações que os catadores estabelecem entre si é considerado de maior status e prestígio aquele que tiver a coragem de pautar temas polêmicos e sustentar o debate com os gestores públicos e funcionários do Instituto Pró-Cidadania, seja pela apreensão do léxico político da cidadania e mobilização de argumentos que remetem à Política Nacional de Resíduos Sólidos – como é o caso principalmente dos catadores do Movimento Nacional –, seja mencionando as estratégias bem-sucedidas e os conseqüentes “bons resultados” do trabalho no respectivo barracão. No que se refere a esse último item, serão melhor vistos pelos demais aqueles que durante o mês conseguirem classificar maior quantidade de materiais recicláveis em seu barracão, garantir melhor renda para o grupo e angariar mais recursos. Estes últimos podem ser contabilizados tanto pelo dinheiro e equipamentos arrecadados por projetos e *parcerias* quanto em número e procedência de caminhões do Separe que diariamente recebem. Neste último caso, no entanto, os catadores são ao mesmo tempo admirados por conseguir convencer os funcionários do Instituto Pró-Cidadania sobre suas demandas e manter uma rede mais ampla de relações no circuito da coleta seletiva (os trabalhadores da balança, as coordenações do Instituto, os técnicos mais influentes) e acusados de oportunismo. Outros ainda sustentam o debate ou desestabilizam as pautas elencadas nas reuniões por meio de uma jocosidade que ridiculariza, como no caso dos efeitos produzidos pelas fotos, conforme foi descrito na seção anterior.

Para sustentar o prestígio pessoal e coletivo, é preciso participar com frequência das reuniões e atualizar-se em relação ao léxico político. Além disso, faz-se necessário conhecer as informações do próprio barracão, assim como de outros, especialmente quanto a trabalho e produção, principal matéria-prima na composição dos argumentos contrapostos, como se viu acima.

Perante os funcionários públicos, técnicos de organizações não-governamentais e gestores do Eco-cidadão, por sua vez, gozarão de maior prestígio os catadores que conseguirem manter o barracão e o grupo *mais organizados*. Como vimos, além de dispor de espaço coletivo de trabalho,

o fato de serem muitos catadores, produzirem bastante, gerarem renda média razoável, manterem autonomia na distribuição de trabalhos no barracão e diante das demais organizações do emaranhado institucional, terem estratégias próprias para a resolução de conflitos entre os catadores e assumirem alguns custos de funcionamento da atividade da catação são as principais características atribuídas a um *grupo de catadores organizados*.

Os catadores participam das diferentes reuniões circulando por entre os grupos de organizações do emaranhado institucional. Da mesma forma que ocorre com símbolos, documentos, linguagens e saberes, ao deslocar-se eles assumem a função de extensões de seu próprio grupo, sinalizando tanto a consolidação de *parcerias* como a ruptura delas. Dessa maneira, a presença de catadores de determinado barracão em vários encontros consecutivos de um mesmo grupo de organizações indica que uma *parceria* está se consolidando e, inversamente, sua ausência frequente denuncia uma possível quebra de vínculos e acordos estabelecidos ou em andamento, indicando que o conflito pode emergir a qualquer momento. Alianças e conflitos em potencial estabelecem entre si uma relação dinâmica.

De forma semelhante, é participando das reuniões e recebendo visitas em seu barracão que os catadores, ao mesmo tempo em que criam linguagens e sinalizadores de alianças e rupturas, também deles se apropriam, interagindo com as diversas representações sociais de si mesmos, dependendo do interlocutor e (ou) do contexto relacional produzido nos movimentos da circulação por entre distintos espaços e organizações. Durante minha pesquisa de campo, alguns dos catadores do Mutirão fizeram todos os esforços necessários para participar das reuniões e manter-se de alguma maneira no lugar de *parceiro* potencial dos três grupos, embora tal presença e pertencimento sejam sempre tensos e a hierarquia das alianças seja alterada à medida que eventos e interações específicas se modificam ou que estratégias diferentes sejam mobilizadas em nome do ideal de autonomia.

Logo, é possível aferir que também no emaranhado institucional da catação em Curitiba se *catam* relações e, à medida que circulam, mimetizam e teatralizam a si mesmos, bem como seu ethos de trabalho, nas interações que estabelecem com os diferentes atores sociais. Vale ressaltar que, assim como na inauguração do *barracão* vimos a encenação do cotidiano como estratégia de apresentar-se aos visitantes, também nas reuniões em pauta a performance produz efeitos reais e, por isso, como nos alertam Gregori (2000) e Dawsey (2013) não pode ser reduzida à simples incorporação de discursos e representações sociais. Certamente a cômica menção do termo *inicológico* feita por Manuel do Boqueirão na reunião do Fórum Lixo e Cidadania é um dos exemplos mais tangíveis dessas encenações. Ao pronunciar-se, devidamente vestido com a bandeira do Movimento Nacional, ele rompe a inércia da automeação, zomba das apresentações anteriores e recoloca os catadores na centralidade do emaranhado e do debate.



Além disso, ao vestir-se com a bandeira, se posiciona nas disputas que acabaram se polarizando em torno do Movimento dos Catadores e sua cooperativa – a Rede Catapananá – *versus* Instituto Pró-Cidadania de Curitiba e sua respectiva cooperativa, o Intereco. *Inicológico*, nesse caso, torna-se nexos de diálogo na comunicação dos catadores com os demais personagens da catação na cidade e, ao mesmo tempo, confere àquele que pronunciou a palavra certo prestígio diante dos demais: zombou de alguns, enfrentou outros e centralizou os catadores no debate<sup>68</sup>.

Já a fala de Sandra na reunião com o prefeito é resultado de um tipo diferente de investimento. Em lugar da zombaria e jocosidade, argumentar mostrando as tabelas em que estão inscritos dados numéricos do *barracão* (quantidade de material selecionado, número de catadores, renda média etc.), como prova do que estava sendo dito e mobilizando informações sobre outros barracões, lhe conferiu autoridade. Ela foi ouvida com atenção pelos pares e pelos gestores públicos. Sandra parecia saber o que o prefeito queria ouvir e mostrava-lhe planilhas já conhecidas, uma vez que são iguais a outras sempre expostas nas paredes do *Barracão* do Mutirão. Ela era conhecida do prefeito porque também na ocasião da inauguração havia falado em nome do grupo. Dessa posição questiona ações da Prefeitura e seus *parceiros* mais diretos.

Para dispor destes instrumentos de diálogo e prestígio, Sandra e os catadores do Mutirão têm ampliado seus esforços e jornadas de trabalho. É preciso manter o pátio limpo, as exigências burocráticas em dia, o grupo mais ou menos identificado com o Mutirão enquanto um coletivo de *catadores organizados*, as planilhas e escalas de trabalho sempre atualizadas e expostas, boa recepção aos visitantes, contato com outros barracões e presença em inúmeras reuniões. Além disso, continua sendo imprescindível coletar e classificar material para garantir a renda mensal e a sobrevivência, de modo que jornadas de trabalho de doze a catorze horas e corpos que muitas vezes são levados à exaustão e suas queixas consequentes passaram a fazer parte da experiência cotidiana dos catadores do Mutirão e igualmente conformam o que é ou pode ser o *barracão*. “Hoje parece que me cai o útero”, murmurou certa vez uma catadora. “Assim não há corpo que aguente. Nem cabeça pra tanta informação. Cada dia uma coisa”, ouvi em outra ocasião.

---

<sup>68</sup>As práticas jocosas dos boias-frias da década de 1980 estudados por Dawsey (2013) nos ajudam a compreender as relações de zombaria estabelecidas pelos catadores. Conforme o autor, os boias-frias dramatizavam relações/conflitos fazendo da carroceria do caminhão que os transportava entre o bairro e as plantações de cana-de-açúcar nas quais trabalhavam um palco improvisado que lhes permitia contracenar entre si e com aqueles que circulavam na estrada. Dependurando-se nas traseiras dos caminhões e zombando dos outros e de si mesmos, os boias-frias interrompiam os fluxos da cidade e “encenavam suas relações, iluminando o teatro da vida cotidiana”. (DAWSEY, 2013: 266). Também Gregori (2000), no já mencionado estudo sobre a experiência de meninos nas ruas de São Paulo, apresenta a categoria nativa *se virar/viração* que, para além de garantir sobrevivência cotidiana aos meninos estudados, remete às interações que eles estabelecem com as instituições, alternando as imagens sobre si e as performatizando, de acordo com o contexto e o interlocutor com o qual se relaciona em dado momento.



**Figura 10**

Planilhas e escalas da *organização do trabalho* expostas no *barracão*.

Depois da manifestação acima mencionada iniciou-se um processo de deslocamento do programa Eco-cidadão. A fim de responder à pressão dos catadores, a prefeitura municipal encerrou o contrato que mantinha com o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, abrindo edital de credenciamento a fim de que associações, cooperativas e redes de comercialização formadas exclusivamente por catadores pudessem se inscrever para a gestão do programa, total ou parcialmente. A mudança, no entanto, aumentou a instabilidade nos meses seguintes.

Os técnicos de todos os barracões foram paulatinamente demitidos, começando por aqueles considerados *mais organizados*, de modo que o Mutirão foi um dos primeiros em que os catadores assumiram inteiramente a gestão do parque. Desde então o dinheiro disponibilizado para manutenção dos equipamentos e o pagamento dos serviços de alarme e segurança privada foi suspenso. Equipamentos de proteção individual e insumos para o enfardamento e armazenamento dos materiais classificados se tornaram escassos. Dessa maneira, em poucos meses e à medida que os equipamentos quebravam, mesmo mantendo um ritmo intenso de trabalho, os catadores do Mutirão precisaram deixar a esteira mecânica e retornar às mesas improvisadas com retalhos de madeira e, por vezes, voltar a coletar o material com os carrinhos manuais.

Os dias de trabalho coletivo organizados para gerar os recursos necessários ao reparo dos equipamentos se multiplicaram e resultaram em uma redução de sua renda mensal. Sem os serviços de vigilância, sofreram ainda uma onda de assaltos e depredação no *barracão*. Em crise, alguns voltaram a trabalhar no *terreno* onde parece ser menos oneroso e perigoso, enquanto outros desistiram do grupo<sup>69</sup>. E há aqueles que permaneceram no *barracão* à espera da finalização do processo de credenciamento.

<sup>69</sup> O abandono do trabalho na esteira mecânica, a volta para o *terreno* e a saída de alguns catadores do *barracão* estão articulados também a outras relações entre *carrinheiros* e *Separ* que vão para além da falta de recursos para a manutenção dos equipamentos. Essas relações serão detalhadas no próximo capítulo.

A possibilidade de inscrever-se para receber os recursos necessários à gestão do próprio *barracão*, embora fosse um desejo latente, exigia que o Mutirão fosse uma associação formalmente constituída, o que ainda não se deu. Primeiramente pelas dificuldades já mencionadas de composição de equipe de coordenação e, mais recentemente, porque embora tivesse conseguido todas as licenças exigidas para a liberação do alvará de funcionamento (da Sanepar, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria do Meio Ambiente), eles não providenciaram a documentação a tempo. Outra saída seria fazê-lo em nome da Coopersol. Esta, porém, tem sua sede inscrita no *terreno* e, neste caso, mesmo que esteja cadastrada como pessoa jurídica não possui as licenças mencionadas.

Vale ressaltar mais este efeito das dinâmicas que compõem o emaranhado institucional da catação em Curitiba: o Mutirão possuía o necessário para candidatar-se ao que é considerado *direito de catador*, segundo Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas seus documentos estavam divididos em duas instituições diferentes – associação de catadores e Coopersol –, o que inviabilizou seu credenciamento. Diante disso, assim como acontecera no contexto do programa Cataforte descrito na seção anterior, outra alternativa seria somar-se ao Intereco ou à Cataparaná que estavam concorrendo entre si.

A Rede Cataparaná e seus parceiros mais diretos – representatividade do Movimento Nacional de Catadores no Paraná e Fórum Estadual e Instituto Lixo e Cidadania – contrataram alguns técnicos que haviam sido dispensados pelo Instituto até então responsável pela gestão do programa Eco-cidadão. Tal estratégia fortaleceu sua equipe de trabalho e também abriu outros canais de *parceria*. Dentre seus novos contratados estava o técnico que trabalhara no Mutirão. Considerado um *parceiro*, este acabou assumindo o papel de mediador da nova aliança, como indica um dos diálogos que tive com lideranças do *barracão*:

- Afinal vocês decidiram pela Cataparaná? – iniciei a conversa.
- Ah, nosso técnico tá lá. – respondeu um catador. Ao que segui:
- Mas ele não é mais técnico do Mutirão. Agora ele é técnico do Instituto [Instituto Lixo e Cidadania]
- É verdade, mas ele é nosso parceiro.
- Parceiro? Como assim?
- É, parceiro! Ele conhece tudo que nós passamos, tava aqui quando nós mais precisava. Ajudou muito aqui no barracão. Nele nós confiamos. Nos outros não. Mas nele a gente confia. E sozinhos nós não aguentamos com as contas. Só de luz veio mais de 500 [reais] este mês.
- Disse outro catador.
- Então o melhor é se juntar com a Cataparaná mesmo.
- É o que sobrou. Depois nós reativa a Coopersol, mas agora vamos fazer a parceria com ele.

Por intermédio do técnico *parceiro* que circulou entre os grupos de instituições, estabeleceu-se novo nexos que conectou Mutirão e Rede Cataparaná em uma nova *parceria*. Os

laços foram rapidamente estreitados e o Mutirão passou a negociar parte do material reciclável que coleta e seleciona com a cooperativa do Movimento dos Catadores, ainda que com reclamações e de forma tensa. Isso não significa que o projeto de autonomia tenha sido abandonado. Concomitantemente à celebração desta *parceria*, o Mutirão chamou para uma reunião as associações de catadores, ONG católica e educadora do Cefuria para dar continuidade na documentação de sua própria cooperativa, a Coopersol. A intenção é garantir a possibilidade de assumir autonomia institucional no credenciamento junto à prefeitura em uma próxima oportunidade de circulação.

Portanto, as *parcerias* que se estabelecem com organizações diversas, públicas e privadas, são as principais formas de inserção e interação dos catadores nas malhas institucionais da coleta de resíduos sólidos em Curitiba. Nesse sentido, *parceria*, como uma categoria êmica, sugere um importante modo de fazer política, uma vez que ativa estratégias, práticas e projetos que incitam alianças e conflitos com outros grupos similares e instituições diversas.

Olhar para essas articulações e seus movimentos evidencia o quanto o que é denominado *grupo de catadores organizados* está estreitamente relacionado ao acesso a canais de financiamento e à utilização de um espaço coletivo para o trabalho, o que na maioria das vezes só se sustenta mediante a intervenção de terceiros. No entanto, como vimos aqui, muitas das estratégias e dos projetos políticos dos catadores do Mutirão são sustentados por um insistente desejo de autarquia que os leva a ver na criação, na formalização e no fortalecimento de sua própria cooperativa o caminho para viabilizar autonomia em relação às demais organizações. Para chegar a isso, porém, faz-se necessário investir em *parcerias*. Da mesma forma que os processos de coletivização/individualização discutidos no capítulo anterior, desembocamos aqui em certa tensão entre um ideal de autarquia e o imperativo da relação, que é moduladora de posicionamentos políticos e disparadora de conflitos/rupturas e alianças diversas, dinâmicas que incidem e movimentam as malhas institucionais da catação em Curitiba e, por isso, continuamente compõem o *barracão*, mantendo-o com seu caráter dinâmico e aberto.

Além dos movimentos do emaranhado institucional da catação, o contexto recente de produção das chamadas *parcerias* também incide sobre o que é ou pode ser o *barracão* e impacta de forma direta nas relações estabelecidas entre aqueles que ali trabalham mediante as transformações significativas na própria compreensão e acionamento político da categoria *catador*, recriando as classificações e os códigos do Mutirão. Esta é a temática que desenvolverei no próximo capítulo.

#### 4. CATADORES

Em 2002 o Ministério do Trabalho e Emprego incluiu na Classificação Brasileira de Ocupações a definição de uma nova categoria profissional: *Trabalhador da Coleta e Seleção de Materiais Recicláveis*, ou seja, o *Catador*, os quais “são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para a expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho da reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança”.<sup>70</sup>

Como podemos perceber, a legislação introduz uma nomeação englobante, que reúne sob uma única denominação trabalhadores que se dedicam a atividades diferentes e, em consequência, apresentam condições muito diversas de trabalho e de renda, como assinalado nos capítulos anteriores. A categoria *catador de materiais recicláveis*, portanto, abriga uma variedade de rostos, nomes, trajetórias, práticas, subjetividades e visões do movimento e da política que se expressam em embates, alianças e conflitos diversos que ampliam, complexificam e mobilizam a heterogeneidade inerente ao que é ou pode ser um *catador*<sup>71</sup>.

Uma leitura atenta de autores que se propõem a refletir antropológicamente sobre o trabalho daqueles que vivem da coleta e seleção de materiais recicláveis nos ajuda a aprofundar essas nuances. Gorbán (2014), por exemplo, se dedicou a compreender as práticas de trabalho de catadores em Buenos Aires/Argentina observando e acompanhando as viagens cotidianas que os trabalhadores faziam no “Tren Blanco” entre um bairro da periferia bonaerense onde viviam e o centro da cidade onde trabalhavam. Apesar de se tratar de outro país e, portanto, de práticas e denominações diferentes, nossas pesquisas se aproximam no sentido de seguir as relações estabelecidas pelos interlocutores, chamando a atenção para questões que não se reduzem a determinismos econômicos ou que assumem o lixo e a pobreza como filtros de investigação. Essa autora se concentra nos movimentos feitos pelos catadores quando “salen con la carreta”, os quais, segundo ela, articulam e atravessam suas trajetórias individuais, familiares e vicinais produzindo diferentes redes de reciprocidade que conformam um modo de vida particular. Seguindo as especificidades das diversas histórias de catadores que apreendeu, Gorbán nos mostra como o início da dedicação à atividade de recolher resíduos recicláveis nas ruas esconde uma multiplicidade de escolhas e necessidades individuais e familiares, bem como certa diversidade quanto ao modo de trabalhar, salientando diferenças importantes de acordo com posições e relações de gênero e idade.

---

<sup>70</sup> <http://www.mtecbo.gov.br> – Ocupação nº 5192.

<sup>71</sup> Os militantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis consideram a inclusão do *catador* na lista oficial de ocupações uma das principais conquistas do Movimento, salientando que esse ato legal implica reconhecimento social e valorização da atividade. Desde então a categoria passou a ser acionada nas reivindicações e proposições de políticas públicas específicas.

Ao assumir o ato empírico do “Salir con la carreta” como categoria analítica, a pesquisadora apreende, por exemplo, que para as crianças, além de seu trabalho na catação contribuir para a aquisição de bens necessários à manutenção da família, ir para a rua é experimentado como propício à brincadeira e à diversão. De forma semelhante, para muitas mulheres permanecer nessa atividade implica a subversão do papel tradicional atribuído ao feminino reduzido aos cuidados da casa, ainda que por meio de seu trabalho conservem e reproduzam em grande medida os papéis esperados de homens e mulheres na constituição e manutenção das famílias.

À luz desses exemplos, é relevante destacar a maneira como a autora propõe a “salida a cartonear” como um eixo a partir do qual se articulam as relações e significações que busca compreender:

La salida a cartonear, entendida como categoría analítica, condensa la manera en la que se configuran de forma específica una relación con el territorio, el trabajo y la familia. De esta manera, la salida refiere tanto a la práctica específica de salir con la carreta, como a las distintas formas de salir. Pero entonces: ¿quién/es salen?, ¿a dónde salen?, ¿qué significa salir? (GORBÁN, 2014:226)

Em diálogo com Gorbán, minha experiência de campo foi construída com a intenção de salientar que não é apenas catar, selecionar e prensar material reciclável encontrado nas ruas que faz de alguém um *catador*. Nem sempre quem realiza tais atividades, todas ou uma delas, é considerado como tal. Outras coisas estão em jogo nas significações, disputas e negociações que se multiplicam em cotidianos contextualizados. Ser *catador*, no contexto de minha pesquisa, emerge como uma categoria que remete, de um lado, a particularidades do modo de vida dos trabalhadores do Mutirão e, de outro, às formas como eles fazem política, e é por isso a assumo como categoria analítica. Trata-se de indagar como, com quem e de que maneira se estabelecem as relações que definem o *catador* ou então que resultam do acionamento desta denominação<sup>72</sup>.

<sup>72</sup> Delma Neves (2010), ao refletir sobre sua trajetória de pesquisa com pessoas que vivem e trabalham na rua e preocupada em compreender certos deslocamentos dos termos que designam e etiquetam esses atores – tantas vezes resultado de importantes investimentos políticos –, sinaliza a relevância de se atentar para as atividades produtivas que se constituem a partir de novas concepções e utilidades do lixo (especialmente a partir da década de 1980), articuladas à positividade moral do trabalho nas sociedades capitalistas. Para ela, é neste contexto que os *catadores de lixo*, que primeiramente aparecem como uma contraposição ao *mendigo*, vão paulatinamente sendo denominados como *catadores de materiais recicláveis*. Segundo a autora, “As instituições que se aliaram para valorizar os *catadores de lixo* enquanto *coletores de materiais recicláveis* [...] tiveram de investir na mudança das condições de representação social dessa prática. Qualquer proposta pretendida pressupunha o rompimento da desclassificação social, da desmoralização e da reificação das causas individuais. (...) O reconhecimento da atividade produtiva e do trabalhador a ela vinculado, a politização das questões que o envolvem, inclusive pela incorporação de direitos, tais como eles hoje celebram, e a elaboração das instituições na viabilização do fundo de consumo foram fatores fundamentais: para romper ou minimizar o processo de desqualificação social; para atuar no processo de requalificação social, restituindo ao *catador do lixo*, a dignidade de seu trabalho e os direitos e a cidadania do trabalhador.” (NEVES, 2010: 122-123). Em diálogo com a perspectiva de Neves, este capítulo traz uma reflexão sobre os processos de valorização da atividade da catação de materiais recicláveis a partir das experiências dos catadores do Mutirão e reconhece nestas dinâmicas de reconhecimento e valorização do próprio trabalho a configuração de critérios classificatórios e a emergência de importantes estratégias e práticas políticas.

No Brasil diversas etnografias sobre o tema também se depararam com o desafio de lidar com uma nomeação que nem sempre dá conta de apreender a complexidade dos modos de vida dos interlocutores da pesquisa. Nos trabalhos antropológicos é recorrente encontrar certa desconfiança teórica com relação ao termo *catador*, sendo com uma substituição ou inclusão de outras nomenclaturas encontradas em campo para descrever esse segmento social. Souza Santos (2011), por exemplo, em um estudo com trabalhadores que recolhem resíduos recicláveis no lixão Itaoca, em São Gonçalo/RJ os denomina “catadores **de** lixo”, justificando sua escolha como forma de diferenciá-los de outros trabalhadores que se organizam de forma cooperativada em uma usina de triagem que funciona no mesmo local. Para o autor, estes últimos são “ex-catadores de lixo” que ao se deslocarem do lixão para dentro da cooperativa passam a manipular “resíduos sólidos”. Nessa mesma direção, ao observar catadores associados em empreendimentos de economia solidária fomentados pelas políticas de coleta seletiva de resíduos urbanos da prefeitura municipal em Santa Maria – RS, Silva (2010) se depara com narrativas nas quais seus interlocutores reclamam o reconhecimento de seu trabalho e recusam com veemência a associação metonímica da atividade que exercem com os objetos que recolhem. A partir disso a autora inclui no texto a reivindicação política de seus interlocutores e muda a preposição que articula o lixo com aqueles que a ele se dedicam, chamando-os de “trabalhadores **com** o lixo”.

Como é possível perceber, os estudos citados aludem a ambiguidades de nomeação resultantes da relação íntima estabelecida entre os catadores, o lixo e as políticas públicas que promovem a coletivização desses trabalhadores. Acompanhando os catadores de Belo Horizonte – MG, Magalhães (2012) também se demonstra sensível ao incômodo que provoca em seus interlocutores cada vez que, ao lhes propor questões, pronuncia a palavra “lixo” associando-o à atividade da catação. Ela demonstra, então, como vai se dando o processo a valorização desta atividade à medida que coletivos de catadores – que paulatinamente deixam de ser associados ao lixo se tornarem produtores de materiais recicláveis – se articulam com organizações religiosas e setores do Estado que mobilizam políticas de proteção aos trabalhadores e de gestão dos resíduos sólidos urbanos. Para a autora, a mudança de nomenclatura constitui uma das mais importantes estratégias de enfrentamento a preconceitos:

Como a marginalização pode ocorrer, ainda, pelo fato de eles lidarem com resíduos, o nome “catadores de lixo” adquirir, para muitos membros de classes de maior poder aquisitivo, conotação pejorativa, é emblemático e não trivial o fato de vários catadores organizados se autodenominarem “catadores de material reciclável” tendo batizado a principal organização nacional da categoria de Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. A preocupação parece estar presente também nos catadores de rua, não organizados.

Donde conclui: “Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém de sua utilização pelo consumidor, o material reciclável como tal é, de fato, criado pelo catador”. (MAGALHÃES, 2012: 42 e 44).

A reflexão de Sosniski (2006) também é relevante para a discussão deste capítulo. Convivendo entre moradores da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS, a autora faz a opção por seguir as relações que orbitam as diferentes formas a partir das quais os trabalhadores se autodenominam. Em estreito diálogo com as teorias do holismo dumontiano, ela nos apresenta dois níveis de nomeação: um nível englobante **para fora** que produz uma identidade contrastiva em relação àqueles com os quais interagem e outro **para dentro**, que segmentariza a denominação como catadores, recicladores e carroceiros. É interessante perceber como no que se refere ao segundo nível (de diferenciação), as distinções são marcadas a partir da relação que os trabalhadores estabelecem com a coleta seletiva do município: quem recebe material do caminhão é o *reciclador*, enquanto aqueles que com estes disputam o que é deixado pelos moradores nas ruas da cidade são os *catadores*, os quais utilizam carrinhos movimentados via tração humana, ao passo que os *carroceiros* são os que realizam a mesma atividade, porém contam com a ajuda de animais. Segundo a autora, esses dois níveis de nomeação desencadeiam processos que os diferenciam e, ao mesmo tempo, os identificam, em especial quanto a certas táticas cotidianas que ajudam a manipular os estigmas por eles percebidos.

Em síntese, o que vemos nas etnografias sobre o tema é como a categoria *catador* articula diferentes significados a cada nova conjuntura, podendo ser várias coisas ao mesmo tempo e mobilizando um emaranhado de interações concretas. Como afirmou um dos interlocutores de Magalhães (2012:38), ao apontar mudanças no processo de valorização do próprio trabalho a partir das relações que passaram a estabelecer com a prefeitura municipal de Belo Horizonte, o Movimento de Catadores e as organizações com as quais sua associação se articula, “A gente hoje é *parceiro*”.

Transformar-se em *parceiros*, conforme discuti no capítulo anterior, produz uma série de nuances e movimentos no que é ou pode ser em *catador*, ponto de partida de muitas etnografias sobre o tema, incluindo aqui a minha própria. Neste capítulo, portanto, assumo a denominação da atividade como categoria analítica e busco compreendê-la como um processo contínuo de produção a partir da experiência cotidiana dos catadores do Mutirão e seus modos de fazer política.

#### 4.1. Acaso são todos catadores?

Ao propor uma diferença entre certo caráter homogeneizador da categoria *catador* quando acionada politicamente nas articulações com outros atores sociais, especialmente agentes públicos,



e a diversidade de nomeações encontradas sempre que o pesquisador se volta para as dinâmicas cotidianas da atividade, o trabalho de Sosniski (2006) se aproxima às preocupações de Gorbán (2014) e aponta para a pertinência metodológica de focar as multiplicidades de sentidos e relações que são produzidas internamente entre estes trabalhadores.

Em minha pesquisa, o acompanhamento da trajetória e experiência do Mutirão nos últimos sete anos comporta a possibilidade de apreender estas duas perspectivas em interação. Como vimos anteriormente (Capítulo 2), quando o Mutirão ocupava o *terreno* as relações de parentesco eram fundamentais na conformação das diferenças entre *antigos* e *novos*, ainda que uns e outros fossem continuamente reconhecidos politicamente como *catadores*. No entanto, o contexto recente de produção das chamadas *parcerias* impacta internamente na própria compreensão e no acionamento da categoria *catador*, e exige dos trabalhadores do Mutirão uma reinvenção das classificações *antigos* e *novos*. Esse processo de recriação das posições políticas no Mutirão, agora sob a inferência das políticas públicas, conforma a temática desta seção.

Algo que me chamou muito a atenção durante a pesquisa de campo foi a quantidade de vezes que, em contextos diversos, eram repetidas frases como estas: “Hoje eu bato no peito e tenho orgulho de ser catador” e “Aqui nós somos organizados, nós não temos patrão”. A primeira é frequentemente mencionada quando o Mutirão interatua com outros atores e instituições do emaranhado da catação em Curitiba, nos contextos dos jogos do reconhecimento da atividade e do enfrentamento ao preconceito que muitas vezes aproxima metonimicamente *catador* e lixo. Um posicionamento político que se acentua nas dinâmicas de trabalho no *barracão*, quando os *catadores* passam a ser arregimentados por outras instituições. Na segunda frase, diferentemente, ao aproximar em uma única cadeia de sentido “nós somos organizados” e “nós não temos patrão” são mobilizadas e reposicionadas as relações que os *catadores* estabelecem entre si quando inseridos no novo contexto da produção de *parcerias* e reintroduz no cenário a autonomia como projeto e valor à medida que recria a distinção política entre *antigos* e *novos*, readaptando a classificação anterior para poder abarcar os novos trabalhadores do *Separe*.

A paulatina construção da autonomia como projeto e valor, porém, instaurou mudanças significativas nas interações entre os catadores e as demais organizações do emaranhado institucional da catação na cidade que não foram assumidas imediata e homoganeamente por todos, sequer pelos *antigos*. Ao lado de autoelogios sobre o quanto os catadores *cresceram* e *aprenderam a se virar sozinhos*, encontrei muitas reclamações saudosas referentes aos tempos iniciais em que Paulinne “não deixava faltar nada” e que “era só precisar que as coisas estavam na mão”.

Um exemplo interessante que permite ver essas variações na prática é aquele que envolve a crise mencionada anteriormente que emergiu quando a prefeitura municipal encerrou o contrato que designava o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba como gestor do Programa Eco-cidadão, ao final de

2014<sup>73</sup>. Tal encerramento trouxe como consequência a escassez e o maior controle de recursos destinados ao *barracão*, levando os catadores a avaliar e reposicionar-se nas alianças e conflitos que mantêm com as demais organizações do emaranhado institucional da catação na cidade. Como vimos, o disparador da crise foi a acentuada diminuição na quantidade de material reciclável que os caminhões da coleta seletiva levavam aos barracões dos catadores para ser por eles selecionado e comercializado, o que incidiu de imediato na redução da renda dos trabalhadores. Em seguida, acusando a prefeitura e seu Instituto de ingerência do programa municipal de desvio dos resíduos sólidos descartados pela população – considerados *direito de catador*, conforme interpretação da legislação nacional, os catadores solicitaram ao prefeito, em manifestação pública, a finalização do contrato e a abertura de novo processo de credenciamento, a fim de que outras organizações formadas exclusivamente por trabalhadores da reciclagem pudessem candidatar-se para a tarefa. Como resultado, a Rede Cataparaná assumiu a gestão do Programa Eco-cidadão arregimentando o Mutirão como um de seus *parceiros*.

Nesse período de crise improvisaram-se várias reuniões entre os *catadores* que haviam deixado o *terreno* para trabalhar no *barracão*, nas quais eles manifestavam descontentamento e pensavam formas de resolver a situação. Em uma das quais tive a oportunidade de presenciar, registrei o seguinte diálogo entre dois *antigos*:

**Catador 1:** Pra mim acabamos com este negócio de parceria e voltamos todo mundo pra lá [*para o terreno*]. Lá tem a ONG que ajuda e aqui não vem ninguém.

**Catador 2:** Mas a parceria é importante. Vamos esperar mais uns dias.

**Catador 1:** Importante pra quem? O que é que nós tamo ganhando com isso? Só mais trabalho pra fazer, mais rolo pra resolver. Não consigo nem mexer no meu material. Lá em baixo a ONG resolve os problemas. Aqui nós é escravo deles [*da prefeitura e dos novos trabalhadores do Separe introduzidas pela política pública municipal*].

**Catador 2:** Só que agora nós estamos bem, não precisamos mais tanto da ONG. Mostramos nossa força pra fora. A prefeitura precisa de nós. Ela sabe que somos organizados.

**Catador 1:** Mas nós não precisamos deles. Eu não vou mais ficar trabalhando pra eles. Eu vou de volta. Lá nós era tudo unido, como uma família. Ninguém de fora vinha encher o saco e dizer o que nós tem que fazer. Tinha barro, mas nós fazia nossas coisas. Ninguém mandava em nós. Era livre.

**Catador 2:** Vocês querem ir pra não ter que assumir as responsabilidade aqui no barracão. Sempre sobra tudo pra mim mesmo. Todo mundo cai fora, vai cuidar da sua vida e sobra pra mim.

**Catador 1:** Tô dizendo, vamos voltar pra lá e deixar de lado esse negócio aí. Vamos recuperar a essência do Mutirão, lá de antes, lá em baixo.

**Catador 2:** Só que é a nossa chance. Já vai melhorar. Vamos esperar mais um pouco. Eu prometi pra Irmã Paulinne que não ia deixar o Mutirão morrer, que nós ia manter sua essência. E se nós fosse falar com o padre?

<sup>73</sup> O processo de finalização do contrato entre a prefeitura municipal e o Instituto Pró-cidadania de Curitiba no que remete à gestão do Programa Eco-cidadão foi detalhadamente descrito na última seção do capítulo anterior. Retomo-o aqui apenas para contextualizar os dados que vêm a seguir.

**Catador 1:** Padre? Não adianta. Olha quanto tempo nós tamo aqui e ninguém veio ver. Abandonaram nós. Já disse, deixa pra lá. Vamos parar com esse negócio de parceria. É melhor ficar sozinho e não ter ninguém pra mandar em nós. E a ONG continua ajudando lá.

Possibilidades de voltar para o *terreno* permaneceram em aberto desde que fora firmada a *parceria* com a prefeitura em meados de 2013. Na ocasião, Camargo preferiu permanecer no *terreno* para cuidar daquele espaço até que o *barracão* do Mutirão fosse ali construído e todos pudessem retornar. De fato, poucos meses depois de estabelecido o acordo, vários *carrinheiros* retornaram ao *terreno* reconstituindo-o como seu lugar de trabalho, consequência da insatisfação que a demora dos gestores públicos no cumprimento dos termos da *parceria* gerou entre eles.

Nos dias subsequentes à conversa descrita, o catador que queria “acabar com este negócio de parceria” a fim de recuperar a *essência* do Mutirão e o apoio da ONG, voltou para o *terreno* junto com seus familiares, reconstruiu o seu *canto* e para lá passou a levar o material reciclável que coleta. Ele foi acusado por alguns de abandono do grupo e negligência em relação a suas funções de liderança e elogiado por outros como aquele que teve a coragem de fazer o que todos deveriam ter feito. Nos meses seguintes, outros *carrinheiros* juntaram suas coisas e retornaram ao *terreno* e, a partir de então, o trânsito entre os dois espaços passou a ser frequente.

Sandra, a outra catadora que defendia a permanência no *barracão*, se articulou com alguns dos *antigos* e com eles elencou um conjunto de ações visando recuperar a *essência* do Mutirão: escrever um e-mail para os voluntários da ONG a fim de manifestar seu descontentamento acusando-os de abandono; escolher dois dentre eles e chamar o padre da paróquia para uma conversa na qual solicitariam aumento da contribuição financeira alegando que o número dos catadores do *terreno* era maior e, conseqüentemente, também os custos de manutenção daquele espaço; juntar alguns catadores e convocar uma reunião com a prefeitura ameaçando a devolução do *barracão* e retorno dos *carrinheiros* ao seu lugar de trabalho anterior. Em caso de não haver sinalização de soluções dos problemas indicados, fazer uma denúncia do que consideravam situação *injusta* na mídia local e no Ministério Público do Paraná.

Desde que celebrada pelo Mutirão a *parceria* com a Cataparaná como parte do processo de credenciamento junto à prefeitura municipal, muitas conversas passaram a circular entre o *barracão* e o *terreno* discutindo e por vezes definindo providências que precisam ser tomadas para manter a *essência* do Mutirão, conforme fora prometido por alguns à Paulinne. A cada nova situação proliferam acordos, desacordos e iniciativas de catadores que querem contribuir, seja denunciando abandono e negligência de seus *parceiros*, seja, ao contrário, pretendendo investir no fortalecimento de *parcerias*.

A preocupação com a *essência* do Mutirão tornou-se mais acentuada desde que os catadores ocuparam o *barracão*. Uma das principais mudanças ocorridas nesse novo local de trabalho foi a diferenciação – funcional e política – que se consolidou entre os *carrinheiros* (aqueles que, embora participem da triagem coletiva do material trazido ao *barracão* pelos caminhões da coleta seletiva municipal, se dedicam especialmente à seleção do material coletado por si próprios e seus familiares) e os trabalhadores arregimentados pelo *Separe*, que se dedicam somente à seleção do material fornecido pela coleta seletiva municipal. Nesse novo contexto, as categorias classificatórias antes recorrentemente mobilizadas – *antigos* e *novos* – são desafiadas a abarcar uma nova relação classificatória, *carrinheiros X Separe*.

Há que se observar que no *barracão* o parentesco perde primazia e passaram a ser *antigos* todos os que vieram do *terreno*, mesmo quem anteriormente era definido como *novo*. Podemos pensar, então, em justaposição de tempo e espaço, uma vez que ser *antigo* é, entre outras coisas, ser do *tempo do terreno*. Mesmo aqueles que não estavam trabalhando no Mutirão quando foi efetuada a *parceria* com a prefeitura, mas haviam trabalhado em algum momento no *terreno*, passaram a integrar a categoria dos *antigos*. Em contrapartida, os que ingressaram diretamente no *barracão* passaram a ser classificados como *novos*. Um interessante exemplo que possibilita ver essas classificações operando na prática pode ser ilustrado por meio do relato de um conflito ocorrido entre *catadores* e o técnico contratado pela prefeitura, no contexto da nova socialidade que paulatinamente foi sendo criada no *barracão*.

Como de costume, cheguei ao Mutirão às nove horas da manhã para acompanhar o trabalho do dia. Numa das metades do *barracão* havia cerca de trinta pessoas que, posicionadas ao lado da esteira mecânica, triavam as embalagens e os resíduos trazidos pelos caminhões da coleta seletiva municipal. Eram os do *Separe*. As mesas de metal colocadas mais à frente estavam ocupadas pelo *carrinheiros* que iam chegando da rua. Ali o material reciclável era selecionado de acordo com os mesmos critérios e padrões, porém envolvendo não mais do que quatro pessoas em torno de cada mesa, numa velocidade de trabalho visivelmente inferior.

Na outra metade da construção, quatro pessoas compactavam em duas prensas hidráulicas o que já havia sido selecionado. O trabalho que me foi destinado era de escritório, para onde muitas vezes fui encaminhada para elaborar planilhas e ajudar nas contas e nos rateios da comercialização, especialmente em momentos de ausência do técnico. Nesse dia minha tarefa consistia em produzir crachás com a fotografia e o nome de cada um dos trabalhadores do *barracão*. Conforme me foi informado na ocasião, a função do crachá era ampliar a visibilidade do Mutirão entre os *parceiros*, indicando que aqueles *catadores* pertenciam a *um grupo organizado*. À tarde, todos estariam trabalhando na esteira e os crachás seriam distribuídos.

No horário do almoço, antes de servirem os pratos com a alimentação que havia sido preparada por uma das catadoras integrante do *grupo da esteira*, fez-se uma pausa para reunião. O técnico chamou a atenção ao não cumprimento das escalas de trabalho e desorganização do pátio, apresentando como solução algumas listas e tabelas com nomes dos *catadores* ao lado de suas respectivas tarefas a cumprir. Em seguida, ele introduziu outra temática um pouco mais polêmica, que teve a reação imediata de um *carrinheiro*:

**Técnico:** Precisamos mexer na esteira. Tá dando muito pouco. Imagina, estão tirando só 20,00... 30,00 reais por dia cada um. Não dá!

**Carrinheiro:** Mas é que tem pouco material! Os caminhões estão vindo meio vazios e ainda por cima é só lixo. Dá trabalho mas não vem nada. Dinheiro que é bom, nada.

**Técnico:** Acho que é melhor que os carrinheiros não vão mais pra esteira, vamos deixar isso pros do Separe. Menos gente dá mais na hora de dividir.

**Carrinheiro:** Ah, mas não vai dar conta! Quem mais pega no serviço é os carrinheiros. Nós tem mais força.

**Técnico:** Não. Fica só o Separe por enquanto.

**Carrinheiro:** Então quer dizer que os carrinheiros não vão mais ponhar a mão no material da esteira? Tô entendendo...

**Técnico:** É isso, deixa pro Separe. Os carrinheiros trazem seu material da rua. Tem seus pontos e pega o material bom.

**Carrinheiro:** Mas isso aí é benefício pros catador. E quem é catador aqui? Quem é que puxa carrinho aqui? Quem é que lutou desde lá de atrás par que viesse isso aí?

**Técnico:** Todo mundo é catador. Quem tá aqui é catador.

**Carrinheiro:** E quem vai pensar? Eu vou pensar o de todo mundo? Dos catadores e dos outros? Também aí não é justo.

**Técnico:** Faz assim, Separe prensa tudo até à tarde e depois carrinheiro prensa.

**Carrinheiro:** Se querem assim, então tá, não vou mais ralar a mão na esteira. Meu negócio é os catador.

A reunião terminou e prosseguimos com o almoço. Logo percebi que muitos não estavam no refeitório e que estes, em sua maioria, eram aqueles que haviam vindo do *terreno*. Uma das *carrinheiras* explicitou seu descontentamento em voz alta, evidentemente para ser ouvida por todos: “Complicado isso! Muito complicado!”. Em seguida saiu.

Fui averiguar o que estava acontecendo e, do lado de fora do *barracão*, os *antigos* estavam reunidos, comentando com indignação a decisão do técnico, avaliada como autoritária. Uma das trabalhadoras do *Separe*, que naquele dia estava desempenhando suas tarefas na prensagem do material, participava da reunião improvisada e se somava às reclamações. Como mostra o diálogo abaixo, assim como os *carrinheiros*, naquele momento ela era considerada dos *antigos*:

**Carrinheiro1:** Eu disse que nós deveria ter ficado lá no terreno! Isso aí não vai dar certo nunca.

**Separe:** O problema não é esse, é que ele [*técnico*] pensa que vai mandar em nós. Ah vai! Deixa ele ir se iludindo! [*Risos*]

**Carrinheiro2:** Isso aí que vem da prefeitura é só lixo mesmo!

**Separe:** Mas que ele não vai mandar em nós, não vai.

**Carrinheiro1:** Deixa ele só com o Separe! Com os novos! Ele vai ver se consegue tocar o barracão. Eles nem sabem trabalhar.

**Carrinheiro2:** É. Coloca eles puxar carrinho. Não consegue. Quero ver! Quero ver!

Dessa reunião surgiu uma série de estratégias cujo objetivo era diminuir e, de certa forma, controlar o poder e a influência do técnico que naquele momento era identificado como representante dos interesses da prefeitura. A tática assumida foi acentuar as diferenças e assimetrias entre *antigos* e *novos* com acusações jocosas ao técnico, à prefeitura e aos do *Separe*. A primeira providência foi sair da cozinha e demonstrar, por meio das expressões faciais, do tom da voz e da reunião paralela, o descontentamento com a decisão tomada. Depois despiram-se dos jalecos verdes que compõem o uniforme do Programa Eco-Cidadão e os substituíram por outros azuis, que eles usavam quando trabalhavam no *terreno*, enquanto sarcasticamente se referiam aos que trabalham na esteira, vistos como dependentes das coisas trazidas pela coleta seletiva municipal, com pouco conhecimento sobre a classificação dos materiais, falta de força física necessária à atividade e, enfim, lentos e desorganizados para trabalhar.

Afirmando com veemência que aqueles que trabalham com o material que é trazido pelos caminhões *nem são catadores*, eles me pediram para escrever nos crachás, ao lado do nome de cada um, duas denominações diferentes: “catadores” para os *carrinheiros* e “separadores” para os demais. Para consolidar as táticas de diferenciação, juntaram algum dinheiro entre *os antigos* com o qual compraram carne e bebidas e fizeram um churrasco nos fundos do *barracão* aproveitando um pequeno tambor de lata que um deles havia trazido há pouco da rua. Os *antigos* estavam em festa. Afinal, se naquela tarde não iriam mais trabalhar na esteira conforme previsto, teriam o tempo livre para fazer o que quisessem.

O técnico, irritado, saiu do *barracão* e retornou somente no dia seguinte. Os trabalhadores do *Separe* voltaram para a esteira ansiosos e preocupados, divididos entre os que queriam a conciliação multiplicando elogios aos *carrinheiros* e afirmando o quanto eles trabalhavam, eram fortes e organizados, e outros, em minoria, que julgaram aquela atitude como arrogante e desnecessária. Havia ainda aqueles que preferiram não se envolver no conflito e que apenas ouviram as acusações, defesas e piadas que passaram a circular no *barracão* mobilizando e potencializando as polarizações.

A manhã seguinte iniciou-se com uma longa reunião entre o técnico e os *carrinheiros* a portas fechadas no escritório. Não tive acesso à conversa, mas percebi que quando os *antigos* saíram encontraram os do *Separe* apreensivos do lado de fora, ainda sem iniciar a jornada de trabalho, à espera de notícias. Um dos *antigos*, ao sair do escritório, bateu as mãos para chamar a atenção dos demais e rindo alto anunciou: “Quando precisa, eu brigo pelos meus” e acrescentou “de

tarde vai todo mundo pra esteira”, indicando que a decisão do técnico havia sido revogada e todos os trabalhadores do *barracão* teriam acesso ao material trazido pela coleta seletiva municipal.

A decisão foi comemorada por todos. Quanto à tarefa que me havia sido designada, fui informada que deveria reescrever no crachá de todos, ao lado do nome, a designação “catador” com a justificativa de que isso daria mais força para *o grupo organizado*.

O episódio narrado interessa porque a partir do ocorrido aquele dia pude perceber como as polarizações entre *carrinheiros e Separe* operam no barracão e se justapõem à classificação *antigos/novos*. Além disso, o episódio permite perceber que ser *antigo* não se resume a ter vindo do *terreno*. Os que ingressaram na atividade recentemente podem passar a integrar a classificação mesmo sem estabelecer relação direta de parentesco com aqueles que são lideranças constituídas ou desempenhar o trabalho do *carrinheiro* – como indica a presença da catadora do *Separe* na reunião paralela. Surge então uma questão: neste novo contexto, o que torna possível ser classificado como *antigo*?

#### **4.1.1 Nós, os *antigos* – vocês, os *novos*: recriando posições políticas**

Era mais um dia rotineiro de pesquisa. Há algum tempo eu havia informado que queria acompanhar durante uma semana o trabalho de triagem de material reciclável na esteira mas, como eu também era do *tempo do terreno*, sempre foi mais difícil aproximar-me dos trabalhadores do *Separe*. Nesse dia, novamente solicitaram minha contribuição no escritório. Sempre há muitas planilhas a elaborar, escalas de trabalho a concluir ou corrigir, cálculos, recibos, declarações... uma interminável lista de pendências. Naquela manhã eram três as prioridades: dividir equitativamente a doação de chocolates enviada pelo Instituto Pró-cidadania de Curitiba entre todos os catadores do *barracão* e do *terreno*, respeitando o número de pessoas que mora na casa de cada um deles; elaborar uma planilha com nome, idade e grau de escolaridade de seus filhos e encaminhá-la à mesma entidade a fim de garantir doações de roupas da campanha do agasalho; e atualizar as fichas de inscrição dos catadores associados ao Mutirão, retirando aquelas dos que não estão mais trabalhando e acrescentando os novos associados. O roteiro de trabalho que me foi sugerido consistia em começar pela terceira tarefa, de modo que quando atualizadas as fichas eu encontraria nelas os dados necessários para o cálculo de distribuição dos chocolates e para a solicitação dos agasalhos.

Acatada a sugestão, iniciei meu trabalho caminhando pelo *barracão*, identificando aqueles que eu conhecia e perguntando aos novatos os dados necessários ao preenchimento das fichas. Porém, como muitos trabalhadores haviam se deslocado para o *terreno*, para completar as fichas eu

dependia do auxílio de alguém que soubesse quantos e quais continuavam no Mutirão mesmo sem permanecer trabalhando no *barracão*. Perguntei então a dois catadores que passaram pelo escritório:

**Magda:** Você poderia me dizer quem foi trabalhar no terreno pra eu arrumar as fichas aqui? Não estou conseguindo. Dos que estão aqui no barracão já fiz, mas não sei quem são os outros.

**Catador 1:** Só os antigos. Foram os antigos que voltaram pro terreno.

**Magda:** Mas todos os antigos que não estão trabalhando aqui no barracão foram pro terreno? Não teve nenhum que desistiu?

**Catador 1:** Só a Estela que foi pro Pantanal [*nome do bairro onde está situado outro barracão do Programa Eco-cidadão*]. Os outros todos que não estão aqui foram pro terreno.

**Magda:** Alguém mais?

**Catador 1:** Não. Só os antigos.

**Catador 2:** E a Adriana.

**Catador 1:** Mas a Adriana é antiga.

**Catador 2:** Não é não. Ela nunca tinha trabalhado lá em baixo.

**Catador 1:** Nada a ver. Já viu? Ela é das antiga também. Já é antiga. Olha o tempo que tem que ela tá aqui. Desde que ela entrou aqui trabalha super bem. É antiga.

**Magda:** E a Zenilda?

**Catador 1:** Não, a Zenilda é nova.

**Magda:** Sim, eu sei. Mas ela ainda trabalha aqui?

**Catador 1:** Sim. Hoje ela não veio. Não sei por que, ela nunca falta. Mas não veio. Mas ela tá aqui sim.

O diálogo narrado apresenta uma situação ilustrativa da classificação *antigos/novos* no momento mesmo em que ela está operando. Mais do que isso, o que vemos na troca de informações é o próprio processo de negociação dos critérios classificatórios, em que variáveis de tempo, espaço e formas de trabalhar entram na definição de quem é ou não *antigo*. Como já mencionado, estamos diante de categorias que, embora fixas, desencadeiam relações sempre em movimento (CANDEIA, 2010) e, por isso, não podem ser apreendidas fora do contexto de interação, uma vez que cada situação particular favorece estratégias diferenciadas de classificação.

É importante salientar que as duas catadoras mencionadas no diálogo, Adriana e Zenilda, não haviam trabalhado no *terreno* antes da inauguração do *barracão*, tendo ingressado neste mais ou menos no mesmo período e em momento algum trocaram o trabalho na catação por outra atividade, de modo que ambas desde que chegaram tornaram-se presença cotidiana no Mutirão. Durante os seis meses de minha pesquisa de campo, pude vê-las todos os dias cumprindo as funções que lhes eram atribuídas de acordo com as escalas de trabalho do grupo do *Separé* e jamais presenciei algum conflito explícito entre elas e outros *catadores*. No entanto, como indica o episódio descrito, apenas Adriana estava sendo classificada como *dos antigos* e durante o momento de crise tornou-se uma das *carrinheiras* que se deslocou para o *terreno* levando consigo alguns de seus familiares. Zenilda, considerada *nova*, permaneceu no *barracão*. Surge, então, a pergunta: o que faz um *antigo*?



Pude observar que um dos elementos mais importantes para ser considerado um *antigo* é fazer (ou desejar fazer) parte do Mutirão, uma *organização de catadores* tida como forte e autônoma. Para manifestar essa adesão, é preciso mobilizar com desenvoltura elementos importantes da história da organização quando interatua com os demais atores do emaranhado institucional da catação, como, por exemplo, os nomes de Luiz e Paulinne. Outra das atribuições de um *antigo* é zelar pelos trabalhos do *barracão* que tendem aos movimentos centrípetos, ou seja, aqueles que produzem dinâmicas de coletivização, pois são estas que continuamente criam o *grupo de catadores* e permitem que ele seja reconhecido como uma *organização* pela qual o Mutirão pode estabelecer *parcerias* em outros movimentos de coletivização mais amplos, como o Movimento Nacional de Catadores e as três cooperativas descritas no capítulo anterior – Coopersol, Cataparaná ou Intereco.

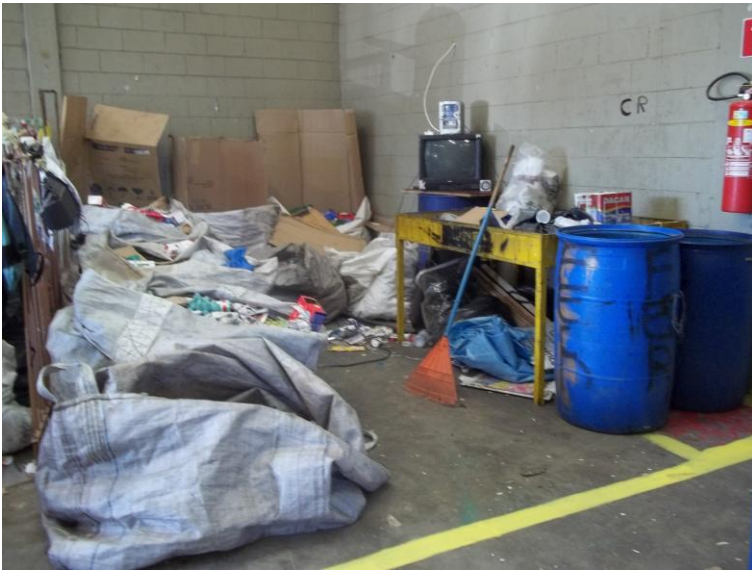
Conforme vimos anteriormente (Capítulo 2), na prática do Mutirão os processos de coletivização ocorrem a partir da pesagem, prensagem e comercialização dos materiais que são coletados pelos trabalhadores individuais (*carrinheiros*), etapa da qual agora também participam os que trabalham com a seleção de materiais trazidos pelos caminhões da coleta seletiva municipal. Vimos também que essa relação de trabalho individual/coletivo é constituidora de espaços.

Apesar das paredes de alvenaria e de uma planta bem definida, as dinâmicas de distribuição do espaço que eram observadas no *terreno* foram em grande medida recriadas no *barracão*. As mesas de triagem dos *carrinheiros* estão dispostas próximas às paredes que limitam com o pátio externo, ao lado das portas de saída, das tomadas elétricas ou nos cantos do prédio. Em torno das mesas há sacolas penduradas nas quais são depositados, por tipo, os materiais. Ao lado fica o tambor azul para o *rejeito* e, um pouco mais afastado, grandes bags de coisas selecionadas ou para selecionar desenharam as divisórias do *canto*.

Cada *carrinheiro* trabalha sempre na mesma mesa, dividindo-a com aqueles que compõem sua unidade de produção, de modo que todas as coisas que ali estão dispostas lhes pertencem. Embaixo das mesas é possível observar objetos – como calçados, roupas, equipamentos eletrônicos, celulares, CDs, brinquedos, cosméticos, utensílios domésticos, chuveiros etc. –, achados ou ganho nas ruas, permanecendo guardados para uso, troca, doação ou comercialização. Contra as paredes, vez ou outra há pilhas de fardos de material compactado (garrafas de refrigerante, papelão ou latinhas de alumínio são os mais comuns) onde está escrito o nome do *carrinheiro* que ocupa aquela mesa, guardados como forma de poupança ou à espera do aumento no valor de venda do produto.

Os bags que delimitam os *cantos* desenharam os corredores por onde circulam os *carrinheiros* com seus carrinhos ao trazer o material recolhido ou ao levar o que foi selecionado até a balança e a prensa, situadas no centro do *barracão*. Vez ou outra, à medida que os *carrinheiros* transitam pelos corredores ou se somam a determinada unidade de produção para compô-las em

seus contínuos (des)acordos de trabalho, como se fossem paredes móveis os bags deslizam mais para perto ou para longe das mesas ampliando ou reduzindo os *cantos*.



**Figura 11**

*Canto no interior do barracão*



**Figura 12**

Material reciclável selecionado e armazenado no *canto* de um dos *antigos*

A esteira mecânica também funciona como uma mesa onde os trabalhadores do *Separe* classificam o material que chega via coleta seletiva municipal e igualmente está localizada em um canto do *barracão*. Juntos os catadores do *Separe* formam uma grande unidade de produção, o *grupo da esteira*. Diferentemente dos *carrinheiros*, os trabalhadores do *Separe* ficam parados em torno do equipamento e, em contrapartida, são os bags e sacolas do material selecionado que o tempo todo entram e saem do prédio, de modo que a demarcação do espaço é menos saliente. Como vimos no capítulo anterior, ao final da jornada de trabalho o material selecionado na esteira é pesado, prensado, contabilizado e depositado no estoque coletivo, no centro do *barracão*. Assim como nas mesas dos *carrinheiros*, sob a esteira há caixas de papelão onde são guardados objetos

que podem ser reaproveitados. Estas, porém, precisam ser retiradas ao final da jornada de trabalho, de modo que nada fica guardado para ser avaliado no dia seguinte.

A contabilização cotidiana do material selecionado pelo *grupo da esteira* se deve à alta variabilidade da produção. Esta se dá fundamentalmente por dois motivos: tanto o volume e qualidade de material que chega ao *barracão* para o trabalho do *Separe* quanto o número de trabalhadores que compõem o *grupo da esteira* varia constantemente. No último caso, as oscilações se dão porque todas as pessoas que se acercam do Mutirão à procura de uma vaga – e que não estão diretamente articuladas a algum dos *carrinheiros* - são inseridas no ofício pela esteira. É nesta que se dá o processo de aprendizado da atividade e dos códigos de conduta do trabalho no *barracão*. Como me informou sarcasticamente uma catadora que pertence a este grupo ao introduzir-me no trabalho da esteira na semana que ali me dediquei à observação, para aprender a ser *catador* do Mutirão é preciso “ficar ali com os corpos se encostando, um sentindo o fedor do outro e, tudo junto, das porcarias da peneira”.

Nesse sentido, uma vez que ficar ao lado da esteira é fundamental ao aprendizado que faz do trabalhador do *barracão* um *catador do Mutirão* é relevante abrir aqui um parêntese para retomar de forma mais detalhada algumas destas dinâmicas, seguindo o caminho apontado por minha interlocutora.

A reflexão de McCallun (1998) sobre as relações entre conhecimento e corpo na epistemologia kaxinawá, ressaltadas as diferenças entre contextos descritos pelos estudos ameríndios e o de minha pesquisa, serve como apoio para pensar o Mutirão neste aspecto do aprendizado da atividade, uma vez que ajuda a olhar para a aprendizagem como processo que resulta de experiências concretas de corpos em interação. Ao analisar a categoria nativa *unaya*, a autora propõe:

Em geral, o uso linguístico em kaxinawá sugere que o corpo acumula progressivamente os efeitos das ‘experiências’, e que aquilo que podemos tentar tratar como ‘conhecimento’ é, de fato, mais um processo do que uma categoria fixa. Assim, o conhecimento não é um campo fechado – tudo o que o mundo contém e o corpo encontra pode se tornar conhecimento. O ‘conhecimento’ não existe de forma separada, externa ao corpo. Em vez disso, é parte íntima de cada corpo em desenvolvimento. (MCCALLUN, 1998:224)

Nessa perspectiva, pude observar que quando um catador chega ao Mutirão à procura de uma vaga e é aceito, sem nenhuma orientação previa ele é imediatamente encaminhado para a esteira com a consigna “fique olhando como se faz o trabalho”. Em seguida lhe é conferida a responsabilidade sobre a seleção de algum material de fácil identificação visual, como papelão ou garrafas de refrigerantes de determinada cor, por exemplo. Conforme ouvi, é preciso que se aprenda a ter *olho de catador*, o que implica identificar com agilidade o material para que nada se perca e, com os olhos fixos na infinidade de coisas em movimento sobre a esteira, que não se distraia com

os objetos que não lhe competem selecionar. Há aqui a produção paulatina de uma especialização do trabalho definida a partir dos produtos que a cada um compete selecionar.

No período inicial de aprendizado, enquanto o trabalhador é responsável tão somente por objetos de fácil identificação visual, sua resistência física também é testada. É preciso ter força para arrastar grandes sacos cheios de material, suportar o forte odor e tocar as coisas em estado de putrefação que também desfilam pela esteira. Quando um catador deixa de retirar do equipamento os materiais que estão sob sua responsabilidade porque eles estão sujos ou interrompe o trabalho para recompor-se de um momento de nojo ou náuseas causadas pela imagem ou odor de coisas em tal estado, ele é imediatamente ridicularizado pelos demais que zombam de sua sensibilidade, acusando-o de ser *fraco* e não ter *estômago de catador*. Desse modo, na esteira há a construção da ideia de força como qualidade moral.

Vários trabalhadores que nunca antes haviam tido contato com esta atividade desistem logo nos primeiros dias, alegando conflitos decorrentes das piadas ou afirmando que não conseguem se acostumar com o trabalho. Por outro lado, aqueles que resistem à primeira semana passam a compor as escalas de trabalho coletivo e vão sendo integrados nas demais dinâmicas do *barracão*.

Se o trabalhador aprende e demonstra que tem *olho* e *estômago* de catador, então lhe é ensinado a selecionar materiais de maior complexidade, como aqueles identificáveis pelo som que produzem ao serem manipulados. O diálogo que segue, estabelecido entre dois trabalhadores que estavam incumbidos de classificar copinhos plásticos, é ilustrativo:

– Este aqui é PP ou PS?

Perguntou um catador que havia chegado há pouco no barracão, levantando da esteira um copo plástico.

–Estrala?

– Como assim?

Outro catador que está ali há mais tempo pega o copinho, esmaga-o próximo do ouvido do outro e diz:

–Ouviu?

–Isso é estralar?

–É. Quando não está escrito em baixo, se estrala é PS.

Outro procedimento recorrente na identificação dos materiais é esfregar o polegar para sentir a textura dos objetos. Mesmo sendo continuamente motivo de críticas e conflitos com voluntários católicos e agentes públicos já que para este reconhecimento sensível dos materiais os catadores precisam manipulá-los sem usar as luvas. O ato de tatear com cuidado os objetos também constituía expertise da triagem:

– Esse aqui é PP pinga?

Pergunta um catador mostrando um pequeno fragmento de um frasco.

O outro tira a luva, pega na mão, esfrega o polegar, avalia e diz:

– Deixa eu ver. Não. Põe no PET.

- Mas é mole.
- Não quer dizer, veja aqui, é bem lisinho. PP pinga sempre é mais áspero... um pouco.

Como indicam os exemplos empíricos, o aprendizado da atividade da catação se dá pela observação e pela experiência sensorial das coisas. No entanto, se por um lado é vendo, ouvindo, cheirando e sentindo os objetos que alguém se torna *catador* do Mutirão, por outro é também pela experiência corporal que muitas vezes deixa de sê-lo, o que aponta para uma estreita e tensa relação que há entre aprender, cansar e adoecer. Assim, uma *catadora* me contou que deixou de trabalhar no *barracão* por causa das tantas horas que passava em pé ao lado da esteira e o esforço que fazia para arrastar bags cheios de material para alimentar o equipamento, o que lhe deixava com muita dor no corpo e a sensação de que ia “sair o útero para fora”; outra trabalhadora porque “aquilo ali não há nariz que agunte”; um terceiro justificou que estava com a “mão cheia de pereba” e acrescentou que já não suportava “ouvir tanta piada sem graça todos os dias”.

O fato é que mesmo aquelas pessoas que permaneciam associadas por apenas um dia, uma semana ou qualquer período que não chegasse a completar o mês, ao saberem que a venda do material tinha sido efetuada voltavam para receber o valor do que haviam selecionado e os demais que permaneceram trabalhando no *barracão* consideravam *justo* que o dinheiro correspondente lhe fosse repassado. Dessa maneira, ficou definido que todo o material encontrado e selecionado pelo *grupo da esteira* seria contabilizado cotidianamente de modo que todos, independentemente do tempo que permanecessem trabalhando, fossem remunerados por sua produção individual.

Essas nuances nos procedimentos de contabilização do material selecionado são importantes porque também constituem os processos de diferenciação política entre *carrinheiros* e *Separe*. Enquanto a dinâmica de trabalho entre os *catadores da esteira* implica dividir a totalidade do material que chega com o caminhão, considerando-se *justo* contabilizar e ratear a produção igualmente entre todos que trabalham na seleção de materiais em um dia específico, entre os *carrinheiros* o que é considerado *justo* é que eles possam dispor segundo seus interesses das coisas que recolhem individualmente nas ruas, mantendo apenas a obrigação de comercializar junto com os demais *catadores* do *barracão* o material recolhido em maior quantidade. Assim, enquanto estes últimos podem fazer trocas ou pequenas transações comerciais com determinados tipos de objetos e materiais que ganham ou encontram nas ruas, os primeiros não têm esta liberdade porque tanto a produção (seleção do material) quanto a comercialização se dá coletivamente.

Dessa maneira, além dos fardos de material reservados pelos *carrinheiros* em seus *cantos* que propiciam uma prática de acumulação que os diferencia dos demais, é comum ver coisas sendo a eles solicitadas e por eles vendidas, trocadas ou doadas no interior do *barracão*. O fato de aqueles que coletam material nas ruas poderem armazenar objetos diversos que ficam à vista de todos

dispondo deles quando desejado desencadeia uma série de solicitações e doações que produzem e alimentam as posições políticas no Mutirão e legitimam continuamente suas lideranças. Diversas vezes as necessidades manifestadas por alguns trabalhadores do barracão aos *antigos* são supridas por essas estratégias de redistribuição de bens lançando mão do que é recolhido na catação, prescindindo, portanto, do acionamento das *parcerias*.

Logo, se os *carrinheiros* podem comercializar individualmente certo tipo de material, comumente o alumínio, de modo a conseguir dinheiro rápido, eles possuem *autonomia* diante das *prioridades*, como me disseram inúmeras vezes. Enquanto isso, no caso do *Separe*, como o grupo é maior e mais instável, e a comercialização acontece apenas uma vez ao mês, ocorrem dinâmicas de interação que têm gerado grandes descontentamentos no barracão:

Cadê nossa prioridade? Se nós voltarmos pra mesa nós têm nossa prioridade. Se você traz um... qualquer coisa lá de fora... um caixote que seja, pra ser bem simples, pesa dez quilos, é teu... é teu... Não como agora que você traz um caixote lá de fora e pesa dez quilos, você tem que dividir com um monte. Então não é mais aquilo... Só no alumínio nós tirávamos... toda semana nós tinha nosso dinheiro. Nós tirava trinta... quarenta no alumínio... só nos materiais finos, que eram painéis, coisas assim de metal, essas coisadas. Fora o cobre e a latinha. (...) Vendi duas vezes por semana nossa prioridade. (Sônia, ex-catadora do *Separe*)

Como podemos perceber, as dinâmicas de trabalho no *barracão* são produtoras de desigualdades econômicas uma vez que, enquanto os trabalhadores do *Separe* recebem todos um mesmo valor pelo seu trabalho, resultante do rateio coletivo da produção diária, os *carrinheiros* que tão somente se somam ao coletivo para comercializar os materiais recolhidos em grande escala podem aumentar e (ou) acumular renda monetária mediante a venda individual de parte de sua produção ou de objetos específicos que encontram ou ganham enquanto catam nas ruas<sup>74</sup>. Desse modo, a possibilidade que estes têm de manter o controle sobre todo o processo de produção, desde a coleta até a comercialização dos materiais selecionados – diferentemente dos trabalhadores do *Separe* que tem domínio apenas sobre uma etapa do processo, a triagem – incide sobre a classificação política dos *carrinheiros* como *antigos* instituindo-os e mantendo-os como lideranças do Mutirão, uma vez que controlar todo o processo de produção alimenta um projeto de autonomia.

Neste quesito é importante acrescentar que o debate interno em torno da autonomia reapareceu nas conversas e embates que circulam pelo *barracão* – e entre este e o *terreno* – exatamente no período da crise acima descrita, no qual a política de coleta seletiva municipal já não conseguia manter o ritmo de entrega de materiais recicláveis a serem triados, aumentando ainda mais as oscilações na renda dos trabalhadores que se dedicam exclusivamente ao *Separe*. Os

<sup>74</sup> Outros dados sobre processos de composição de renda que produzem hierarquias econômicas e políticas serão apresentados na próxima seção para completar o que foi exposto até aqui.

*carrinheiros*, ao contrário, como possuem pontos de coleta demarcados e recolhem o material por seus próprios meios, mantiveram sua renda mais ou menos estável. Foi nesse momento que emergiu explicitamente a qualificação moral do que é ser *verdadeiramente catador* em oposição a *quem só seleciona*. No conflito a categoria “*catador*” se fraciona e, em contrapartida, os *carrinheiros* se afirmam em suas posições políticas: “Hoje eu bato no peito e tenho orgulho de ser catador”. É apenas quando se percebe que os trabalhadores do *Separe*, além de não terem liberdade no processo de comercialização, também não a têm no que se refere à produção – já que dependem do que lhes é trazido pelo caminhão da coleta seletiva municipal –, que faz sentido perguntar “E quem é catador aqui? Quem é que puxa carrinho aqui?”, como vimos no diálogo acima, inserido no contexto do embate com o técnico em tempos de escassez de material para o trabalho na esteira mecânica. Desse modo, sobre a divisão do trabalho e as questões econômicas se define a distinção política. Afinal, neste cenário não são todos os que podem afirmar: “Nós somos organizados, nós não tem patrão”, uma vez que apenas alguns têm a liberdade para encontrar alternativas quando a prefeitura deixa de alimentar a atividade a contento, seja retornando para o *terreno*, conforme descrito no início desta seção, seja valorizando outras formas de garantir a renda.

Um detalhe interessante que apreendi durante a pesquisa e que aqui se torna ilustrativo das relações que procuro descrever é que, logo que os catadores entraram no parque cedido pela prefeitura, respeitadas as diferenças na dinâmica de trabalho entre *carrinheiros* e *Separe*, ambos se misturavam na ocupação dos dois lados do *barracão*. No entanto, no período de crise, cada grupo passou a ocupar uma das metades da construção e a administrar seu próprio espaço central destinado à coletivização, cada qual com os equipamentos disponíveis. Recentemente, ao apresentar problemas mecânicos, a esteira foi levada pelos catadores para fora do prédio e aqueles que nela trabalhavam montaram suas próprias mesas de triagem, dividindo-se em pequenas equipes de acordo com as redes de parentesco e amizade. Desde então passaram a arrastar até suas mesas o que chega com a coleta seletiva municipal para seguir com a classificação e o armazenamento do material. Ou seja, reproduzindo o modelo de organização dos *carrinheiros*, os trabalhadores do *Separe* paulatinamente foram individualizando a produção e delimitando *cantos* com bags dispostos em torno de suas respectivas mesas de triagem.

Quando voltei ao *barracão* e vi este novo cenário perguntei quantos e quais eram os trabalhadores que ali permaneciam formando com o grupo do *Separe*, ao que recebi como resposta: “No Mutirão agora só tem catador. Aumentou muito o número de carrinheiros”.

#### 4.1.2 Fazendo-se *novo*/Tornando-se *antigo*: uma relação dinâmica

Como podemos perceber a partir da descrição feita até aqui, as dinâmicas de coletivização no *barracão* tendem a se consolidar mediante a implementação do modelo familiar/amical de produção associado ao uso comum de um espaço e ao desenvolvimento de estratégias de comercialização. Essa combinação viabiliza expectativas e exigências dos atuais ou potenciais *parceiros*, uma vez que produz um *grupo de catadores organizados*, como vimos nos capítulos precedentes. Atentar para esses espaços e estratégias de produção da coletividade, portanto, permite apreender os critérios de interação entre os catadores do Mutirão. Vejamos a partir de um caso emblemático, descrito a seguir.

Em certa ocasião começou a dispersar-se pelo *barracão* a preocupação com a desordem dos fardos de material compactado que estavam depositados no estoque à espera da comercialização. De fato, naquele momento era possível perceber a dificuldade de circular pelos corredores do *barracão* repletos de material esparramado pelo chão. Alguns avaliavam que os fardos desordenados resultavam do mal funcionamento das escalas de trabalho relativas à prensagem do material. Outros repetiam em tom de ameaça as reclamações que ouviram dos gestores públicos e voluntários da ONG em suas últimas visitas, salientando a urgência na resolução do problema.

Entre cochichos, vi diversas vezes Adriana reivindicando junto aos que com ela estavam trabalhando na esteira sua liberação para dedicar-se exclusivamente à prensagem do material e acondicionamento dos fardos no estoque, argumentando que, desse modo, se evitariam a crítica dos *parceiros* e a acusação de *desorganização*. Apesar da resistência daqueles que justificavam que a ausência de mais uma pessoa na esteira traria como consequência diminuição na quantidade de material selecionado e, portanto, da renda a ser distribuída entre todos, sua solicitação foi considerada uma atitude de compromisso com o grupo e suas habilidades de convencimento lhe garantiram a conquista da nova função. Durante vários meses Adriana manteve os espaços de prensagem e estoque do material organizados, mesmo período em que passou a ser classificada como uma das *antigas*.

O caso de Adriana é emblemático a ajuda aperceber de que maneira um catador que não veio do *terreno* e não é *carrinheiro* pode vir a tornar-se um *antigo*. Essa posição política é comumente conferida àquele trabalhador que, além de dedicar-se à seleção do material que coleta ou recebe do caminhão e de respeitar as escalas de trabalho, se preocupa também com a limpeza e organização dos espaços coletivos. Concorrer ao *barracão* aos finais de semana ou estender a jornada de trabalho para cuidar da estética do lugar são ações muito valorizadas.



Por outro lado, aquele considerado dos *antigos* que em dado momento restringe seus esforços às tarefas que lhe são designadas nas planilhas ou que se dedica exclusivamente ao trabalho voltado à sua renda individual, pode passar a ser considerado *novo*. Esses critérios por vezes também abarcam aqueles que vieram do *terreno*, embora com menor recorrência.

Além de zelar pela boa aparência do espaço, o que se entende ser o retrato de um *grupo organizado* e, portanto, uma imagem importante às demais entidades do emaranhado institucional da catação em Curitiba, um *antigo* também deve ser *justo e honesto* e, principalmente, angariar *benefícios* para o grupo. Uma das formas de se fazer isso é recolher e armazenar objetos que podem ter alguma utilidade a alguém. Eletrônicos, eletrodomésticos, adornos e calçados estão entre os mais desejados. Outra forma é dispor-se a participar de reuniões que são convocadas nessas tramas de entidades – que de alguma maneira oferecem *benefícios* – e neles representar o Mutirão.

Percebendo a ausência de um catador, certa manhã, perguntei:

- Onde está fulano?
- Foi na reunião do IPCC. [*Instituto Pró-Cidadania de Curitiba*]
- Mas a reunião do Eco-cidadão não foi a semana passada?
- Foi, essa é outra. Ele está atrás dos nossos benefícios.

São considerados *benefícios* doações de cestas básicas, roupas, brinquedos, chocolates etc., assim como a obtenção de equipamentos de proteção individual utilizados no trabalho no *barracão*, recursos financeiros arrecadados em projetos ou mesmo o material reciclável descartado por órgãos públicos destinados ao Mutirão com regularidade. Os *antigos* são, portanto, os protagonistas políticos da instituição, atuando como uma espécie de porta-vozes do Mutirão juntos a atores e entidades do emaranhado institucional da catação e, ao mesmo tempo, destes diante dos demais trabalhadores do *barracão*. Assim, quando um *catador* tem algum problema procura um dos *antigos* e o informa a respeito para que acione *as parcerias* para solucioná-lo. Os *antigos*, por exemplo, costumam providenciar enxovais para os recém-nascidos, medicamentos e, principalmente, roupas e cestas básicas.

Da mesma maneira, quando representantes das entidades do emaranhado institucional chegam ao *barracão* com algum *benefício* para o grupo, qualquer catador que os recepcione os encaminha imediatamente para que um dos *antigos* se encarregue da *justa* destinação, como no caso das caixas de chocolates, cujo cálculo de distribuição me foi demandado por um dos *antigos* e, uma vez efetuado, foi também por ele conferido e avaliado. Caso determinado *benefício* não seja suficiente para ser distribuído entre todos os *catadores* que naquele momento estão trabalhando no Mutirão, este é encaminhado aos que no momento são avaliados como aqueles que *mais precisam*.

Em um dos dias em que eu estava no escritório do barracão vi Anderson chegando para conversar com outro *catador*. Em voz baixa e em tom de segredo, ele contava que sua esposa estava

novamente grávida e que com sua renda não conseguiria comprar o enxoval para o bebê que nasceria em menos de um mês. Ele solicitava que o outro *catador* fizesse uma ligação para uma paróquia católica situada no centro da cidade, para ver se eles não teriam algo para doar. Dias depois o *catador* com quem Anderson conversara fez uma chamada a seus *parceiros* solicitando: “Estamos aqui com alguns casos de crianças que vão nascer precisando de roupinhas. É bem urgente. Vocês não teriam algumas coisas aí?”. Em pouco tempo os vi juntando algum dinheiro para pagar o combustível do caminhão que iria buscar a doação das roupas solicitadas e de cestas básicas que foram acrescentadas ao pedido.

Junto com os donativos veio a proposta de se organizar uma festa para as crianças na qual os fiéis da paróquia acionada viriam até o *barracão* com doces e brinquedos. Para isso era necessário mobilizar os demais *catadores* para que ordenassem o espaço e trouxessem seus filhos ao *barracão* em um sábado à tarde, período em que comumente não trabalham. Apesar dos esforços dos *antigos*, os demais *catadores* e suas crianças não compareceram de modo que quando os doadores chegaram, não encontraram o público almejado, manifestando grande descontentamento. A partir desse evento, quando estes são contatados pelos *catadores* sua resposta é mais lenta e, por vezes, os *benefícios* pretendidos não são obtidos.

Esses eventos descritos evidenciam que os *antigos* funcionam como nexos (DUARTE, 2001), uma vez que eles viabilizam e mantêm em relação um *grupo de catadores organizados* e seus *parceiros*. Sua legitimidade e respeito, no entanto, não são resultados de processos de dominação e imposição, mas em grande medida conquistas decorrentes de suas habilidades de negociação<sup>75</sup>. Sempre que suas articulações não produzem os resultados esperados, sua posição é questionada. O exemplo descrito acima demonstra isso: ao conseguir rapidamente o enxoval para o bebê e, ao mesmo tempo, cestas básicas que permitiram estender o *benefício* para todo o grupo, os *catadores* envolvidos na negociação reificaram sua posição perante os demais trabalhadores do *barracão*. Porém, no momento em que não tiveram êxito na arregimentação do público para a festa oferecida, puseram em risco sua legitimidade e, como consequência, a própria *parceria*.

Mais uma vez a classificação *antigos/novos* e a sobreposição desta polaridade na relação entre *carrinheiros* e do *Separe* no que se refere à disposição de suas respectivas jornadas de trabalho e os processos de constituição de renda mensal e controle de todas ou apenas uma etapa do

<sup>75</sup> As reflexões de Biondi (2010) em sua etnografia do PCC (Primeiro Comando da Capital) lança luzes importantes na compreensão das práticas políticas dos *catadores* do Mutirão apresentadas neste capítulo. Ao assumir o PCC como lócus de relação a autora descreve uma série de interações que, embora produzam posições políticas bem definidas – piloto, faxinas, irmãos, torre – não permitem a emergência de um grande e único líder. Sua ausência, no entanto, não inviabiliza a existência de certa disciplina do comando nem a adesão a ela. Biondi mostra como esta disciplina opera transcendentalmente e é percebida por todos na mesma medida em que é constantemente construída nas relações estabelecidas dentro das prisões. Ressalvadas as diferenças entre os contextos e as conclusões das pesquisas, também aqui assumo o Mutirão como lócus de relação com atenção especial aos processos de produção de posições políticas - *antigos/novos; carrinheiros/Separe* – e dos códigos de conduta que regem o *barracão*, buscando apreender de que maneira certos poderes circulam por entre as relações e que efeitos operam na constante produção do *ser catador*.

trabalho são relevantes para compreendermos a produção de um *antigo*, uma vez que ela remete à disponibilidade possível de *correr atrás dos benefícios*. Por isso, aqui detenho-me um pouco na descrição da equação entre tempo de trabalho, qualidade do material a ser classificado e renda, acrescentando informações sobre os processos de diferenciação entre os dois tipos de trabalhadores que conformam o barracão.

Como vimos, enquanto os *carrinheiros* decidem sobre seus horários de trabalho segundo os acordos que estabelecem com os moradores da região, os do *Separe* têm o ritmo da atividade ditado em grande medida pela recepção dos caminhões da coleta seletiva municipal e dos contínuos ingressos e egressos de trabalhadores no barracão.

Outra diferença importante é que ao realizar a coleta na rua, os *carrinheiros* pré-selecionam o material, equacionando a aproveitabilidade dos objetos, o valor de venda e o tempo e esforço que serão necessários para sua classificação. Eles se preocupam em encher bem seus carrinhos, muitas vezes subindo na carga e saltando sobre ela para que fique compactada, de forma a garantir espaço para novos objetos. O volume de bens arrecadados, juntamente com a renda que se auferem incide na afirmação do prestígio do *verdadeiro catador*. “Coloca eles puxar carrinho. Não consegue. Quero ver! Quero ver!”, foi uma das frases acusatórias no episódio do conflito com o técnico relatado no início do capítulo. Assim, todo *antigo* é considerado forte, o que implica não se sujeitar às ordens de outros e suportar a manipulação de coisas em estado de putrefação como mencionado, mas também, e principalmente, ser capaz de lidar com o peso de seus carrinhos e dos fardos de material prensados. Muitas vezes vi Adriana sendo elogiada porque era capaz de movimentar com desenvoltura o material do estoque apesar de sua baixa estatura. De forma semelhante, exibir os carrinhos e grande quantidade e boa qualidade do material que se coleta é procedimento cotidiano que alimenta práticas de distinção<sup>76</sup>.

Diferentemente daqueles, os trabalhadores do *Separe* têm ritmo e rendimento de seu trabalho determinado pelo que é trazido pelos caminhões da coleta seletiva municipal, o que é interpretado como dependência à prefeitura. O tema é alvo de piadas que se multiplicam pelo barracão: “Eu não tenho culpa se eles têm patrão” [*Risos*]. Além de pouco controle sobre a quantidade de material reciclável que recebem, os trabalhadores do *Separe* não têm qualquer controle sobre sua qualidade. Na semana em que acompanhei as atividades na esteira percebi que muitas horas de trabalho são dedicadas a selecionar embalagens de baixo valor de mercado ou então a retirar o *rejeito* sempre abundante e malcheiroso. Além disso, há o tempo gasto na integração e

---

<sup>76</sup> Ao refletir sobre as diferenças no gosto alimentar entre classes sociais, Bourdieu (2013) sinaliza a força física como um dos atributos valorizados entre o que chama de classes populares no que se refere à produção de distinções. Em minha pesquisa, porém, o valorização da força física como prática de distinção ocorre entre segmentos de uma categoria profissional, que integram a mesma classe social.

ensino dos novos catadores, o que exige grande dedicação e trabalho em coisas de pouco ou nenhum valor monetário. Trabalhar com os catadores do *Separé* me foi inúmeras vezes narrado como perda de tempo.

Só que eu falo bem a verdade, eu não tenho paciência. Esse negócio de ‘traz um caminhão... três caminhão’... [fica] parado... Depois fica parado... Ou trabalha e ganha seu dinheiro ou então não trabalha. Eu sou assim, eu sempre fui assim! (...) Esta peneira é a escravidão do povo. (Sônia, ex-catadora do *Separé*)

As tabelas 3 e 4, ao apresentarem dados dos relatórios elaborados pelo técnico do Mutirão sobre a quantidade de material manipulado por *carrinheiros* e os *do Separé* durante os três primeiros meses de 2014, são ilustrativas das diferenças sinalizadas:

**Tabela 3:** Quantidade de material coletado e selecionado pelos *carrinheiros* – 2014

|                  | <b>Total bruto de material recolhido pelos carrinheiros (kg)</b> | <b>Total líquido de material aproveitado para a comercialização (%)</b> | <b>Plástico (%)</b> | <b>Papel (%)</b> | <b>Metal (%)</b> | <b>Vidro (%)</b> |
|------------------|--|---|---------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Janeiro</b>   | 34.448   | 100   | 23                  | 65,6             | 11,4             | 0                |
| <b>Fevereiro</b> | 22.567   | 100   | 27,3                | 64               | 8,7              | 0                |
| <b>Março</b>     | 12.705   | 100   | 22,2                | 55,3             | 22,5             | 0                |

**Tabela 4:** Quantidade de material recebido e selecionado pelos *Do Separé* – 2014

|                  | <b>Total bruto de material recebido pelo caminhão (kg)</b> | <b>Total líquido de material aproveitado para a comercialização(%)</b> | <b>Plástico (%)</b> | <b>Papel (%)</b> | <b>Metal (%)</b> | <b>Vidro (%)</b> |
|------------------|--|--|---------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Janeiro</b>   | 35.460   | 79,4   | 23,5                | 56,8             | 7,3              | 12,4             |
| <b>Fevereiro</b> | 59.244   | 64,1   | 25                  | 49,6             | 9,1              | 16,3             |
| <b>Março</b>     | 27.822   | 62,1   | 19,5                | 45,5             | 11,5             | 23,5             |

Uma comparação entre as duas tabelas permite perceber que enquanto os *carrinheiros* aproveitam a totalidade do material que coletam, os *do Separé* têm uma perda de no mínimo 20%, podendo chegar a quase o dobro disso, conforme indicam os dados do mês de março. Quanto ao tipo de material classificado, a proporção está relacionada ao total líquido aproveitado para a

comercialização. Também neste quesito percebemos certa desvantagem de produção dos trabalhadores do *Separe* em relação aos *carrinheiros*. Conforme vimos na apresentação de preços dos tipos de materiais selecionados pelos catadores descrita no capítulo anterior<sup>77</sup>, metais e plásticos têm melhor preço de mercado, enquanto os papéis, embora sempre encontrados em maior quantidade, possuem valor reduzido. Outro fator interessante a ser observado é que objetos de vidro parecem ser recolhidos apenas pelos caminhões da coleta seletiva municipal. Uma das explicações possíveis para a rejeição desse tipo de material pelos *carrinheiros* é sua baixa remuneração, fato que levou os *catadores* do Mutirão a inserirem dentre suas *regras*<sup>78</sup> que a totalidade do valor arrecadado na comercialização do vidro deverá ser destinada aos gastos gerados pela cozinha do *barracão* já que, segundo um de meus interlocutores, “Isso é tão pouco nem faz diferença no dinheiro da gente!”.

As informações sistematizadas nas tabelas são relevantes porque indicam uma série de relações imbricadas nos processos de classificação *antigos/novos* em sua articulação com a distinção entre *carrinheiros/do Separe*. A grande quantidade de *rejeito* que precisa ser retirado pelos catadores *do Separe*, bem como a expressiva proporção de vidros que “são para a cozinha”, por exemplo, envolvem significativo dispêndio de tempo de trabalho na triagem de coisas que não incidem em produção comercializável e, portanto, não resultam em renda. Sendo assim, os trabalhadores do *Separe* precisam de mais tempo para concluir a tarefa de classificar todo o material trazido pelos caminhões de modo que o *barracão* permaneça organizado e para conseguir uma renda mensal considerada razoável. São, portanto, os *carrinheiros* que dispõem de tempo e melhores condições para circular no emaranhado institucional da catação, fazendo telefonemas, recebendo visitantes e participando das reuniões para representar o Mutirão e angariar *benefícios*.

Como explicitado acima, para que um *antigo* permaneça sendo classificado como tal é preciso garantir que as benfeitorias conquistadas sejam distribuídas entre os demais de uma forma considerada *justa*. Suas ações estão sempre sendo observadas e avaliadas nesse sentido e, se em algum momento parecer que ele está agindo tão somente em benefício próprio, pode imediatamente ser reclassificado como dos *novos*.

A discussão sobre *(in)justiça* tende a ser constante entre os catadores, e a definição do que é ou não *justo* varia de acordo com o encadeamento dos fatos que estão sob vigilância de todos em um contexto determinado. Um dos momentos em que pude observar isso de maneira mais clara foi quando os catadores estabeleceram *parceria* com três Mercadões da Família da região para retirar o

---

<sup>77</sup>Cf. Tabela 2 pg. 120.

<sup>78</sup> O processo de produção das *regras do grupo* será apresentado na próxima seção.

papelão e plástico cristal, dois tipos de material descartados por estes estabelecimentos, que possuem alto valor de mercado e são de fácil classificação<sup>79</sup>.

Assim que alguns dos *antigos* conquistaram este *benefício* chamaram os demais para uma reunião a fim de anunciá-lo e colocar em discussão qual a maneira mais *justa* de geri-lo. Como a coleta seria feita com o caminhão que fora doado por Paulinne, o acordo estabelecido foi de que nos primeiros meses o valor arrecadado com a venda deste material seria destinado a reparos e manutenção do veículo e o excedente repartido entre todos os trabalhadores do barracão. Porém, os custos para colocar em movimento o caminhão, que estava em más condições mecânicas, foram superiores ao valor arrecadado e o fato de não sobrar dinheiro para o rateio gerou descontentamento e desconfiança quanto à *justa* destinação do material. Começaram então a circular pelo barracão rumores com comentários acusatórios e dúbios sobre a índole dos *antigos* responsáveis pelo *benefício*, insinuando-se que eles estavam sendo *injustos* e pondo em risco sua posição política, como indica o depoimento de um catador que deixou o trabalho no barracão neste contexto: “‘Ah, mas tem que pagar o caminhão!’. Meu Deus... Que caminhão de ouro é este? Será que é mesmo o caminhão? Depois ficam dizendo que são dos antigos. Antigo? Me conta outra”.

Os *antigos*, por sua vez, incomodados com as acusações, as consideraram *injustas*, já que o motorista do caminhão e quem o acompanhava fazia o trabalho voluntariamente:

Ele podia ficar lá cuidando do material dele, mas não. A gente quer ajudar e só dá rolo. Tem que fazer pagamento, ficar indo em reunião, correr atrás dos benefícios pro grupo, fazer relatório e ainda não está bom? Você acha justo isso? Não. Não é justo não. E os novos não estão nem aí pras coisas. Ficam só criando caso.

O descontentamento gerado acabou produzindo um consenso entre alguns dos *antigos* de não se utilizar mais o caminhão do Mutirão na coleta. Na reunião em que esta decisão foi informada, houve um longo debate sobre o risco de se perder uma *parceria* importante com os Mercadões da Família e desperdiçar um *benefício* que fora difícil de conquistar. Então se definiu que para evitar os custos de manutenção do caminhão que estava novamente quebrado, a coleta seria feita por um *carrinheiro* usando carrinhos de tração mecânica, porém continuariam conversando e avaliando uma maneira mais *justa* de dispor do *benefício*. Apresentava-se, então, outro problema:

- Mas se o carrinheiro vai lá com o carrinho, o material é benefício pro grupo ou pro carrinheiro?
- Acho que pro grupo, né. Foi conseguido o papelão pro grupo.
- Só que é longe pra dedeu, vai a manhã inteira pra ir até lá caminhando. Então é justo? Eu vou lá e fico sem material? Perco um dia de trampo, pelo o couro [*trabalho*] e fico sem nada? Eu é que não vou.

<sup>79</sup> Durante o mês de junho de 2014, primeiro mês em que os catadores do Mutirão realizaram esse tipo de coleta, foram recolhidos dos Mercadões da Família da região 2.910 kg de papelão e 221kg de plástico cristal.

- É, tá certo, não é justo um se quebrar pra arrumar benefício pros outros. Mas também não é justo que um só fique com todo o material.
- Só se for um catador pra cada mercado. Três carrinheiros, no caso.
- Mas dá na mesma. A confusão é a mesma coisa. Não é?
- Então eu não sei.
- Nem eu.

Outro dado interessante a ser observado nas tabelas acima é que, uma vez que o valor da renda no final de cada mês está atrelado à quantidade e qualidade de material que cada *catador* seleciona, a proveniência do material aprofunda a gradação econômica entre *carrinheiros* e *do Separe*. Para exemplificar, no mês do conflito com o técnico enquanto a renda média daqueles que se dedicam a classificar o que chega com os caminhões da coleta seletiva municipal foi de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), os que coletam o material nas ruas do bairro alcançaram quase o dobro disso, chegando à cifra dos R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Há aqui um detalhe relevante que intensifica assimetrias e polarizações. Como vimos no capítulo dois, enquanto o processo de coletivização se desenvolve a partir de pequenas unidades de produção e o que foi selecionado é encaminhado para comercialização conjunta – o que chamei de movimentos centrípetos –, no que se refere ao rateio o que se verifica é contrário, ocorre uma individualização dos pagamentos – o que caracteriza movimentos centrífugos.

No *barracão*, a contabilização da renda gerada na comercialização do material reciclável selecionado pelos trabalhadores *do Separe* é repartida individualmente de acordo com a produção específica em cada dia de triagem somando-se o total dos dias trabalhados por cada um durante o mês correspondente. Os *carrinheiros*, por sua vez, recebem de acordo com a produção feita na sua respectiva mesa de triagem, de modo que, se na mesa de determinado *carrinheiro* trabalham duas ou três pessoas, o resultado financeiro da produção do mês sai em nome de uma delas, comumente aquela que recolhe o material nas ruas, e ela a redistribui entre os que compõem sua unidade de produção, conforme os acordos por eles estabelecidos e que muitas vezes nem chegam a ser conhecidos pelos demais. Desse modo, a renda de um trabalhador que coleta seu próprio material na rua pertence, ao menos nominalmente, a toda sua unidade de produção.

Esse cálculo, apesar de conhecido e mencionado em algumas circunstâncias, é obliterado quando o assunto é a caracterização da assimetria de ganhos entre *carrinheiros* e os *do Separe*. O *carrinheiro* na maioria das vezes é mencionado como alguém que tem melhor condição financeira porque é mais *forte* e *organizado*, conseqüentemente, trabalha mais e ganha melhor. Não foi à toa que para selar a assimetria entre uns e outros no conflito descrito no episódio do descontentamento com as atitudes do técnico, uma das táticas foi a exibição da diferença econômica por meio da compra de carnes e bebidas para a realização de uma festa improvisada.

Ainda uma última característica esperada de um *antigo* é que ele mantenha o bom nome do Mutirão, ou seja, jamais deve falar mal de sua organização para outras pessoas que vêm ao barracão ou em eventos e respeitar as *regras do grupo*. Muitos comentários acusatórios e jocosos são trocados entre os catadores ou na relação destes com suas *parcerias*, mas eles devem ser mantidos sob controle, conhecidos e repetidos somente entre os que ali trabalham. Afinal, ser *justo* também é trabalhar e brigar pelo *grupo*. Como afirmou o catador dos *antigos* acima citado, “eu brigo pelos meus”.

Assim, assumir os trabalhos para o funcionamento do *barracão* em seu aspecto coletivizante – lidar com a contabilidade, balança, cozinha, manutenção dos equipamentos e resolução dos imprevistos e conflitos – é desejável. Isso se soma a outras exigências para a manutenção do status: coletar maior quantidade de material, ter melhor renda, circular para estabelecer *parcerias* e conseguir *benefícios* e trabalhar para o *grupo*. Como consequência destas dinâmicas classificatórias, desde a *parceria* com a prefeitura houve uma significativa ampliação do tempo dispensado ao trabalho. Para os mais respeitados são recorrentes jornadas superiores a 12 horas diárias, o que faz com que ser classificado entre os *antigos* algumas vezes seja algo indesejado ou até mesmo recusado.

Outro fator interessante que a descrição feita até aqui nos permite perceber é que, embora a dedicação dos *antigos* seja o que sustenta o funcionamento do *barracão*, esta é uma qualidade esperada e por vezes exigida de cada um dos catadores do Mutirão, de modo que todos são *antigos* em potencial. Também aqueles que chegaram ao *barracão* depois da *parceria* com a prefeitura, se mostrarem interesse na história do Mutirão, falarem dele com o intuito de divulgar e manter a boa índole de seu nome, agirem de acordo com o que é considerado *justo* e se dedicarem plenamente ao trabalho no barracão e ao grupo, podem vir a ser considerados dos *antigos* e, portanto, um *catador de fato*. Da mesma maneira que quem recorrentemente não mantiver esta conduta pode deixar de sê-lo.

Porém, é importante considerar que, se para aqueles que têm o legado do que aqui chamei de um tempo justaposto ao espaço – os que vieram do *terreno* – ser dos *antigos* é um atributo mais ou menos definitivo, para outros, de agregação recente, é um estado frágil e escorregadio, envolvendo muito esforço para permanecer estável. Além dos critérios até aqui elencados, a classificação *antigo/novo* depende também da capacidade de se produzir e respeitar as *regras do grupo*, temática que desenvolvo mais detalhadamente a seguir.



## 4.2. As regras do grupo

Muitas vezes vi sobre a mesa do escritório os estatutos da Associação Mutirão, da Coopersol e a lista de compromissos assumidos como contrapartida do grupo ao Programa Eco-Cidadão desenvolvido pela prefeitura municipal. Nunca, porém, os percebi sendo lidos ou procurados pelos catadores, exceto quando solicitados por alguém que chegava para visitar o barracão e propor uma *parceria*.

Há também um banner cujo título é “Regras do grupo” que ora está pendurado no escritório ao lado das imagens de Luiz e Paulinne, ora na entrada do barracão. Em alguns momentos o vi aberto e bem exposto, mas na maior parte do tempo ele está enrolado, rasgado, virado pelo avesso, prensado pelos carrinhos da coleta, escondido por detrás das tantas coisas que se acumulam na construção, de modo que ler o que ele leva inscrito não é tarefa fácil. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo pude perceber o quanto o cartaz é bem conhecido até mesmo pelos mais *novos* e, ainda quando escondido por detrás de alguma coisa, todos sabem que ele está ali e que contém as *regras do grupo*.

Escolhi os estatutos e os movimentos do banner e a relação que os catadores com eles estabelecem como introdução à temática desta seção que visa apresentar as *regras do grupo* porque sinalizam que mais importante do que o conteúdo de tais regras são os processos de produção e, principalmente, sua presença constante na gramática do Mutirão, de modo que ver continuamente os documentos e o cartaz ou simplesmente saber que eles estão ali é mais importante do que os ler. Sempre que procurei saber sobre os motivos que levaram determinado catador a deixar o trabalho *no barracão* contra sua própria vontade, por exemplo, recebi como resposta a afirmação: “Foi por causa das regras do grupo”. De forma semelhante, a todas as minhas indagações sobre as definições que vez ou outra assumiam o estatuto de *regras* nas dinâmicas do barracão, a explicação era simples e direta: “O grupo decidiu”.

As duas afirmações fazem parte de um mecanismo pelo qual as *regras do grupo* são continuamente produzidas de forma articulada à classificação *antigos/novos*. Ao lado dos códigos fixados no Estatuto do Mutirão, das cooperativas que ele integra ou do banner – documentos que dificilmente lidos ou discutidos pelos catadores – há uma intensa produção de *regras*, uma dinâmica de criação de consenso que permite que afirmações como “foi o grupo que decidiu” sejam legítimas e causem efeitos. Os *antigos*, além de serem nexos que produzem negociações e trocas entre o Mutirão e suas *parcerias*, são também responsáveis pela manutenção da boa índole e organização do grupo e, portanto, pela regulação das relações dos catadores entre si. São dos *antigos* os maiores esforços por manter as *regras* em operação.

Pelas mesas dos *carrinheiros* e pela esteira do *Separe*, além das incontáveis coisas que são selecionadas, também circulam murmúrios que continuamente comentam e refletem sobre o trabalho da catação e a relação dos catadores entre si no interior do barracão, o que faz com que o processo de elaboração de consensos e dissensos seja contínuo, em uma dinâmica que ao mesmo tempo em que resulta na elaboração de *regras* permite a todo momento questioná-las, impedindo a consolidação de um código.

O processo de deslocamento de Adriana de *nova* a *antiga* é um bom exemplo para apreender tais procedimentos. O respeito às escalas de trabalho é sempre mencionado como uma das mais importantes entre as *regras do grupo*, mas o que implica que esta norma se cumpra ou as consequências para quem a infringe mudam a cada contexto específico. No período em que Adriana era considerada *nova*, todos aqueles que não cumpriam as escalas de trabalho sofriam sanções que, embora fossem acordadas de forma diferente a cada semana, exerciam forte controle sobre os catadores do barracão. Em alguns momentos quem faltava no seu dia de dedicar-se à prensa recebia advertência escrita, noutro ficava suspenso do trabalho por alguns dias. Vi ainda catadores que foram obrigados a devolver ao grupo de R\$ 10,00 a R\$ 30,00 por dia por terem se ausentado da tarefa que lhe fora confiada. Depois de alguns meses esse procedimento começou a gerar problemas para a organização do barracão, uma vez que a falta ou mesmo suspensão de um catador acabava intensificando a alta rotatividade dos trabalhadores da esteira o que desestabilizava ainda mais as escalas de trabalho. Muitas vezes as prensas ficaram paradas e grande quantidade de coisas não compactadas se acumularam no estoque, esparramando-se pelo espaço coletivo do barracão, o que chegou ao limite de precisar adiar a data de comercialização porque o material não estava pronto ou a ver recusada a licença do Corpo de Bombeiros necessária à formalização da associação.

Foi nesse contexto que Adriana propôs ser liberada para assumir a tarefa de ordenar o espaço coletivo. Desencadeou-se a seguir um processo de reflexão que, mediante cochichos, gerou uma série de boatos e acusações. Os rumores tinham como alvo a necessidade de produzir consenso em torno do que fosse mais *justo* na relação entre *carrinheiros e Separe* especialmente no que se refere à divisão do trabalho entre eles, como indica um dos diálogos apreendidos na esteira:

– Mas nós vamos perder mais uma pessoa que trabalha na esteira e ter que pagar o dia dela?

– Só que eu acho melhor pagar pra ela do que ter que ir pra prensa cada dia um. Só dá rolo. As pessoas faltam e fica aquela bagunça lá. Nem sei mais que dia é o meu. Depois a gente tem que se matar pra fazer o material de todo mundo porque o outro não veio. Já tão me cobrando o aluguel da casa. Como vou pagar se o material não tá pronto?

– Mais nós paga a cozinheira, dá os vidro pra cozinha e ainda os da prensa. Como que vai dar dinheiro isso aqui? Isso é exploração.

- Só que os *carrinheiro* também paga a cozinheira. E eles tão sempre indo pras reunião, fazendo as conta dos pagamento, mexendo nos documentos, correndo atrás dos benefício...
- E os vidro? Você acha justo? Podiam ver que nós só pega caixinha e bagulho que nem tem preço.
- Eles disseram que se nós não arrumar aquilo lá nós vai perder os apoio. Já vieram reclamar. Melhor que ela cuide disso já que se ofereceu.
- Mas nós podia arrumar melhor as escalas de um jeito que funcione isso aí.
- De que jeito, se ninguém quer ajudar? Nem cobrando cumprem as escalas. Você viu. Ficam um dia aí e já vão embora, nem aprende direito a mexer com os baguio. Eu acho melhor ela ficar.
- Eu não concordo não. A não ser que daí nós reparta de novo os outros serviços de varrer o pátio...
- Podia ser. Se nós arrumasse mais uns tambor pro rejeito nem esparrama tanto. E podia descarregar os caminhão mais aqui na porta, pra não judiar tanto.
- E dentro dos bag. Se não tem bag nem descarrega.
- Ah, isso é bom. Não esparrama tanto.
- Daí sim. Até dava pra tentar.

Adriana não ofereceu seus serviços na prensa em uma reunião, anunciando a oferta publicamente. Ao contrário, começou falando com quem estava ao seu lado dividindo o trabalho na esteira e este logo conversou com outros sobre a nova ideia. Outro catador foi até a mesa de um *carrinheiro* para tomar um café e com ele comentou sobre os problemas do estoque, repetindo as reclamações que ouvira das *parcerias* que tinham passado pelo barracão naquele período e dos demais colegas de trabalho que não puderam vender o material classificado e, por isso, ainda estavam sem pagamento. Ao longo de vários dias todos comentavam, refletiam e argumentavam em forma de boatos posicionando-se a favor ou contra a nova proposta.

Dias depois foi anunciada uma reunião minutos antes do almoço, na cozinha, para discutir sobre as *regras do grupo*. Um dos *antigos* introduziu a discussão mencionando as reclamações ouvidas pelo barracão, tanto das *parcerias* que desaprovaram a desorganização do espaço da prensa e do estoque quanto dos catadores descontentes com o atraso no pagamento do mês:

- Catador 1:** É uma vergonha pra nós ter que ficar ouvindo do pessoal da prefeitura que somos desorganizados. Depois com que cara nós vamos lá bater de frente com eles quando não concordamos com as coisas?
- Catador 2:** E as conta da gente? Quem é que vai pagar. Não é justo por causa da falta de uns todos pagar.
- Catador 1:** Tem que organizar isso aí.
- Catador 2:** É as escalas que tão tudo errado.
- Catador 3:** As escalas está certo, mas os caboclo não cumpre, vamos fazer o quê? Só se matar uns cara destes.
- Catador 1:** Tem gente que não tá nem aí com as regras.
- Catador 3:** Então, acho que a Adriana vai ficar aí só com isso, e ganha o dia como todo mundo.
- Catador 2:** Eu não concordei, mas se já tá decidido...
- Catador 1:** Só que daí como nós faz com as regras que nós tinha?
- Catador 2:** Ah, tem que ser que todo mundo ajude a arrumar o material.

**Adriana:** Não, mas daí ninguém mais vai ponhar a mão no estoque. Só eu daí. Que daí eu arrumo do meu jeito.

**Catador 1:** Então tá. Então o estoque é só da Adrianinha, da baixinha.

**Adriana:** Mas também tem que separar direito. Eu vou ficar só lá no meu canto.

**Catador 3:** E quem não separar direito vai ter que pensar o material dele sozinho. Não vai misturar material...

Alguns dias depois fui conversar com Adriana e lhe perguntei se estava dando certo a nova configuração do trabalho. Ao que ela me respondeu:

Ah, agora tá, né. Veja aí como tá arrumadinho. Tô cuidando. E também, todo mundo tá respeitando as regras, né. Me deixam aqui quietinha no meu canto e eles separam lá as coisas no canto deles. Agora tá bom. Já estamos entregando [*vendendo*] material. Já ta indo.

Como podemos perceber, mais importante do que a iniciativa de determinado catador é sua capacidade de fazer circular uma ideia, acionar um *antigo* e produzir um consenso, de modo que a contínua reflexão sobre suas práticas e relações engendram mudanças relevantes em seus códigos, em processos contínuos de produção das *regras do grupo*. Elas operam como orientações que mudam conforme a situação específica e seus resultados estão condicionados à incorporação na dinâmica do barracão. Um mecanismo que não permite que um catador decida individualmente, de modo que todas as deliberações são sempre, de alguma maneira, do grupo.

Esta particularidade no modo de produção de decisões e regras deixa ainda mais clara a clivagem política entre *antigos* e *novos*. Como vimos no caso das mudanças nas regras relativas ao funcionamento da prensa e do estoque, não é qualquer trabalhador do barracão que tem a possibilidade de anunciar uma mudança em reunião pública, sequer o técnico contratado pela prefeitura. Assim como se reserva exclusivamente aos *antigos* o papel da representação e mediação política, é também deles a função de transformar rumores – mais ou menos consensuados enquanto circulam pelo barracão – em *regras do grupo*, bem como a obrigação de mantê-las operando em vista do interesse coletivo. Por outro lado, o mecanismo de produção de códigos aponta também para a porosidade das relações, uma vez que no processo de mudança dos acordos no exemplo citado foi possível para Adriana passar de *nova* a *antiga*.

Nesse sentido, a descrição feita até aqui permite percebermos como a *parceria* com a prefeitura introduziu, num primeiro momento, uma diferenciação funcional que recriou as posições políticas no barracão. Até então a classificação *antigos/novos*, embora dividisse os *carrinheiros* do *terreno* tendo como critério as relações e movimentos do parentesco, mantinha a denominação de todos como *verdadeiros catadores*. No novo contexto, diferentemente, deu-se uma clara separação entre atividade econômica e política uma vez que, ao recriar a oposição *antigo/novos*, trouxe como consequência a fragmentação da categoria *catador*: os *verdadeiros catadores*, que são os *antigos*,

aqueles que vieram do *terreno*. Assim, já não são todos que a todo o momento podem afirmar: “Hoje eu bato no peito e tenho orgulho de ser catador”. A palavra “hoje” na sentença parece indicar o pertencimento espaço-temporal.

Além disso, a prática de inclusão social implementada pelas políticas públicas por meio da arregimentação de novos trabalhadores que apenas selecionam materiais recicláveis gerou outra clivagem, esta de ordem econômica, *carrinheiros/Separe*, definida por condições diversas de trabalho: para estes a produção é quase inteiramente controlada pela agenda do poder público, ao passo que aqueles preservam certo grau de liberdade tanto de produção quanto de negociação comercial do resultado de seu trabalho. Essa nova polarização teve como efeito no Mutirão a potencialização do discurso da autonomia como projeto e valor, reposicionando a classificação política *antigo/novo*. Diferença que os *carrinheiros* assinalam quando pautam o valor da autonomia: “Aqui nós somos organizados. Nós não temos patrão”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar as práticas e experiências políticas dos catadores de materiais recicláveis de Curitiba como tema de pesquisa procurei descrever a trajetória do Mutirão (*um grupo de catadores organizados, como é conhecido na cidade*) e de seus protagonistas em termos de um processo no qual estes trabalhadores vão paulatinamente se estabelecendo como sujeitos de direito, uma categoria política que tem crescido significativamente nos últimos anos, tanto em visibilidade pública quanto na mobilização de demandas que acionam diversos setores do Estado, da Igreja, de universidades, do mercado e de outras organizações diversas. Por opção política e metodológica, tentei fazê-lo evitando reiterar narrativas que assumem como ponto de partida o lixo e a pobreza, mesmo que sem deixar de levar em consideração estes aspectos. Neste sentido, tornou-se necessário inverter certa perspectiva de análise comum à literatura antropológica sobre o tema e atentar para as experiências dos catadores nas particularidades de suas práticas e relações cotidianas investindo na descrição pormenorizada de memórias, histórias, ambientes, cenários, objetos e fatos.

Foi na observação cuidadosa da realidade do Mutirão e com atenção às interações que as pessoas que o compõem estabelecem entre si, com instituições, com objetos, com sensações, com ideias, com a história, com ambientes, com políticas públicas que notei que os signos fundamentais do modo de vida local são eventuais, ou seja, manifestam-se como ações. Como procurei descrever, **Mutirão, Terreno e Barracão** são antes de tudo espaços e tempos vividos que ao entrecruzar memórias, trajetórias e interesses específicos incidem constantemente sobre o que é ou pode ser – ou ainda, em que circunstâncias se pode ser – um verdadeiro **Catador**. A reflexão foi construída em perspectiva histórica e é justamente esta diacronia da análise que permite apreender as dinâmicas vividas pelos protagonistas que ao mesmo tempo em que *catam* materiais recicláveis também recolhem e tecem *parcerias, benefício* e projetos de autonomia que impulsionam e modulam suas estratégias políticas, em um universo onde a circulação parece constituir-se como um modo de vida.

É nesse sentido que Luiz é construído como uma figura pública que sintetiza duplamente o que é *ser catador* (Capítulos 1). Como vimos, se de um lado sua imagem resume a história oficializada do **Mutirão** ao associar o catador à profissionalização da atividade e a conquista de direitos sociais resultante da motivação religiosa de organização e libertação dos pobres, uma vez que exhibe alegria, limpeza, o uniforme de trabalho e o carrinho de coleta, por outro lado a singularidade de sua vida pessoal e das relações que o conectam com os demais catadores coloca em manifesto tanto a precariedade de vida e trabalho quanto a *força* exigida para suportá-lo, e o constitui simultaneamente como vítima e herói, um espelho da condição de todos (Capítulo 2).

Com o avanço da pesquisa e com as novas questões que emergiram em campo, porém, além do olhar pormenorizado ao trabalho dos catadores tornou-se fundamental acompanhar o movimento das políticas estatais e das iniciativas de outras tantas entidades, uma vez que é na imbricação entre as práticas cotidianas destes trabalhadores e os movimentos do que aqui chamei de emaranhados institucionais da catação em Curitiba (Capítulo 3) que se configura um modo particular de fazer política.

Desde a celebração da *parceria* entre o Mutirão e a prefeitura municipal e a ocupação do **Barracão** como novo espaço de trabalho em 2013, os catadores mudaram suas estratégias de agenciamento, fortalecendo sua participação nas malhas institucionais que conformam o universo da catação de resíduos sólidos urbanos em Curitiba, organizando suas demandas, contatando-se com instituições diversas, inserindo-se em canais de financiamento em sua maioria abertos a partir da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e mobilizando-se tanto a partir dos incentivos de agentes públicos e do terceiro setor quanto pelo seu próprio ideal de autonomia construído como valor.

Como pretendo ter demonstrado, o ideal de autonomia perpassa o **Mutirão** e é o elemento articulador dos movimentos mutuamente constitutivos de coletivização/individualização que o recria continuamente como uma coletividade, um *grupo de catadores organizados*. É na relação dinâmica entre o ir para a rua *catar* sozinho o próprio material e o permanecer no terreno/barracão selecionando junto com outros o que foi encontrado, ou então de fazer a triagem do material em uma pequena unidade de produção formada a partir de suas relações parentais ou de amizades e comercializar o resultado do trabalho como associação, o que permite aos *carrinheiros* afirmar que “Hoje eu bato no peito e tenho orgulho de ser catador” e, ao mesmo tempo, “Aqui nós somos organizados, nós não temos patrão”. Nesse sentido, o refrão do hino do Movimento Nacional de Catadores repetido durante o velório de Luiz (Capítulo 2) e constantemente exibido no banner que leva sua foto e enfeita as paredes do escritório do barracão, é emblemático da tensão constante entre processos de coletivização/individualização mediada pelo desejo de autarquia: “Caminhar é resistir e se unir é reciclar”.

Do mesmo modo, é a autonomia como projeto e valor que mantém o Mutirão em um movimento constante e incita suas (des)conexões no emaranhado institucional da catação. Como vimos no terceiro capítulo, no novo contexto provocado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos que intensifica a arregimentação dos catadores pelas políticas públicas, o tão desejado Mutirão autônomo só pode existir se mantiver como base as *parcerias* que o garantem, especialmente no que se refere à conservação de um espaço coletivo de trabalho. Assim como acontece nas dinâmicas de coletivização/individualização e diretamente a elas articuladas, *parceria* e *autonomia* se constroem e se acionam mútua e constantemente.

Foi desde o Mutirão e com os trabalhadores que o constituem que percorri o emaranhado de instituições e atores que movimentam o contexto atual da catação em Curitiba e a partir da observação das interações dos catadores entre si e deles com as ações estatais e religiosas que lhes são direcionadas ou por eles acionadas notei que para interagir nestas malhas institucionais é fundamentalmente necessário manter o Mutirão como um *grupo de catadores organizados* (coletivização) de modo que se tenham as condições e os argumentos necessários para nelas circular e *catar benefícios* para o grupo.

No entanto, para manter o *grupo organizado* em uma coletividade, acionam-se mecanismos para controlar as dinâmicas de individualização que nunca deixam de existir e são, inclusive, desejadas. Junto com a recriação das classificações políticas *antigos e novos* que se dá no processo de ocupação no Barracão uma vez que torna-se necessário englobar o novo tipo de trabalhadores criados a partir da política pública municipal – os do *Separe* que tão somente selecionam o material que lhes é trazido pela coleta seletiva da prefeitura –, vêm a reflexão e o debate contínuos em torno da definição do que é *justo* e a criação de um mecanismo de produção das *regras do grupo* que regem as relações internas em torno do trabalho que nunca se consolida em um código fixo. Desse modo, todas as decisões são sempre de alguma maneira individuais e coletivas, uma vez que todos têm a possibilidade de manifestar suas opiniões de acordo com suas capacidades de negociação e, ao mesmo tempo, que ninguém pode decidir sozinho sobre qualquer coisa. Sempre é o grupo que decidiu, que fez a *parceria* ou que precisa do *benefício*.

Vale ainda salientar que mesmo considerando os esforços recentes de reflexão sobre os tantos (des)encontros entre os processos de agenciamento político dos catadores de materiais recicláveis no Brasil e as tentativas de arregimentação deles pelas políticas públicas, este campo de estudos demanda continuidade na interface entre diversas áreas de conhecimento, principalmente tendo em vista que o processo desencadeado em grande medida pelas novas práticas orientadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos é recente e ainda não consolidado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANOVAY, Ricardo. A riqueza do lixo. Em: CAPELAS JR, Afonso & SHIRTS, Matthew. LIXO: edição especial. **National Geographic** Brasil. Edição 165-A.
- AMARAL, Arthur Pires. 2012. **Em meio ao lixo, a riscos e estigmas**: Construindo um lugar chamado Parque Santa Cruz. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Goiânia, GO. UFG.
- BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues. 2012. O quem das coisas: etnografia e feitiçaria em Les Mots, La Mort, Les Sorts. Im: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 235-260.
- BEGA, Maria Tarcisa. 1999. A Região Metropolitana de Curitiba e as mobilizações Populares: análise de algumas experiências recentes. Em: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 96, p. 33-48.
- BIONDI, Karina. 2010. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- BORGES, Antonadia. 2003. **TEMPO DE BRASÍLIA**: etnografando lugares-eventos da política. Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- BOUDIEU, Pierre. 2013. O *Habitus* e o espaço dos estilos de vida. Em: BOURDIEU, Pierre. 2013. A Distinção. Crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP. Pp. 162-211.
- CABALLERO, Indira Nahomi Viana. 2008. **“O Trabalho no Papel”**: uma etnografia com papeiros. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). Rio de Janeiro, RJ. UFRJ.
- CALAFATE-FARIA, Francisco. 2013. **Countercycling**: An Ethnographic Study of Waste, Recycling, and Waste-Pickers in Curitiba, Brazil. Doctoral thesis, Goldsmiths, University of London. [Thesis]
- CANDEA, Matei. 2010. **Corsican fragments**. Difference, Knowledge, and Fieldwork. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- CARDOSO, Ruth. 1982a. Duas faces de uma experiência. Em: CALDEIRA, Tereza (org.). 2011. **Ruth Cardoso: obra reunida**. São Paulo, SP. Editora Mameluco. Pp. 225-235.
- \_\_\_\_\_. 1982b. Comunidades e Movimentos Sociais Urbanos. Em: CALDEIRA, Tereza (org.). 2011. **Ruth Cardoso: obra reunida**. São Paulo, SP. Editora Mameluco. Pp. 236-243.
- CARVALHO, Marília Gomes. 1990. Catadores de papel: a vida pelo avesso. Em: **Boletim de Antropologia**. Curitiba, PR. Vol.3. N° 3. Pp. 35-58.
- CERTEAU, Michael de. 2007 [1990]. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. Vol. 1.
- DAMO, Arlei Sander. 2008. Cultura e Agência – o engajamento no Orçamento Participativo. Em: **Campos, Revista de Antropologia Social**. Curitiba, PR. Edição n°9, v. 1. Pp. 51-84.
- DAWSEY, John. 2013. **De que riem os boias-frias?** Diários de Antropologia e Teatro. São Paulo, SP. Editora Terceiro Nome.

DIAS, Allan Rodrigues. 2002. **Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador**: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR). Dissertação de Mestrado (Psicologia Social). São Paulo, SP. USP.

DOIMO, Ana Maria. 1986. Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade. Em: DELLA CAVA, Ralph (org.). 1986. **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)**. Porto Alegre, RS. CEDEC. Pp. 101-129.

\_\_\_\_\_. 2009. O Movimento de luta contra o desemprego e a mediação da Igreja: Um estudo de caso na Grande Vitória, ES. Em: **SINAIS – Revista Eletrônica Ciências Sociais**. Vitória: CCHN UFES. Edição nº 6, v.1. Pp. 249-295.

DOMINGUES, Ana Carolina Silva. 2012. **Programa Ecocidadão – Reciclagem e Inclusão Total (Curitiba/PR)**: efetividade quanto à inclusão social e meio ambiente de trabalho dos catadores à luz da Lei 12.305/2010. Monografia de Graduação (Direito). Curitiba, PR. UFPR.

DUARTE, Luiz Fernando. 2001. Comentários. Em: VELHO, Gilberto e KUSCHINIR, Karina (org). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano. P. 127-136.

DURHAN, Eunice. 1972. Comunidade. Em: THOMAZ, Omar e FRY, Peter (orgs). 2004. **A dinâmica da Cultura**. São Paulo, SP. Editora Cosac Naify. Pp. 119-235.

\_\_\_\_\_. 1984. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. Em: THOMAZ, Omar e FRY, Peter (orgs). 2004. **A dinâmica da Cultura**. São Paulo, SP. Editora Cosac Naify. Pp. 281-294.

FAVRET- SAADA, Jeanne. 1980 [1977]. **Deadly words: witchcraft in the Bocage**. Cambridge: Cambridge University Press.

FONSECA, Claudia. 2006 [1995]. **Caminhos da Adoção**. São Paulo, SP. Editora Cortez. 3ª Edição.

\_\_\_\_\_. 2006. Classe e a Recusa Etnográfica. Em: FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema (orgs). **Etnografias da Participação**. Santa Cruz do Sul, RS. Editora EDUNISC. Pp. 13-34.

FREITAS, Silvia Antunes. 2001. **Famílias Catadoras de Papel**: uma trajetória entre luzes e sombras Favela Parolin – Curitiba – Paraná. Dissertação de Mestrado (Serviço Social). São Paulo, SP. PUC.

GEERTZ, Clifford. 1980. **Negara: the theatre state in nineteenth-century Bali**. Princeton- New Jersey. Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. 2005 [1973]. Juego profundo: notas sobre la riña de galos em Bali. Em: **La interpretación de las culturas**. Barcelona – Espanha. Editorial Gedisa – S/A. Pp. 339-372.

GOHN, Maria da Gloria. 2004 [1997]. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, SP. Edições Loyola. 4ª Edição.

GORBÁN, Débora. 2014. **Las Tramas del Cartón**. Trabajo y familia en los sectores populares del gran Buenos Aires. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Editora Gorla.

GREGORI, Maria Filomena e SILVA, Catia. 2000. **Meninos de Rua e Instituições**. São Paulo, SP. Editora Contexto.

\_\_\_\_\_. 2000. **Viração**. Experiência de meninos nas ruas. São Paulo, SP. Companhia das Letras.

LANDIM, Leilah. 1993. **A Invenção das ONGs**. Do serviço invisível à profissão impossível. Tese de Doutorado (Antropologia). Rios de Janeiro, RJ. UFRJ.

LEITE LOPES, José Sérgio. 2006. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. Em: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, pp. 31-64.

LEVI-STRAUSS, Claude. 2009 [1989]. A ciência do concreto. Em: **O Pensamento Selvagem**. Campinas, SP. Editora Papirus. 10ª Edição. Pp. 15-49.

MACHADO-BORGES, Tahis. 2010. “I’m not a garbage-woman; I’m a scavenger of recyclable material!”. Women, waste and work in southeastern Brazil. Em: **Anales N.E.** 2000-1223, n°13, p. 119-152.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. 2012. **Liminaridade e exclusão**: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte, MG. UFMG.

MARTINS, Andrea Cristina. 2007. **A busca pela proteção ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis**: análise da experiência do Instituto Lixo e Cidadania em Curitiba – PR. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais Aplicadas). Ponta Grossa, PR. UEPG.

MASCARELLO, Magda Luiza, MACHADO, Maria Izabel. 2014. *Os invisíveis entre os invisibilizados: catadores e clubes de trocas e o desafio da solidariedade*. Em: **Sociologias Plurais**: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. V. Junho 2014. Pp.127 – 144.

\_\_\_\_\_. 2012a. ECONOMIA SOLIDARIA EM DOURADOS/MS: Um conceito multivocal. Em: **III Congresso de Cultura e Educação para Integração da America Latina**: semeando novos rumos. Curitiba, PR. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social. Pp. 1-30.

\_\_\_\_\_. 2012b. **Entre a fé, a família e a política**: a economia solidaria em Dourados/MS. Monografia de Graduação. UFPR. Curitiba/PR. Disponível em: [http://www.humanas.ufpr.br/portal/antropologia/files/2013/11/mascarello\\_economia\\_solidaria.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/antropologia/files/2013/11/mascarello_economia_solidaria.pdf)

\_\_\_\_\_. 2013. Economia Solidaria no Brasil: do contexto de origem aos significados da expansão. Em: **XIII Econtro Nacional da ABET** (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho). Curitiba, PR. Trabalho, desenvolvimento e sociedade no contexto de crise global. Pp. 35 – 61

MCCALLUM, Cecilia. 1998. O corpo que sabe da epistemologia kaxinawá para uma antropologia médica das terras baixas sul-americanas. Em: ALVES, P.C. e RABELO, M.C. orgs. **Antropologia da saúde**: traçando identidade explorando fronteiras [online]. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz – Scielo Books. P. 215-245.

MONTES, Maria Lúcia. 2013. Um teatro de Assombrações. Em: DAWSEY, John. **De que riem os boias-frias?** Diários de antropologia do teatro. São Paulo/SP. Terceiro Nome. Pp. 11-25.

NEVES, Delma Peçanha. 2010. Habitantes de Rua e vicissitudes do trabalho livre. Em: **Revista Antropolítica**, n. 29, p. 99-130.

OLIVEIRA, Kelly. 2013. **Diga ao povo que Avance!** Movimento Indígena no Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana.

ORTNER, Sherry. 2007. Subjetividade e Crítica Cultural. En: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 13, n. 28. p. 375-405.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. 2006. **Análise antropológica da socialização das crianças no contexto social das famílias no trajeto do lixo no Aurá**. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Belém, PA. UFPA.

RICKLI, João. 2010. **Negotiating otherness In the Dutch Protestant World**. Missionary and Diaconal Encounters between the Protestant Church in the Netherlands and Brazilian Organisations. Academisch Proefschrift. VRIJE UNIVERSITEIT. Holanda.

SANTOS, Carlos Nelson. 1981. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar Editores.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. 2013. **O tempo das utopias: Religião e romantismos revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990**. Tese de Doutorado em Historia Social. UFF. Niterói-RJ.

SILVA, Simone Lira. 2010. **Negociando Identidades: uma etnografia entre trabalhadores com o lixo em Santa Maria, RS**. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Santa Maria, RS. UFSM.

SOSNISKI, Cristina. 2006. **Repensando fronteiras entre lixo e corpo: Estudo Etnográfico sobre o Cotidiano de Recicladores, Catadores e Carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros**. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Porto Alegre, RS. UFRGS.

SOUZA, Ana Inez. 2006. **CEFURIA: 25 anos fazendo história popular**. Curitiba, PR: Editora Gráfica Popular.

SOUZA, Nelson Rosario de. 1993. **A Igreja Católica Progressista e a produção do militante**. Cartografia de uma afinidade Eletiva Político-Religiosa. Dissertação de Mestrado (Sociologia). São Paulo – SP. USP.

\_\_\_\_\_. 2001. Planejamento Urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. Em: **Revista de Sociologia e Política**, 16, p. 107-122.

SOUZA, Paola Figueiredo dos Santos. 2011. **Os últimos dias na lixeira: ética ambiental e seus reflexos sobre os catadores de lixo**. Dissertação de mestrado (Antropologia). Niterói, RJ. UFF.

STOLL, Sandra Jacqueline. 2003. **Espiritismo à Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Curitiba: Editora Orion.

STRATHERN, Marilyn. 1996. The concept of society is theoretically obsolete. Em: INGOLD, Tim (org.) **Key debates in Anthropology**. Londres: Routledge, pp. 55-98.

\_\_\_\_\_. 2014 [1999]. O efeito etnográfico. Em: STRATHERN, Marilyn. 2014. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, pp. 345-405.

\_\_\_\_\_. 2006. Estratégias Antropológicas. Em: **O gênero da dádiva** – problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia. Campinas, SP: Editora Unicamp, pp. 27-51.

STRECK, Danilo e ADAMS, Telmo. 2014. **Pesquisa Participativa, emancipação e (des)colonialidade**. Curitiba-PR. Editora CRV.

TONELLA, Celene. 2010. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? Em: **Cadernos Metropolitanos**. São Paulo. V. 12, n. 23, pp. 239-262.

TRIGO, Rosa Amalia Espejo. 2007. **CEFURIA-MILITÂNCIA E PAIXÃO**: Um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação. Tese de Doutorado (Psicologia Social). São Paulo. PUC – SP.

TURNER, Victor. 2013 [1974]. **O Processo Ritual**. Estrutura e Antiestrutura. Petrópolis – RJ. Editora Vozes. 2ª Edição.

\_\_\_\_\_. 1986. Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience. Em: TURNER, Victor e BRUNER, Edward (Orgs.). 1986. **The Anthropology of Experience**. USA. University of Illinois. Pp. 33-44.

VELHO, Gilberto e KUSCHINIR, Karina (org). 2001. **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano.

\_\_\_\_\_. 1981. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

\_\_\_\_\_. 1994. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

VELHO, Otávio. 1998. O cativo da Besta-fera. Em: VELHO, Otávio. **Besta-Fera: a recriação do mundo**: ensaios críticos de antropologia. Rio de Janeiro. Relume Dumará, P. 13-43.

VIANA, Catarina. 2010. **Os Enleios da Tarrafa**: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza. São Paulo. USP: Tese de Doutorado.

#### **DOCUMENTOS:**

CNBB. 2002. Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome – Alimento dom de Deus, direito de todos. São Paulo, SP: Edições Paulinas. Doc. N° 69.